

Larissa Penelu Bitencourt Pacheco

**TRABALHO E COSTUME DE FEIRANTES DE ALIMENTOS:
PEQUENOS COMERCIANTES E REGULAMENTAÇÕES DO
MERCADO EM FEIRA DE SANTANA (1960/1990)**

Feira de Santana

2009

Larissa Penelu Bitencourt Pacheco

TRABALHO E COSTUME DE FEIRANTES DE ALIMENTOS:
**PEQUENOS COMERCIANTES E REGULAMENTAÇÕES DO
MERCADO EM FEIRA DE SANTANA (1960/1990)**

**Dissertação apresentada no curso de Pós-
Graduação em História da Universidade
Estadual de Feira de Santana para obtenção do
título de Mestre em História**

Orientador: Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto

Feira de Santana

2009

TRABALHO E COSTUME DE FEIRANTES DE ALIMENTOS:
PEQUENOS COMERCIANTES E REGULAMENTAÇÕES DO MERCADO EM FEIRA DE
SANTANA (1960/1990).

Larissa Penelu Bitencourt Pacheco

Banca Examinadora:

Professor Doutor Orientador Eurelino Teixeira Coelho Neto

Professor Doutor Aldo José Moraes Silva

Professora Doutora Ana Maria Carvalho Oliveira

FeiradeSantana, _____ de _____ de _____.

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

P12t Pacheco, Larissa Penelu Bitencourt
Trabalho e costume de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990) / Larissa Penelu Bitencourt Pacheco. – Feira de Santana, 2009.
226 f.

Orientador: Eurelino Teixeira Coelho Neto.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

1. História – Feira livre – Feira de Santana, Ba. 2. Cidade – Trabalhadores – Abastecimento de alimentos – Feira de Santana, Ba. 3. Feirantes de alimentos – Costume - Políticas Públicas – Feira de Santana, Ba. I. Coelho Neto, Eurelino Teixeira, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 351.778.2(814.22) (09)

Agradecimentos

Um lugar comum é mencionado no trabalho acadêmico, neste espaço dos agradecimentos. Diz-se que todo esforço dissertativo nunca se trata de um labor solitário. Aqui, ali, o intelectual conta com opiniões, com questionamentos, contribuições que o levam a dividir os méritos da sua escrita. No caso deste texto, informar que corresponde a uma pesquisa cujos merecimentos não se devem somente a mim, trata-se de uma atitude indispensável.

Primeiro, porque, como trabalho que se debruça sobre a fala de outras pessoas, não existiria sem a atenção e a simpatia de Sr. Cláudio, Dona Tenícia, Dona Santinha, Jacira, Sr. Sergipe, Sr. José Carlos, Dona Ester, “Seu” Agostinho, Daniel (Gu da Carne), Sr. Delorme (Diretor do Centro de Abastecimento), Maria, Ana, Maria Celsa, Sr. Agnelo e muitos outros que aqui ficaram anônimos, porém não deixaram de auxiliar na pesquisa. Seu Agostinho recebeu-me em sua residência e gentilmente cedeu-me as Atas da Associação dos Feirantes que ali dispunha. Com cada um vivenciei as melhores horas deste trabalho. Nada melhor do que ouvi-los conversar, conhecê-los e, de quebra ainda degustar laranjas castanhas, tangerinas, umbus, caldo de cana, milho assado...! Terei as feições destas pessoas nítidas em minha memória parasempre.

Em segundo lugar, desde que o tema de pesquisa foi apresentado aos colegas do Laboratório de História e Memória, em 2005, pude contar com uma experiência singular de debate coletivo. Procurávamos crescer juntos, criticando vírgulas e métodos, elogiando, dividindo materiais de pesquisa. Algumas fontes e bibliografias utilizadas só estão aqui por causa do esforço dos colegas em dividi-los e menciono especialmente Ricardo, Diego e Igor, este último, meu leitor predileto. Espero não desapontá-lo, juro que tentei! Agradeço ainda a Rafael, e em especial a Andrei, pelas polêmicas que surgiram como desafios para a pesquisa e acompanharam vários trechos deste trabalho. Aos demais pelo esforço que fizeram em ler meus textos e apresentar contribuições de significado para seu resultado.

Sei que minha memória falhará e esquecerei de muita gente, mas quero mencionar nomes: Dos arquivos, Hélio e Dona Marieta ajudaram bastante. Agradeço a todos (as) os (as) colegas servidores técnicos, pela curta aprendizagem sindical destes dois anos, a Patyelle, Mila, Washington e a James, especialmente pela compreensão nos momentos em que ser estudante do

mestrado e funcionária do DCHF ficou complicado, e a todos os outros pela vivência no ambiente de trabalho.

Algumas pessoas acompanham nosso trabalho com desafios interessantes, como o professor Clóvis Ramaiana, a quem agradeço pelas questões. Também Valter Guimarães pelas muitas provocações que não pude responder. Aos meus professores e colegas do mestrado, agradeço a Aruã Lima e à sua dedicação a um diálogo rico com minhas idéias.

Trabalhando como técnica no Departamento de Ciências Humanas, pude contar com as críticas e colaborações de vários professores como Ericivaldo Neves, Nacelice Freitas, Acácia Batista, e outros e outras que procuraram ajudar com livros, textos, complementando as minhas visões sobre o tema, ou nas conversas das manhãs de trabalho na secretaria do DCHF. À professora Elizete Silva (Clio) agradeço pela disposição em ajudar, criticar e incentivar, sempre contando com as pessoas em sua volta para projetos de Universidade, de História e de vida.

As ajudas nos detalhes vieram em boa hora. Tive sorte neste sentido. Jamile, sempre esteve disposta para a ajuda com as normas, assim como Manuela. Julival, ainda me ajudou em outros momentos mais difíceis, colaborou neste item imensamente no final do percurso.

Onildo Reis, com contribuições pontuais e cruciais na qualificação. Priscila (NENNUEFS) que atentou para a importância de seu bairro, a Rua Nova, na história da feira livre, me trouxe grandes alegrias nestes últimos meses.

Aos amigos e amigas, nos bares da vida e que me inspiraram enormemente. Sei que torceram por mim e vibraram com as minhas vitórias.

Aos familiares, agradeço especialmente pela paciência. Meus avós maternos, agradeço ao carinho e a atenção e a curiosidade pela carreira que escolhi. Aos meus avós paternos, idem, destacando Vovô João, feirense interessantíssimo, vindo de Irará, curtidor de samba de roda e capoeira, bem como das histórias da feirinha. A Cristiano, a quem não considero padrastrô, mas amigo atencioso. A Tia Ivanide e Tio Regi, por povoarem o mundo com sua sabedoria e senso de humor e ao povo do Jomafa. Aos primos e primas, pela torcida e pelos bons momentos.

Agradeço, em memória, a Rogério Fátima com quem tive o privilégio de desfrutar de uma curta e profunda amizade, cujos frutos deixam marcas no texto.

Ao meu orientador, pelos desafios que me faz cotidianamente e pela honestidade e compromisso intelectuais, nas quais busco espelhar minha trajetória acadêmica. Sinto-me lisonjeada pela amizade que construímos durante estes anos e ainda, no dever de desculpar-me pelos conselhos que não escutei.

Ao meu pai pela vibração positiva à distancia e a “Mainha”, que me diria que filho não precisa agradecer. Contudo, não é redundante dizer que seu apoio foi indispensável e que sua dedicação sempre foi muito além do que qualquer filho deseja de uma mãe. Sinceramente, nem sei comoretribuir.

Obrigada!

Para Luciano e Mônica

Sinto-me, com vocês, forte e verdadeira.

Resumo

Tratamos, no texto a seguir, do comportamento de pequenos feirantes de alimentos em Feira de Santana, perante as transformações da Feira Livre entre os anos de 1960 e 1990. Nestes trinta anos de história, selecionamos as práticas de venda e uso do centro da cidade para comércio ambulante de frutas, verduras, hortaliças e produtos, elemento que caracterizou a participação destas pessoas naquela praça comercial, com o objetivo de perceber como suas relações sociais foram travadas em conflito ou negociação com as políticas públicas direcionadas ao mercado de abastecimento e como depois retornaram diante da emergência da mudança. A política que trouxe alguns elementos estranhos a toda esta aprendizagem, especialmente a construção do Centro de Abastecimento de Feira de Santana, apresentou mutações nas relações do comércio com o centro da cidade e atingiram os costumes dos feirantes. A intervenção foi sentida de formas diferentes entre os sujeitos da feira. Esta política demonstra ainda a possibilidade de entender permanências e atualizações das tradicionais relações de compra e venda entre atacadistas e varejistas na região, pois entendemos que algumas práticas foram mantidas, sustentando poderes locais e regionais na distribuição de alimentos. Os significados do exercício da venda na feira, como trabalho, são tomados como cerne para debate da diversidade de experiências comungadas na feira livre e das características peculiares daqueles vendedores que vêm do campo para a cidade e nela se encontram com outros trabalhadores. As fontes são atas da câmara municipal, documentos da Prefeitura (atos do executivo), publicações oficiais do executivo na imprensa, cadastro de contribuintes de impostos, depoimentos de feirantes, fotografias, imprensa, atas da associação dos feirantes, poemas, textos literários, o que demonstra uma tentativa de encontro com uma história social da feira livre na conjuntura de construção de códigos de regulamentação, que culminaram na sua retirada oficial do centro da cidade.

Palavras-chave: cidade – trabalhadores – costume – feira livre.

Abstract

The following text deals with the behavior of the small food traders in Feira de Santana, facing the transformations of the Free Market in the city, between 1960 and 1990. In these thirty years of history, this text selected the sale and use practices of the city center for itinerant trade of fruits, vegetables and products, an element that characterized the participation of these people in that shopping plaza, in order to understand how their social relationships were locked in conflict or negotiation with public policies proposed to the supply market and then how they reacted in face of the changes. The policy that brought some elements opposed to all this learning, especially the construction of the *Centro de Abastecimento* in Feira de Santana, showed changes in the relationship between trade and the city center and reached the behavior of the small traders. The intervention was felt in different ways among the subjects of the fair. We will seek to understand continuities and updates of the traditional buying and selling relationships between wholesalers and retailers in the region. The meanings of work at the fair are taken as core to the diversity experience debate shared with the open market and the peculiar characteristics of those vendors who come from the countryside to the city. The research sources are minutes of the City Council, City Hall documents (executive acts), official publications of the executive in the press, registration of tax payers, small traders testimonials, photos, press, minutes of the small traders association, poems and literary texts, demonstrating an attempt to meet with a social history of the free fair in the construction environment of regulatory codes, which culminated in the official withdrawal of the fair from the city center.

Keywords: City - workers - behavior - free fair.

Sumário

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 19 |
| CAPÍTULO I - DESENCONTROS E EXPECTATIVAS APÓS A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ABASTECIMENTO..... | 31 |
| 1.1 – OS FEIRANTES E A IMPRENSA: PRIMEIROS SOLHARES SOBRE O CENTRO DE ABASTECIMENTO. | 43 |
| 1.2 – A FEIRA COMO “BODE EXPIATÓRIO” E A ATUALIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES DO MERCADO DE ALIMENTOS DE FEIRA DE SANTANA..... | 56 |
| 1.3 – O CENTRO DE ABASTECIMENTO E A RETOMADA DOS NEGÓCIOS DE RUA..... | 62 |
| 1.4 – EXPECTATIVAS APÓS MUDANÇAS NAS REGRAS DO JOGO: A ATUAÇÃO DO PODER EXECUTIVO..... | 68 |
| | |
| CAPÍTULO II - A CIDADE E O COSTUME FEIRANTE: 1959 A 1964. | 73 |
| 2.1 – O INÍCIO DA DÉCADA DE 1960 EM FEIRA DE SANTANA..... | 76 |
| 2.2 - QUANTO MAIS A CIDADE CRESCE, MAIS A FEIRA APARECE: ORGANIZAÇÃO COMERCIAL E URBANA EM NEGOCIAÇÃO COM A FEIRA LIVRE..... | 84 |
| 2.3 – FEIRANTES E COMERCIANTES FEIRENSES FRENTE ÀS NOVAS REGRAS DE MERCADO..... | 91 |
| 2.4 – ENTRE A ROÇA E AS RUAS: O MERCADO DE ALIMENTOS E O “POPULISMO DO GETULISMO” NO TRATO DA CARESTIA. | 96 |
| 2.5 – ASSOCIAÇÃO E SERE DE FEIRANTES..... | 108 |
| | |
| CAPÍTULO III - DO PAPEL ÀS RUAS: NOVOS PROJETOS NO COTIDIANO DOS FEIRANTES (1964-1974) E NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA FEIRINHA. | 117 |
| 3.1 – A FEIRA E A CONJUNTURA DE MUDANÇAS PÓS-GOLPE MILITAR..... | 121 |
| 3.2 – A CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR/PDLI, DO CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS DO PROJETO CABANA 127. | |
| 3.3 – A LEI E O CORPO A CORPO COMO OS FEIRANTES..... | 139 |
| 3.4 – “POLÍCIA TEM QUE CORRER ATRÁS É DE LADRÃO”..... | 149 |
| | |
| CAPÍTULO IV - SER FEIRANTE EM FEIRA DE SANTANA. | 155 |
| 4.1- NA MARGEM DO “FORMAL”: A DIVERSIDADE DO TRABALHO COMO FEIRANTE DE ALIMENTOS. | 161 |
| 4.2 – TRAZER A ROÇA PARA A RUA: O FEIRANTE CAMPONÊS..... | 170 |
| 4.3 – TRAÇOS DE UMA FEIRA NEGRA E POPULAR: PRÁTICAS COTIDIANAS..... | 173 |
| 4.4 – A ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES, AS HOMENAGENS A SANTA BÁRBARA E IANSÃ: PRÁTICAS COLETIVAS DE FEIRANTES NO CENTRO DE ABASTECIMENTO..... | 178 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 187 |
| REFERÊNCIAS | 190 |

Introdução

Após um período considerável de pesquisas sobre o tema aqui apresentado, retomo, nas próximas linhas, as indagações iniciais que me moveram a tal trabalho. Entre as influências de estudos em voga, durante a graduação, a respeito de uma história contada pelo olhar de grupos subalternos e as referências do marxismo inglês, apresento as lembranças de inquietações próprias a respeito do passado de minhacidade.

É bem verdade que este pequeno ponto de encontro de milhares de vidas – a feira livre, que por ora venho estudando – contada em memórias faladas, escritas, imagéticas, fragmentadas e recortadas, ganhou espaço nas minhas dúvidas a respeito do passado dos trabalhadores feirenses logo após entrada no curso de História. Como feirense, sinto-me estranha em não poder apresentar aos que agora me lêem uma questão quanto àquelas vidas que se cruzaram no centro da cidade onde nasci, explicitamente construída em minha própria trajetória de vida. A falta de uma memória positiva sobre a mesma na cidade talvez tenha atingido a falta de uma referência das vidas que cruzaram a feira livre na minha própria. Lembro-me vagamente de passeios com meu pai, no mercado já desmembrado, onde comprávamos pintos coloridos, ovos de codorna e queijos. E das “conhecidas” e “conhecidos” do meu avô, que traziam aos domingos o beiju de farinha para o bairro onde morávamos. Mas não são recordações que podem ser apontadas como mote de perguntas sobre as pessoas que praticavam aquelas feiras. O “fermento” para as minhas indagações veio justamente de um trabalho acadêmico, escrito nos anos 1980 pelo reconhecido professor Vicente Moreira, que se dedicou a sustentar, na academia, e difundir, na sociedade feirense, as memórias da feira livre, já levada com a maré dos empreendimentos urbanos.

Entrando em contato com questões a respeito da produção social de memórias¹ e, ao mesmo tempo, tendo lido insistentemente os historiadores que procuravam dar conta da vivência

¹ A respeito desta questão, Ciro Flamarion Cardoso mostra que diante de uma supermodernidade conceituada por Marc Auge – na qual a produção em sequência desencadeada de fatos e acontecimentos promove a perda de memórias coletivas entre os sujeitos no presente – os historiadores voltaram-se insistentemente para o passado em busca de memórias de vivências encadeadas e com referências coletivas mais explícitas. Fenômeno semelhante pode ter ocorrido com a antropologia.

histórica dos grupos subalternos, passei a questionar notícias sobre o fim da feira livre (1977). Procurei encontrar referências aos caminhos particulares dos sujeitos que realizavam a feira, em sondagens iniciais. De outro modo, outros feirantes já haviam sido entrevistados no trabalho realizado por Vicente Moreira, nas pesquisas de *Memória da Feira Livre*, quando apresentaram saudades e ricas descrições daquele mercado. A permanência das pessoas nos locais de venda e o crescimento constante do número de barraqueiros e vendedeiras, negaram, portanto, o extermínio daquelas relações sociais, visualizadas no passado.

Com estes fios, comecei a tecer uma série de perguntas. Outra motivação me movia na academia e demonstrava-se a meu ver, relevante: fazer textos que pudessem contribuir de alguma forma para questionar a relação da universidade com o delicado e complexo mundo que as instituições e os intelectuais nomeiam de *cultura popular*. Como se aproximar cientificamente, sem projetar juízos desconectados das suas reais formas de vida? Como abalizar conexões intersubjetivas sem que haja prejuízos de suas histórias próprias? Afinal, parece que, neste terreno, como bem disse o poeta, muitas vezes “*é o povo quem produz o show e assina a direção*” e, neste caso, os artifícios da ciência histórica, assinalam uma infinidade de questões sobre suas vidas, cabendo ao historiador, através de sua narrativa, escolher personagens, cenários, para contar um passado de alegrias e sofrimentos, inatingíveis por completo nesta escrita². Todas estas indagações estão presentes neste texto.

Inicialmente, projetei expectativas de discutir as experiências dos feirantes, a partir do referencial de E. P. Thompson que estudou a experiência da classe trabalhadora inglesa, e pelo grande número de estudos neste sentido no Brasil. O conceito, ou noção da experimentação, levaria a uma percepção das relações sociais travadas entre os feirantes de alimentos e o restante da sociedade feirense, que embasaram suas reações às intervenções na feirinha, no intuito de perceber a dimensão destas vivências na composição da classe trabalhadora em Feira. Contudo, esta proposta passou a se apresentar escorregadia, à medida que as fontes me afastavam das vivências dos feirantes e me indicavam muito mais os passos dados pelo poder público, pelos dirigentes do executivo e por intelectuais, organizadores de hegemonia.

² Também em Ciro Flamariom a respeito do trabalho narrativo do historiador, este defende que a narrativa, antes de se constituir como mais um texto artificialmente montado e por esta razão, impossibilitado de atingir a verdade, reflete o próprio método de construção de ciência da História. Assim, implica num tracejado entre a escolha do historiador, teórica e política, e no prolongamento de fatos selecionados. O realismo epistemológico ocorre inegavelmente numa ciência que não se mostra neutra, mas como produção humana, meio de interferência no presente.

(na imprensa). Optei neste caso em continuar caminhando sobre as pistas metodológicas de Thompson, desta vez, debruçando-me sobre a noção de costumes. Traços de cultura do trabalho, memórias, práticas herdadas, aprendidas, somaram-se e estiveram em conflito com atuações dos grupos dominantes da cidade, na formação de uma caracterização da feira livre no centro da cidade, havendo, portanto, um terreno social de aprendizagem de negociações (que procurei localizar parte nos anos 1960) que “deu chão” para os conflitos e acordos futuros (após 1977 e a construção do Centro de Abastecimento).

Feirante, feireiros, vendedeiras, ambulantes, autônomos ou quaisquer das maneiras como se definiram os colaboradores, se tornaram termos complexos em meu vocabulário. Grandes comerciantes, fateiras, magarefes, vendedores de cachaça, donos de bancas de jogo do bicho, quitandeiros, carregadores, empregados rurais, criadores, fazendeiros, vendedoras de sarapatel e ensopados ao meio dia, uma infinidade de pessoas que vivem diferentes relações sociais, enquadravam-se neste mundo da feira livre e foram chamados de feirantes por referências externas. Percebi que os mesmos muitas vezes não se identificavam de acordo com tais nomeações.

Em meio a tanta diversidade, resolvi direcionar a pesquisa para um debate mais incisivo sobre a relação do campo e a cidade, na configuração do costume feirante. Selecionamos os vendedores e vendedoras de alimentos e, outras experiências, infelizmente, são deixadas de lado nesta opção. Pareceu-me mais possível encontrar, nas práticas dos baganeiros (vendedores de baganas, frutas, hortaliças e verduras a retalho), proximidades mais concretas deste mercado com o campo, a correlação entre a cidade urbanizada e a vida da roça: na tênue fronteira entre trabalhadores urbanos e rurais.

Acredito que foi possível indicar reflexões acerca dos poderes dos comerciantes que realizavam os negócios de maior porte. Estes elementos foram comparados com outras práticas no interior da classe dominante da cidade – calcada nas tradições de venda de gado de corte, estocagem de fumo e, dentro do recorte estudado, associada ao capital das indústrias instaladas com o Centro Industrial Subaé. E assim, fui percebendo a indissociável afinidade entre a Feira atual e o seu histórico de negócios do centro da cidade, ao qual, acrescente-se a presença indelével de muitas relações sociais baseadas em trocos de favores pessoais, delicadamente sustentada ainda hoje no tracejado de cada esquina do comércio local. Esta sim, é uma das questões para as quais foi preciso desprender certo cuidado. Assumimos que foi necessário um esforço de afastamento da pesquisadora com o objeto, para que a percepção cotidiana de

apadrinhamentos, protecionismos e lances pessoais de poder – presentes em diversas instâncias desta pequena amostra da nossa sociedade, Feira de Santana – não definisse diretamente as conclusões a respeito do passado da presente discussão.

A análise da historiografia social do trabalho na atualidade nos levou a reflexões sobre o Estado e sua relação com os trabalhadores, onde procuramos nos afastar da conclusão de que os interesses dos segundos parecem resolver-se no âmbito da troca de favores com o primeiro. A dominação de classe e a hegemonia existente no controle das organizações de poder demonstram que a aproximação dos trabalhadores com formas dominantes de resolução do conflito de classes precisa ser historicizada em cada passo do sujeito em questão (a classe) em busca de seus direitos, para que não se depreenda de comportamentos subjetivos as escolhas políticas mais globais.

Mesmo o estudo das formas de conflito e negociação entre pequenos vendedores de rua e o governo local pode ser amadurecido mediante o contato com esta discussão mais ampla. Sem carteira assinada, os feirantes de Feira de Santana pagavam impostos para adquirir aposentadorias, mas também, para obtenção de reconhecimento como trabalhadores na cidade. A condição de legalidade foi a todo tempo negociada na Prefeitura Municipal, e, vale ressaltar, estava também em disputa, dependendo da visão dos dirigentes à frente da mesma, ou da Câmara.

O aprofundamento das leituras na pesquisa não se ocorreu individualmente, mas foi compartilhado no Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais, onde o trabalho de Igor Gomes Santos, sobre o Partido dos Trabalhadores e suas posteriores questões a respeito da classe trabalhadora na cidade, socializadas no grupo, uniram informações que antes apareciam dispersas entre nós. Ficou mais fácil perceber que os feirantes, nos anos 1960, dirigiam a palavra a uma Prefeitura que vivia uma conjuntura específica de pressão por parte dos trabalhadores, para que houvesse o reconhecimento de suas vozes na cidade. Sindicatos, associações de bairro e associações profissionais diversas, cresceram num contexto de mobilização no período anterior ao golpe militar, por uma série de direitos dos trabalhadores do campo e da cidade. Hoje, outras iniciativas do LABELU vêm acrescer o debate. E, é nesta fronteira que o exame das trajetórias dos feirantes de alimentos se insere.

Este não seria apenas um pano de fundo, mas, decididamente, os feirantes foram percebidos dentro de circunstâncias comuns a camponeses e trabalhadores urbanos, que tinham que “sobreviver” na cidade através da venda – muitas vezes clandestina – de mercadorias. Este fator, clandestinidade era mais direcionado para os trabalhadores urbanos do que para os camponeses que mercavam em Feira, num primeiro momento de crescimento da cidade. Já

quando da modificação das relações do mercado de alimentos com o mercado de trabalho na cidade – PROJETO CABANA – esta relação sofre alterações no que diz respeito ao olhar dedicado a atividade de feira pelo pequeno camponês. Entendemos, portanto, a feira como conjunto de relações sociais indispensável à compreensão da classe trabalhadora como um todo e esperamos que de alguma forma o trabalho auxilie outros vindouros.

O tema da cidade e dos estudos sobre uma história social urbana perpassa todo o texto. O século XX consolidou a vida nas cidades como condição normal de vida humana. A forma de vestir-nos, alimentar-nos e regular as nossas horas, diariamente, se sobrepõe sobre todas as outras, fundamentando a espécie e a naturalização de relações que transparecem aos nossos olhos como quase que incontornáveis. Muitos intelectuais ainda retomam práticas de solidariedade e relações que parecem estar contra a estarmaré, como maneira de apontar modos de vida, nos quais a racionalidade e a urbanidade do capitalismo parecia ainda não ter se consolidado. Ainda que Raymond Williams tenha nos alertado em demasia para que não desçamos as “escadas rolantes” do tempo em direção ao passado, em busca de vivências idealizadas sem conflitos sociais (que jamais existiram), lembrar tal historicidade também é importante para que não deixemos de acreditar que o modo como vivemos não é o único possível. Os feirantes persistiram e modelaram táticas para conviver na urbe feirense, frente à organização de um centro planejado, movidos por variadas razões, que tentaremos demonstrar no texto. As influências metodológicas para tratar destes modos de reagir são assumidamente plurais.

Há, principalmente, uma tentativa de cruzamento de metodologias da História Urbana com a História do Trabalho e a História Oral, nos aproximando assim de uma história social da feira livre³. A História Urbana tem buscado inserir, cada vez mais, no rol de seus estudos, a participação de grupos subalternizados no desenho da urbe. Além disto, o campo temático da história das cidades se reforçou no Brasil justamente quando houve uma tendência de aproximação da história social do trabalho com estudos urbanos. Encontram-se, nos anos 1980 e 1990, ambas as

³ Tomamos como referência do que seja a História Urbana a definição formulada por David Herling e apresentada por Ronald Raminelli (1997), da de um campo de estudo voltado para: *1) as funções da cidade e seus vínculos com o fomento da urbanização, 2) os efeitos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos, sobre o trabalho e a família, 3) as mudanças espaciais e ecológicas da cidade, provocadas pelo desenvolvimento econômico e social*, o que para Raminelli perpassa ainda uma série de clivagens que refletem as especificidades de estudos em regiões nas quais a urbanização não se dá com nexos diretos com o desenvolvimento da industrialização.

trajetórias de pesquisas, acrescidas da procura, por parte de arquitetos, urbanistas e planejadores da cidade, de leituras mais próximas ao histórico dos sujeitos, ainda invisíveis, e que fizeram acontecer as grandes metrópoles e suas periferias.

A transformação na paisagem urbana das cidades acompanhou a própria história do capitalismo. Retirando-se o foco da análise do centro de mudanças, dos planejamentos, projetos e dos equipamentos que serviram aos interesses de ajustar os lugares aos passos da produção, revisitamos, portanto, um importante marco da história urbana de Feira, através do estudo das interrupções em modos de vida de sujeitos que estiveram distantes dos projetos hegemônicos na sociedade feirense.

Os objetivos que se casaram nas ações voltadas para a feira livre foram de diversas ordens e, talvez não possam ser completamente alcançados. Todavia, visamos traçar pontos de intersecção entre estes e os conflitos na vida dos feirantes e, novamente, há uma incompletude neste ponto. O terreno juvenil do estudo das lutas sociais em Feira de Santana ainda apresentará conclusões muito mais ricas.

Há um grande número de textos recentemente publicados a partir do referencial da cidade. Um exemplo são os Trabalhos da Fundação Getúlio Vargas que acompanham o ensejo dos debates acerca do novo Estatuto das Cidades, de 2001, responsável pela cobrança da montagem de novos Planos Diretores, para cumprimento de prazos urgentes. Oportunamente, vêm à tona num momento de discussões na sociedade civil sobre as formas de entendimento da política urbana, as demandas sociais que cercaram o vertiginoso crescimento populacional e seus efeitos sobre territorializações e carências da cidade. Fica claro que a cidade existe para além de suas ruas, muros, praças e toda estrutura física que se apresenta num primeiro olhar sobre seu passado, constituindo-se sim de uma construção carregada de expectativas e de escritas diversificadas. Cada modo de caminhar na estrutura fria da cidade produziu metáforas, percebidas apenas no reencontro com os sujeitos que as delimitaram.

Num mesmo espaço, puderam ser inscritos projetos diferenciados e, inclusive, postos em disputa, quando ocorreram bruscas mudanças nos seus traçados. Como as projeções sobre a vida no centro de uma cidade estão para além de seu terreno físico e espacial, retornaram nas formas de memórias, signos de cultura e mesmo no cotidiano dos cidadãos. Organizado e reorganizado para além de suas paredes e sinaleiras. A disputa pelos terrenos da cidade foi movida também por uma série de motivações, aparentemente desconexas e díspares, mas que apontaram para maneiras populares de lidar com o seu traçado.

Esta é uma constatação um tanto óbvia para o já adiantado andar das carruagens da história social e suas reflexões sobre o urbano. No entanto, vale ressaltar, ainda, a atualidade desta abordagem que parece entrar num momento *démodé* em nossas academias. Pensar a síntese e a globalidade de um objeto de pesquisa histórica parece ser tarefa ou complicada demais para ser realizada (e, portanto, deixada de lado) ou apresenta-se como proposta impossível, diante de justificativas de indeterminação das relações históricas.

Vale destacar aqui as abordagens sobre feiras livres que dialogaram com a pesquisa. É possível encontrar recentes produções das ciências sociais e da História sobre o ambiente particular de troca e práticas sociais diversas que vêm a ser as feiras livres no percurso da circulação de alimentos no Brasil, desde a colônia. Podemos detectar em muitos trabalhos da historiografia brasileira a referência às trocas nestes ambientes como os primeiros elementos de sociabilidade do povoamento, ainda em meados do século XVII. As feiras são também apontadas pelos urbanistas⁴ como foco de surgimento de cidades “espontâneas”, marcadas em sua história pela conexão com mercados populares e povoamentos não planejados por técnicos. As dimensões das relações sociais nas feiras e mercados atraíram assim sociólogos, antropólogos e mesmo psicólogos, estes interessados em desvendar os mistérios individuais de conexão em redes que se mantém tradicionalmente em todo o país⁵.

O espaço público, retratado nos novos moldes das ruas, passou por seleções de sujeitos e práticas a serem privilegiados. Fato ocorrido também no século XIX, tempo em que a presença de estradas de ferro, monumentos e prédios públicos recompuseram o cenário na maioria das cidades brasileiras⁶. Mas é na virada do século XIX para o XX que ficam perceptíveis uma série de escolhas feitas nas construções urbanas e ações do poder público para selecionar a presença dos sujeitos nas cidades. Para Ana Lanna Duarte, a rua deixava aos poucos de ser o palco dos acontecimentos sociais da cidade, dando lugar a alinhamentos de prédios, construções privadas, tornando-se mais um local de trânsito.

⁴BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2006.

⁵FERRETI, Sérgio (org) *Reeducando o olhar: estudos sobre as feiras e mercados*. São Luiz: UFMA, 2000. MOTT, Luiz Roberto de Barros. *A feira da ladra no século XVI e na atualidade*. Lisboa: Portugal: Nova Gravura, 1973. FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: história de escravos e libertos da Bahia (1870/1910)*. São Paulo: Editora Unicamp, 2006. PAIM, Márcia Regina da Silva. *Do sete de São Joaquim. O cotidiano de mulheres de saia e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado – UFBA, 2005.

⁶LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos 1870-1913*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

Nesta passagem ela deverá simbolizar e guardar no seu contorno os elementos desta nova sociedade. Simbolizar enquanto linearidade vista como vitória da racionalidade. E ao seu redor vão aparecendo os elementos indicativos da nova rua formando a nova cidade: a calçada que separa o trânsito dos pedestres e dos veículos; as lojas com vitrines simbolizando o mundo fetichizado da mercadoria e do anonimato; os espaços semipúblicos de lazer como consumo do tempolivre.⁷

Se as festas, batuques congados, entrudos e os modos populares de comemorar e estar na rua foram civilizados, os trabalhadores resistiram, negociaram e relutaram mediante as tentativas de exclusão de suas práticas na cidade. Estudos como os de Sidney Chalhoub fomentaram percepções de que os modos de vida das classes populares passaram a ser sistematicamente policiados em prol de modelos excludentes de urbanização e, apesar de todo esforço de planejamento urbano da parte da Prefeitura de Pereira Passos, os modos de vida dos grupos subalternos reconstituíam-se nos novos cenários de trabalho, nos novos espaços públicos. As vivências sociais que lembravam, nos centros urbanos, o passado pré-industrial, ou que já espelhavam a exclusão social do avanço da produção em cidades mais centrais (como as epidemias e condições precárias de moradia), foram insistentemente afastadas dos locais centrais da urbe brasileira, e, contraditoriamente, estas situações cresciam e crescem desde então. Michel de Certeau expõe em “Do conceito de cidade às práticas urbanas”, a insistência, por via dos planejadores, de uma urbanização orientada para a racionalização, em moldar as práticas dos sujeitos que fazem a cidade acontecer. Sendo utópico, este planejamento é, para ele, inatingível. Mesmo porque, estes planejamentos estabelecem um *não tempo*

para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições: estratégias científicas unívocas, possibilitadas pela redução niveladora de todos os dados, devem substituir as táticas dos usuários que astuciosamente jogam com as ocasiões e que, por esses acontecimentos-armadilhas, lapsos da visibilidade, reintroduzem por toda a parte as opacidades da história⁸

No caso das feiras livres, tal assertiva nos leva a reflexão de que, ocorrendo em espaços públicos na maioria das cidades brasileiras, estas passaram a ser sistematicamente reorientadas no interior das cidades para que liberassem as ruas para o trânsito e poupassem as urbes

⁷ Idem, p.106.

⁸ CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 7ª Ed, 2002. p.173

modernizadas da visibilidade dos modos populares de uso dos mercados. Ainda, inúmeros objetivos podem ser encontrados nas ações dos poderes municipais sobre as feiras, sendo que, muitas vezes, a higienização e o bem estar da população quase sempre foram utilizadas como bandeira enganosa para escamotear intenções mais complexas na organização das vendas populares.

Existiram moldes de feiras livres diferenciados em todo o país. No caso do Rio de Janeiro, no início do século, elas foram instituídas como forma permitida de negócio mais barato, em detrimento da circulação de ambulantes desterritorializados de suas práticas tradicionais, que remontavam o comércio africano e representavam ameaças para as normas de higiene e limpeza⁹.

Estudos diferenciaram feiras de outros mercados cobertos, na literatura que trata do assunto do abastecimento. A diferença entre ser um local aberto ou fechado, murado, cercado, onde as atividades acontecem em galpões elaborados pelo poder público e não pela arquitetura própria erguida pelos feirantes, foi tomada como chave para entender estas disparidades. Nas palavras de Milton Santos, “os espaços inorgânicos é que são abertos e, os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores”¹⁰.

Podemos dizer que, em geral, houve uma retomada de práticas das feiras livres por antropólogos e historiadores, como forma de se aproximar de práticas populares nas urbes brasileiras. Vilma Nascimento¹¹ perpassou diversos temas de pesquisa sobre a formação da população de Salvador e as práticas urbanas cerceadas ou permitidas pelos poderes ali estabelecidos, por intermédio do estudo das artes dos comerciantes de ervas ambulantes, em Salvador. A riqueza de vivências na cidade que o comércio deste tipo agregava facilitou, por exemplo, que a autora revelasse tensões entre o popular e o erudito, a partir dos olhares da medicina a respeito do caráter da cura promovida pelas mercadorias em questão. Atreladas à religiosidade do candomblé, estas pessoas formulavam identidades na cidade de Salvador e seus pontos de venda conectavam grupos sociais dispersos no território da capital baiana. Na sua concepção de mercadorias que são vendidas por populares e são compradas por grupos também menos favorecidos, vemos uma amostragem de possibilidades de infinitudes de questões a serem pesquisadas nos mercados urbanos.

⁹ JESUS, G. M. Territórios da Modernidade: a criação das feiras-livres na cidade do rio de Janeiro. Disponível no site do X Encontro Nacional de Geógrafos, AGB, Recife (PE), julho de 1996.

¹⁰ SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996. Sobre esta diferenciação de racionalidade e de emoção no uso do espaço, devemos também relativizar a possibilidade de um essencialismo na afirmação de que o racional exclui necessariamente.

¹¹ NASCIMENTO, Vilma Maria de. Espaço e Memória: artes de curar e comércio de ervas em Salvador – 1950-2000. Tese (Progressão de carreira) Feira de Santana, 2002.

As feiras-livres na Bahia podem ser vistas no geral como ambiente de trabalho fundamental desde os séculos XVIII e XIX, no fornecimento de produtos alimentares para a população local e sendo composta na maioria das vezes por uma população de cor, liberta ou escrava.

Algumas feiras de destaque na Bahia já foram estudadas. Para citar exemplos. A feira de Santo Antônio de Jesus foi estudada por Hamilton Santos¹² que, enfocando o cotidiano destes trabalhadores, demonstrou que os mesmos também foram agentes construtores de um modo de viver no centro desta cidade do recôncavo baiano. Santos privilegiou a dimensão da autonomia, encontrada por alguns comerciantes na feira. Como ex-meeiros, posseiros, rendeiros, diaristas, descobririam no mercado uma alternativa, mediante descontentamentos com a realidade no campo. Além disto, o mercado possibilitou a muitas destas pessoas o estabelecimento de um vínculo com a cidade que perdurou por gerações.

Em seu trabalho ficou nítido o caráter difusor e aglutinador da feira de Feira de Santana em meados dos anos 1940, pois, os feirantes estudados em sua narrativa transitavam em Feira, onde buscavam mercadorias para vender em diversas “praças” na Bahia. Assim também, o deslocamento para São Joaquim foi citado constantemente, como forma de superar momentos de pouca movimentação na freguesia de Santo Antônio de Jesus.

Júlia Rosa¹³, ao estudar a feira da cidade de Camaçari, atribuiu aos feirantes as relações de fomento dos movimentos que consolidaram a formação da parte central da localidade. Portanto, se as feiras são indissolúveis da gênese de algumas cidades nordestinas, os sujeitos que as construíram, os feirantes, já vêm sendo destacados pela história como protagonistas de uma série de relações que sustentam arquiteturas urbanas, e história.

A prática dos mercados a céu aberto remonta configurações medievais de estabelecimentos de negócios entre regiões distantes entre si, como fronteiras sociais fundamentais na organização da economia agrária. As mercadorias que transitavam entre localidades longínquas e a produção mais próxima do campo dividiam nas feiras as atenções de populações inteiras em “dias de feira”, em busca de suprimento de necessidades não atendidas no cotidiano do interior das propriedades agrícolas.

¹² SANTOS, Hamilton Rodrigues. *Vidas nas Fronteiras: Práticas Sociais e Experiências de Feirantes no recôncavo Sul da Bahia. Santo Antonio de Jesus (1948-1971)*. Uneb. Dissertação de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. UNEB:2007.

¹³ BRITTO, Julia Rosa Castro. *Feirantes: do Centro Comercial à Nova Feira de Camaçari*. Dissertação de Mestrado.

Os sistemas de trocas facilitavam o abastecimento de produtos não encontrados em suas localidades. Esta clássica versão permite definir a correlação crucial entre o comércio das feiras e a existência das cidades como centro de economias predominantemente rurais que, aos poucos vem a se desfazer justamente no crescimento destes focos atrativos dos negócios, constituindo-se em formas específicas da modernidade, de vida pública e de política nas sociedades ocidentais.

O caráter plural de uma feira livre é visto tanto no que diz respeito à quantidade de trocas dadas na circulação de uma diversidade de mercadorias, quanto, num sentido mais complexo, no que toca aos encontros humanos neste tipo de ambiente. Estes se apresentam na realização de cada feira sob uma relativa efemeridade. Contudo, quando observados ao longo de certo período de tempo, em alguns casos, permite leituras sobre redes de relações sociais produzidas nas feiras, importantes na consolidação de identidades para os habitantes das cidades e grupos sociais específicos nelas estabelecidos.

Podemos nos questionar se estas definições simbólicas e materiais podem ser entendidas num estudo de qualquer feira livre ou se há especificidades locais nos arranjos de cada mercado, nas formas de negociação, nos laços culturais.

Milton Santos¹⁴ prefere afirmar que “cada lugar é, a sua maneira, o mundo”, seguindo a metáfora proposta por Pascal de que o universo teria o seu núcleo em qualquer parte. Acreditamos que, mesmo o pequeno universo da feira de Feira de Santana tem dimensões físicas e simbólicas imensuráveis num texto dissertativo. Aspectos de trocas subjetivas e grupais entre mundos diferenciados se conectaram durante anos e deixaram rastros no desenho da cidade, na memória dos feirenses e na forma de continuidade e dispersão no curso da história de milhares de feirantes que ali passaram.

Solidariedades foram montadas entre trabalhadores informais em outros canais de expressão, por conta da exclusão do beneficiamento como trabalhador “por carteira assinada”. Sabemos que, no caso do mercado informal no Brasil, ainda especialmente a partir dos anos 1930, abrigou o montante de trabalhadores negros que sofreram discriminações no ambiente industrializado e outros postos de trabalho formalizado, por diversas razões historicamente sustentadas na sociedade brasileira.

¹⁴ SANTOS, Milton. Op. Cit.

Os segmentos “marginais” aos setores hegemônicos dispõem de uma “cidadania parcial”, isto é, os trabalhadores em atividades como engraxate, vendedores de rua, pedreiros, biscateiros etc, tinham que construir a cada dia seu direito à sobrevivência, sem contar com o Estado para lhes garantir os direitos à educação, saúde moradia e segurança, disponibilizados a todo cidadão.²⁷

Se o mundo do trabalho em Feira de Santana pode se constituir nas estratégias encontradas pela população em trânsito entre as demandas do campo para com a cidade (o consumo) e vice versa, também os poderes das classes dominantes que aqui se instalaram, como já mencionamos, tiveram de maneira significativa aportados nesta forma urbana decirculação.

Iniciaremos o texto com um capítulo sobre a construção do Centro de Abastecimento em 1977. Os desdobramentos desta mudança, as resistências dos feirantes, conflitos e negociações pelo uso do espaço de calçadas, ruas e praças, são elementos que sugerem recuos nos capítulos seguintes. A saudade será tema abordado por meio do uso da fala dos feirantes em diálogo com outras fontes sobre 1977 e sua posteridade.

No segundo capítulo, buscaremos aproximação com os entrelaçamentos da vida dos feirantes e o comércio, quando o circuito diário da urbe era regido pelo movimento de vendedores ambulantes, barracas, lonas e demais apetrechos de seu trabalho. Mesmo a expectativa de realização semanal movimentava aquelas ruas, dias antes da segunda-feira. Neste recorte, de 1959 a 1964, utilizaremos o acervo do jornal Gazeta do Povo, Projetos de Lei da Câmara Municipal, depoimentos de feirantes e outras fontes auxiliares no processo de narrativa dos costumes feirenses da feira.

No terceiro, trataremos justamente das medidas tomadas imediatamente após o golpe de 1964, pela Prefeitura Municipal, analisando alguns objetivos federais para alteração no comércio de alimentos e de investimento industrial local. O destaque será dado para as fontes que permitirão certa aproximação com as classes dirigentes do processo. Também perceberemos grupos comerciais diferenciados se inserindo na “Praça do Comércio” e modificações na estrutura política de tratamento das questões populares em Feira. As medidas aí lançadas em propagandas e discutidas no legislativo, até meados de 1971/1972, não foram executadas em sua totalidade. Disputas políticas importantes, somadas ao convívio tradicional dos comerciantes com a feira geraram uma lentidão no processo que atingiu seu cume em seguida, de 1972 a 1976, quando, finalmente, a cidade conviveu com o noticiamento das transformações e as ações passaram sistematicamente a ser implementadas.

No quarto e último capítulo, tentaremos apresentar uma leitura da identidade do feirante com a cidade e com aqueles locais públicos. Intencionamos apresentar a vivência particular dos vendedores de alimentos em locução com a sociologia e a antropologia. As “alternativas de sobrevivência” de muitos trabalhadores urbanos moradores da zona urbana se intercalaram com as de sujeitos oriundos do campo nas suas idas e vindas ao mercado aberto daquelas ruas. Duas experimentações de prática coletiva no Centro de Abastecimento serão abordadas: A formação da Associação dos Feirantes, composta em sua maioria de comerciantes de atacado e os festejos à Santa Bárbara e Iansã, padroeira e protetora dosmercadores.

CAPÍTULO I

DESENCONTROS E EXPECTATIVAS APÓS A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ABASTECIMENTO.

A grande feira de
Feira Tá com seus dias
contados Vai sair do meio
da rua Vai prum lugar
centrado
E o
abastecimento Deverá
ser montado¹⁵

Novamente as calçadas das ruas do centro de Feira de Santana estão sendo tomadas pelos famosos comerciantes ambulantes notadamente na Praça João Pedreira e Marechal Deodoro onde alguns deles comerciam até com tomate, chuchu, maxixe, cebola e outros produtos, dando a impressão de que aos poucos a feira livre vai voltando ao centro desta cidade, tirando completamente a finalidade do Centro de Abastecimento que tanto dinheiro custou aos cofres públicos¹⁶

As duas referências, acima citadas, estão situadas no intervalo entre a construção, a inauguração e a tentativa de formalização do equipamento urbano¹⁷ que concentrasse as atividades de venda de alimentos, antes feita nas ruas da cidade de Feira de Santana, o Centro de Abastecimento. Na primeira, notamos a expectativa da mudança vindoura e, na segunda, a preocupação, na imprensa do abandono do novo local por parte de centenas de feirantes, após um ano.

Muitos vendedores e vendedoras voltaram para as ruas, recusando abdicar da feira realizada nas vias principais do centro¹⁸ e rejeitando o novo espaço. Tal retorno se deveu a diversos fatores. A sobrevivência de pessoas nas grandes e médias cidades brasileiras, por meio de trabalhos urbanos não cadastrados só tendeu a crescer, sem que houvesse espaços suficientes para abrigar novas modalidades de ocupação da área central da cidade. Não demorou muito tempo, após construído, o Centro não foi tão bem aceito, aumentando as preocupações dos administradores com a ocupação das ruas por pequenas barracas, carros de mão, caixotes e lonas, através dos quais estas pessoas ganhavam a vida.

¹⁵ MAXADO, Franklin. A feira de Feira vai sair do meio da rua, cordel, 1976.

¹⁶ A feira livre está de volta para o centro. Feira Hoje, 16 de Abril de 1978

¹⁷ MOREIRA, Vicente. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana, *O fogo febril que prometeu roubou das chaminés fabris: crônica da morte anunciada, da morte decretada e das reencarnações diárias de uma feira livre*. Feira de Santana, UEFS, 2001.

O termo equipamento urbano é usado por estudiosos da história urbana e da geografia do espaço público e, através dele, podemos entender como as projeções técnicas se distanciam das reais necessidades da maioria da população. “Os portadores de tais ideias seriam identificados no interior das classes dominantes ou das elites dirigentes, com destaque especial para o que se chamaria os “profissionais da cidade”: arquitetos, urbanistas, engenheiros, médicos sanitaristas e os demais técnico-burocratas encarregados de implementar os equipamentos necessários à intervenção urbana”¹⁹.

A construção do Centro de Abastecimento, em 1977, foi parte de um conjunto de medidas para organizar o comércio de alimentos, e destacou aquele mercado como o principal centro de compra e venda atacadista destes insumos, de Feira de Santana e da região. Para tanto, foi preciso que a administração montada no Centro, a partir de uma autarquia vinculada à Prefeitura com diretores nomeados pelo executivo, tivesse de lidar com a persistência de hábitos de feira e uma série de costumes conflitantes com os espaços internos do local. Como o controle do ambiente da feira não se completava com a construção de galpões e boxes padronizados, foi preciso reformular uma série de hábitos de compra e venda consolidados em Feira, como também negociar com o descontentamento de muitos feirantes.

O superintendente de abastecimento declarou a imprensa da época: “Quando aqui chegamos, a grita era geral por parte de todos e de modo que sentimos a necessidade de um remanejamento, colocando cada feirante em seu devido lugar”.²⁰

O Centro de Abastecimento não está funcionando como fora projetado para o ordenamento da feira-livre e a facilidade de locomoção dos feirantes e dos que o utilizam para suas compras. As vias internas estão praticamente intransitáveis, principalmente quando chove, cheias de lama e buraco, e muitas delas sendo invadidas pelos vendedores ambulantes²¹.

Esta notícia era um dos destaques da nova coluna do jornal, inaugurada em 1978, intitulada “Abastecimento”. Mudança dos dias de movimento na feira, alterações de localização, críticas sobre deslocamento e locomoção de consumidores, enfim: havia descontentamento. Após a ida para o Centro, os vendedores se dispersaram, o que, segundo os mesmos, interferiu na relação com a clientela, nos espaços de venda, em antigas vizinhanças estabelecidas.

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jetahy. *Muito além do espaço. Por uma História Cultural do Urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, página 286.

²⁰ “Superintendente e povo tem opiniões divergentes”. *Feira Hoje*, 01/1978.

²¹ “Centro de Abastecimento em desorganização interna”. *Feira Hoje*, 23/02/1978.

Como era de costume, a concentração da feira num dia da semana ocorria, entre outros motivos, porque a constância de um dia de pico no mercado era como a repetição de uma data festiva da cidade, um momento de encontro e expectativas. Muitos trabalhadores e trabalhadoras, durante orestanteda semana, lavravam a terra, colhiam, outros grupos realizavam na cidade outras atividades para ganhar a vida, além do que, o comércio ali existente acontecia em outras feiras, para onde muitos se deslocavam, como as feiras de bairro, indispensáveisno circuito de trabalho de produtores rurais e revendedores de alimentos em Feira. A transferência da feira invadiu esta organização cotidiana.

Por outro lado, os feirantes assinalaram melhorias na estrutura para as vendas, mas queixaram-se quanto à permanência de problemas sanitários e de organização no CAF. Se o Centro de Abastecimento não condizia com as expectativas da antiga feira, e foi apresentado como local racionalizado, a higiene, a organização e o funcionamento adequado nunca aconteceu por completo. De início, faltaram, por exemplo, pontos de ônibus, o que impediu, para os vendedores, disputar concorrência com comerciantes que se posicionavam mais ao centro da cidade. Em tempo, o projeto direcionou o comércio da feira livre para um local afastado, em 1977. Hoje, uma das principais avenidas feirenses, a Getúlio Vargas, se estendeu até as mediações do mercado. Porém na década de 1970, já acostumados com a centralidade da antiga feira, feirantes e consumidores reclamaram da falta de bancos, farmácias e outros atrativos nolugar.

Em contrapartida, a Prefeitura procurou plantar árvores, construir novas bancadas, calçar as vias internas e chegou a montar uma capela para Santa Bárbara, a padroeira dos feirantes, um ano após a mudança da feira. A tentativa explicitou a necessidade de sustentar um elemento simbólico no local, para atração da feira. Desta forma, o Centro de Abastecimento foi modificado aos poucos, tanto pela ação do executivo, como pelas práticas de feirantes e usuários. Expectativas nasceram e se frustraram e, novas relações comerciais se agregavam ao mercado de alimentos. Também nas ruas, o comércio “informal” destes produtos se expandiu, tal qual a comercialização de outros produtos sem pagamento de impostos e mesmo, de mercadorias contrabandeadas, que tomavam ainda mais as esquinas e praças feirenses.

E a feirinha de alimentos, pouco a pouco, retornou aos pontos mais conhecidos ou se estendeu para outros becos e praças. Por que motivos estas pessoas realizavam ali estas atividades? Seria somente por necessidade comercial? Havia fatores que os impulsionavam a voltar para as ruas... quais?

Houve, portanto, um caso típico de disparidade entre projetos urbanísticos unidos a uma organização do mercado que se chocaram diretamente com os interesses da população que usava a cidade – com outras necessidades e outras expectativas. Ainda que a população feirense em geral tenha sentido aquela mudança, os trabalhadores da feira tiveram o seu modo próprio de percebê-la e, portanto, de reagir. Sujeitos portadores da tradição viva da feirinha, eles eram a sua alma, os seus criadores, transmissores das práticas erguidas cotidianamente em laços de proximidade – de amizade, de coleguismo, feitos no trabalho com seus clientes, com o povo – como em relações conflituosas, com donos de loja, com guardas, fiscais e “políticos” feirenses. Este lugar de tradição, que foi invadido pela racionalidade do Centro de Abastecimento, resgatou-se entre feirantes e surpreendeu a expectativa dos planejadores da cidade. Pois, buscando ser sujeitos neste novo jogo, no qual não poderiam os feirantes mais ser os protagonistas do comércio nas segundas-feiras, expuseram o que tinham em mãos como armas: seus costumes, sua relação com a clientela, sua própria aprendizagem com os lojistas, demarcando assim, novos lugares na rua, no Centro e em outras feirinhas.

Através dos artifícios da História Urbana é possível encontrar nas dimensões cidadinas a ampliação da análise sobre os trabalhadores como atores/ sujeitos. Neste sentido, a aproximação por parte da história do trabalho com a categoria espaço, para a compreensão da experiênciado trabalhador brasileiro, abriu caminhos interessantes de pesquisa, ainda que sem abdicar da noção de conflito de classes²². Ao acompanhar a trajetória de vida de alguns feirantes selecionados como colaboradores da pesquisa, entendemos que o espaço público foi fundamental para sua inserção na cidade como trabalhadores, mediante o tipo de trabalho que realizavam. Para ser feirantes, necessitaram disputar o centro da cidade. As experiências dos trabalhadores da feiralivre se inseriram nas transformações do capitalismo e do avanço de relações sociais que criaram dificuldades para a sobrevivência de grupos de trabalhadores ligados ao pequeno campesinato, ou trabalhadores que se viram excluídos, mediante as grandes reformas urbanas do século XX.

A experiência da feira livre foi permeada de conflitos de ordens diversas entre os grupos de comerciantes da cidade e a sua formação foi também heterogênea. Nas entrelinhas das amizades e das negociações por local de vendas, havia, sobretudo, rastros de uma desigualdade social imensa, construída em diversas situações de exploração direta e indireta do trabalho. Como na feira de

²² Cláudio H M. Batalha afirmou serem os anos 1980 momentos de “ampliação, fragmentação e crise” do campo de pesquisas da história do trabalho. Por um lado havia os direcionamentos para os estudos referentes aos sindicatos e as lutas dos operários devido à “volta à cena” do operariado em 1978 com a greve do ABC paulista e, por outro, houve uma ampliação de temas para os quais puderam ser direcionados os problemas da história de trabalhadores, como o cotidiano, a história urbana e a cidadania, apresentadas sob variados matizes teóricos. BATALHA, Cláudio. *A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In FREITAS, Marcos Cezar de. (org) *Historiografia Brasileira em Perspectiva* – 5 ed – São Paulo: Contexto, 2003. Aqui, buscamos o encontro entre o viés explicativo da importância do espaço como de outras dimensões da experiência para o olhar sobre estes trabalhadores.

Caruaru, em Feira de Santana havia *de tudo que há no mundo*²³. Sendo este mundo a cruzada entre a orbe sertaneja e suas tradições, já em si permeada de conflitos, e as novidades resultantes do trabalho urbano em suas diversas faces. “Aproximadamente, cinco mil feirantes ocupavam uma área de oito mil metros quadrados (...). Aí vendiam produtos hortifrutigranjeiros, os mais diversos, dos mais diversos municípios baianos e também de outrosestados”²⁴.

Às vésperas da transferência da feira para o Centro de Abastecimento, esta caracterização do local e de seus freqüentadores era feita pela imprensa:

Na feira são comercializados produtos hortifrutigranjeiros, oriundos dos diversos municípios baianos, derivados de couro e barro, produtos avícolas, confecções, peças de eletrodomésticos, além dos produtos mais procurados pelos que aqui chegam, a carne de sertão e caças mais raras da região, paca, teiú, codorna, nambu, tatu e cotia²⁵.

Além dos alimentos, dava-se, naquele ambiente, o escoamento da produção de artesanatos e de produtos de fabricação feirense e de seus arredores. Baldes de lixos feitos de pneu, ervas para todas as enfermidades, móveis, doces, comidas típicas, farinhas, alimentos, roupas e calçados de todo tipo, vestimentas de couro, utensílios domésticos, sabões, produtos de limpeza, adereços para os cultos do candomblé... As trocas ocorriam em grande e em pequeno porte e as mercadorias, espalhavam-se em milhares de barracas e lonas, caminhões, carroças, burros e cavalos.

A construção do Centro de Abastecimento surgiu como cerne para conclusão de objetivos que há muito vinham já sendo construídos como: organização do comércio de grande porte, “limpeza” do centro da cidade e abertura das vias centrais para o trânsito de veículos, padronização comercial, incluindo-se relações de trabalho, sistema de créditos, pagamento de impostos e controle do comércio informal, além de políticas de controle de preços dos produtos de primeira necessidade. Todos estes se mesclaram no baluarte “transferência da feira”, indo de encontro a um costume enraizado fortemente em Feira de Santana, que é o de comércio nas ruas.

O que realmente mudou com o Centro de Abastecimento é um ponto de discussão que envolve a necessidade de pensar os sujeitos do processo ao qual nos reportamos. Os depoimentos dos feirantes são chave para indicar a intensidade desta mudança, vivenciada desigualmente.

²³ Luiz Gonzaga. Feira de Caruaru.

²⁴ MOREIRA, Vicente Deocleciano. *O fogo febril que prometeu roubou das chaminés fabris: crônica da morte anunciada, da morte decretada e das reencarnações diárias de uma feira livre*. Feira de Santana, UEFS, 2001, pág. 3.

²⁵ A Tarde, 31/12/1976. apud MOREIRA, Vicente. *Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana*, n.17, 1997, p. 306.

O ano de 1977 foi propagado como marco divisor de águas entre duas cidades. Este marco foi estudado durante quase vinte anos pelo professor Vicente Moreira²⁶. Segundo ele, a feira estaria, nos anos 1980, perdida em meio à propaganda de um progresso jamais alcançado, e quanto à vida rural e tradicional de Feira de Santana, superada portanto com a retirada da feira do Centro. Para ele, em 1976, houve a antecipação da morte da feira, com a decretação e a propagação dos objetivos de construção de um Centro de Abastecimento para abrigá-la, conclusão que tirou a partir da fala do Prefeito José Falcão da Silva²⁷.

Em seguida, ainda segundo Moreira, a morte da feira se deu quando o prefeito²⁸ assinou, em finais do ano de 1976, o decreto que instituiu a construção do Centro de Abastecimento e retirou dos feirantes o direito de permanecer no centro da cidade: “Dez de janeiro de 1977, segunda-feira, último dia da velha feira livre. O Decreto de Extinção, assinado pelo prefeito José Falcão (...) funcionara como uma sentença extrema, inapelável, uma pena máxima”²⁹. Na sua visão, o ocorrido foi desastroso e, ao interpretar um dos poemas do cordelista feirense Franklin Machado, de 1976, escreveu:

A rua e o céu são a alma de uma feira. Aprisioná-la entre quatro paredes de tijolo e sob um teto de amianto – ou seja, o Centro de Abastecimento – é o mesmo que sepultá-la numa carneira. (...) A feira não foi para lugar nenhum, porque ela morreu ali mesmo onde ela nasceu, onde sempre viveu³⁰.

Esta opinião é compartilhada por Helder Alencar, que comparou a mudança da feira de Feira com a modernização de outras feiras no país:

²⁶ Referência ao trabalho de progressão de carreira, mas há ainda uma lista de artigos publicados na revista *Sitientibus*, da Universidade Estadual de Feira de Santana (lista no final do capítulo), na qual o professor constantemente comunicava cada passo de sua pesquisa feita com a colaboração de uma equipe de bolsistas que entrevistaram feirantes, fregueses e intelectuais feirenses, além de recolher boa parte do material publicado sobre o “fim da feira” na imprensa da Bahia.

²⁷ Para ele, as posturas dos jornais locais possuem leituras mais próximas sobre o fim da feira. Em contraposição, é nos jornais da capital que ele consegue recolher os depoimentos que se referem contrariamente ao fim da feira, a uma possível “sobrevivência da velha feira” frente ao progresso: “*A cidade não comporta mais a feira que lhe deu origem: A feira, a razão da existência da cidade, deve desaparecer. A mãe feira, com sua tradição popular, sua poesia desarrumada, expulsa pela filha cidade pelo bem do progresso, do desenvolvimento e porque ela não precisa mais da sua atração*” *Tribuna da Bahia*, Salvador Ba, 27/10/1976 (apud MOREIRA, op. Cit. 1997, p.309).

²⁸ José Falcão era prefeito do MDB num governo antecedido pela administração Arenista. (Para tratar em breves linhas de toda sucessão dos prefeitos feirenses aqui trabalhados, temos a seguinte cronologia: 1955-1959: João Marinho Falcão; 1959 – 1962, 1962-1963: José Sisnando e Arnold Silva, 1963 – 1964: Francisco Pinto, 1964-1967: Joselito Amorim, 1967-1971: João Durval Carneiro, 1971-1973: Newton Falcão, 1973-1977: José Falcão, 1977-1983: Colbert Martins, 1983-1988: José Raimundo) No governo Falcão, a preocupação mais destacada era angariar os fundos necessários para o término de obras e projetos sistematizados antes do governo de Newton Falcão (Arena), pois este teve um embate político de cunho pessoal com o grupo político de Antônio Carlos Magalhães, que, segundo as memórias da família, impediu que Newton promovesse realizações e obras nascidas.

²⁹ MOREIRA. Op. cit, 2001, p. 44.

³⁰ Idem ib. p. 39.

Aqui, porém o fato é irreversível. A feira livre já não existe, pertence a um passado não muito distante e será sempre lembrada por um pedaço agora extirpado. A feira livre viverá, tão somente nas recordações dos feirantes que não tem medo, receio ou vergonha de defenderem a existência da feira, pois sabem que ela poderia, perfeitamente, viver de mãos dadas com o desenvolvimento³¹.

Segundo o Feira Hoje, em reportagem especial sobre a mudança da feira, esta teria sido *bode expiatório de muita coisa que não era culpada*. Não só ela havia sido alterada. Ressalte-se outras mudanças ocorridas em Feira, como o fechamento do Mercado Municipal, que, em 1976, ainda era local de venda de carne verde e caças. Demonstrava-se, assim, que um conjunto mais amplo de práticas foi alvejado.

Com ela, terminou o folclore do setor do gado, o pandemônio da área de utilidades, o multicolorido das barracas e dos artigos oferecidos, a multidão de compradores e curiosos, o pregão da literatura de cordel. Com a feira-livre morreu a velha Feira de Santana do troca troca indiscriminado e da pechincha, nascendo a nova Feira de Santana da era das CEASAS e do abastecimento racional³².

Houve perdas inenarráveis. A feira em sua riqueza tem muito mais a ser deixado para trás em mudanças que não podem ser vistas apenas como alterações espaciais, arquitetônicas ou organizativas. Consideradas específicas pela sua periodicidade própria, as feiras possuem mais do que o comércio, mas uma rede de relações sociais fundamentadas, encontradas na sazonalidade³³ dos encontros e na infinidade de trocas e de vivências que ocorrem em seu entorno. Os mercados abertos, como os das muitas CEASAS divididas em grandes galpões, mesmo possuindo boa parte das formas de solidariedade entre trabalhadores e de redes internas de seu comércio, perderam parcela importante das expectativas de encontros, do lazer, das práticas aparentemente corriqueiras de uma feira e são normatizadas por regras externas da administração pública³⁴. A feira de Feira teve também, neste sentido, seus prejuízos com a mudança de local. Às segundas-feiras³⁵, dia em que os feirantes movimentavam não só o circuito interno da feira, mas a vida comercial de toda a cidade, as ruas eram experimentadas de outras maneiras.

³¹ Helder Alencar apud MOREIRA. Op. cit. 1997, p. 319.

³² “Centro de Abastecimento: o fim de uma tradição”. Feira Hoje, 1/01/1980.

³³ Sobre o assunto ver ainda SANTANA, Charles. *Fatura e Ventura Camponesas. Trabalho, cotidiano e migrações. Bahia 1950-1980*. Annablume, 1998.

³⁴ Filgueiras, Beatriz Silva Castro. *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o mercado central de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. UFRJ – Rio de Janeiro: 2006.

³⁵ As feiras ocorriam às terças-feiras até 22 de Dezembro de 1854, passando, posteriormente a ser realizada no domingo, coincidindo com as missas. Assim, por influencia do Padre Ovídio, a feira passou a ser feita nas segundas-feiras desde 1874.

“Tudo era expectativa, era tensão, até que chegava o grande dia da grande feira nordestina: a segunda-feira. (...) Começava nas quartas-feiras, semanalmente, o movimento humano na direção da montagem ‘oficial’ da feira livre”³⁶. Assim é que, tradicionalmente marcada para as segundas-feiras, aos poucos os feirantes estacionavam seus pontos de venda cada vez mais ao longo dos outros dias da semana, o que se tornou um dos motivos levantados pelo Projeto Cabana³⁷ para intervenção na instalação das barracas.

A espera da segunda-feira gerava uma organização operacional precedente a ela (em artesanato, em produção agrícola, em fabriquetas de velas, sabão, colchões de mola, cestos, chapéus, sapatos, nas viagens em busca de produtos para venda, caças) e um cotidiano diferente. Neste sentido, a construção do Centro de Abastecimento mudou o ritmo das trocas, e uma infinidade de relações sociais erguidas na feira e alimentadas semanalmente.

Apesar dos prejuízos, as experiências sustentadas naquela feira livre, ao longo de sua existência, deixaram um legado que não se findou com a transferência espacial de suas atividades e nem com a atuação do poder público em seu funcionamento. Mesmo os laços com o campo, no comércio feirense de alimentos, seriam mantidos de outras formas, com novas roupagens. O Feira Hoje noticiou, em 1978, que a feira ainda estava por toda a cidade:

Ao que tudo indica não terminou por completo a feira livre do centro da cidade, mesmo com a transferência da grande feira para o Centro de Abastecimento, construído para este fim. Em todos os pontos centrais, como sejam Praça da Bandeira, João Pedreira, e mais particularmente na Bahia, os vendedores ambulantes se acumulam, já chegando ao ponto de os transeuntes encontrarem dificuldades para se locomoverem (...) Por sua vez a Prefeitura ainda não se pronunciou a respeito do problema que a cada dia que passa vem se agravando com impressionante rapidez e fazendo com que os próprios comerciantes estabelecidos na Praça Bernardino Bahia e na rua Vitorino Gouveia façam sérias restrições ao que vem ocorrendo naqueles locais³⁸.

Parece, portanto que é justamente a partir da mudança de parte da feira para o CAF que os conflitos entre a fiscalização das ruas e os feirantes passaram a se agravar. Não foram poucas as notícias, desde então até os dias atuais, que mencionaram reclamações de lojistas e afrontas vindas de vendedores de rua aos fiscais. O controle dos negócios de rua, mais do que nunca, fazia dos feirantes, sujeitos antes tradicionais naquele espaço, alvos da imputação de ilegalidade.

³⁶ MOREIRA. Op. cit, p. 23.

³⁷ Projeto da Prefeitura destinado, entre outros objetivos à transferência da feira livre.

³⁸ “A feira livre está por toda a cidade”. Feira Hoje, 14/09/1978;

O passeio tornou-se cada vez mais objeto de disputa entre lojistas e camelôs, baganeiros, carga e descarga de mercadorias, carregadores e os elementos da feirinha que impediam a visão de vitrines ou que insinuavam concorrência com os produtos vendidos nas lojas. A feira ocupava, até meados do início da década de 1970, as ruas por privilégio, e não as calçadas.

Neste período, os conflitos entre feirantes e lojistas acomodaram-se de maneira particular, na negociação do uso da parte da frente das casas de comércio, mas, cada vez mais, o ficou explícito. Em 1978, o próprio Clube de Diretores Lojistas interferiu na questão, com o projeto que estabeleceu as calçadas da Rua Sales Barbosa como local de vendas ambulantes, que vinham crescendo consideravelmente, tais como as de roupas, sapatos, cintos, e outros. Neste caso, de mercadorias que imitavam as das butiques das Avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos. Tal atitude demonstrou a tentativa de acomodação de pequenos comerciantes não lojistas nos espaços centrais da cidade³⁹.

Vale ressaltar que o mercado já havia sofrido uma série de intervenções durante outros processos que fundamentaram a circunscrição de Feira enquanto Município baiano na segunda metade do século XX⁴⁰. Na atualização destas medidas, em conjunturas de urbanização no Nordeste, e outras de necessidades locais de organização, aos poucos muitas atividades tradicionais ganharam o título da informalidade.

O afastamento de atividades populares do centro não é novidade desde o início do século, mas consideramos que a partir dos anos 1950, este quadro ganhou novos contornos. O crescimento de Feira ocorreu como nas demais grandes e médias cidades nordestinas. Sua indústria, até então, era calcada em capitais locais, como na produção de velas, sabão, calçados, produtos de limpeza, beneficiamento de couro. Não só consumidores, mas migrantes de várias regiões, chegavam para encontrar uma forma de viver em Feira⁴¹.

³⁹ “CLD insiste em fazer da Sales Barbosa um Calçadão”. Feira Hoje, 20/10/1978. Neste caso, em se tratando de vendedores de

rua em geral

⁴⁰ É sabido que várias eram as taxas cobradas desde 1860 sobre a realização da feira semanal, principalmente sobre aquelas mercadorias vindas de outras localidades, como forma de proteger os comerciantes locais, a exemplo das cobradas nos estâbulos construídos na feira, para venda de gado em pé. POPPINO, Rolie. Feira de Santana. Salvador: Editora Itapoã, 1968.

⁴¹ Em 1970, 42,06 por cento dos moradores da cidade eram feirenses “natos” e 49,03 eram de outras cidades da Bahia. 8,63 por cento eram de outros Estados. Destes, os ditos “forasteiros”, somavam portanto 57, 94 por cento, segundo o jornal Feira Hoje, sendo mais numerosos os pernambucanos, sergipanos e mineiros. Feira Hoje, 30/12/1979

Por ser entroncamento, ponto de passagem obrigatório do litoral para o sertão, significativo para toda a Bahia e Nordeste, Feira atraía pessoas de várias cidades circunvizinhas, e mesmo de outras regiões. Sergipanos, pernambucanos, capixabas, chegavam constantemente e a feira cresceu. Suprimiam-se alguns campos de trabalho. Na década de 1970, as alterações nos negócios com o gado se desdobraram em incontornáveis modificações dos modos de vida dos habitantes da cidade, não só para aqueles que estavam diretamente atrelados ao comércio de gado e derivados. A forma de produção e distribuição passou por transformações desde as fazendas, das pequenas criações, aos frigoríficos e vendas de carne a céu aberto.

Hoje em dia os frigoríficos imperam, compram tudo, lá mesmo na fonte. Por isso eu acho que a feira vai acabar desaparecendo, a feira do boi. Com isso também os vaqueiros é que estão sumindo, tem muito vaqueiro desempregado e outros estão cuidando em outra ocupação.⁴²

Segundo o entrevistado do jornal *Movimento*, os vaqueiros já, há muito tempo, perdiam seu espaço na feira do gado, que antes era realizada no centro da cidade. A permanência de magarefes no centro em bancas abertas foi cerceada, como também a feira do gado em pé veio a sair das proximidades da área urbana central. Na conjuntura, esta já teria mudado de local diversas vezes. Currais, denominados *Campos do Gado*, sendo o primeiro deles na Praça D. Pedro II, conhecida nas suas adjacências como *Campo da Gameleira*, onde já havia balanças para pesagem (pois no início das vendas a compra ocorria mesmo *a olho*⁴³). “Em 1959 e 1962, durante a segunda gestão do prefeito Arnold Silva, os Currais Modelo foram transferidos dos arredores da zona central (...) para um local mais distante, no bairro da Queimadinha, no cruzamento da rua principal com a Avenida Maria Quitéria”⁴⁴. Retirada a feira do gado do eixo central de comércio, permaneceria ali ainda a feira livre de alimentos e o mercado de carne verde, adequando-se ou não às normas exigidas na pesagem da carne ou inspeções. Quando o Centro de Abastecimento foi construído, o mercado de carne e comércio de miúdos, este último realizado em sua maioria por mulheres, foi deslocado para lá. Estas vendas se restabeleceram de certo modo nas feirinhas de bairro, como a estação Nova, cidade Nova e bairro do Tomba.

de Ipirá, Cruz das Almas, Tanquinho, Amélia Rodrigues Vêm das fazendas, dos sítios,

⁴² entrevista fornecida ao antropólogo Murilo Carvalho, da coluna que dedicou duas páginas especiais sobre a Feira de Santana. Jornal o Movimento.

⁴³ OLIVEIRA, Izabel Lorene Borges de. *Apolo e Dionísio da festa de feira: cantadores, cordelistas, vaqueiros... da feira livre de Feira de Santana (Bahia)*, Feira de Santana: UEFS, 2000.

⁴⁴ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. *Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano*. Doutorado em História. UFPE, Recife: 2008 p. 43.

Circundavam o mercado central de carne, até 1977 toda a feira de alimentos, varejista e atacadista. O produto que atraía as atenções era a carne. Ali as pessoas vendiam e compravam, abastecendo-se para a semana, mas as feiras do gado e a feira livre geral foram separadas como a pecuária tradicional feirense e as relações sociais que a reproduziam. Ao entardecer de domingo eles começam a chegar. Vêm de Alagoinhas, de Santa Mônica,

das roças, dos povoados de muitas léguas ao redor de Feira de Santana. São milhares de agricultores que vão chegando com seus produtos para a grande feira Antes, aquele comércio incipiente, do metal, da pólvora, do sal, do vinho, do azeite, dos tecidos de algodão, nacionais e estrangeiros. Da pecuária, com as primeiras tropas de burro e os carros de boi primeiros, hoje substituídos pelas enormes carretas, que fizeram evoluir a forma de se comercializar gado, mas descaracterizaram a famosa feira do gado.⁴⁵

As áreas de pastagens na chamada micro-região (subsistema urbano regional de Feira de Santana) na qual Feira de Santana ocupava lugar de núcleo, tenderam a crescer a partir da década de 1960 e, a população rural decresceu⁴⁶. Vários são os fatores apontados como causa destas mudanças, mas o principal deles, segundo a avaliação da SUDENE, foi a extensão de práticas mais *modernas* nas atividades rurais de toda a região, indo desde a mineração, cultura de café,

agricultura de cereais à pecuária melhorada. Tomando Feira como centro de um subsistema formado por mais 80 Municípios baianos, calculou-se que houve uma diminuição de população nos Municípios menores e mais voltados para a atividade agrícola (um exemplo é São Gonçalo dos Campos, que de 1940 a 1950 tem sua população em crescimento negativo de 0,1 por cento e de 1970 a 1980, crescendo apenas 0,3 por cento, enquanto Feira de Santana, no mesmo período, apresenta taxas de 3 por cento e 4,4 por cento.) Para a SUDENE, esta realidade podia ser vista também no Município feirense. Houve durante um maior investimento na chamada *pecuária melhorada*, um enfraquecimento da formação de postos de trabalho para vaqueiros na atividade, com o reforço de cobranças de capacitações técnicas que tais trabalhadores não atendiam.

De um lado, Feira de Santana situava-se num território cujas fronteiras se faziam entre fazendas de gado e um cinturão de lavouras de abastecimento alimentar. Em 1985, os Municípios que compunham a região centralizada por Feira eram: Água Fria, Anguera, Antonio Cardoso, Castro Alves, Coração de Maria, Elísio Medrado, Feira de Santana, Iaçú, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Ouriçangas, Pedrão, Santa Bárbara, Santanópolis, Santa Terezinha, Santo Estevão, Serra Preta e Tanquinho.

⁴⁵ As localidades são municípios próximos à Feira de Santana e a reportagem foi publicada pelo jornal O Movimento.

⁴⁶ MELO E SILVA, Sylvio C. Bandeira. SILVA, Bárbara. LEÃO, Sônia de Oliveira. *O subsistema Urbano-regional de Feira de Santana*. SUDENE, 1985.p. 84.

Neste período, a SUDENE localizou como principal atividade a pecuária “em função da feira de gado em Feira de Santana, [no entanto] com grande expansão dos estabelecimentos com pastagens artificiais, para a criação de gado de corte e de leite, além das atividades de recria e engorda ⁴⁷. A preocupação da SUDENE, no estudo citado, era apresentar aos governos locais propostas de investimento para a agricultura que diminuíssem os problemas sociais, segundo o estudo, gerados com o crescimento da população urbana desempregada e sub-empregada. Os intelectuais propunham uma melhor oferta de condições de trabalho para a agricultura familiar. Segundo os geógrafos,

Esta expansão espetacular das pastagens deveu-se a uma série de fatores, dentre os quais vale ressaltar a política agrícola do Governo, que tem estimulado muito mais a pecuária do que as lavouras (...), reforçada pelas alterações das relações de trabalho no campo, tem contribuído bastante para a migração da população rural⁴⁸.

Os técnicos visavam aplicar projetos de crédito rural e combate à seca, avaliando que os efeitos dos problemas no campo convergiam para a cidade sede. Partiam da premissa de que dentro da região, Feira possuía potencial para beneficiamentos de matéria-prima que não foi aproveitado adequadamente na década de 1970, período que teria gerado vários problemas urbanos para a década subsequente.

O comércio ambulante do centro da cidade passou a ser alvo principal das diretrizes Municipais de atualização das formas de entrelaçamento entre as atividades da economia rural com o setor industrial. Do próprio Município de Feira, entre 1960 e 1980, a produção do setor primário caiu de 56,33 por cento para 15,47 por cento, crescendo o secundário de 8,01 para 24,05 por cento e o terciário de 35,66 para 60,48 por cento⁴⁹. As atenções se voltaram assim, cada vez mais para o potencial comercial da cidade, porém sob moldes que não o da feira livre e da produção primária de subsistência.

Agregada a estas mudanças, problemas de distribuição de emprego e renda demonstravam seus efeitos nas atividades do centro da cidade, no crescimento do número de vendedores e vendedoras a cada ano. Para o governo municipal, a questão do *inchaço* da feira precisava ser resolvida e as intenções de mudança apontavam para retirada da feira dali como passo fundamental para encaminhamento do nunca alcançado desenvolvimento feirense.

⁴⁷ MELO E SILVA (et al) Op. oit, 1985. p.40.

⁴⁸ Idem, p. 81.

⁴⁹ MELO E SILVA (et al) Op. cit, 1985. p. 128, 129, 130.

Assim dariam os passos iniciais para o abandono do que estaria atrasando a caminhada de Feira para o tãoalmejado *progresso*. Porém, a cidade não deixaria seus laços culturais e sociais com o rural completamente para trás.

Principalmente os elementos de exclusão e exploração pouco foram alterados, como a rede de interdependência do atacado com o distribuidor *a varejo*. As vendas prosseguiram após 1977, sendo mantidas por via de uma estranha relação de perseguição ou de *vistas grossas* aos vendedores de rua. Por outro lado, os pequenos feirantes mantiveram sua festividade, parte dos seus laços e das suas solidariedades que, bruscamente atingidos, não se findaram. Os homens e mulheres persistiram na labuta pela existência dos elementos da feira, seja no Centro de Abastecimento, seja em outras feiras, seja narua.

1.1 – Os feirantes e a imprensa: primeiros olhares sobre o Centro de Abastecimento.

As perspectivas sobre o caráter da mudança e as reações diversas são retomadas aqui como forma de lançar questionamentos sobre a transferência da feira. Cabe, portanto, apresentar a construção de alguns depoimentos orais para alcançar o objetivo de entender o papel do CAF na vida dos feirantes e, ao mesmo tempo, demonstrar como os relacionamos com a leitura da imprensa sobre o fato. Nem uma nem outra fonte se torna suporte, mas sim, essência de um debate sobre olhares voltados para o Centro de Abastecimento do ano de 1977.

É necessário ainda encontrar artifícios metodológicos para tratar do controverso grupo de feirantes de alimentos como sujeitos dos grupos subalternos⁵¹. Como não deixaram documentos escritos no período, os depoimentos de algumas pessoas tornaram-se indispensáveis. Não só por este motivo, mas porque as nuances apresentadas na construção de um texto falado traz riquezas a serem exploradas na escrita do tema. Em se tratando do uso de depoimentos orais, as sutilezasearmadilhas da escolha por este material de pesquisa precisam ser explícitas, em qualquer narrativa que se aproxime de algum tema da história a partir de suas estratégias.

⁵¹ O termo foi usado por Gramsci ao estudar movimentos populares italianos ao longo da história que antecedeu o fascismo. Há uma tendência em perceber que os grupos populares que se expressaram politicamente (limitados e mais restritos que as estratégias encontradas pelos grupos dominantes para exercer o poder), deixaram marcas nas instituições sociais italianas, como a Igreja, por conta da apresentação, por parte destas ações populares, das suas necessidades específicas frente ao Estado moderno, quando este se consolidava. Assim, o uso de “grupos subalternos”, passou a ser usado para abrigar, de maneira ampliada, o conjunto de sujeitos que, coletivamente estão dispersos na sociedade civil por não conseguirem agregar suas demandas e projetos numa só classe. É justamente esta dispersão que lhes confere o caráter de subalternidade. Aqui, não acreditamos ter existido a

montagem sistemática, por parte dos pequenos feirantes, de um conjunto de necessidades a serem atendidas. Mas ainda assim, são camponeses, trabalhadores urbanos, ganhadores e ganhadoras que transitaram entre situações políticas diversas enquanto trabalhadores (como sindicatos rurais, em condutas políticas com vereadores e outros sujeitos, de maneira individualizada, ou em pequenos grupos) e, sua história encontra-se dispersa em fragmentos de ações na sociedade civil. Acreditamos ser possível, de maneira mais genérica, percebê-los enquanto tais.

Com efeito, algumas das práticas e crenças da chamada História Oral ‘militante’ levaram a equívocos que convém evitar. O primeiro deles consiste em considerar que o relato que

resulta da entrevista de História Oral já é a própria ‘História’, levando à ilusão de se chegar à ‘verdade do povo’ graças ao levantamento do testemunho oral⁵².

A sensibilidade às subjetividades dos entrevistados é marcante na maioria dos trabalhos de história oral e se faz ponto importante na sua metodologia. Sendo assim, o aspecto subjetivo é articulado como traço fundamental da pesquisa, ou como componente de montagem de problemáticas outras, dependendo do referencial teórico que norteia o trabalho do historiador. Muito se discute que a produção de um documento oral carrega consigo um traço de subjetividade mais marcante do que em outras fontes que venham a ser utilizadas, isto porque é no próprio ato de entrevista que algumas intenções do interlocutor são despejadas na relação com o entrevistador/pesquisador.

Uma entrevista de história oral não apenas fornece relatos de ações passadas, mas é ela mesma um conjunto de ações que visa determinados efeitos - efeitos que se pretende que ajam sobre o interlocutor na própria entrevista, e efeitos que se pretende que repercutam para além da relação de entrevista (...)⁵³.

Uma das mais ricas contribuições da história oral está justamente na permissão de uma aproximação do pesquisador com dimensões não conhecidas da elaboração subjetiva das experiências sociais, podendo perceber inclusive os projetos não realizados que compunham tais percursos de vida⁵⁴.

No ato da entrevista, é possível perceber as escolhas do narrador/ colaborador do que dizer e de como dizer algo àquele (a) acadêmico (a) que o(a) aborda com modernos gravadores digitais, cadernos de anotações e todo um arsenal que garante a produção oficial de um documento. Este momento se apresenta como uma construção histórica de fontes. Os “ruídos” encontrados no desenrolar de uma gravação tornam surpreendente o ato de dialogar com pessoas que são ao mesmo tempo sujeitos do fato narrado e veículo das informações, mais precisamente, de uma memória que conjuntamente fazemos esforço por trazer à tona.

⁵² PINSK, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.158. Fica claro, portanto, que ser feirante não gera uma

identificação direta com este trabalho, sendo que muitos se identificaram com outras profissões que exercem.

⁵³ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p 114.

⁵⁴ PINSK. Op. cit, p. 164

Esta relação aconteceu por exemplo, quando da entrevista de Jacira Santos, que buscou promover pontes entre a sua memória com a minha, a fim de montar uma imagem da feira que não mais existe concretamente.

Eu era menina na época por isso que eu não lembro muito de detalhe, mas lembro. Se for pra tu fazer uma História, tu usa a imaginação, tu lembra como eu tou te contando. Era assim tipo a feira de Tanquinho, aquele negócio tipo sertão mesmo, sabe? Aquela feirinha humilde, todo mundo ali comprando, mas humilde, espalhado ali por cima, na Senhor dos Passos, Marechal, ali tudo, Casa das Lâmpadas, Casas Pernambucanas, toda aquela área ali que hoje é comércio, tudo era a feira. (...)

A feira era assim, tipo Tanquinho, agora hoje não, hoje está melhor que a de São Joaquim. Hoje você fica a vontade, em São Joaquim você não consegue andar, era quase idêntica a aí. Se bem que esvaziou, né? Você quer saber mais ou menos, quando você for em Salvador, dê uma andada ali⁵⁵.

Durante a pesquisa, para se entender elementos em comum num grupo, é mesmo possível, por exemplo, detectar repetições numa série de entrevistas. No caso deste trabalho, o caminho citado foi utilizado em parte, porém de maneira menos sistemática. Apenas informalmente, questionamos vários feirantes numa sondagem inicial. Pareceu mais proveitoso quando os próprios entrevistados se dispuseram a apresentar outros possíveis entrevistados, geralmente como pessoas que viveram situações semelhantes às suas. Ou seja, o chamado “efeito bola de neve” foi importante no processo de *achamento* de uma rede de relações entre feirantes na feira livre. A memória em termos de grupo foi mais explícita desta forma, do que quando vasculhada nos elementos comuns em diversas questões pré-elaboradas. Os feirantes foram apontando situações de trabalho e apresentando-me uns aos outros, o que ajudou na escolha de pessoas para serem entrevistadas na feira da estação nova, na rua e no CAF. Assim, alguns marcos apresentados pelos próprios entrevistados foram escolhidos para lidar com um universo amplo de pessoas e estabelecer contato com grupos dispersos pelo centro. Um exemplo foi o momento em que algumas pessoas voltaram para o centro da cidade, anos após a construção do Centro de Abastecimento. Como diz Verena Alberti, foi preciso encontrar *trechos citáveis*, quando as entrevistas ensinam ao pesquisador mais do que versões do passado, mas se apresentaram carregadas de acontecimentos que são informações únicas sobre a realidade⁵⁶.

⁵⁵ Depoimento de Jacira Santos, gravado em 19 de Abril de 2006.

⁵⁶ ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

A experiência é coletiva, porém os percursos de vida são diferentes e carregados de subjetividades, que fomentaram reações diversas. Muitas pessoas voltaram a comercializar o produto na Avenida Senhor dos Passos e travessas próximas, apresentando leituras próprias sobre o fato. Esta subjetividade nos levou para outras teias de relações, e assim destacamos processos comuns.

Na concepção de Milton Santos, “uma dada situação não pode ser plenamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixamos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam”⁵⁷. As falas não são vistas de uma forma isolada, pois o tema em questão não é o subjetivo, mas o entrelaçamento e os conflitos entre os indivíduos. O olhar de cada um é representativo no que diz respeito a como as pessoas se vêem realizando o seu trabalho.

Como houve memórias diferentes a respeito do fato transferência da feira, buscamos encontrar acontecimentos anteriores e posteriores a inauguração do Centro de Abastecimento que possibilitassem tirar as atenções do marco de 1977, fornecendo uma leitura mais vagarosa da transformação e uma demarcação mais ampla dos motivos de deslocamento das pessoas para o CAF. Tentaremos, a seguir, acompanhar alguns passos importantes dados para esta ruptura e localizar reações dos feirantes de alimentos.

Escolhemos, portanto, o que tem sido identificado nas rodas de pesquisadores da História Oral como *História Oral Temática*, na qual os elementos ditos *externos* às trajetórias de vida dos entrevistados delineiam conjuntamente com os fatores subjetivos os termos da narrativa⁵⁸. As versões da história são postas em jogo, nas falas e nas fontes escritas, nos seus cruzamentos e desencontros.

Como tivemos oportunidade de discutir, a feira livre tal qual se realizava no centro da cidade era uma experiência social compartilhada em Feira de Santana não somente entre feirantes e consumidores, mas entre classes sociais diferentes⁵⁹. Ela não era um terreno homogêneo de trocas de informações, mercadorias e referências culturais. Foi, sim, uma tradição, reconstruída, moldada sobre de conflitos. Deste modo, os setores dominantes da sociedade feirense, como cada feirante que ali expôs os seus produtos, foram delineadores de seus contornos.

⁵⁷ SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 253.

⁵⁸ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 38 a 42.

⁵⁹ PENELU, Larissa. *A feira e a nova Feira. Tradição, costume e conflito em Feira de Santana – Bahia. 1967-1977*. Monografia de Especialização em História da Bahia. UEMS, 2008.

As dimensões da sociabilidade, da reciprocidade, da solidariedade e das trocas internas do grupo de feirantes que vendiam alimentos em pequenas quantidades – e que por si já era um grupo composto por pessoas em situações de autonomia e exploração diversificadas – são tratadas como uma rede própria, contudo, necessariamente montada em locução constante com a sociedade feirense.

Na sua extensão, barraqueiros, vendedoras, donas de casa, cordelistas, turistas, donos de loja, madames e *meninos de recado*, puderam se esbarrar uns com os outros, mantendo diálogos e acirrando diferenças durante as segundas-feiras e em torno de seus preparativos. Alguns feirantes moravam ali mesmo, na rua.

Eu cheguei aqui no dia 1 de Agosto de 1970. O que eu trouxe pra aqui só foi minha esposa e o menino, o fogão e uma lata de carvão e uma lona pra dormir (...)
No outro dia, (...)eu vim passar de noite, nesse tempo só trabalhava eu aí, (...) o povo foi botando a barraca, botando a barraca, quando pensou que não, já tava lotado aí foi de casa, n foi de barraca não. Era casa⁶⁰.

O novo espaço, em 1977, racionalizado e fechado, ofereceu limites (oficiais) à expansão da feira nas ruas e aproximou aquela atividade ao modelo das *ceasas* construídas em todo país, desde os anos 1950. O plano, na pauta, oferecia boxes *de acordo com o volume de vendas*⁶¹ de cada um e determinou 15 dias como prazo para os feirantes saírem dasruas.

O fator continuidade de vendas além da segunda-feira e de horários previamente acordados era uma das argumentações do poder público para saída da feira e foi mencionado pela imprensa como elemento explícito de desorganização do centro. Pessoas (feirantes e consumidores) foram entrevistadas pelos jornais da cidade e foi possível perceber que muitos acharam curto o prazo, reclamaram, resistiram a ir, ou desistiram e foram para outros mercados. VicenteMoreiramostroufalascontraoprojetoemboapartedeseustrabalhosdepesquisa⁶².

Entre intelectuais preocupados com o turismo e lojistas receosos com o movimento comercial, os baganeiros (vendedores de frutas e verduras) mencionavam a dificuldade de locomoção, a queda do movimento com a concorrência de supermercados, e mesmo, um feirante alegou que, se aPrefeitura estava preocupada com a limpeza, que construísse sanitários públicos e atualizasse a coleta de lixo⁶³.

⁶⁰ Entrevista Com Sr. José Santos. Mais detalhes adiante.

⁶¹ Prefeitura Municipal de Feira de Santana – Projeto Cabana, 1968.

⁶² MOREIRA, Vicente. Op. cit.

⁶³ MOREIRA, Vicente. Projeto Memória da Feira Livre. Outras Palavras. Revista Sitientibus, UEFS: 1994, p. 193-200.

No início da recepção do Centro de Abastecimento, muitos registros foram feitos e o vasto material foi recolhido por Vicente Moreira, que publicou recortes comentados de reportagens.

À primeira vista, numa revista ao noticiário local, a feira foi movida pelo interesse dos comerciantes lojistas, através da constante presença da Associação Comercial de Feira de Santana nos pronunciamentos a respeito da insatisfação *da cidade* com o mercado a céu aberto. O lixo acumulado após as segundas feiras e a suposta concorrência entre ambulantes e lojistas foram os fatores alegados como atraso diante da cidade que já apresentaria todos os requisitos para ser considerada “moderna”: uma universidade, um observatório astronômico, um centro industrial, estradas conectadas à capital, sinaleiras e asfalto, além de uma população que dobrava a cada dez anos.

Para o comerciante, a feira livre traz enormes transtornos além da queixa da concorrência desleal, na medida em que lá se vende quase de tudo que vendem os comerciantes estabelecidos. A confusão provocada no trânsito da cidade e o grande número de veículos de carga também contribuem para acelerar as críticas à existência da feira⁶⁵.

A acusação de concorrência entre os trabalhadores de rua e lojistas parece estranha, quando observamos o comportamento do comércio lojista em outras situações comerciais nordestinas. Ao estudar a feira de Brejo Grande, Sergipe, comparando-a já com outras feiras, americanas e sul- africanas, Luiz Mott notou a conveniência de que os mercados abertos geralmente fornecessem aqueles gêneros de subsistência *que o comércio estabelecido não estaria em condições de a contento satisfazer*⁶⁶: produtos mais baratos, dadas sua condição de produção, tendo como consumidores, em maioria, pessoas de baixa renda.

A Associação Comercial de Feira tinha como foco para a mudança da feira justamente a queixa quanto à ocupação das calçadas. No entanto, já observamos que, após 1977, a troca de favores entre vendedores menores e os donos das lojas, como o uso das lojas como ponto para guardar mercadorias não foi deixada de lado.

⁶⁵ MOREIRA. Op. cit. 1997, p. 312.

⁶⁶ MOTT, Luiz. *Estrutura e função das feiras rurais no Nordeste do Brasil: o caso da feira do Brejo Grande*, Sergipe: 1979, p. 71.

Há indícios de que a retirada da feira do eixo central do comércio não era consensual. Na leitura do jornal *A Tarde*, da capital baiana, nota-se uma possível convergência entre os motivos levantados pelos comerciantes lojistas e a esperança da manutenção das características da feira:

Para os líderes do comércio, a mudança da feira livre para o Parque Manoel Mathias até o fim do ano, beneficiará bastante a cidade, pois deixará de ser um problema para o centro e criará um novo centro comercial. Outros afirmam que não haverá queda no volume de vendas ou mesmo da vinda de pessoas de outros locais, pois Feira de Santana continuará sendo grande centro distribuidor de produtos alimentícios industrializados no interior baiano. E assim a feira de Feira de Santana vai ceder o seu lugar atual e sim, numa área específica, sem haver nenhum prejuízo de sua tradicional realização às segundas-feiras, com todos os seus motivos folclóricos e regionais que a tem tornado famosa em todo o país⁶⁷.

Se o movimento de consumidores nos dias de segunda-feira era outrora comemorado, em 1976, já não suplantava a preocupação com a imagem. Para os comerciantes, o dia da feira já era evitado por um outro tipo de consumidor, que freqüentava joalherias e casas de moda do comércio. Além disto, foi denunciada a incapacidade de trânsito de veículos num centro tomado por barracas e lonas nos dias de maior intensidade de circulação e troca. Então, a higiene, em todos os aspectos, foi tomada como tema fundamental para o prosseguimento de um sucesso na empreitada de mudar o centro de Feira. Barulho, presença de menores de rua, e injustiça quanto ao uso do solourbano – já que muitos não pagavam impostos – eram acusações difundidas pela imprensa feirense⁶⁸.

Esta imprensa, monopolizada pelos jornais *Feira Hoje* e *Folha do Norte*, representava para aquela sociedade um importante formador de opiniões para os poucos leitores (e eleitores). Seus textos confrontavam os aspectos que seriam mais relevantes para dar prosseguimento a um desenvolvimento para Feira. Notamos ser mais presente no primeiro uma tendência em vislumbrar um avanço nas alterações da indústria, sem fechar dos olhos para as atividades tradicionais, como o comércio e a agricultura, que alimentavam as riquezas dos setores dominantes mais antigos de Feira⁶⁹.

⁶⁷ *Maior Feira Livre da Bahia desloca-se para novo local*. *A Tarde*. 16.06.1976 in MOREIRA, 1997.

⁶⁸ MOREIRA, Vicente. Op. cit. 1994.

⁶⁹ as opiniões publicadas nas colunas *Informações e negócios* e nas colunas *Por que comprar?* e *Por que não comprar em Feira de Santana?* explicitam o posicionamento dos grupos que publicavam no jornal as posturas quanto ao modelo de negócios a serem empreendidos em Feira: explicações sobre empresas em sociedade secreta, sociedades anônimas e atualização dos negócios visavam atualizar os comerciantes feirenses e empresários que se associavam à indústrias nacionais. As colunas estão publicadas entre os anos de 1978 e 1980.

Já o segundo, explicitamente agregado, durante a ditadura militar, aos projetos Arenistas, trazia textos cujo conteúdo se adequava ao modelo nacionalmente cultivado: tomando como carro chefe atividades do centro industrial, acompanhada de urbanização, mesmo que para isto, perdas ocorressem em setores produtivos já então apresentados, naquela esfera de ações, como atrasados e, mesmo que estes setores permanecessem fundamentais na articulação desta industrialização⁷⁰. Apesar de ser o mais explicitado e tomado como justificável pela imprensa, o motivo da limpeza e do embelezamento das ruas pode ser considerado secundário, mediante o conjunto de outros fatores postos em diálogo com este, encontrados especialmente na ação do executivo. Olhando em conjunto as projeções para a feira livre, vimos que correspondiam a uma realidade de expectativas que se mantinha em Feira desde o final da década de 1960: havia o intenso crescimento de um mercado que provia supermercados, mercadinhos, vendolas e o consumo direto, cujo controle por parte do poder Municipal e Estadual já era questionado. A cidade recebia uma série de novidades em seu comércio, como domínio de normas de pesos e medidas, volume de circulação, relação entre fornecedores e varejistas (atravessadores), que se fez notar no Projeto Cabana (em 1968). Este voltou às mesas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em 1974, como a grande ação de conclusão do mandato do então prefeito em 1977.

A saúde pública também foi ponto de crítica sobre a feira, acusada de suja. A ação sobre os sons produzidos na feira e os demais aspectos de seu cotidiano, que eram vistas como problemas para a urbe, já era constante, num controle que existiu desde a existência da administração do espaço público em Feira, vindo a se intensificar antes do projeto CABANA, com a formulação do Código de Posturas Municipal (1967). Em 1977, estas justificativas vieram a respaldar outras ações maiores. O prefeito, em 1976, procurou contornar as divergências quanto à má recepção da mudança, em entrevistas para a imprensa local e mencionava um necessário consórcio entre indústria, comércio e agricultura não somente na urbanização das ruas, mas num controle sobre o trabalho e as mercadorias que transitavam nas mãos de vendedores na cidade. A prefeitura de Feira queria fazer cumprir projetos como este, assumidos como governo federal, e, conseqüentemente, embelezava o centro, atendendo às expectativas de comerciantes lojistas⁷¹.

⁷⁰ Esta seria uma análise ampla e um tanto superficial do conjunto de textos lidos sobre o comércio e a indústria de Feira entre 1970 e 1977.

⁷¹ “O projeto de transferência da feira vem sendo cogitado a mais de 10 anos. No entanto, a idéia só tomou vulto acerca de umano, quando a maioria dos comerciantes se tornou contrária. Eles achavam que isso provocaria uma sensível queda no comércio, até que todo o fluxo se encaminhasse para o novo local levando consigo a maioria dos negociantes.” (Jornal da Bahia, 10 de janeiro de 1977. in MOREIRA, op. cit. 1997).

Na ocasião, a possibilidade de aproveitamento da feira livre como fonte de potencial turístico foi inicialmente descartada pela Prefeitura. Apenas poderia ser considerado, no ponto de vista do novo secretário de turismo, Itaracy Pedra Branca, que a limpeza, com uso de lonas e barracas novas dentro do CAF, trariam um aspecto visual mais agradável aos visitantes da cidade. Mas a conservação dos elementos que caracterizavam a feira, as “atrações” populares, como lembraram alguns universitários no período, tomadas como estratégias de convivência com este tipo de mercado em várias cidades do país, não foram ponderadas pela Prefeitura⁷². Só após um ano de construção do Centro, este começa a ser indicado forçosamente como ponto turístico de Feira de Santana. Neste tempo, juntamente com o Observatório Astronômico Antares, a feira do campo do gado e as Igrejas de São José e dos Remédios, o Centro ocupava a coluna de turismo do jornal Feira Hoje. Além do que, o prefeito Colbert Martins promoveu, através da Secretaria de Turismo, em 1978, um estudo sobre o calendário de festas religiosas da cidade e outros, a fim de inserir Feira de Santana no circuito de turismo baiano⁷³. Mas consagra-se, logo em 1980, apenas a Micareta no calendário de festejos populares, já que mesmo a tradicional Festa de Santana foi abolida em 1982.

Percebemos assim que o Centro de Abastecimento chegara para ocupar uma lacuna organizativa, tanto para o comércio de alimentos em atacado, como para demarcar espaços para o comércio lojista. Esta ruptura foi incisivamente citada na imprensa, durante o ano determinante de conclusão do Centro de Abastecimento e nos anos posteriores⁷⁴.

A imprensa publicou algumas entrevistas, mas sabemos ainda pouco sobre os homens e mulheres que puseram seus instrumentos de trabalho e mercadorias na carroceria de caminhões emprestados pelo BNDES para a Prefeitura e os levaram para o CAF. Tais pessoas, segundo os jornais, preocupavam-se, por exemplo, com a clientela, com a distância a ser percorrida pelos consumidores até suas barracas, com a visualidade de seus pontos de venda. Alguns revelaram que a segurança poderia lhes dar melhores condições de trabalho, além da proteção contra a chuva, que trazia perda aos vendedores e vendedoras de farinha, ou espantavam os clientes. O balanço geral traduzia um estado de preocupação por parte dos feirantes, que seconstituíam minoria (no sentido de que não conseguiram influenciar a condução do processo nos seus primeiros atos)⁷⁵.

⁷² Apesar de alguns registros na imprensa, não encontramos na Câmara Municipal outras idéias para intervenção na feira livre e sim, a tentativa de conseguir os financiamentos necessários para a conclusão do Projeto.

⁷³ “Turismo quer preservar Costumes e Origens. Feira Hoje”, 25/05/1978.

⁷⁴ *Centro de Abastecimento: o fim de uma tradição*. Feira Hoje, 20/01/1979.

⁷⁵ MOREIRA, op. cit.

Para os feirantes que tinham um histórico de trabalho “mais urbano”, por assim dizer, ou seja, que não vendiam os produtos cultivados por eles mesmos nas roças e sim comprados de atravessadores, as mudanças não foram apresentadas de maneira tão brusca em suas memórias.

Foi Zé Falcão. Foi Zé Falcão que fez o Centro de Abastecimento. Eu não lembro porque... mas a primeira barraca quem carregou foi eu pra lá., pro Centro de Abastecimento, quando mudou pra lá. A maioria quando mudou pra lá, a maioria reclamou, o pessoal reclamava, ainda hoje tem gente aí que tá vivo e que teimou que era aquilo, que hoje não tem mais negócio, mas eu, graças a Deus, o meu negócio é o meu carrinho de mão. Eu cheguei aqui, não trouxe nada, saí daqui, também sem nada, então não me reclamaram⁷⁶.

Eu comprava aqui na mão do pessoal aqui no centro, naquele tempo não tinha centro [Centro de Abastecimento], o centro foi passado para ali foi em ...⁷⁷, no governo de José Falcão. E ali a gente comprava era por ali pelo mercado, ali onde hoje é Mercado de Arte.

- Antes de existir o Centro, onde é que o Senhor comprava?

Ali no centro mesmo. No mercado. No caminhão, só encontrava no caminhão. Agora, depois que passou, que foi lá para o Centro, que fizeram os boxes lá, a gente vai e compra lá no boxe. Tem o caminhão de fruta, a gente compra lá, na mão de [som baixo], lá no centro⁷⁷.

Todo mundo desceu lá pra baixo, lá pro centro. Eu fui também. Eu fui lá pra baixo, agora lá... eu trabalhei lá uns oito anos por lá depois eu saí de lá também e vim pra aqui pra feirinha [Estação Nova]. Passei uns oito anos lá e aqui já tenho 12 anos⁷⁸.

Olha, só não tinha CEASA lá em cima, ficava os carros, mas aquela CEASA apropriada como tem aqui, não tinha. [Chegavam carros de onde?] Assim, como chega aqui na CEASA né? Só não tinha aquela CEASA que tem hoje aqui, por isso que eles jogaram pra aqui pra baixo, porque aqui em baixo tinha mais espaço, eles botaram a CEASA, pros carros circular e aí eles resolveram deixar lá como mercado né, modelo, pra vender arte⁷⁹.

Eu fui pra lá, se eu trabalhava de carregador. Trabalhava de carregador e enquanto as barracas a prefeitura queria pra lá, eu carregava daqui pra lá. Deu pra dar uma diferença porque lá... , aqui a gente trabalhava nesses carros grandes, e lá a gente trabalhava naquelas caçambazinhas, aqui a gente pegava, esse carro aqui, pega mil quilos, mas a gente não bota. Pega 10 ou 12 sacos e já levava, daqui pra Marechal, ganhava um trocado, levava no carro de mão, naqueles carrinhos de carroça, por outra, melhorou porque o povo que veio de fora do Sul que ninguém nunca mais deixou fruta no meio da rua. Cá tá bom. É porque para o povo, nada presta. Entendeu?⁸⁰.

A forma de troca entre grandes comerciantes e distribuidores menores (cadastrados ou não) teve suas relações pouco modificadas ou até mesmo foram intensificadas.

⁷⁶ José Santos, 67 anos. Depoimento gravado em 22/01/2008.

⁷⁷ Cláudio Araújo Santana, 67 anos. Depoimento gravado em Outubro de 2007.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Jacira Santos. Op. cit. Refere-se ao Mercado de Arte, o antigo mercado municipal de carne.

⁸⁰ José Santos. Op. cit. Refere-se aos demais colegas que reclamaram da situação de trabalho, já que ele conseguiu retomar as

vendas.

Alteraram-se, em 1977, os espaços físicos para cada feirante, como a interferência externa na arrumação deste local. Também ocorreram mudanças no contato com a clientela, o que levou muitas pessoas, mais tarde, a negociar ou disputar seus espaços de venda em locais onde já comercializavam. E, por outro lado, os impactos foram mais sentidos pelos vendedores que traziam o resultado do cultivo de suas roças, nos distritos próximos, o pequeno produtor, cujo enfrentamento com a concorrência do mercado atacadista se ampliou. A perda diz respeito também a outros grupos de trabalhadores e outras pessoas que não eram vendedores, mas se relacionavam com a feira de outros modos. Consumidores, transeuntes, visitantes, vaqueiros, cordelistas⁸¹.

O feirante, em geral, passou a ser destituído do desfrute do espaço público, aglutinador de territórios de ganho e de vivências, construídos em gerações, locais socialmente valiosos para as trocas comerciais e demarcados pelos próprios, em relação passada entre si e com a sua clientela. Ângelo Serpa, ao estudar o espaço público na cidade contemporânea, defendeu que a acessibilidade a este foi, sobretudo, simbólica. A privatização dos locais públicos urbanos, numa dimensão o classista e excludente de uso dos centros das grandes cidades, promoveu a tentativa dos grupos populares de encontrar locais próprios para manutenção de suas práticas⁸². O centro comercial de Feira antes era disputado por todos os comerciantes, sendo que as vias de resolução dos conflitos, através da privatização de seu uso, puseram de lado os feirantes como subalternizados neste processo. Mesmo o chamado “poder público” selecionou quais sujeitos sociais puderam ser os usuários daquele centro.

A busca por ocupações e postos de trabalho mais urbanos em Feira, como nos centros do Nordeste cresceram, contudo a presença dos mesmos foi cada vez mais social e simbolicamente excluída no centro da cidade⁸³. Os espaços de uso dos feirantes em calçadas, praças, ruas, já vinham sendo disputados havia mais tempo. O passado dos feirantes esteve historicamente correlacionado com a perseguição ou com a restrita permissão de seus negócios, de acordo com a legitimidade de uso do solo urbano, em voga em cada conjuntura de crescimento comercial de Feira. Este foi o passado que fez com que as pessoas reagissem da forma como reagiram.

⁸¹ Sobre o tema ver OLIVEIRA, Izabel Lorene Borges de. *Apolo e Dionísio da festa de feira: cantadores, cordelistas, vaqueiros... da feira livre de Feira de Santana (Bahia)*, Feira de Santana: UEFS, 2000.

⁸² SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

⁸³ Entidades como a Associação Feirense de Assistência Social, o Serviço de auxílio ao migrante, demonstraram a necessidade de atender a demanda de pessoas que vinha de outros locais procurar emprego em Feira de Santana. Como já mencionado, a quantidade de pessoas que não eram de Feira de Santana chegava a mais da metade da população.

Enquadrados pelas estatísticas no setor terciário, ou na *informalidade*⁸⁴, os feirantes intercalaram experiências de trabalho oriundas do campo e da cidade. Na feira, os agricultores que traziam seus produtos das roças se aproximaram dos trabalhadores urbanos, distribuidores de gêneros alimentícios comprados de atacadistas. Nesta interlocução, ocorreram aprendizagens, conhecimentos e *jeitos* de lidar com trocas urbanas. O comércio de frutas, verduras e cereais, das mais diversas localidades, neste trânsito, desenhou, nas ruas, o tracejado da disposição das barracas e consagrou pontos de venda setorizados. Ressaltavam-se, portanto, as vendas em pequenas quantidades, que se espalhavam nas ruas e praças do centro e delimitavam locais de comercialização por produto: a feira da cebola, a feira da banana, a feira de tempêros e outras.

Em 1977, aparece neste horizonte uma situação parcialmente conhecida, porém, desta vez, muito mais marcante e agressiva. A fala do Sr. Agnelo, por exemplo, nos permite mostrar os tentáculos da feira pelas ruas. Organizada na sua arquitetura própria, esta delimitava as feições comerciais das principais vias de negócios feirenses, num desenho que era reforçado nos dias de segunda-feira, mas já começava a se formar desde o sábado da semana anterior.

Na Getúlio Vargas tinha o correio da Farinha, e aqui na frente da Marechal tinha o feijão, aqui na Marechal Deodoro. Já tinha feira. Tinha feira da Getúlio Vargas que vendia... a feira dos passarinhos, lá em baixo defrente ao EMEC; de couro e cangalha, palha, tinha a feira das frutas também, de abacaxi, banana, tudo na frente da Getúlio Vargas também. Aí emendando direto, direto. Aqui na praça da Bandeira era banana, você ia via banana até a praça da farinha. Era a Praça da Bandeira. E tinha o mercado da carne, o mercado velho, o mercado que tinha farinha também. Lá no mercado, onde é o Mercado Modelo hoje. E aí eu panhava abacaxi e ia vendendo, quando os caminhões descarregavam, aí eu comprava, porque os caminhões descarregavam tudo ali na praça da Getúlio Vargas. Laranja, manga, abacaxi eu comprava tudo ali na Getúlio Vargas⁸⁵.

Havia, portanto demarcações físicas e simbólicas daquele espaço, sustentadas por feirantes e consumidores. A desapropriação de um uso daquele chão foi brusca, contudo, práticas internamente montadas na feira voltaram à cena urbana mesmo após a medida.

⁸⁴ Para Francisco de Oliveira, o chamado “setor informal”, analisado no caso de Salvador, tem um formato homogêneo na forma, mas não nas atividades: “*a não presença de estruturas formais de produção ou de circulação ou ainda de distribuição; dizendo de forma mais rigorosa, o capital não é o sujeito dessas relações, e a força de trabalho não é pressuposta e posta no movimento da reprodução, não é uma mercadoria.*” OLIVEIRA, Francisco. *O Elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 71. Socorre as bases de acumulação capitalista em serviços como os de oficinas, consertos em geral, serviços de eletricidade e de construção, para citar alguns exemplos, mas comporta também uma lista de formas de vida “por conta própria”, em especial de vendedores de rua, como é o caso dos 87,7 por cento tratando-se da capital baiana no final dos anos 1970. Em Feira de Santana, a virada intervencionista sobre o comércio da feira também foi acompanhada por um controle das formas reprodutivas do trabalho, como citaremos mais adiante, e, de uma atribuição de ilegalidade e informalidade a uma série de atividades que faziam os feirenses para sobreviver no centrourbano.

⁸⁵ Agnelo, Depoimento gravado em Julho de 2008.

E foram vários os modos de reagir destes sujeitos. Seus pequenos movimentos pela cidade promoveram a remontagem de um modo de lidar com o comércio típico dos feirantes. Este modo se dava tanto em relação aos seus consumidores, como aos outros grupos citadinos, que dividiam a riqueza gerada no movimento comercial do centro, inclusive entre outros grupos de trabalhadores, como sapateiros, vendedoras de acarajé, carregadores e mesmo, com os fiscais da prefeitura.

Vicente Moreira encontrou a reencarnação diária da feira nas ruas da cidade, no trabalho de milhares de homens, mulheres, crianças, idosos, que continuaram a vender frutas e verduras em esquinas, becos e calçadas, diariamente, durante todo o período posterior à construção do mercado⁸⁶. É comum em Feira topar com vendedores e vendedoras *informais*⁸⁷ de todo tipo demercadoria, inclusive de alimentos. Há ainda uma série de elementos da história dos trabalhadores da feira, nesta mesma conjuntura tratada pelo referido antropólogo, que ainda estão ocultados na propaganda de organização, do progresso e da limpeza do centro urbano feirense, indicados

comodivisordeáguasdaeconomiadacidade.Asjustificativasdisseminadaspelaimprensaaquele período estavam permeadas de projetos de partidos políticos, no intuito de demonstrarem-se os agentes de grandes marcos na cidade⁸⁸. Entre estes propósitos, a visão dos feirantes e o que vem a se tornar o CAF depois, há vários interesses em jogo.

Os motivos que impeliram a saída da feira do seu local de formação são correlacionados ao aumento das ações de urbanização da cidade⁸⁹ e a uma utopia civilizadora, que almejava ares industriais para a *Princesa do Sertão*⁹⁰, como também em interesses da Associação Comercial de Feira de Santana:

Para eles, o mundo perfeito seria a feira longe do centro e os consumidores em número cada vez maior e cada vez mais perto de suas lojas(...) Se querer fosse, necessariamente

⁸⁶ MOREIRA, Vicente. Op. cit. 2001.

⁸⁷ O informal e a informalidade foram mais demarcados no Brasil após os anos 1950.

⁸⁸ Tive a oportunidade de revisar na bibliografia sobre Feira de Santana, a importância do mercado na consolidação do valor comercial dos principais cruzamentos de ruas da cidade. PENELU, Larissa. OP. Cit. 2008. A feira livre não era apenas o local privilegiado para as trocas, abastecimento e provimento da sobrevivência dos sujeitos subalternizados na cidade, mas também foi, por um longo período de sua história, o próprio comércio feirense, rodeada por casas comerciais atacadistas e de varejo. A conjuntura de alteração nos planos para o centro urbano, de acordo com as atividades que agora se inseriam na economia local (a exemplo do parque industrial e do comércio de varejo sob moldes sulistas) foi constituída também de controvérsias sobre qual seria o lugar das “atividades tradicionais” nos novos projetos.

⁸⁹ FREITAS, Nacelice Barbosa. *Urbanização em Feira de Santana*. -Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1998.

⁹⁰ SANTOS, Alane Carvalho. *Feira de Santana nos tempos da modernidade: O sonho da industrialização*. Dissertação de

Mestrado. Salvador: UFBA, 2002.

poder, num dia os comerciantes comemorariam a morte da feira, e, no dia seguinte, a multidão ávida por consumir os produtos de suas lojas⁹¹.

Alessandra Araújo tem uma leitura de que o equipamento público, que objetivava consolidar Feira de Santana como pólo comercial de alimentos, trouxe consigo intenções modernizadoras nacionais:

A administração municipal, considerando o discurso modernizador pregado pelas lideranças nacionais, regionais e locais, além dos comerciantes interessados na retirada da feira livre do centro urbano da cidade, acata a justificativa de que esta precisa se modernizar, para ter um maior crescimento econômico⁹².

Sugerimos que as ações focadas no Centro de Abastecimento se destinaram à atualização de tradições locais, no sentido de que as atividades comerciais, que deram fama à Feira de Santana, foram tomadas como ponto de partida para a justificativa da mudança no comércio. Os textos da imprensa são indícios destas relações, pois justificaram as origens comerciais de Feira e alegaram a necessidade de que o mercado se adequasse às mudanças do varejo e no mercado consumidor. O governo local procurou aproximar as formas de trabalho da feira (que precisavam ser controladas) e a distribuição das mercadorias de modelos em expansão na realidade nacional.

Seguindo este raciocínio, há indícios de controvérsias tanto na saudade da feira antiga, como na celebração de uma Feira de Santana nova, valendo questionar as mitificações que circundam a memória do período. Em que aspectos Feira de Santana mudou?

1.2 – A feira como “bode expiatório” e as atualizações das tradições do mercado de alimentos de Feira de Santana.

O destaque dos próximos parágrafos é a busca da relação da cidade e a economia tradicional feirense com o CAF. A intenção de “exterminar” a feira, segundo Moreira, era

alimentada pelas ‘promessas’ imaginárias e reais de progresso, criadas e tidas como ‘milagrosas’ (o milagre brasileiro, paráfrase do milagre japonês) pelo projeto econômico dos governantes militares a partir de 1964, baseado na supervalorização da industrialização – a santa do milagre (...) Assim mesmo, somente em inícios dos anos 70, com a criação do Projeto Cabana, os propósitos de acabar com a feira livre passaram

⁹¹ MOREIRA, Vicente. Op. cit. 2001, p. 27.

⁹² ARAÚJO, Alessandra. *Redes de centralidade em Feira de Santana (BA) – O centro de abastecimento e o comércio de feijão*. Salvador – Bahia: 2006, p. 52.

a adquirir efeitos práticos: a construção do Centro de Abastecimento e a mudança dos feirantes para este equipamento⁹³.

As investidas dos governos municipais anteriores, na transformação da zona urbana feirense, também estiveram próximas dos programas nacionais de modernização do mercado de alimentos. Para os governos militares, Feira de Santana era um ponto estratégico de aplicação de recursos e os empresários locais potencializavam as características comerciais feirenses em busca de mais investimentos. Esta estratégia teve destaque nos primeiros anos de atuação dos governos Arenistas em Feira⁹⁴, quando ficou explícita a investida dos prefeitos em assumir as demandas da frente partidária para o Nordeste. Mais do que exterminar a feira e erradicar os elementos indesejados de uma cultura popular de compra, venda e prática do centro da cidade, o Projeto Cabana, já em 1968, sistematizou elementos que atrelaram o mercado atacadista e a produção do campo de forma mais intensa ao comércio e a indústria.

Também por este motivo, podemos nos questionar se o marco do “fim da feira” diz respeito ao conjunto do mercado livre. O destaque da economia feirense com relação à circulação de alimentos regional, e mesmo nacional, permaneceu forte, mesmo após a construção do Centro de Abastecimento, assunto do trabalho de Alessandra Araújo, que viu no Projeto Cabana uma ênfase para os negócios dos comerciantes atacadistas e trânsito dos veículos que os abasteciam. Para ela,

o CAF vai contribuir para a tentativa de estruturar a feira nos moldes de um grande comércio atacadista-varejista (...) A relação urbano-rural ocorrida no Município vem ratificar a importância das atividades agrícolas na construção do espaço urbano, comprovando que o vínculo entre estes fortalece a possibilidade de crescimento econômico⁹⁵.

A meta de empreender outro ritmo para os negócios trouxe possibilidades de manutenção do comércio de alimentos de grande porte, com uma locação espacial, aliada à retirada dos pequenos feirantes da rua. Seu desígnio não era findar a feira inteira, mas sim, os elementos de sua existência que não se acoplavam ao circuito almejado. Ou seja, o comércio dos *ambulantes estacionados*: vendedores e vendedoras que se fixaram em locais (esquinas, becos, praças) do centro urbano e ali se estabeleceram (com seus negócios, suas redes de amizade e laços cotidianos que proviam relações de trabalho como pequenos comerciantes, suas freguesias).

⁹³ MOREIRA, Vicente. Op. cit., 2001, p. 24.

⁹⁴ Joselito Amorim, João Durval Carneiro, 1964-1967/ 1967-1971.

⁹⁵ ARAÚJO, Alessandra. Op. cit., 2006, p. 54,55.

Tais pessoas se comportavam como sujeitos que acreditavam possuir por direito, justamente sustentado nos seus costumes, utilizar as ruas para comércio e, no olhar do Projeto Cabana, permanecer, *estrangulando* as outras atividades comerciais e o trânsito de veículos. Como os projetos não constroem os espaços, este demorou quase dez anos para dar o seu passo fundamental (Centro de Abastecimento), mediante passos vagarosos a serem tomados com relação à sociedade feirense.

Com menos de dez anos depois de sua construção, o Centro de Abastecimento passou por uma avaliação feita pela SUDENE. De acordo com os objetivos do empreendimento, pesquisadores avaliaram que as principais metas, indicadas no projeto original, passaram longe de ser cumpridas já nas primeiras ações.

Em 1977 inaugurou-se a Central de Abastecimento de Feira de Santana (CAF), ligada à Prefeitura Municipal, objetivando (a) atrair e integrar os produtores rurais à economia de mercado; (b) regularizar a oferta de alimentos; (c) eliminar os intermediários; (d) solucionar os problemas de trânsito causados pela localização da antiga feira no centro da cidade e (f) dar aos feirantes condições mais higiênicas de trabalho⁹⁶.

Os negócios atacadistas, antes do CAF, também entraram em atrito com a circulação de veículos. A carga e descarga de alimentos para os diversos armazéns de secos e molhados espalhados nas ruas centrais também foi acusada de desordenar a passagem dos automóveis. Em geral, o que precisava ser feito, segundo o Projeto, era uma organização de todo o mercado alimentício, para subsidiar, sobretudo, supermercados e a distribuição em atacado. Assim poder-se-ia dar continuidade às atividades que tradicionalmente consagraram Feira como entreposto comercial, sem que, para tanto, incomodassem o privilégio do uso do centro da cidade, pelo comércio lojista e pelo trânsito.

Na leitura de Milton Santos,

há, de um lado, uma economia explicitamente globalizada, produzida de cima, e, um setor produzido de baixo, que nos países pobres, é um setor popular e, nos países ricos, inclui os setores desprivilegiados da sociedade, incluídos os imigrantes. Cada qual é responsável pela instalação, dentro das cidades, de divisões de trabalho típicas. Em todos os casos, a cidade é um grande sistema, produto de superposição de subsistemas diversos de cooperação, que criam outros tantos sistemas de solidariedade. Nas atuais condições de globalização, todos esses subcírculos ou subsistemas de solidariedades tendem a especializações que não tem a mesma natureza. Pode-se também, dizer que há uma especialização de atividades por cima e uma especialização de atividades por baixo. Mas

⁹⁶ MELO E SILVA, Sylvio C. Bandeira. SILVA, Bárbara. LEÃO, Sônia de Oliveira. 1985, op. cit., p. 268.

a primeira é rígida, dependente de normas implacáveis, de cuja obediência depende sua eficácia⁹⁷.

As duas realidades, atacado e varejo não estão estanques e separadas, mas interconectadas.

Repetimos aqui uma questão quantitativa de significado e já formulada por Vicente Moreira: Quem são os feirantes cadastrados a operar no CAF? Sigamos algumas pistas. Pelos dados de pesquisa realizada pela SUDENE, a feira do Centro seria a mesma feira do antigo local, pois, dado que, feita a pesquisa em 1983, a maioria absoluta dos feirantes tinha mais de cinco anos de trabalho de feira e reproduziam ali uma realidade de origem e emprego já existente nas ruas. De um total de 5384 feirantes, foram selecionados os 1158 que se candidataram a uma vaga no CAF, dadosque:

- 67 % eramhomens
- 33 % erammulheres
- 26,4 % eramagricultores
- 31,8 % já eramcomerciantes
- 39,2 % exerciam profissões as mais variadas possíveis (doméstica, técnico, estudante, operário, lavadeira, funcionário, motorista, artesão e outros, considerando que contabilizaram o total de feirantes entre atacadistas evarejistas)

Para os pesquisadores, o CAF conseguiu trazer para seu espaço aquela feira livre das ruas, sendo que os objetivos de eliminação dos intermediários não foram alcançados, pois, boa parte das pessoas que comercializavam, viviam da economia da cidade, em outras formas de emprego e renda, e permaneciam como “atravessadores” das mercadorias.

PROFISSÃO ANTERIOR DOS FEIRANTES

| PROFISSÃO | TOTAL DE FEIRANTES | % |
|-------------|--------------------|------|
| COMERCIANTE | 368 | 31,8 |
| AGRICULTOR | 306 | 26,4 |
| DOMÉSTICA | 172 | 14,9 |
| TÉCNICO | 104 | 9,0 |
| ESTUDANTE | 54 | 4,7 |
| OPERÁRIO | 40 | 3,4 |

⁹⁷ SANTOS, Milton. Op. cit. 1996, p. 260.

| | | |
|----------------|------|-------|
| COMERCIÁRIO | 30 | 2,6 |
| LAVADEIRA | 17 | 1,5 |
| FUNCIONÁRIO | 15 | 1,3 |
| MORTORISTA | 14 | 1,2 |
| ARTESÃO | 4 | 0,3 |
| OUTROS | 4 | 0,3 |
| SEM INFORMAÇÃO | 30 | 2,6 |
| TOTAL | 1158 | 100,0 |

O cruzamento de experiências de homens e mulheres, moradores da cidade, com o cotidiano daqueles trabalhadores “da roça”, em algum sentido, fez com que superassem questões desobrevivência no centro da cidade, juntos. O que veio a ocorrer, especialmente após medidas como o Centro de Abastecimento. A disputa por manutenção de seus postos de venda e a negociação com seus fregueses, gerou situações deste tipo⁹⁸. Assim aprenderam a criar estratégias para lidar com a sua própria reprodução enquanto vendedores no centro da cidade, de outros modos, em outros locais e em diálogo com novos agentes, o que inspira relações de aproximação entre supostos concorrentes.

Em outro âmbito, notamos indícios de relações de interdependência das atividades comerciais pequenas e médias, quando houve, por parte do comércio dos supermercados e do comércio de maior porte de alimentos, com relação às vendas *a retalho* das feiras, uma relação de apropriações. Podemos dizer que as redes de supermercados precisaram lidar com uma série de elementos de consumo e de cultura de vendas no centro da cidade, porque era preciso dialogar com práticas da feira, para escolher os melhores locais para se instalar e estabelecer a arrumação de suas lojas. O hábito da compra nos supermercados e *fazer a feira do mês* continuou conjugado com a compra na feira semanal, de bairros e mesmo no CAF, das frutas e das verduras, ou carnes, que precisam ser repostas com mais frequência na dispensa doméstica. Também, a frieza do espaço não deixou de lado as apropriações da funcionalidade da organização dos mercados livres, originalmente criadores da divisão das mercadorias por setor.

Num estudo de construção de instalações para o mercado central de Belo Horizonte, antes uma feira livre, Beatriz Filgueiras defendeu que o novo espaço não permitiu negociações de diferenças ao modo tradicional. Apesar disto, percebeu que, mesmo os grandes hipermercados,

⁹⁸ As aproximações mostraram correlações de interesses entre vendedores da cidade e lavradores, muitas vezes respaldadas pelos sentimentos de que o outro é igual, ou pelo menos, torna-se igual quando precisa disputar um local para trabalho nas calçadas.

encontraram como referência práticas de vendas das feiras de alimentos⁹⁹. Este seria um lado bastante presente na relação entre as feiras livres e os supermercados em todo país, e não foi diferente em Feira de Santana, especialmente por conta da presença mais incisiva de uma “cultura de feira”, vinculada à existência daquela feira no centro. Encontramos muitas vezes uma espécie de simbiose entre o supermercado e a presença do negócio de rua em suas calçadas. O padrão de higiene, imposto com a chegada dos supermercados Mendonça (1978) na rua Marechal Deodoro, incidiu sobre as vendas dos pequenos vendedores nas ruas, mas estes não deixaram de vender tomates, alfaces, batatas, cenouras e outros alimentos, em frente ao terreno de sua instalação. O que não retira o caráter excludente desta nova relação.

Araújo¹⁰⁰ fez uma avaliação sobre, de que maneira o Centro de Abastecimento consolidou uma importante rede de vendas do feijão, num mercado regulador de preços, então numa estratégica área da cidade¹⁰¹. A pesquisadora aplicou questionários a mais de 30 vendedores atacadistas. Entre outros, destacou que o Centro veio a atender a demanda destes comerciantes maiores. A convivência destes com vendedores de menor porte é cheia de trocas de favores, relações de aproximação e pequenos conflitos de interesses. Por um lado, o dia de maior movimentação na vendagem do feijão é atualmente segunda-feira, quando muitos *atravessadores* compram-lhes sacas de feijão para abastecer o consumo local, com carros de mão que não necessariamente passaram pelo controle que fora estabelecido no Centro, sem pagar taxas pelo uso do espaço do mesmo, coisa que fazem os atacadistas. Os distribuidores, em sua maioria, são jovens e adolescentes que encontram como alternativa de trabalho na cidade a vendagem consignada dos produtos. Maria Celsa, lavradora do distrito de Maria Quitéria, percebeu a mudança, indicando compreender a necessidade de trabalho dos outros feirantes.

É... os vendedores vinham da roça... era mais da roça...

O vendedor era mais da roça e hoje em dia está sendo mais daqui da cidade mesmo. Porque tem tanto homem, tanto menino... aí, tudo nos carrinhos de mão trabalhando. E antigamente não tinha. Da roça não vinha nenhum deles vender... só vinha era mulher... é que vinha da roça vender. Hoje em dia não. Tá normalizado: é os homem, é menino, é

⁹⁹ Filgueiras, Beatriz Silva Castro. DO MERCADO POPULAR AO ESPAÇO DE VITALIDADE: O MERCADO CENTRAL DE BELO HORIZONTE. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. UFRJ – Rio de Janeiro: 2006.

¹⁰⁰ ARAUJO, Alessandra. Op. cit. 2006.

¹⁰¹ O Centro de Abastecimento foi construído numa depressão do relevo de Feira de Santana e os acessos ao local era tido como um acesso dificultoso para pedestres e carroças que partiam da Avenida Getúlio Vargas em sua direção, por entre estreitas vielas e longas ladeiras (a conhecida “ladeira do Centro”). Contudo, para caminhões e veículos de maior porte vindos de fora, o acesso era facilitado pela saída para a Avenida Canal, próxima às saídas para a BR 116 e 324. anexo 4.

mulher, é tudo! Com os carrinhos de mão aí...trabalhando. Juntou a falta do desemprego aí pronto! E acha a mercadoria... muitas vezes, você chega no centro, faz amizade com aquelas pessoas, vende a mercadoria hoje a dinheiro, amanhã você já chega e já paga direitinho, você vende fiado. Aí já vão vender. Vender e tornar chegar lá e pagar a eles de novo. Aí pronto, multiplicou ostrabalhadores¹⁰².

A distribuição tornara-se mais complexa. Como a produção vem sendo feita cada vez mais em grandes propriedades, especializadas neste tipo de abastecimento, diminuiu o número dos raros feirantes que trazem o produto de suas pequenasroças¹⁰³.

O acesso ao Centro de Abastecimento, em 1977, contou com a instalação de entradas para caminhões atacadistas, redefinição que veio a salientar o atendimento dos fluxos maiores de mercadorias, em detrimento do pequeno negociante. Os sujeitos que realizavam este comércio encontraram outras formas de se reinventar no mercado.

1.3 – O Centro de Abastecimento e a retomada dos negócios derua.

O retorno dos feirantes para as ruas foi um acontecimento que pareceu surpreender a imprensa e autoridades públicas. Os elementos que serviram de suporte para que os trabalhadores da feira a reinventassem demonstram versões sobre como deveria ser o uso do solo urbano do centro feirense. Articulações coletivas e saídas pessoais para reagir à situação foram realizadas, no momento em que a atividade que fundamentou as relações sociais de seu núcleo urbano foi adjetivada de “velha”. Muitos feirantes procuraram assegurar suas trocas nos mesmos lugares onde já comercializavam. Outros grupos estabeleceram pontos diferentes. Pessoas, como Dona Tenícia, passaram algum tempo no CAF e depois retornaram às ruas:

Sim quando começou a tirar, eu não sei que ano foi o que eu sei é que começou e tirou todo mundo daqui lá para o centro. Eu vendia lá no centro, daqui eu fui lá no centro e lá no centro, quando começou a organizar... eu tornei a voltar pra aqui. E eu já vendia na Marechal (...)

E aí o meu negócio continua é aqui. Eu trabalhava o dia todo na roça, na enxada, e ainda de madrugada vinha aqui pra feira¹⁰⁴.

¹⁰² Entrevista com Maria Celsa. 39 anos. Setembro de 2008.

¹⁰³ ARAUJO, Alessandra. Op. cit. 2006.

¹⁰⁴ Entrevista com Tenícia, 68 anos. Mora na Fazenda Casa Nova, distrito de Maria Quitéria, apresentou-me a outras pessoas que vendem o mesmo que ela e localizou muitas pessoas na feira antiga que como ela, permanecem negociando seus territórios de venda pelo centro. Ela é uma daquelas vendedoras que trazem da roça o que for possível, dependendo da estação do ano, da colheita. Junto com outras mulheres vende feijão de corda e frutas colhidas em sua roça. Consegue levantar nomes de pessoas que há muitos anos são seus consumidores e tem uma visualização de todas as mudanças que aconteceram na Praça do Comércio

O seu ponto de vendas está localizado na Praça da Bandeira, antiga Praça do Comércio, cruzamento entre a Avenida Getúlio Vargas e a Rua Marechal Deodoro, defronte ao local onde se instalava o Mercado de Carne (ou Mercado Municipal), hoje Mercado de Artes, no qual são vendidos produtos artesanais. Dona Tenícia, com base na experiência de anos de vendas no mesmo lugar, juntamente com lembranças erguidas ao lado de outros companheiros de trabalho na roça, justificou sua volta para o local. Alegou o reconhecimento, da parte de consumidores e de lojistas, da legitimidade da realização do seu pequeno comércio na calçada, considerado o seu tempo de trabalho e a sua relação com a freguesia. A entrevista foi realizada no seu horário de trabalho. Na ocasião, era possível observar as pessoas que passavam e a cumprimentavam. Pessoas idosas, donas de casa, lavradores e consumidores; famílias inteiras que lhe pediam que guardasse utensílios comprados no comércio da cidade, enquanto terminavam de *fazer a feira*. A idade lhe impediu que lembrasse de uma ou outra pessoa, mas sempre com muito boa vontade, atendeu aos pedidos. Seu ponto fica em frente a uma loja, na calçada. Usa um banquinho para sentar-se a observar seus caixotes de madeira com os produtos. Numa das vezes em que a entrevistei, vendia castanhas e mangas. Já em outra estação do ano, numa segunda entrevista, vendia igualmente castanhas, segundo ela, agora compradas com fornecedores, e não assadas em sua roça, e vendia também carambolas. Os vendedores da loja se aproximaram para ouvir o seu relato:

A gente chegava cedo, ninguém chegava primeiro do que a gente! A gente chegava e ficava naquele lugarzinho bem ali. Ninguém barrava o lugar da gente porque todo mundo já sabia que a gente vendia ali. Se a gente vendia ali então quando eu chegava meu lugar tava disponível. É igualmente aqui ó. Quando eu cheguei aqui, eu pedi ao dono dessa loja aqui (que cada tempo muda né?) Aí eu pedi, “muitos anos eu trabalho aqui” aielefalouasenhora *podeficarai*; Pronto. Fiqueia aqui, ninguém me bole aqui.¹⁰⁵

Como era de costume, alguns vendedores guardavam mercadorias, barracas, lonas e diversos apetrechos dentro das lojas dos comerciantes com os quais negociavam o uso da calçada. Através destas trocas, a negociação da convivência entre feirantes e lojistas não se findou em 1977 e entrou numa nova fase.

Assim como ela, num outro ponto da cidade, já próximo à outra extremidade de extensão do mercado na Getúlio Vargas, fica o Sr. José Santos. Em sua entrevista, nos falou sobre o fato

desde sua chegada ali. Contou sobre o trabalho de filhos e esposo. Este encontrando trabalho para além de suas terras fazendo bicos nas fazendas em trabalho de colheitas de maior porte ou com o trato de gado. Depoimento gravado em 25 de março de 2008.
¹⁰⁵ Depoimento de Tenícia, Op. cit.

de não ter sido incomodado por sujeitos que possuíam lugar consagrado na Avenida, como se estes tivessem reconhecido os seus direitos de ali trabalhar.

Ninguém reclamava. Pois eu assei milho na frente da clínica de doutor Nilson. Eu acho que você não lembra, mas sua mãe, seu pai, deve lembrar que era lá na frente e hoje ... tá com pouco tempo que eu assava milho mais minha esposa e meu menino, aquele ali, e aí tudo que eu tenho foi dado dali daquela feira na frente da clínica de Seu Nilton, que Jesus dê muitos anos de vida a ele, o filho e a esposa. Nunca me reclamou. Então tudo que eu tenho foi dado de lá. Aí eu cheguei no poste abracei o poste e beijei o poste. Feito doído. Pronto, aí ninguém nunca reclamou a feira aquião¹⁰⁶.

Temos aqui dois casos de pessoas que hoje realizam seu trabalho em pontos isolados pelas ruas de Feira. Aqui, ali, mantiveram a saudade de companheiros que se deslocaram para o Centro e para outras feiras de bairro e tracejam, através das suas memórias, cada ponto das pequenas feiras que ocorriam dentro da grande feira, contando sobre sua labuta cotidiana pela sobrevivência. Orgulham-se do ar de autonomia que lhes é atribuído por possuírem seus pequenos negócios, se percebendo por um lado como comerciantes e identificando-se ao mesmo tempo como trabalhadores. É com esta forma de ganho que muitos homens e mulheres sustentam famílias inteiras, ou ajudam outras pessoas, complementando rendas, ou fazendo da feira sua única fonte de renda. Fazem questão de afirmar como contornaram os percalços da construção do Centro de Abastecimento e as dificuldades ali encontradas para manutenção de seu trabalho. Para eles, além de disputa pelo espaço feita por cada um, as pessoas à sua volta é que reconheceram o lugar na rua principal do comércio feirense que alguns feirantes tinham¹⁰⁷.

Para Beatriz Filgueiras¹⁰⁸, no caso de Minas Gerais, as subjetividades encontradas no comércio do mercado de alimentos fizeram com que a venda ambulante prosseguisse com suas características peculiares. Acreditamos que o conhecimento de freguesias e as trajetórias que cada um construiu no mercado forneceram elementos de reprodução desta forma de comércio. Ao pensar o caso específico de uma cidade que criou importantes tradições ligadas com a feira central no passado, a ininterrupção de boa parte de sua organização – mesmo sob a pecha da ilegalidade e da proibição – pode confirmar estaleitura.

Houve interdependência dos lojistas com pequenos negócios e com as regras internas da movimentação comercial da cidade, inseparável da feira, quando lojas reconheceram que alguns

¹⁰⁶ Depoimento de José Santos, 69 anos. Op. cit.

¹⁰⁷ Pedimos desculpas ao leitor se estas conclusões são tiradas sem que possamos citar os entrevistados, pois são impressões extraídas de conversas que precederam a gravação das entrevistas.

¹⁰⁸ FILGUEIRAS, Beatriz. Op. cit. 2006. Importante ressaltar que a tese da autora é da área de urbanismo.

feirantes, ao permanecer em seus locais de venda após muitos anos de trabalho, manteriam a freguesia e o movimento nas calçadas. As redes interpessoais se faziam presentes no fato de que, a fidelidade do comprador garante um ponto fixo de encontro, em relações que vieram a se manter após as mudanças espaciais da cidade e interessariam também aos lojistas.

No ano de 1977, a propaganda da ruptura deixava por vezes de mostrar as dimensões de uma feira que já caminhava há muito com alterações em sua realização, em tempo que retratava Feira de Santana como cidade que teria superado sua fase de comércio de alimentos. Nos dias atuais, a visão de uma outra Feira de Santana, agora sem a feira no centro, é trazida por Adnil Falcão:

1980... Feira de Santana, com seus 291.506 habitantes – dos quais 233.617 alojados na sede – já se transformara em cidade industrial e universitária. Perdera o seu encanto bucólico. Os velhos casarões, que haviam contribuído para lhe dar ares de princesa, quase desapareceram. O centro, tomado pelo comércio, “moderniza-se”. A feira-livre, transferida para um vistoso Centro de Abastecimento. Um novo complexo Campo de Gado, fora do perímetro urbano, havia sido construído para abrigar o comércio do boi em pé. A rede de esgotos sanitários e pluviais, enfim, iniciada. O Mercado Municipal, restaurado, tornara-se Mercado de Arte Popular. A cadeia pública transmutara-se em Câmara Municipal. Instalaram-se em Calçada, na rua Sales Barbosa e um Camelodromo, na Praça Presidente Médici – oFeiragui¹⁰⁹.

Em 1978, insistimos, a surpresa da imprensa com a falta da organização do Centro de Abastecimento, é constante¹¹⁰. O vai e vem nas vias de circulação internas do CAF não funcionou conforme o projetado, e teve que se adequar, pouco a pouco, às inúmeras necessidades comerciais dos feirantes. Os vendedores e vendedoras se agregavam uns aos outros, a partir do tipo de mercadoria que vendiam, da busca da facilitação de acesso para os fregueses dentro do Centro, e motivos outros que não os da administração. A espacialização da feira era diferenciada e se dava por uma infinidade de fatores, que não se resumiam simplesmente à projeção do Centro. “Havia espaços, por assim dizer; especializados na velha feira. E os fregueses bem o sabiam e o aprovavam por uma questão de praticidade, de comodidade (...)”¹¹¹. Muitas práticas foram trazidas para o espaço programado do mercado oficial e reelaboradas na realidade, mais marcadamente no local destinado à disposição da feira livre de hortifrutigranjeiros, realizada pelos pequenos comerciantes.

¹⁰⁹ FALCÃO, Adnil, *Memórias de Newton Facão*. Feira de Santana: 2007. p. 169.

¹¹⁰ *Centro de Abastecimento em desorganização interna* (Feira Hoje, 23 de fevereiro de 1978).

¹¹¹ MOREIRA, Vicente. Op. cit. 2001, p. 3.

De acordo com o Projeto Cabana, este ambiente foi dividido em dimensões diferenciadas, é claro, do espaço para os atacadistas. Para lá se dirigiram as queixas dos feirantes atacadistas, quanto a uma desorganização¹¹². Ora, o que se constatou da realidade do CAF, na perspectiva de Araújo, é que “a antiga feira livre, origem comercial da cidade, determinou regras tão fortes, que mesmo passadas mais de duas décadas, os comerciantes, que utilizam o espaço do CA se transformaram de acordo com suas necessidades, ao invés de adequar-se a ele”.¹¹³. Isto quer dizer também que o controle do mercado pelos atacadistas vinha a se reproduzir no CAF sob outras roupagens.

Os feirantes de baganas se depararam, em outras circunstâncias, com o controle do espaço central da cidade como justificativa para o cerceamento de suas atividades. A mudança de local de vendas, por exemplo, fez parte do cotidiano dos feirantes em momentos antecedentes ao CAF e algumas pessoas refizeram, em 1977, suas rotinas de trabalho nas ruas e no Centro.

Eu cheguei aqui no dia 1 de Agosto de 1970. O que eu trouxe pra aqui só foi minha esposa e o menino, o fogão e uma lata de carvão e uma lona pra dormir. Ficava aqui na Getúlio Vargas. Quando eu cheguei aqui, foi assando milho e o ponto era lá... ali por baixo, em frente à clínica de doutor Nilson, ali eu fiquei os dias que eu tava assando aquele milho na frente da clínica de doutor Nilson, entendeu? Quando terminava o milho, eu trabalhava no carrinho de mão. (...) A maioria quando mudou pra lá, a maioria reclamou, o pessoal reclamava, ainda hoje tem gente aí que tá vivo e que teimou que era aquilo, que hoje não tem mais negócio, mas eu, graças a Deus, o meu negócio é o meu carrinho de mão¹¹⁴.

É... comecei a vender, em 1962... em 1962... eu comecei a barraca aqui... mas minha barraca era... comecei na Rua do Sol. Da rua do Sol, fui pra Getúlio Vargas... da Getúlio Vargas fui pra frente da prefeitura..., da frente da Prefeitura vendi na Praça da Bandeira. Ali onde era o mercado velho...¹¹⁵.

A lembrança que eu tenho de lá, que lá a gente vendia era... lá a gente começou era lá no mercado Municipal que hoje é o Mercado de Arte. E ali eu trabalhei bem perto de onde é o hospital EMEC. Dali, a gente retornou... dali a gente saiu e veio pra Estação Nova¹¹⁶.

¹¹² Ata da Associação dos Feirantes das Feiras Livres de Feira de Santana, 1991.

¹¹³ ARAUJO, Alessandra. Op. cit. 2006, p.117.

¹¹⁴ Apresentaremos um dos nossos colaboradores. O Sr. José Santos trabalha na Av. Getúlio Vargas desde 1970. Migrante, chegou com a esposa e aqui começou a trabalhar como feirante na rua. Segundo ele, continuou no local porque procurou por Sr. Newton, que ainda não sei direito quem seja especificamente (há alguns Newtons e Nilttons importantes em Feira). Ele é bastante rancoroso com a reação de alguns amigos que deixaram de ser feirantes ou que na época da transferência para o Centro reagiram às medidas da prefeitura. Encontra apoio em políticos locais desde sua chegada, segundo ele. Há uma relação de busca de protecionismo. Ele relata a história de um ex companheiro de feira, Sr. Zequinha, que hoje é vigilante e reagiu negativamente as mudanças, e, segundo ele, abandonou o trabalho na feira depois de algumas contendas com fiscais e pessoas que conseguiram permanecer nos locais de venda. Sua história traz informações de experiências trocadas no cotidiano da feira e da chegada de mudanças no comércio, como o horário de fechamento das lojas que os feirantes tiveram de acompanhar. Apesar de certa melancolia na sua fala, se apresenta como alguém ordeiro e a favor da organização do comércio, elemento de sua fala que se poe em diálogo com as especificidades vividas por um outro grupo de feirantes que se negaram a ficar no Centro de Abastecimento disputando espaço e não tiveram um ponto fixo mantido na principal avenida da cidade.

¹¹⁵ MOREIRA, Vicente. Op. cit. 2001.

¹¹⁶ Junto com Sr. Cláudio há outras pessoas em condições bastante semelhantes à dele: trabalhadores rurais que vendem seus produtos no mercado da Estação Nova, relativamente distante do centro da cidade. Muitos se apresentam como feirantes da

Alguns artifícios garantiram este trânsito dos feirantes ao longo de tantos anos, e na década de 1980, nota-se a presença mais constante do uso dos carros de mão e de tabuleiros móveis nas reportagens que mencionam seu trabalho. Para conviver com uma realidade nova de fiscalização, foi comum que os pontos de venda não fossem mais fixos. Conjugada ao fator fuga, os *moleques da feira*, ali presentes há muito tempo, estendiam o papel de carregadores e auxiliares no comércio para o de vendedores que, trabalhando para barraqueiros fixos, burlavam os fiscais, mudando de um local para outro, com quantidades menores de mercadorias, de uma esquina para outra¹¹⁷. A insatisfação com o comércio locado no CAF gerou as práticas de uso de debácias e vasilhames com tomates, cebolas e frutas, carregados até os fregueses, em locais mais centrais da cidade, como pontos de ônibus. Mas estas não eram as principais formas de manterem-se no comércio de rua. O negócio permitido não era o necessário para grupos diferentes de feirantes. A motivação, a maneira como cavaram justificativas para realizar a atividade, revela importantes características políticas de negociação do solo urbano na cidade e expõe ainda o passado feirante de Feira de Santana. Por outro lado, o fato de não ser permitida a feira, promove uma brecha para negociações sub-reptícias do centro urbano e coloca na disputa a troca de favores nas eleições.

Sabemos que o jogo de perseguição ou *vistas-grossas*, feito pelas fiscalizações, são conhecidos não só em Feira e muito menos apenas pelos feirantes de alimentos. O crescimento das formas de trabalho urbano não oficiais trouxe artimanhas inventadas pelas pessoas que destes mercados sobreviviam em todo o país¹¹⁸. Em Feira, inclusive, o comércio de produtos clandestinos fabricados na China e distribuídos principalmente no Paraguai veio à tona como uma das características do comércio ambulante de Feira de Santana, tornando-se inclusive o *feiraguaium* ponto turístico, onde bancas foram estabelecidas mediante o aval da Prefeitura Municipal nos anos 1990.

Também destacamos, nesta conjuntura, após criação de uma nova disciplina nas vendas, um maior desenvolvimento de feiras de bairro. Instituídas pelo Prefeito Arnold Silva em 1960, as feiras passaram a ser a alternativa mais popular de compra e venda, com produtos mais baratos

“antiga feira” e se dispuseram para conversar. O contato tornou-se um tanto dificultado por conta da distância de moradia da maioria: fazendas da região, onde só é possível encontrá-los ocupados no campo, quando não estão em Feira. Procuo nestes diálogos fazer com que externem fatos ocorridos e que parecem esconder, quando eu os pergunto sobre lembranças e conflitos, sobre a história de suas vidas ali. Timidos, preferem sorrir e dizer que não querem se comprometer, relatando apenas o orgulho de sua labuta semanal ou mostrar que conheciam a arquitetura da feira, descrevendo seus espaços. Depoimento de Cláudio Araújo Santana, 67 anos, Outubro de 2007.

¹¹⁷ Depoimento de José Carlos, Op. cit.

¹¹⁸ TELLES, Vera da Silva. Mutações do Trabalho e experiência urbana. *Revista Tempo Social*. v.18 n.1 São Paulo, jun. 2006.

em relação às grandes redes de supermercados. Além disto, os próprios moradores de áreas distantes do centro exigiam feiras mais próximas, para que suas compras semanais fossem mais cômodas, como foi o caso do conjunto João Marinho Falcão, onde o presidente da associação de moradores revelou: “devido à distância do João Marinho Falcão do Centro de Abastecimento e da feira livre do largo do Tomba, toda a população do bairro está querendo uma feira livre semanalmente”¹¹⁹. Após a construção do CAF, as feiras de bairro tornaram-se pontos de venda mais cheios do que o próprio, sendo inclusive freqüentados por muitas pessoas que possuíam pontos no CAF.

1.4 - Expectativas após mudanças nas regras do jogo: a atuação do poder executivo.

Com o advento dos modernos hipermercados, os comerciantes do ramo, em Feira de Santana, estavam mais preocupados em aprender a estocar, remarcar preços, como a associar o seu capital a investimentos maiores, para não serem engolidos. Na coluna *Informações e Negócios*, foi possível acompanhar algumas dicas, feitas por comerciantes feirenses, de como se aproximar de uma sociedade anônima sem grandes perdas, ou de como alterar constantemente o valor do produto sem parecer injusto (num contexto inflacionário)¹²⁰. Não só no ramo de alimentos, é claro, as casas comerciais lidavam com outro modelo de oferta e procura. Incapazes de conseguir estocar grandes quantidades de produtos, algumas lojas se associaram para comprar em maiores quantidades e depois dividirem lotes de mercadorias, para conseguir concorrer com os preços das grandes lojas¹²¹ recém chegadas.

Destacamos da década de 1970 o ano de 1978, quando chegou em Feira o primeiro hipermercado da Bahia (pelo menos assim anunciado em jornal impresso), filial do grupo sergipano Paes Mendonça. A propaganda daquele mercado apresentou confortos para as compras nunca antes vistos ali e avançavam cada vez mais sobre os modelos de compra e venda antes praticados.

Imagine uma loja, bonita por fora e por dentro, prática, confortável, onde exista tudo o que você possa desejar. Assim é o Hiper Mendonça, a nova unidade de Mendonça Supermercados. Imagine seções e mais seções com milhares de artigos à sua escolha,

¹¹⁹ *Moradores do João Marinho Falcão vão reivindicar uma feira livre*. Feira Hoje, 26/02/1980.

¹²⁰ Jornal Feira Hoje entre os anos de 1979 e 1981.

¹²¹ *Cadeia de Lojas para enfrentar as grandes*. Feira Hoje, 04/04/1978.

onde você possa servir-se de uma espetacular padaria, rotisserie, lanchonete, carne verde, frutas e verduras... até confecções, utilidades par o lar e eletrodomésticos (...) ¹²².

Ao contrário das comemorações para com o novo Hipermercado, o Centro de Abastecimento iniciou a década de 1980 envolto em inúmeras queixas, vindas de todos os lados e publicadas na imprensa, sendo pauta constante na Câmara Municipal ¹²³. Além das acusações de sujeira, houve cobranças para que a prefeitura disponibilizasse transporte adequado para os consumidores e promovesse a organização interna. A imprensa também noticiou constantemente o local, nas páginas policiais, como ponto de bêbados e ladrões, devido às inúmeras barracas decachaça existentes ali e a facilidade de roubos que seriam causados pela falta de policiamento.

Autuados com freqüência pela fiscalização de pesos e medidas, os comerciantes do CAF tornaram-se amostra da maneira como não deveria ser feito o comércio com balanças. Acusados de *lesar a bolsa dos consumidores da cidade* ¹²⁴, os vendedores e vendedoras de farinha, feijão, camarão tiveram suas balanças e pesos confiscados freqüentemente.

O ano de 1980 foi ano crítico no comercio feirense. Era hora de avaliar uma década inteira de investimentos e pensar em novas estratégias de fortalecimento do comércio feirense. Vale acrescentar que, como incluímos como fonte o Jornal Feira hoje, fundado em 1970, a década de avaliações correspondeu também a uma retrospectiva de 10 anos do jornal. Ao ser convidada para avaliar a conjuntura, a Associação Comercial pressiona o Prefeito Colbert Martins para que tomasse medidas de potencialização do mercado local, o que incluía fornecer a devida condição para que o Centro de Abastecimento fosse um ponto privilegiado de compras e vendas de alimentos. Assim, segundo aquela leitura, os feirantes se manteriam no espaço e estaria fortalecido o turismo na cidade ¹²⁵.

Apesar da concorrência com os supermercados, o Centro de Abastecimento se manteve como referencial pra o controle de preços de alimentos (sendo mercado regulador oficial). Alguns casos destacados na imprensa sobre a alta dos preços merecem análise e revelam mais das expectativas de atuação da prefeitura, da fiscalização estadual e do governo federal. Em casos diferentes, encontramos uma conjuntura em que os pequenos comerciantes requeriam da prefeitura e do governo do estado um comportamento semelhante às fiscalizações passadas.

¹²² Propaganda de inauguração do Hipermercado Mendonça. Feira Hoje. 26/06/1978.

¹²³ No sentido de que instalavam-se banheiros, azulejos e parte da infra-estrutura pouco a pouco no Centro de Abastecimento.

¹²⁴ *Comerciantes autuados com balanças irregulares*. Feira Hoje, 30/03/1978.

¹²⁵ *Mercado é um perigo*. Feira Hoje. 02/06/1978.

Atitude radical da receita revolta pequenos produtores: os pequenos produtores da região de Feira de Santana estão revoltados com a fiscalização exagerada que afirmam estar recebendo de agentes da Receita Estadual, os quais estariam exigindo a nota fiscal referente e até mesmo um ou dois sacos de feijão no trajeto para o Centro de Abastecimento. A produção, segundo dizem, não é suficiente nem mesmo para o sustento da família. “comercializamos uma parte apenas para ter algum dinheiro” afirma Francisco Moreira, do distrito de Maria Quitéria (...). Os produtores lembram que no passado, este tipo de fiscalização acontecia uma vez ou outra, “mas agora, está demais. Já houve tempo em que o governo nos permitia, diante da situação de quase miséria, o transporte e comercialização de até 10 sacos”, lembra Almeida. Durval de Oliveira, do distrito de JAGUARÁ, afirma ter sofrido a mesma situação: “Trouxe quatro sacos de feijão para o Centro de Abastecimento, há uma semana no intuito de vendê-los. Mas, para conseguir isso, tive que me safar das garras do fisco. Opequeno é humilhado de todas as maneiras”¹²⁶.

O segundo caso de recorrência a protecionismos têm relação com medidas nacionais de controle de preços de produtos em épocas de inflação, quando os governos locais precisaram atuar notificando desvios de preços. Entre 1973 e 1974, a ação do ministério, chefiado por Delfim Neto, no tabelamento de preços, foi uma constante para a contenção das altas de preços. Carnes, leite, verduras, pão, eram tabelados como forma de garantir uma equivalência nos mercados, o que agradava de um lado os consumidores e também os próprios comerciantes de rua. Contudo, com uma inflação incontida, os preços variavam e nem os mesmos sabiam a quanto vender¹²⁷. Por este motivo, o “deus” Delfim também foi aclamado pela população feirense, durante o governo Collor. Regras de conduta passadas se redimensionaram na apropriação dos feirantes e consumidores do mercado do Centro de Abastecimento, no final dos anos 1980 e início dos 1990.

Nesse intermédio, podemos sugerir outras temporalidades nesta retomada ao passado. Além da freguesia, algumas pessoas afirmaram continuar em locais de venda na rua em favor da manutenção de uma forma de vida passada por gerações, da falta de adequação ao Centro de Abastecimento, dificuldades de deslocamentos e até mesmo relações delineadas entre os feirantes e algumas lideranças do executivo pela negociação do uso do espaço público.

Na descida do Centro foi todo mundo mudado, agora depois foi que começou a subir. Depois que eu subi e escalei a feira ali (...) agora quando eu subi aí foram começando a vir. Eu saí do Centro foi porque se eu fico lá eu passo fome. Porque quando eu vendia 10 caixas de ovos, jogava mais 10 no mato.

¹²⁶ Feira Hoje, 06.10.1991.

¹²⁷ Agostinho Vieira, feirante, Jornal Feira Hoje, 01.01.1992.

(...) Foi um dia de segunda-feira, carreguei um carro de mão daqueles grandes dali, mande os meninos puxar e vim e botei ali na quina. Chegaram aquela multidão de guarda. Mas, toda uma vida eu tive história para conversar e toda uma vida eu fui um cara que era bom de papo e levei todo mundo na conversa.

(...) Aí eles me pediram pra ficar com um, mas guardar um. Fiquei com um. Entendeu como é? E nunca parei. Depois eu resolvi que ali estava muito na frente¹²⁸ aí vim para a Marechal¹²⁹. Cada dia foi vindo um aí a feira formou e, como neste tempo eu tinha muita média com finado Colbert e com Chico Pinto, que eu tinha carta branca dele, aí começou (...) ¹³⁰.

Sugerimos, para o capítulo que segue, questões para recuo aos anos em que boa parte destas relações foi construída, quando o mercado de alimentos de Feira de Santana reuniu interesses diferenciados para lavradores e trabalhadores urbanos, comerciantes atacadistas e para os partidos políticos que disputavam o executivo da cidade.

Em tempo, não poderíamos deixar de mencionar que O Centro de Abastecimento foi palco ainda de conflitos envolvendo trabalhadores urbanos, em sua maioria migrantes, em questões que não envolveram os preços dos produtos ou o local da feira. Foi o caso do momento em que alguns negociantes iniciaram um processo de ocupação do local, em 1980. Assim como o faziam no centro da cidade, muitos barraqueiros começaram a morar no seu ponto de venda, causando um problema para o prefeito da cidade, que havia criado o PLANOLAR para atender à população de baixa renda e sofria pressões da parte de algumas famílias instaladas no Centro de Abastecimento. Havia toda uma expectativa entre estes moradores/feirantes do Centro para com a cessão do terreno para que construíssem moradiasfixas.

Aquele terreno era especulado por outros interesses. A Urbis – empresa de construção civil – havia planejado construir um conjunto habitacional com 413 unidades, em área da Prefeitura vizinha ao Centro de Abastecimento. Ali mesmo, começaram a se formar aglomerados de pessoas que iniciaram o levantamento de barracos. No dia 06 de junho de 1980, cerca de 30 pessoas, descritas pelo Feira Hoje como *simples, trajando roupas velhas e estragadas e portando enxadas, foices e facões*, se manifestaram na porta da Prefeitura Municipal exigindo a liberação da construção de suas moradias na área. Após negociação com o diretor do PLANOLAR, se retiraram, sob promessas de receber acesso à habitação do plano em voga, em outros

¹²⁸ Estava em frente ao antigo Mercado Municipal, hoje Mercado de Artes, na Praça da Bandeira, antiga Praça do Comércio.

¹²⁹ Rua Marechal Deodoro.

¹³⁰ Depoimento de. José Carlos. Op. cit.

locais¹³¹. Enquanto muitos alegaram não ter para onde ir, outros encontraram como argumento para ficar ali o fato de estarem no local desde que se transferiram da rua para o Centro.

Ou seja, muitas pessoas que ocupavam o Centro em busca de moradia eram feirantes ou ainda, os migrantes que chegavam à cidade em busca de trabalho se estabeleciam ali mesmo, naquele novo terreno do Centro. Tal problemática habitacional demonstra condições de vida destes trabalhadores como proximidade destas situações com a luta de outros setores do trabalho urbano em Feira. Não só nesta, mas em outras situações, o trabalhador da feira viveu, assim como os demais, conflitos por melhores condições de vida. Mais do que mostrar esta aproximação, atentamos para o fato de que a feira e seus negócios ocuparam papel de destaque nas negociações do mundo do trabalho em Feira, como veremos a seguir.

¹³¹ *Invasores realizam uma passeata para pedir terreno para o Prefeito.* Feira Hoje, 07/06/1980; *Moradores serão removidos do CA: Famílias instaladas em barracas no CA poderão ser transferidas.* Feira Hoje, 1980.

CAPÍTULO II

A CIDADE E O COSTUME FEIRANTE: 1959 A 1964.

Foi com base em aprendizagens em comum entre feirantes e a sociedade feirense em geral que muitos trabalhadores da feira procuraram reaver suas práticas de compra e venda. Por este motivo, o encontro com as práticas de tempos passados, especialmente com a década iniciada em 1960, sustenta nosso caminho argumentativo que se iniciou na reflexão sobre 1977. É necessário aqui buscar costumes dos feirantes que dialogaram fortemente com o fato transferência da feira.

Horários comerciais foram estipulados a partir das práticas do feirante ou tiveram que corresponder a estas. Pontos de venda foram montados a partir de aproximações entre trabalhadoras rurais e influenciaram fortemente na feira dos anos 60. Estes elementos costumeiros se enraizaram no período aqui escolhido. Não há, portanto, o intuito de recorrer a uma origem para os mesmos. A seleção dos princípios da década foi fundamentada por alguns fatores, como a leitura de que este teria sido um tempo de mudanças populacionais perceptíveis em todo o país e igualmente em Feira de Santana. O período demarcou a intensidade da migração para a cidade, bem como o deslocamento de investimentos para Feira de Santana, considerada estratégica no Nordeste¹³². No tempo que precedeu o golpe, ocorreram negociações importantes dos trabalhadores feirenses com o executivo municipal, diante da intensificação de medidas de padronização do comércio, como também da readaptação de poderes, por parte de famílias tradicionalmente conhecidas na praça comercial. Estes foram anos nos quais alguns aspectos despontaram como novidade, a exemplo da grande presença de comerciantes que não eram feirenses na praça comercial.

O costume se elaborou, portanto, entre estes fatores, que ora se desenrolam nesta seção. Em outros tempos, E. P. Thompson analisou algumas situações de instituição de novas leis, na Inglaterra do século XVIII e percebeu que a bandeira da tradição serviu muitas vezes como arma aos subalternos, para exigir direitos perdidos¹³³.

Adentramos assim o campo daqueles que enfrentaram questões sobre direitos compartilhados por trabalhadores – ainda que, em experiências específicas de dominação de

¹³² Não só por esta razão, o crescimento da cidade ocorre também por conta de alterações significativas no campo, não contempladas neste texto.

¹³³ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

classe – frente a alterações legais, quando a lei que se atualiza, traz consigo pressupostos diferentes dos tradicionais. Comumente, nestes episódios, a modificação do caráter da intervenção do Estado nas políticas públicas corrompe relações civis entre sujeitos das classes dominantes e subalternas e provoca reações de ambas as partes. As perdas para comerciantes, artesãos e outros setores que se viram destituídos de poder de participação nas decisões sobre o mercado, por exemplo, fundamentaram reivindicações dos mesmos na Inglaterra, durante o avanço do capitalismo agrário. Tal foi o caso da perda de algumas leis Elizabetanas, que protegiam o comércio interno. É justamente nestes momentos que a tradição se torna meio de reivindicar suas posições.

Para Alexandre Fortes, a inauguração, atribuída a Thompson, de uma história social do Direito, deu um status diferenciado ao estudo dos costumes e pôs no centro da reflexão sobre a lei a importância da elaboração popular de normas de comportamento. Assim, Senhores e Caçadores tornou-se, para Fortes, “obra fundante de uma história social do direito, que se colocam as condições para a elaboração que traz a lei e a questão dos ‘direitos’ para o centro das preocupações dos estudos das relações de classe”¹³⁴. Tais lutas definiriam, portanto, a apropriação de propriedade em formação durante os séculos XVII e XVIII ingleses. Formas históricas de convivência com a terra e com a propriedade privada foram ponte para a defesa de um encaminhamento tradicional para as coisas. A presença desta *rendição* das classes dominantes ao *domínio tradicional da Lei* fica clara também nos textos de Costumes em Comum. Constrangidos por formas passadas de conduta com relação ao tabelamento de preços, os patrícios se viam encurralados pela cobrança de diversos grupos de trabalhadores. Além disto, Thompson preocupa-se em localizar, nestas resistências, sujeitos antes não mencionados pela história do trabalho. Segundo ele, “este tipo de gente tem se esquivado da atenção dos historiadores, pois não eram nem agricultores, nem proletários emergentes, e não tinham importância para ninguém a não ser para eles mesmos”¹³⁵, referindo-se a vendedores ambulantes, por exemplo, que sofreram com o cercamento de terras, pois precisavam recorrer às terras comunais para colher algumas matérias primas (gengibre, leite, maçãs, etc.). Mas estas pessoas reagiam e a moral da plebelimitava excessos, demonstrando expectativas entre as classes subalternas que perturbaram a ordem de grupos hegemônicos.

¹³⁴ FORTES, Alexandre. O Direito na Obra de Thompson. *Revista de História Social da Unicamp*, n. 2, 1995.

¹³⁵ THOMPSON, Op. cit., p. 144.

Para Alexandre Fortes, esta análise da lei e dos costumes ainda pode ser encontrada no texto mais famoso de Thompson, quando ele apontou para o comportamento de aprendizagem da classe trabalhadora em formação, que envolveu experiências de situações em comum com a classe dominante e valores religiosos, transferidos para o novo contexto do sindicato em nascimento.

Mas, toda esta análise pode ser comparada a casos que não os dos ingleses? Alguns textos já foram publicados no Brasil e ressaltaram que, apesar de peculiaridades, há situações de expansão do capitalismo em que o avanço da exploração promoveu reações bastante semelhantes. Entre muitas outras argumentações thompsonianas, a noção de que a economia é social e culturalmente fundamentada permitiu ainda que se estendam os estudos sobre as transformações nas relações sociais entre as classes antagônicas, de maneira que os subalternos apareceram mais incisivamente como protagonistas.

No caso da análise presente em *A Economia Moral da Multidão Inglesa no século XVIII*, na coletânea *Costumes em Comum*, Thompson contesta o liberalismo, quando tratou da importância das práticas populares na economia. Dialogando com Adam Smith, mostrou que os preços não se ajustariam somente pelos mecanismos de mercado. Smith acreditava que a *única maneira de essa economia auto-reguladora entrar em colapso era pela interferência do Estado*, fazendo uma análise superficial das práticas populares, as ditas superstições. Para ele, Smith construiu um *ilusório ar de validação empírica, num ensaio de lógica que se autovalida*.

Não deveria ser necessário argumentar que o modelo de uma economia natural e auto-reguladora, funcionando providencialmente para o bem de todos, é tão supersticioso quanto as noções paternalistas – embora, curiosamente, seja uma superstição que alguns historiadores econômicos têm sido os últimos a abandonar (...)¹³⁶.

Sendo assim, os mecanismos de funcionamento dos mercados de abastecimento não podem ser resumidos a uma ordem econômica, no sentido restrito da palavra. A noção de experiência de Thompson, atrelada às suas análises a respeito das práticas populares nos mercados nos inspirou neste sentido, além de uma aproximação com grupos de trabalhadores não operários, levantada em sua obra, e a busca por acionamento de mecanismos tradicionais para negociar com as mudanças.

Os anos 1960 reservaram fatos vinculados a conjunturas nacionais de políticas para o controle dos mercados, em especial no Nordeste brasileiro que influenciaram enormemente na

¹³⁶ THOMPSON, Op. cit. p.160-162.

construção destas relações. No final da década anterior, até o período inicial da ditadura militar, a

¹³⁶ THOMPSON, Op. cit. p.160-162.

intervenção no comércio de rua acompanhava medidas de controle de preços dos insumos básicos e da instalação das feiras como centro popular de compras, comuns no país. Neste ínterim, medidas construídas entre trabalhadores e poderes municipais para lidar com as transformações em curso tiveram relação com a conduta da classe trabalhadora feirense de maneira mais ampla e, conseqüentemente com a própria feira.

Os laços entre as pessoas que faziam a feira acontecer advinham do diálogo constante com costumes da sociedade feirense, o que envolveu outras classes sociais. Na década de 1960, as regras de funcionamento do mercado livre foram renovadas sem que, no entanto, se pusesse em xeque a realização da feira no centro da cidade. Os governos locais organizaram a urbe e a feira livre, coração do comércio feirense, segundo interesses diferenciados. E a necessidade das trocas da feirinha como articuladoras do comércio local se confirmou, justamente pela reedição constante das suas normas.

A feira recebeu novos trabalhadores e se expandiu ao lado de cada novo tracejado das ruas e em cada novidade trazida ao comércio. Nacionalmente, o mercado de alimentos foi modificado e, como não poderia ser diferente na cidade Feira, os espaços de atuação dos vendedores ambulantes de alimentos na composição do ambiente da urbe foram controlados de acordo com as novas diretrizes. Porém, não passivamente, as pessoas tiveram, a seu modo, tratos diferenciados da situação em curso e assim, neste período de modificações, encontramos negociações e legitimação de uso das ruas pelos feirantes em mais um conjunto de passos em busca da “modernização” feirense.

2.1 – O início da década de 1960 em Feira de Santana.

Adnil Falcão¹³⁷ quando escreveu as memórias sobre a trajetória de vida de seu pai, importante investidor no comércio e na agropecuária feirense, descreveu um processo em curso nos anos 1960:

o aumento da população municipal, que quase dobrou entre 1940 e 1960, passando ao impressionante número de 141.757 habitantes, dos quais, 61.612 fixaram-se na sede; o crescimento expressivo da malha rodoviária, fortalecendo, cada vez mais, o município como maior entroncamento de estradas do estado; o progresso nos meios de transportes; a inauguração do sistema de abastecimento de água da cidade; a ampliação dos serviços

¹³⁷ FALCÃO, Adnil. *Olhares sobre Newton Falcão*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2007.

educacionais, o aperfeiçoamento crescente das comunicações favoreciam as mudanças em curso na estrutura econômica do município¹³⁸.

A alvorada desta década foi marcada por novas iniciativas da Prefeitura Municipal de aproximar-se dos objetivos federais para o Nordeste, como o controle do comércio agropecuário e instalação de melhorias de infraestrutura urbana em Feira de Santana. Algo de significativo aconteceu nas relações sociais desta cidade nordestina, já conhecida por ser o mais importante vínculo do litoral com a *civilização do couro* dos sertões. As manobras do executivo local para redefinição da combinação das práticas tradicionais com os novos parâmetros nacionais eram notórias. O gado e as culturas dele derivadas, as criações de animais nos quintais das casas, o cercamento das hortas urbanas, a presença da cultura roceira lado a lado às lojas de departamento, no comércio, e as aspirações pela modernidade, justificadas pelo avanço das estradas no entroncamento de Feira, foram fartamente noticiados nesta década, revelando tensão entre modelos urbanos para o comércio feirense, presente em cada opinião publicada.

É fato que o comércio do gado era alterado, quando da adequação da praça comercial feirense às exigências estaduais de sistema de peso e modo de operar as vendas e que alguns grupos importantes de investidores da pecuária associavam-se às possibilidades de negociação com empresas multinacionais forâneas. Destacavam-se ainda os fazendeiros que multiplicavam seus lucros no comércio da cidade ao tempo em que direcionavam seus esforços para empreender melhorias técnicas na produção. Vale a pena ressaltar a descrição da Fazenda Santana feita por Adnil Falcão, patrimônio de seu pai. Tais características faziam inclusive, da fazenda, um local de estudos para acadêmicos de veterinária da UFBA.

...as instalações resultaram perfeitas: maternidade, isolamento, farmácia, baias para bois e cavalos, edificações próprias para ovinos e caprinos – também criava carneiros das raças Santa Inês e Bergamácia – e três currais-modelo, um dos quais em estilo americano, com área para apresentação de animais de seleção, dez boxes cimentados, cobertura, cercas em mourões e tubos galvanizados, piso calcetado, caixa de areia e embarcadouro. Os dois outros, com quase 2000m² de área, além de piso calcetado em paralelepípedo, cobertura parcial (...) dispunham de Bret e balança. Um galpão oficina, pátios cobertos para equipamentos agropecuários, caixa d'água elevada, poço artesiano com cata-vento, escritórios administrativos e casas para colonos rematavam as instalações deserviços.¹³⁹

A família Falcão é um caso interessante para observação de transformação na conduta com os negócios.

¹³⁸ Idem, ibidem, p. 105.

¹³⁹ FALCÃO, Adnil. Op. cit. 2007. P. 94.

O patriarca dos Falcão, em 1961 teria comunicado aos seus filhos a sua retirada da direção do patrimônio da família. Adnil Falcão descreveu que “entre os motivos para o recuo do velho guerreiro, estavam a mudança no ambiente de negócios e comércio ilegal que se instalara na via pública de Feira de Santana, sem ônus de impostos, nem despesas com empregados. Sinais do novo tempo”.¹⁴⁰

Em outra obra, João Falcão ressaltou maiores detalhes do que seria para as famílias estabelecidas no comércio a entrada de comerciantes que não pagavam impostos para uso do centro da cidade. João Marinho, patriarca da família, teria chamado os filhos e dito:

Nos dias de hoje, (...) os caminhões carregados de mercadorias vêm do Rio de Janeiro e São Paulo para vendê-las na nossa porta, sem pagar impostos nem fazer despesa com empregados e a administração. Revelando em seguida uma humildade comovente, aquele homem forte, bem-sucedido nos seus diversos negócios, de um amor próprio à flor da pele, confessou aos filhos, serenamente, que não tinha mais condições de competir com aquela guerra aérea entregar-lhes a direção de sua casa comercial¹⁴¹.

Nestes textos ocorre um sentimento de perda de controle dos negócios na praça comercial nesta conjuntura, ou mais especificamente, de um modo de operá-los. A justificativa para o afastamento de João Marinho, que teria entregado às novas gerações a administração do seu patrimônio, é a patente presença de novos comerciantes e de novas formas de mercar em Feira. Este parece ser um sentimento encontrado também por Raymond Williams na conjuntura em que mercados ingleses ficavam mais complexos, aumentando o número de intermediários na economia da cidade. Williams encontra sentimentos em comum por parte de grupos tradicionais, mediante mudanças na condução de negócios na Inglaterra. A identidade destes grupos na modernidade inglesa parece se dar num misto de apego a valores passados e condenação de novidades das quais não se viam à frente, como era de costume em outras épocas. São grupos que ficaram espremidos entre o antigo e o novo. Esta imagem nos serve de inspiração para pensar alterações nos negócios das grandes famílias feirenses. Por outro lado, se nos atermos ao fato de que Adnil Falcão e João Falcão escrevem memórias, é possível questionar, como o faz Raymond Williams, quais aspectos do passado são trazidos à tona.

¹⁴⁰ Idem, 106.

¹⁴¹ Falcão, João. *A vida de João Marinho Falcão*. Editora Brasília, 1993, p. 141.

Percebemos, por exemplo, que a separação mais explícita entre ricos e pobres, ocorrida com a redução das classes intermediárias foi, para Raymond Williams, fator impulsionador de alguns escritos na Inglaterra. Gilbert White, William Cobett e Jane Austen, na conjuntura de aumento dos cercamentos de terras, formularam, cada um a seu modo, expectativas próprias para uma terra em transformação. O primeiro lamentava a perda da *ordem natural das coisas*. O segundo escrevia romances realistas, cujo tom de denúncia demonstrou tradições perdidas entre as famílias camponesas. Esta *estrutura de sentimento*¹⁴² precisou ser historicizada pelo lingüista inglês, para que pudesse demonstrar que a individualidade de muitos escritores, que se remeteram a um *mito do passado mais feliz*, se deu numa conjuntura comum de perdas de status por parte das classes médias na Inglaterra. Os distúrbios na ordem social que os deixava ainda numa posição cômoda fizeram com que intelectuais metropolitanos buscassem, no campo, as características de uma sociedade que viam seresfacelada.

A inserção dos grupos intermediários, como os comerciantes, na cidade capitalista, não aconteceu de maneira pacífica. Em Charles Dickens, Raymond Williams percebeu uma demonstração de homem urbano inglês como uma figura opaca e desconhecida em seus sentimentos. A busca de uma identidade urbana esteve presente na literatura em escritos sobre os modos de vida do trabalhador, construção de refúgios no campo, vivências em subúrbios recém erguidos, entre outras temáticas. Para Williams, em comum com todas, é possível localizar perdas de grupos médios com a internacionalização do mercado e presença de novas profissões na cidade com algum estremeamento do status social. Apesar de encontrar, por exemplo, nos cercamentos, marcos materiais para a conjuntura de mudança decisiva da relação do campo com a cidade, ele lembra que a causa dos problemas sociais não seria a industrialização, mas sim o capitalismo como um todo. Portanto, esta ordem já era realidade iniciada quando muitos proprietários passaram a vender suas terras. Ou seja, recorrer a tempos imemoriáveis seria mais uma fuga da realidade urbana da qual muitos ainda não teriam se apropriado. Vale ressaltar que a análise de Raymond Williams está apegada incondicionalmente à importância do status na sociedade inglesa, objeto de disputa dos sujeitos por ele estudados. A especificidade do estudo que fez para a sociedade inglesa não é aqui deixada de lado. Mas ainda assim, o desconforto pelo qual grupos médios passaram com as mudanças empreendidas pelo capitalismo foi elemento de destaque em sua análise.

¹⁴² CEVASCO, Maria Elisa. *Para Ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Comparando ao caso feirense, encontramos uma produção de memórias de famílias como elementos demarcadores de lugares de tradição. Muitas vezes, o momento passado de apoio destas memórias são tempos em que os personagens já vinham perdendo seus lugares de poder. É interessante que, em Feira, a produção de biografias da família Falcão, remeteu-se à conjuntura emblemática do final dos anos 1950, e início da década seguinte, para demonstrar duas questões importantes: a presença de comerciantes não feirenses, que aplicaram seus investimentos, e o aumento de número deste tipo de negócios num Município que não possuía um código tributário, trazendo problemas de falta de controle de impostos. A trajetória desta família pode ser o emblema de um conjunto de novidades no comércio feirense com as quais os setores mais tradicionais não se relacionaram sem conflitos.

Há, por outro lado, indícios de que havia uma identidade mais complexa dos grupos médios urbanos mais tradicionais com a cidade em transformação. O centro da cidade já não era, como descreveu Eurico Alves, um local de convivência idílica das famílias feirenses. Para o escritor, o brio feirense ia ficando no passado. Revelou, principalmente nos anos 1960, a saudade da festa de Santana, recorrendo insistentemente a sua pré-adolescência para narrar o comportamento dos párocos, das mulheres feirenses e uma religiosidade que beirava uma noção de pureza, ao comparar com os festejos portugueses. Eurico Alves incomodava-se com a presença negra nas festas, e com os *arremedos* de festejos que iam se instituindo ao longe do que considerava tradicional. *A paisagem urbana* revelava um padrão de vestimenta para as senhoras e homens de bem, em avenidas consideradas calmas e arborizadas. A avenida Senhor dos Passos e a Rua Conselheiro Franco, naqueles anos lembrados por Eurico Alves, mais pareciam uma extensão, para as ruas, dos costumes das casas dos grandes proprietários da cidade. E assim o escritor adjetivou de inúteis os automóveis e de feias as novas casas de comerciantes enriquecidos então.

A obra de Eurico Alves, apesar de muito visitada, merece ainda análise a respeito deste retorno ao passado. Se o brio feirense vinha se perdendo com a modernidade dos anos, em que lugar dopassado estaria? E, em estando no passado, este seria ordeiro, brando, sossegado, como propôs o escritor? Deixemos o longo debate para outra oportunidade¹⁴³.

¹⁴³ ALVES, Eurico. *A Paisagem Urbana e o Homem*. Feira de Santana – UEFS, 2006. Organização e notas de Maria Eugenia Boaventura. Não nos referimos a todos os textos de Eurico Alves, mas aqueles publicados nos anos 1960.

Literatos feirenses que escreveram memórias de Feira de Santana na Folha do Norte dos anos 1950 e 1960, “criaram representações geralmente relacionadas ao tempo vivido (...), de intensas mudanças em seu ambiente físico e sócio-cultural”¹⁴⁴. A Folha do Norte torna-se neste sentido, o veículo das informações sobre a transformação e, ao mesmo tempo, reserva espaço em suas páginas para que poetas e cronistas expusessem um novo olhar sobre a cidade de modo análogo. No jornal Gazeta do Povo, entre notícias de sinaleiras e posturas do governo municipal na organização das vias públicas, encontramos a reedição de um poema dos anos 1940, resgatando a vida na avenida principal de Feira no período. Em alguns trechos de um poema de Arnold Mota, é possível cruzar com situações de percepção da avenida anos antes de algumas transformações consideráveis:

Canção a Avenida Fidalga
Avenida – fidalga
Que reza toda noite
o seu rosário de luz
de postes negros,
esguios, coroados de
lâmpada se os braços
em cruz
que tem um ar eternamente
primaveril
nos seus canteiros de
gramanas suas árvores
verdes
(...)
Avenida da
Feira! Avenida fidalga da cidade
Alegria
Tens a paz sugestiva dos jardins enflorados
Dos recantos
calmosos Onde o amor em tudo
se anuncia
E se entorna em cascatas de
eufonia Pela boca dos
namorados! (...)¹⁴⁵.

Um modo próprio de relacionamento com o comércio, vindo destes grupos, foi esfacelado. Uma rede de relacionamentos sofreu alterações que não seriam passageiras. Recorrendo a um momento anterior à saída de João Marinho da direção da loja e dos armazéns, João Falcão retrata suas atitudes na loja da família, que parecia se estender à feira.

¹⁴⁴ REIS, Grazyelle. Literatura e Cultura em Feira de Santana. Práticas usos e tendências em impressos da Folha do Norte (1951-1969). Dissertação de Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural. UEFS – Feira de Santana, 2008 p. 103.

¹⁴⁵ Poema datado de 1941 pelo Gazeta do Povo de 13 de Dezembro de 1959, referindo-se à avenida Senhor dos Passos que começava com casarões de famílias importantes da cidade e terminava no antigo campo do gado.

Nas segundas-feiras, o grande dia de feira, que valia por toda a semana, ele sedesdobrava no atendimento à freguesia do interior e aos visitantes da capital, atraído pelo espetáculo da imensa feira. Todos lhe procuravam no escritório, aberto a quase na rua, tal a proximidade desta, pois ficava da secção de secos e molhados. Dali, ele despachava a clientela, que na maioria das vezes mandava seus prepostos, os tropeiros, com os pedidos de mercadorias. Ele conhecia a todos, atendia-os sem formalidades, tendo no fator confiança a base do seu relacionamento com eles¹⁴⁶.

Parece que o crescimento da cidade e o contato com novos comerciantes, bem como o aumento constante das atividades da feira, causaram espanto, e as relações interpessoais apareceram não como pano de fundo, porém como decisivas para aquele comércio.

Para Ana Carvalho, as marcas da mudança comercial, que projetou sobre os sujeitos da urbe exclusões e elaborações destes novos lugares, podem ser encontradas em empreendimentos como O Fórum Felinto Bastos, A Estação Rodoviária, os Currais Modelo, o Código Tributário do Município (já em 1964), o PDLI, a Semana Inglesa, e o Código de Edificações do Município¹⁴⁷. Todos foram datados da década de 50 aos primórdios da década de 1960. No período do governo de Arnold Silva (1959 a 1962) até o golpe militar, Carvalho encontrou, na imprensa, destaques para o movimento comercial da cidade, em relação às mudanças que vinham sendo implementadas na década precedente.

As fontes a respeito do feirante neste período são raras e, além disto, a lembrança da maioria dos nossos entrevistados nos permitiu acessar recordações não vinculadas ao tempo serial. Contudo, é possível perceber mitificações, expectativas e imagens deste passado. Mediante os juízos da *antiga feira*, apontados por comparação aos momentos posteriores à instalação do Centro de Abastecimento, é legível nas lembranças este passado. Como estas memórias são heterogêneas formas diversas desta lembrança foram apontadas. Algumas pessoas construíram pares antagônicos ao relembrem a feira antes do CAF. Primeiro desorganizada, depois, arrumada, as descrições do ambiente da feira e da disposição das mercadorias neste aspecto, foram próximas:

A feira lá em cima era a feira como aqui né? Só que lá em cima, Marechal, era cheio de saco de feijão, não era mercado modelo, aqui não tinha mercado modelo. Ali no fundo era feira, verdura, fumo, tinha a parte do fato, tinha a parte do... , tudo ali espalhado pela Marechal ali. De frente das Pernambucanas, aquele Beco da Marechal, aquele beco, na Senhor dos Passos, tudo ali era a feira¹⁴⁸.

Na memória de Jacira, que não conheceu a feira, a extensão das vendas é ponto de destaque em sua exposição, assim como a repartição dos produtos em setores. Este detalhe é

¹⁴⁶ FALCAO. Op. cit. p. 63).

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Ana. Op. cit. p. 27.

¹⁴⁸ Depoimento de Jacira Ribeiro dos Santos, Op. cit

fundamental na lembrança de Sr. Agnelo, hoje vendedor na rua Marechal Deodoro (citado no capítulo I). O Senhor Agnelo recorda-se da feira livre ainda no início da década de 1970, mas não é impossível que, de acordo com a extensão e o feitio próprio de ocupação do centro, esta lembrança se aproximasse a um quadro semelhante ao da feira de dez anos anteriores. O vendedor José Santos também consegue rememorar com detalhes a distribuição dos espaços de venda, na conjuntura do governo de José Falcão(1973/1976):

Cada um aqui tinha seu setor. Aqui mesmo nesse pau aí era tomate, aqui era cebola, dali pra lá era de frutas, laranja, banana, manga, essas coisas, láaaa em baixo, perto do palácio era banana, e aquele povo que trazia porco, galinha, pra vender lá em baixo. Aí eles compravam e levavam pra Marechal, ganhava ali na Marechal. E a feira começava quinta, sexta sábado, domingo segunda. E ninguém reclamava não e lá também ninguém reclamava.

Não era junto. Dali pra lá era só tomate. Outro lugar dali “prali” era só cebola, você comprava a cebola pra vender fora em outro lugar, lá já ficava os caminhão pra vender no retalho e vender também pra você ir venderfora¹⁴⁹.

Como o Senhor José Santos era um migrante sergipano que veio para o local em 1970, tudo era uma novidade para ele, que procurou se adequar, *arrumando o seu pontinho* em negociação com outros vendedores e vendedoras¹⁵⁰.

Nos anos 1960, a composição da população e o desenho da urbe mudaram, o que remontou sociabilidades entre os feirenses. Este marco foi ponto de partida para a análise de Ana Oliveira¹⁵¹, que, subsidiada pelas teorias de Michel de Certeau, buscou encontrar uma *identidade feirense* em transição, visto que as imagens do urbano e do rural, exemplificadas pela aproximação ou afastamento com a figura do vaqueiro, punham-se em disputa nesta saudade, na consolidação de uma cidade comercial ecivilizada.

Configurava-se a partir daí, sob nossa perspectiva, um outro momento de sua história, razão pela qual escolhemos o final dos anos 60 como data-limite de nossa análise, pois compreendemos que, até aquele momento, embora houvesse diferentes representações da cidade, prevaleceram as imagens de cidade comercial ecivilizada¹⁵².

Na sua perspectiva, atribuiu às *elites* feirenses o papel de elaboradoras de discursos que visavam *identidades* para uma Feira renovada, objetivando a integração com o nacional, aspectos advindos do legado do governo Juscelino Kubitscheck. No traçado destas práticas, os usuários da

¹⁴⁹ Depoimento de José Santos, Op. cit.

¹⁵⁰ mapa

¹⁵¹ OLIVEIRA, Ana. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)*. Tese de Doutorado, UFPE, Recife, 2008.

¹⁵² Idem, ibidem, p.21.

cidade, consumidores, enfim, os *caminhantes*, não se sujeitaram pacificamente a tais alterações, sendo também construtores de seus próprios territórios na urbe. Há pontos de seu texto nos quais mostra que tais práticas anônimas eram objeto de discussão na imprensa, nas associações de classe e na Câmara Municipal. Sua argumentação nos trouxe contribuições, ao defender os anos 1960, assim como Grazyelle Reis, como período de transição em Feira.

2.2 - Quanto mais a cidade cresce, mais a feira aparece: organização comercial e urbana em negociação com a feiralivre.

No final da década de 1950 e início dos 60 aconteceram medidas como a intervenção do governo estadual na cobrança de taxas de venda (notas fiscais), controle de horários, ou a presença mais incisiva da atuação do poder municipal nas vias públicas. Juntamente a estes, outros fatores eram oriundos da iniciativa privada. Pequenos supermercados passaram a concorrer, por exemplo, com a primazia da feira livre e dos armazéns de “secos e molhados” na distribuição de alimentos para o mercado consumidor local. Também, ações voltadas para o trânsito foram iniciadas aos poucos, numa convivência mais marcante da população com veículos no cotidiano. Foi aumentada a presença de carros de todo porte, vindos também de passagem, por conta das rodovias que foram inauguradas neste período. A inauguração da rodovia que ligava Feira de Santana a Salvador é um dos principais marcos da época.

Dentre as principais rodovias concluídas no período, destacava-se a Rio-BAHIA (BR 116), a qual foi aberta em 1950, tendo sua construção iniciada em 1941 e seu asfaltamento completado em 1963, e a BAHIA – FEIRA, ou Feira – Salvador (BR 324), cujo asfaltamento foi concluído em 1960, sendo este um velho sonho dos feirenses, cuja efetivação possibilitou que o deslocamento para a capital se realizasse a partir de então em apenas três horas e meia.¹⁵³

Como o costume dos feirantes compõe-se também da experimentação das formas de controle da feira, este histórico foi decisivo para as suas aprendizagens de negociação com as políticas municipais e federais. Principalmente porque, estas são, sobretudo, advindas: 1) do contexto de normas para o mercado de alimentos em âmbito federal e 2) de mudanças na relação da sociedade local com o comércio urbano em geral. O crescimento populacional, a migração e a passagem para uma população de maioria urbana ainda contribuíram para marcar a cidade nesta

¹⁵³ OLIVEIRA. Op. cit. p. 20.

década¹⁵⁴.

Muitas são as práticas populares que podem ser citadas. As casas de jogos viveram períodos de altos e baixos, quando, no intervalo de dois anos, foram proibidas e liberadas sucessivamente. A presença de personagens que se embriagavam nas barracas da feira, bem como dos apostadores, foi noticiada freqüentemente¹⁵⁵. Jogos diversos divertiram a população que vinha à Feira, como damas, roletas, bingos e as mais variadas formas de apostas. Todas foram proibidas, sendo que o conhecido Jogo do Bicho, de estrutura organizativa mais complexa, foi mantido ou excluído do rol das jogatinas, quando também o foi em âmbito nacional. Um outro jogo, chamado *Jogo de Piu* (jogo de aposta com dados), também foi relatado como prática constante entre os freqüentadores da feira. Os modos como eram feitos e, principalmente, a acusação da desonestidade, fazia com que fossem alvos fáceis, apesar de que uma política sistemática de coibir em conjunto todas as práticas populares nas ruas só veio a ganhar fôlego durante a ditadura militar. No início da década, o movimento de pessoas e carros das ruas, sem dúvida, seguia a rotina da feira livre. Até mesmo os horários dos ônibus que iam para a capital, do trem, do cinema, eram diferenciados nos dias de segunda-feira, quando os meios de transporte chegavam mais cedo e saíam mais tarde, porexemplo.

Descrevendo algumas das práticas cerceadas durante a ditadura, Muniz Sodré narrou um possível encontro entre sujeitos de classes diferentes no cinema.

Mas não era só o mundo vaporoso da tela, era o feitiço de segunda a noite no Cine Íris quando, acabada a feira, civilizados e tabaréus ajeitavam-se nos assentos dobráveis para brigarem lado a lado com Roy Rogers, Hopalong Casidy, Tom Mix, Randolph Scott, Jhon Wayne, ou exultarem com o berro de Tarzã ou temerem pelo destino das damas de negro mexicanas¹⁵⁶.

Apesar deste convívio, um tanto tácito, com a rotina do mercado livre, os conflitos aos poucos foram tornando-se mais claros. A presença dos feirantes nas ruas era ajustada e aceita no comércio em geral, desde que sob as normas estipuladas. A preocupação com o exagero das suas dimensões pode ser percebida no seguinte relato do *Gazeta* que, após uma série de elogios à cidade pela passagem de estradas importantes e a retomada da atenção do governo do estado da Bahia sobre a mesma, afirma:

¹⁵⁴ dados populacionais anos 1960.

¹⁵⁵ *Gazeta do Povo*, 24/05/1959, 1 /06/1959, 1 /08/ 1959.

¹⁵⁶ SODRÉ, Muniz. *O Bicho que chegou à Feira*. Francisco Alves Editora, 1991. p. 64.

(...) Hoje, porém temos que a lamentar o aspecto triste da nossa cidade. Os camelôs tomaram conta das nossas ruas e praças. O comércio legal vê-se prejudicado com a onda de comerciantes ambulantes e clandestinos que não pagam aluguel de prédios, instalações, luz, tributos e não estão sujeitos às leis trabalhistas. Enfim, transformaram a Princesa do Sertão numa Bagdá ou Água de Meninos. A parte extrema do Mercado Municipal está toda ocupada por barracas de frutas, legumes, cereais, tecidos, confecções, armarinhos, etc.(...) ¹⁵⁷.

Na reportagem de título no mínimo curioso, a comparação com a antiga feira de Água de Meninos em Salvador envolveu uma série de críticas aos costumes populares. A cobrança dos impostos e o fator clandestinidade também foi explícito, diferenciando os comerciantes legais dos demais. Uma das discussões bastante notórias no comércio foi presente na Câmara nestes anos e se referiu a cobrança de encargos trabalhistas, o que separava feirantes de lojistas, já que os primeiros não se enquadravam neste caso como trabalhadores nem, no entanto, como empregadores.

Uma situação interessante e que possui uma interface com esta nota da imprensa é a posição da Associação própria dos feirantes. Em 1960, ao lado da publicação do chamado da mesa de arrecadação de rendas para pagamento de impostos sobre as vendas na cidade, publicou-se uma nota da Associação de Feirantes, pedindo aos seus associados que não deixassem de estar em dias ¹⁵⁸. Neste caso, os participantes da Associação possuíam notas de vendas e procuravam se destacar com relação aos outros feirantes menores, que não pagavam os referidos impostos.

As transformações em Feira ocorriam também nas organizações dos trabalhadores e na sua relação com poderes dominantes. As categorias expunham-se publicamente através da imprensa, com chamados para reuniões e outros eventos. No Gazeta do Povo, percebemos as denúncias contra carestias, abusos de comerciantes e denúncia de falta de intervenção de uma política pública que sistematizasse o mercado de leite e carne. Inclusive, comportamentos próximos aos do populismo varguista, nas suas relações com o combate à alta de preços, repercutiram em Feira e tiveram impacto no mercado de alimentos. Os procedimentos com relação às políticas de abastecimento envolveram assim os trabalhadores da feiralivre.

No Gazeta de 1959, o anúncio de novas empresas, junto a matérias de sujeitos que se auto apresentaram como inovadores, frente a *velhas práticas*, anunciou indícios da Feira de Santana em transformação.

¹⁵⁷ Feira, Água de Meninos ou Bagdá? Gazeta do Povo, 13/12/1959.

¹⁵⁸ Folha do Norte. 30/01/ 1960.

Sem pretensões outras que a de formar na vanguarda dos que se compromissaram, quer por nascimento, quer por residência, em movimentar os nossos problemas, indicando soluções ou resolvendo-os, buscamos diretrizes de trabalho, inspirados nos que sempre pensaram numa Feira livre, numa cidade culta, numa colectividade progressista, num povo humanitário e hordeiro (sic)¹⁵⁹.

A antipatia tornou-se pública no jornal Folha do Norte, de tradição situacionista e defensor da UDN e do Prefeito Arnold Silva. Já a primeira edição do Gazeta, trouxe em sua capa foto e texto homenageando o coronel Agostinho Fróes da Mota, de aproximação com a bancada do PSD, e defendido pelo Gazeta¹⁶⁰. Não demorou muito, o jornal entrou em desentendimentos com os setores já hegemônicos. Ao acompanharmos no Folha do Norte, o debate sobre um incêndio que misteriosamente acometeu a sede do Gazeta do Povo, as diferenças entre ambos os jornais fica notória. Em referência a atuação do Gazeta, o jornal folha do Norte publicou:

a oposição em Feira de Santana não é oposição. É sim, despeito e fanatismo incontidos. E ocorre-me um preceito: o despeito e fanatismo são os meios mais eficazes para atingir ao atípico: a demência. E realmente é o que nota o leitor do órgão da oposição. Através dos seus editoriais e artiguetes, a Gazeta do Povo procura sempre criar, na pessoa do sr. Arnold Silva, perante a opinião pública, um mito, que realmente, jamais, em juízo perfeito, poderia supor-se, poderia conceber-se¹⁶¹.

O primeiro jornal expôs um discurso de imparcialidade, enquanto o segundo se posicionou claramente com relação aos acontecimentos. Apesar da nitida intenção de ser imparcial, o Folha do Norte defendeu a maioria das decisões da prefeitura.

O jornal explicitava apoio a figuras como o gene “A Folha do Norte cumpria ainda um papel pedagógico ao estabelecer idéias de cidade e de cidadãos propagados em notícias, crônicas, contos e poemas, criando e difundindo padrões que influenciavam os pontos de vista da população como um todo acerca do espaço em que viviam e de como deveriam viver *nesse espaço*¹⁶².

O Gazeta do Povo dispôs-se a relatar as transformações na cidade com abertura para avaliar a condução de tal processo, o que não era prática no Folha do Norte. Quando da chegada da primeira sinaleira na cidade, toda a balbúrdia das ruas e, ao mesmo tempo, as comemorações para o grupo de empresários que tomou tal iniciativa foi compendiada num só poema:

¹⁵⁹ Gazeta do Povo, Página 1, ano 1, 3 /05/ 1959.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Folha do Norte, 1960: recorte de jornal não datado na Biblioteca Municipal de Feira de Santana.

¹⁶² REIS, Grazyelle. *Literatura e Cultura em Feira de Santana Práticas usos e tendências nos impressos da Folha do Norte (1951-1969)*.

Afinal até que surgiu
a sinaleira na praça
o povo pasmado viu
ficando quase sem
graçarepletos de arroubos
miltrabalho de Seu

Frangueiropara a Serraria
Brasil

instalarem a sinaleira
comenta o povo da Feira
"agora tá tudo certo!
o carro só fazcarreira
estando o "sinal" aberto¹⁶³

Aguardava-se com ansiedade artificios urbanos novos para controlar o trânsito que crescia e, contudo, a primeira sinaleira da cidade foi construída por iniciativa do dono de um estabelecimento privado: a Serraria Brasil. Isto se desdobrava, para o *Gazeta*, numa afronta a Arnold Silva, o prefeito já acusado de não tomar iniciativas urbanizadoras. Em outro texto anônimo, publicado no mesmo jornal:

de vez em
quandoJá começa a mudar a princesa
do sertão
Os caminhões a tirar muito lixo em profusão

Falta o esgoto que corre
Do mercado à Estação
Fedendo como o diabo

Por causa da
PodridãoAntoninho com
paciênciaPonha a mão na
consciênciaE nós dê boa
impressão¹⁶⁴

A cidade mudou, cresceu e atraíu mais pessoas, e os problemas de administração deste crescimento foram cerne de matérias no *Gazeta*. Encontramos assim, preferencialmente neste jornal, um conjunto de opiniões sobre as práticas dos feirenses no espaço público. Com tom irônico, o jornal tratou também do aspecto humano nas ruas, dos homens e mulheres feirenses que acompanhavam as mudanças, distantes e desconhecedores dos rumos que tomou a cidade, ou protagonizando-os. Um exemplo foi quando um escritor procurou retratar as tradições populares daquela urbe, com o pseudônimo de *Pio Velho*.

¹⁶³ *Gazeta do Povo*, primeira página, 26 de junho de 1959.

¹⁶⁴ Gazeta do Povo, 3 /05/ 1959.

O colunista escreveu sobre as *Tradições Populares* de Feira de Santana e, assim, compôs seus textos com figuras que circulavam pela cidade, personagens de ficções interessantes, que revelaram um cotidiano e uma visão própria daquela transformação. Uma das personalidades protagoniza a narrativa de título *Marca J.* Ao transitar pelas ruas, depara-se com um pedaço de ferro. Nele estavam inscritas as iniciais J.O. E assim, “o homenzinho mirou o objeto, virou e revirou nas mãos, mediu o peso, como se examinasse uma jóia de raríssima beleza e filosofou: - Não tenho boi, não tenho cabra, não tenho ovêia, pra que diabo eu quero um ferro marca J.O.?”¹⁶⁵.

Os empreendimentos selecionados como meta pela Prefeitura Arnold Silva eram avaliados pelos produtores dos textos do *Gazeta*, vinculado diretamente ao PSD. Mas isto não significa, é claro, que os melhoramentos urbanos não fossem de interesse dos sujeitos que publicavam no jornal. Inclusive, as matérias pagas e os anúncios, apontaram para uma cidade na qual o acesso aos equipamentos modernos para os fazendeiros, o consumo da moda e dos produtos da capital pelos feirenses, eram fundamentais para que se atingisse um estágio de urbanidade mais avançado. O interesse em modificar o centro era também dos grupos que estreitaram laços com os trabalhadores, a exemplo do então vereador Colbert Martins, que por vezes seguidas, cobrou atitudes da prefeitura para organização das vendas de alimentos, carnes e farinhas.

Naquele momento, de acordo com a imprensa, *enquanto a cidade cresce, o comércio feirante também se avoluma cada vez mais na devida proporção.*¹⁶⁶ Sendo assim, vinha de parte da oposição local a cobrança de uma atitude mais incisiva no ordenamento das vias urbanas. A abertura para tráfego de veículos, por exemplo, foi ponto de pauta constante em suas páginas. Outras atividades para as quais o *Gazeta* se direcionou criticamente, para cobrar limpeza, podem ser também citados, como ocorreu no caso da venda do leite nos bairros. Boa parte do leite vinha diretamente das fazendas e leiteiros da região, todas as manhãs *na porta* do consumidor e, a fiscalização sobre esta venda é fortificada ainda mais mediante algumas denúncias, feitas também pelo *Gazeta do Povo*, de colocação de água no leite, de armazenamento inadequado e de distribuição injusta (preços), discussão bastante em voga nacionalmente. A presença da questão do leite, na imprensa, se assemelha bastante às denúncias quanto à maneira dos “aguadeiros”, que traziam sobre o lombo de burros a água para a população, quando o Serviço autônomo de Abastecimento de Água não atendia a todas as residências.

¹⁶⁸ idem, 122.

A verdade é que foi comum na imprensa em geral (não só de Feira de Santana do período) o alerta para práticas consideradas *inadequadas*, como é o caso de reclamações neste mesmo jornal quanto a donos de veículos que lavavam seus carros fora dos postos de gasolina, em passeios públicos. No entanto, precisamos promover um cruzamento destas leituras da cidade com dados

do executivo e do legislativo para perceber em que medida alguns destes alertas à população diziam respeito às práticas de vendas de alimentos e demarcaram um contexto de alterações, o que nos faz perceber que o entendimento do que seja a *modernização* passou por percepções diversas, mediante o projeto de sociedade do sujeito que se pronunciara. As alterações feitas na urbe ocorreram com expectativa de adequação da feira livre às mudanças, sem que deixasse para trás suas tradições, diga-se de passagem, aquelas mais importantes para a consolidação comercial de Feira na Bahia.

Para verificar as diferenças entre as posturas de quem estava no governo, pensemos sobre relações locais entre os principais partidos em destaque na cidade. Fundamentalmente as diferenças e aproximações nas posturas nacionais dos PSD e da UDN não apontaram, necessariamente para querelas no trato com a questão do mercado de alimentos. Mas percebemos que, efetivamente, os chefes do executivo municipal assumiram reivindicações de grupos sociais e sujeitos dispare.

Sabemos que a aliança temporária entre a UDN e o PSD, durante a candidatura Dutra não durou muito. O antigetulismo tradicional da *Banda de Música* udenista e o moralismo parlamentarista do seu setor mais conservador entraram em atrito com a *Bossa Nova* dentro do partido, que apoiou o presidencialismo (muito a propósito de candidaturas próprias), chegando a se envolver com a Força Popular Nacionalista e setores que visavam as reformas de base¹⁶⁷. Contudo a direção, “pouco depois das eleições de outubro, em nota oficial ‘aos brasileiros’, (...) deixa claro sua posição contrária a todos os aspectos da política trabalhista de João Goulart”¹⁶⁸. A prefeitura Arnold Silva conduziu a urbanização da cidade sem aproximar-se dos trabalhadores, consolidando atos sobre o mercado de alimentos.

O empobrecimento do trabalhador urbano e as mudanças que afetaram o cotidiano dos feirenses impulsionaram atitudes do executivo, como pudemos ver nas diversas queixas populares a alta de preços publicadas na conjuntura. Reclamações sugeriram perdas de poder de compra para os feirenses e o jornal *Gazeta do Povo* exigiu regulamentação de preços da parte do

¹⁶⁸ idem, 122.

prefeito. Faltavam 600 gramas na compra feita pelo senhor José Fernandes Pimenta, que direcionou lamentações à Prefeitura e a notícia foi publicada no Gazeta em maio de 1959. Uma simples queixa de peso errada de carne verde demonstrou como o fato que pode parecer correto em uma feira

¹⁶⁷ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*.

¹⁶⁸ *idem*, 122.

teve destaque naquela conjuntura. Primeiro porque, em âmbito nacional, o declínio do poder aquisitivo dos trabalhadores e as reivindicações dos movimentos sociais urbanos se reforçaram quanto a qualquer acontecimento relacionado a preços. Segundo porque, localmente, as práticas dos negócios tradicionais sofreram mudanças importantes e a alta dos preços se misturava com as insatisfações diante de tais alterações. Nesta conjuntura, as políticas voltadas para o comércio ganharam o tom das disputas partidárias e apontaram para a centralidade da feira livre e do comércio.

2.3 – Feirantes e comerciantes feirenses frente às novas regras demercado.

Entre trocas de locais de vendas e cobrança de notas (fiscais), os feirantes que vendiam em menor quantidade iam sendo espremidos pelas novas regras. No mesmo mês de publicação destas queixas, houve arranjos diferentes das pessoas no mercado iniciados pelo poder público. A prefeituraArnoldSilvaacomodouosfeirantesempontosdistintosdocomércio,deformaque estes não provocassem conflitos com os demais comerciantes, preocupados com o suposto “mau cheiro” dos produtos expostos. A atuação dos fiscais foi elogiada pela imprensa¹⁶⁹.

Jacira Ribeiro contou-nos que nunca teve barraca e trabalhava, juntamente com sua mãe, quando criança, com caixotes e bacias, e busca em sua memória um retrato dos fiscais, vistos então como sujeitos que *sempre* estiveram presentes no cotidiano dos feirantes.

Tinha fiscal. A fiscalização era tipo assim... eles ficavam fiscalizando a feira, chegava de junto da gente, chegava anotavam dava aquele papelzinho, aí você voltava de novo, sempre teve o fiscal, sempre teve. Pra organizar o ponto, porque quem tem barraca paga, sabe? Aí quem tem barraca paga, de tarde vem o fiscal, com o talão de cobrança, aí ele cobra um real ou dois a depender da barraca de cada um. Até a minha aqui, se eu tivesse (...) ele já tinha vindo com a canetinha cobrir¹⁷⁰.

O Sr. Cláudio, diz que a presença dos fiscais era necessária, por conta dos conflitos de ordem pessoal ocorridos na feira e nos mostra mais uma dimensão da presença do fiscal, ainda que não possamos localizar exatamente esta visão no tempo. Ele é um dos entrevistados que reforçou a ideia da desorganização interna da feira do centro da cidade. E não reclama da transferência da feira livre para oCentro.

¹⁶⁹ Bem recebidas as inovações introduzidas pela Prefeitura na disposição das barracas nas feiras livres das segundas feiras. Espera-se igual medida para o interior do mercado. Especialmente, nos locais destinados a caças, farinhas e peixes. Gazeta do Povo, 3 de maio de 1959.

¹⁷⁰ Depoimento de Jacira Ribeiro dos Santos, Op. cit.

Lá era uma bagunça danada, quando a pessoa chegava, por negócio de ponto dava até briga. Brigava, depois a polícia vinha, ajeitava tudo, botava um num lugar, em outro, e aí tinha dia que terminava. Naquele tempo o fiscal chamava... o finado Liu, já morreu. Esse homem já morreu. Trabalhava com oito fiscais atrás. Aí o povo brigava, ele vinha e apartava, e botava cada qual no seu lugar, mas esse homem já morreu. Era os guardas sabe? Como igualmente tem o policiamento. E aí ele vinha ajeitava tudo, aí não acontecia mais briga. Eu não tenho mais nada a dizer, o que eu tenho a dizer é só isso que eu faleiaqui.

Fica notória nesta lembrança que o papel de organização dos fiscais e do policiamento cresceu com a ampliação demográfica e avantajamento da feira no centro da cidade, buscando-se ajeitar como fosse possível e, de maneira que não afetasse os negócios lojistas, cada feirante em seu ponto.

Remetendo-se a período anterior, notamos que não só os pequenos feirantes foram atingidos e toda a cidade mobilizou-se diante das novidades. O episódio da greve dos comerciantes de Juazeiro, que relataremos, trouxe repercussões e refletiu de uma maneira mais ampla a transformação na estrutura comercial do interior da Bahia. Tal greve ocorreu devido à cobrança de notas de venda por parte do governo estadual aos comerciantes. Para eles, esta atitude lhes obrigou a encarecer o preço dos produtos e, com isto, a perderem clientes para a vizinha, Petrolina. O *Gazeta do Povo* se posicionou a favor dos grevistas de Juazeiro e publicou logo abaixo da notícia a seguinte nota: *Feira de Santana deve imitar a sua co-irmã de Juazeiro da Bahia*, referindo-se a Associação Comercial daquele local¹⁷¹. Mais uma vez, a alta dos preços estava em jogo, bem como as medidas para oficialização dos impostos. Pressionados para seguir as normas, os comerciantes de Juazeiro jogaram para o consumidor os efeitos da fiscalização e culpam o governo.

Porém, algo de mais pontual e de ordem da organização própria do comércio feirense merece destaque: o evento da abertura (ou não abertura) das lojas feirenses no feriado de 7 de Setembro de 1959, data esta que, quando caiu em plena segunda-feira, marco inadiável para a feira livre e a maior parte das movimentações do centro da cidade, gerou polêmica. A relação do comércio com a feirinha é outro ponto de discussão importante no estudo deste mercado. Recentemente, no ano de 2009, a Associação Comercial de Feira de Santana reuniu-se para estudar uma forma de evitar que, nos dias de feriado, houvesse tantas perdas no comércio local. Na atualidade, cerca de 10 milhões de reais são perdidos pelos lojistas em cada feriado.

¹⁷¹ *Gazeta do Povo*, 10/05/1959.

¹⁷² Projeto de Lei n 3/1961. Câmara Municipal de Feira de Santana.

Em outros tempos, a grande movimentação da cidade em torno de seu comércio fazia com que os comerciantes se negassem a seguir inclusive feriados nacionais, como nos anos 1960. Para Ana Oliveira este foi um emblema da ligação entre o comércio, a cidade e a feira, de modo que parecia mais plausível aos cidadãos feirenses defender a manutenção das atividades na segunda-feira, independente do feriado, do que comemorar a data cívica.

Passados alguns anos, este momento ainda foi discutido na Câmara Municipal de Feira de Santana. Após falas sucessivas entre 1959 e 1961, é na Prefeitura de Arnold Silva que João Durval, o então presidente da Câmara anuncia o Projeto de Lei número 3 de 1961, que insistia no fechamento comercial nos dias de feriado, ainda que estes caíssem nos dias de segunda e pudessem trazer prejuízos aos donos de loja. A abertura das casas comerciais – justificava – custava à Associação Comercial os ônus trabalhistas. Para ele, não haveria vantagens nesta prática e a câmara expõe no Projeto: “Nossa cidade tem sido alvo de críticas chistosas na imprensa do país, pelo fato de não serem observados nos dias exatos, os feriados nacionais, quando as suas datas coincidem com o dia da feira livre”.¹⁷²

Feira de Santana passou a estabelecer os meios que dessem continuidade ao modelo adotado nacionalmente para funcionamento dos negócios, a exemplo das Leis Trabalhistas que incidiam sobre os horários de trabalho dos comerciários, o que trouxe para a Associação Comercial alguns desconfortos.

Fazer a feira semanalmente era um hábito acrescido da relação com novas lojas e vitrines e novos mercados, que passaram a concorrer com as vendas de alimentos nas ruas.

Supermercado

Feira de Santana, um dos centros urbanos de maior progresso no Norte do Brasil, está no planejamento de construção de um Super-mercado, empreendimento esse de interesse de desenvolvimento da Zona e aqui lançado por COESA, como cooperação particular com o Governo, no plano de abastecimento de gêneros alimentícios a cargo da OPENE. Está marcado o funcionamento do Super-mercado de Feira de Santana para 120 dias e o capital de 4 milhões, sendo levantado através de ações de valor nominal de 1.000,00 que estão sendo oferecidas ao público pelos corretores autorizados Antonio Rodrigues e Erasmo Jacobina.

Super-mercado de Feira de Santana é uma poderosa empresa mercantil que irá valorizar esta terra e operará nos ramos do comércio varejista e grossista., inclusive no de produtos farmacêuticos, perfumaria, importação e exportação, principalmente gêneros alimentícios de primeira necessidade. Tem essa empresa grande função – baratear o custo de vida, oferecer mercadorias com abundância e higiene às donas de casa. As empresas receberão os produtos da fonte de produção para o mercado de consumo, a ser

¹⁷³ Gazeta do Povo, 10/05/1959.

construído em moldes técnicos mais (ilegível). Este é um meio de eliminação dos grandes lucros dos grossistas e retalhistas em benefício do povo (...)¹⁷³.

¹⁷³ Gazeta do Povo, 10/05/1959.

Se as compras eram feitas na feirinha, nas mercearias, nas vendas e nos armazéns de figurões da cidade, em 1959 a compra e venda de alimentos foram reformuladas. No processo de construção do supermercado, diversos objetivos estariam implícitos e, entre eles, a intenção de se aliar a metas nacionais para baratear o preço dos produtos alimentícios. Antes disto, havia um posto para atendimento dos trabalhadores, uma espécie de mercado que, segundo opiniões do *Gazeta do povo*, vinha *desservindo ostrabalhadores* com preços mais caros do que os praticados na feira livre¹⁷⁴. Então, formando uma sociedade para instalar novo local de vendas, alguns empresários feirenses conseguiram unir, numa empresa, os objetivos políticos mais complexos à obtenção de lucros, como comerciantes locais. Davam conta de dois coelhos numa cajadada só!

A necessidade de baratear o custo dos alimentos teve implicações diretas na organização das feiras livres do país. A postura de trato populista da carestia foi difundida na Bahia nos anos 1950 durante o segundo governo Vargas.

De um lado, o Estado populista atento às expectativas que criara e a necessidade de manter o apoio político dessa massa popular que legitimara o seu poder, procurou evitar o confronto entre as massas e o Estado. Isso foi feito através da responsabilização de um agente social como grande culpado dos problemas das classes populares¹⁷⁵.

Este culpado seria o *Tubarão*, adjetivo usado para comerciantes que não praticavam preços justos. Assim, o Estado se posicionou como solucionador das altas dos preços, o que mais tarde lhe custou cobranças por ações semelhantes. A denúncia de motins urbanos na imprensa baiana demonstrou, para Mirian Freitas, que a população não aguardava apenas a ação do Estado, defendendo na maioria das vezes uma economia moral reguladora de preços em detrimento da concorrência desenfreada. Cultura combatida pelo Partido Comunista, alguns trabalhadores urbanos deslocaram para o Estado a imagem do antagonista, que foi, ao mesmo tempo, solucionador da alta dos preços. Mesmo a UDN, antigetulista, não teria fugido a estas práticas.

Em Feira, houve a apresentação pública de um grupo de investidores interessados ao mesmo tempo em criar um novo modo de consumo e atender a expectativas de barateamento de preços¹⁷⁶. A empresa teve parceria com o governo e a OPENE e, o que era curioso, abriu vendas de ações, através de edital público na cidade. Os membros fundadores eram: JoãoMarinho

¹⁷⁴ *Gazeta do Povo*, 24 de maio de 1959.

¹⁷⁵ FREITAS, Mirian. *Populismo e Carestia. 1951-1954*. Universidade Federal da Bahia. Mestrado de Ciências Sociais. Salvador – Bahia, ano, p. 105.

¹⁷⁶ *Gazeta do Povo*, 3 de maio de 1959.

Falcão, Francisco Barbosa Caribé, João Durval Carneiro, Dival Pitombo, Waldy Pitombo¹⁷⁷. Em seguida, novas pessoas passaram a compor o grupo, entre estas, inclusive uma professora. No âmbito do executivo, o prefeito Arnold Silva reconheceu a feira de bairro como oficial, o que se deveu, sobretudo, à cobrança da população urbana em busca de meios mais baratos e mais próximos de suas residências para prover a mesa com produtos básicos.

Estes foram fatores que se desdobraram em conseqüências diretas sobre nosso objeto de análise, visto que, a conduta do executivo e do legislativo municipal para com a urbanização (o que inclui modelo de planejamento da economia da cidade, relação com os trabalhadores urbanos e relação com as atividades *tradicionais*) disse respeito diretamente ao comércio de alimentos.

2.4 – Entre a roça e as ruas: o mercado de alimentos e o “populismo do getulismo” no trato da carestia.

Podemos projetar sobre o tema da venda de alimentos feita por ambulantes uma infinidade de questões de pesquisa: “estruturas de produção, comercialização e conjunturas, tipos de sociedade, com suas hierarquias, seus modelos, seus grupos sócio-profissionais, seus grupos de consumidores, suas tensões, seu movimentos sociais; o poder, na sua estrutura, composição e funcionamento”¹⁷⁸. É possível encontrar nos desdobramentos do consumo urbano, como já afirmou Mário Augusto Silva, estudos para fins demográficos e até mesmo de compreensão da formação da classe trabalhadora nas grandes e médias cidades. Fica notória a sua importância para o encontro da história do trabalho com sujeitos históricos que vivem no trânsito do campo para a cidade, no chamado setor de serviços ou na agricultura familiar. Se questões sobre a chamada produção de subsistência, que deixou seu legado na história da divisão de terras e situações políticas ainda não resolvidas na zona rural, permitiram uma aproximação com o passado dos trabalhadores rurais, de outro modo, trouxeram um contato interessante com as idas e vindas ao centro da cidade, laços culturais e redes formadas durante este processo.

¹⁷⁷ João Marinho Falcão (1893/1971), foi prefeito em coligação UDN, PSD, PR, PDC, PC até 1959, sendo considerado influente negociante em Feira, como já mencionamos; Francisco Barbosa Caribé (não encontrado registros), João Durval Carneiro (1929) foi dono de empresa de ônibus, era membro da UDN em Feira de Santana, sendo eleito prefeito pela Arena em 1967; Dival Pitombo (1916), era poeta e escritor em Feira de Santana; Waldy Pitombo (1916/1998), era médico de destaque na cidade.

¹⁷⁸ SILVA, Mário Augusto dos Santos. O tema do abastecimento da historiografia baiana: uma avaliação. Universitas. Cultura, Salvador, 1986, página 104

Nos mapas demográficos da Bahia, ainda segundo Mário Silva, estas pessoas só eram acessíveis ao serem contabilizados nos mapas comerciais, sendo desconhecidos seus modos de vida no campo.

Pois é neste trânsito que foram elaboradas sociabilidades fundamentais na vida dos lavradores feirantes. Já a sua identificação com o ambiente urbano de trabalho é escorregadia, ainda que fundamental para o entendimento de uma classe trabalhadora urbana plural e de expectativas de atuação frente aos poderes públicos diferenciadas.

Dona Maria (Santinha, como é conhecida), 68 anos e Dona Joana, 53, são primas. Hoje dividem a calçada da rua Marechal Deodoro com outros feirantes. Santinha vende o que produz na roça: *acerola, caju, manga e o que for do tempo*. Ainda, como lavradora, planta seu feijão e possui uma roça de acerola, no seu sítio no interior da Fazenda Alto do Canudo, distrito de Maria Quitéria, Feira. Trabalha ali desde os 12 anos de idade. Segundo ela, os avós e as tias a traziam para a feira, o que lhe levou a aprender os negócios. É ela mesma quem nos conduz a Dona Joana. Apesar de vender alguns produtos da roça, Dona Joana compra mercadorias em quantidade, o que Santinha chama de *saco da usura*. Dona Joana explica que, não tem mais como viver apenas do que a roça dá. Antes, plantava mangalô, ervilha, mostarda e criava galinhas no povoado de Moita da Onça (Maria Quitéria). Diz que nos anos 60 é que “veio aparecer arroz, macarrão, porque tinha, mas nem todo mundo comprava”. Segunda ela, “naquele tempo, tudo que se plantava, a terra dava, hoje, sem remédio não cresce”. Como outros feirantes, ela também afirma que a facilidade de trazer o produto da roça para daí comprar aquilo que faltava em sua residência, como a carne, era bem maior. Esta situação ainda estava semelhante no Centro de Abastecimento onde *era bom de início, mas depois chegou mais gente diferente, o movimento foi crescendo e as pessoas compravam em maior quantidade*. A mãe de Dona Joana e tia de Dona Santinha foi citada como quem as trazia ainda meninas para a feira

Para comparar *os tempos de hoje*, quando precisa negociar os espaços com outros vendedores de outras mercadorias (que lhes cobram para dividir a calçada), com os tempos idos, Dona Joana listou elementos de seu cotidiano: cama de quitanda, não tinha TV, rádio, transporte, telefone, a luz era de candeeiro. No entanto, para ela, não havia violência, nem dificuldades para o lavrador.

Dona Santinha e Dona Joana nos atentaram para algumas coisas importantes. Os feirantes que vêm da roça, identificam-se como lavradores, lavradoras, neste caso. Na cidade, os órgãos que empreenderam as medidas sobre a feira é que identificavam estas pessoas como feirantes. De

outro modo, as associações, como ainda veremos, de comerciantes atacadistas, cadastrados, se identificavam como tal. Outra coisa é o encontro com um passado de tranquilidade, diante das situações adversas de seu trabalho. Após tantos anos, o passado se revelou como fuga de uma realidade na qual são cada vez mais espremidos pelo grande comércio. Esta situação se assemelha, inclusive, à dos próprios negociantes de maior porte diante dos supermercados, enfim, num processo longo de modernização da feira.

Retomaremos, a seguir, brevemente, as intervenções de Estado que tiveram uma relação com o mercado de alimentos, para entender o lugar de algumas políticas públicas, direcionadas à feira de Feira de Santana e, como estas ficaram tripés fundamentalmente na relação da distribuição dos alimentos com a produção no campo. Estes fatores tem ligação com as alterações no ambiente de trabalho destas mulheres.

A SUDENE veio a consolidar políticas intervencionistas no Nordeste, colocando em pauta uma crítica do desenvolvimento nacional, dado de maneira desigual no território brasileiro. NofamosodocumentodoGTDN¹⁷⁹,atribuído a Celso Furtado, há uma claraalusão aumatendência de disparidade da produção nordestina com relação ao Centro-Sul, devido a, principalmente, suas condições naturais, em especial a presença do fator seca como fenômeno multiplicador da pobreza na região. Seria *pela tendência secular ao atraso da economia nordestina*, unida ao investimento industrial concentrado no sudeste, que haveria se construído uma realidade territorial descompassada. Na leitura da CEPAL, era necessário criar subsídios estatais, em aparelhos como bancos de créditos ou fornecimento de equipamentos de infraestrutura urbana para gerar a industrialização regional, permitindo então que o Nordeste acompanhasse o centro industrial do país. O *atraso* seria superado, além disto, por uma incisiva readequação da produção de alimentos ao crescimento demográfico dos centros urbanos periféricos. O GTDN entendeu também que era nos mercados que se tornaria possível acompanhar o problema da carestia, dado assim por uma combinação de fatores no campo e na cidade. Esta forma de pensar o Nordeste – inventando regionalmente características peculiares, para que novos fôlegos fossem tomados pelos poderes locais¹⁸⁰ - difundiu-se consideravelmente entre as cidades que foram tidas como pólos, num ideário que via como ultrapassadas as atividades agrícolas tradicionais¹⁸¹

¹⁷⁹ Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste: Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. 1959.

¹⁸⁰ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*, São Paulo: Cortez; Recife, Massangana, 1999.

¹⁸¹ CARVALHO, Alane. *Feira de Santana nos tempos da modernidade. O sonho da Industrialização em Feira de Santana*.

No entanto, como veio a demonstrar Francisco de Oliveira¹⁸², uma relação que parecia desconexa, quase como duas economias díspares, uma urbanizada, outra rural e atrasada, se dava, na verdade, de maneira combinada. Estes se complementavam na consolidação de um capitalismo desigual e incompleto, por natureza de seus princípios. Sua visão inaugurou uma leitura dialética do processo. Relações produtivas pré-capitalistas e o que havia de mais avançado em técnica de produção, para ele, andavam de mãos dadas em estruturas de poder conservadoras e na exploração do trabalhador. Formas precárias de trabalho e desemprego foram tomadas como exemplo da dupla face da moedacapitalista. Este debate cepalino teve grande influência nas decisões do Estado na interferência no mercado de alimentos em Feira de Santana.

Para alguns intelectuais, a noção de “periferia” foi fundamental para compreender de que maneira os governos locais viriam a se integrar aos desfechos da política desenvolvimentista que se amplia no governo Kubitscheck. Este é um assunto que vem intrigando alguns pesquisadores em Feira de Santana há mais de uma década¹⁸³. No entanto, é necessária a substituição da perspectiva de arranjo local para o desenvolvimento, que considerou Feira como uma típica periferia a se desenvolver, para perceber a relação dialética desta cidade comercial e suas relações sociais desenroladas no comércio, como sua própria integração ao capital, desta vez *sem* a expectativa do “desenvolvimento”. Consideramos que, neste sentido, as relações campo e cidade, por intermédio do mercado de alimentos, é fundamental nesta análise.

Sabe-se que o modelo da CEASA “foi criado a nível nacional com o objetivo de regular a oferta de preços dos hortifrutigranjeiros e disciplinar esta produção para fins de atacado, tendo em vista facilitar a intermediação para chegar ao consumidor final através do varejo, que foi instituído posteriormente”¹⁸⁴. Desde o final dos anos 1950 que estas medidas vêm sendo adotadas, localmente, na maioria das cidades brasileiras, como forma de regulamentar as vendas grossistas e a distribuição dos insumos básicos para a população. Com base nos pensamentos de Francisco de Oliveira, pesquisadores vinculados à SUDENE produziram diversos documentos afirmando a

¹⁸² OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista/ O ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

¹⁸³ Além dos já localmente conhecidos trabalhos de Rossine Cruz e Nacelice Freitas, podemos citar CARVALHO, Alane Op. cit.; Diego. *O futuro do pretérito ou uma cidade para o futuro* (Projeto de Pesquisa), MONTEIRO, Jonatas e o trabalho não publicado de VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção **de classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização em Feira de Santana**. Texto apresentado no Seminário do LABELU, 2006 – mimeo.

¹⁸⁴ FILHO, Miguel Abraão Fabel. A atuação da CEASA na Bahia. In Governo da Bahia. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Projetos e Estudos. 1º Encontro Técnico sobre Prioridades Sociais da Nova República *Alimentação Popular na Bahia*. Salvador, 1985.

desigualdade no campo como a principal causa dos problemas de oferta de alimentos e não a sua circulação, estabelecendo contrapontos, a partir dos anos 1980, à intervenção direta nos mercados¹⁸⁵. É fato que, como colocou Homem de Melo¹⁸⁶, a partir de 1960 verificou-se um crescimento na cultura de exportação e os produtos alimentares domésticos tiveram a sua produção declinada em todo o país. Não pelo esgotamento das terras, como afirmou a CEPAL, mas por uma *mudança drástica na composição da produção*¹⁸⁷. A queda da produção dos pequenos produtores (áreas com menos de 50 hectares) foi geral, agravando-se mais ainda na década de 1970. No Nordeste a avaliação era de que um crescimento de setores não agrícolas, – consequência da política industrializante – não foi capaz de criar os empregos para incorporar os migrantes rurais que, encontravam na cidade trabalho nos setores de comércio e serviços¹⁸⁸. A sugestão do IPEA, para estes e outros problemas gerados na diminuição da produção de subsistência era, nos anos 1980, retomar as políticas agrícolas de fornecimento de sementes e priorizar os pequenos produtores e não os setores urbanos. A crise que atingiu o país, nos anos 1980, fomentou uma reflexão, segundo os pesquisadores, sobre os erros cometidos no passado pelas políticas para o trato político da questão alimentar.

Ana Oliveira também percebe que a interiorização da economia, pelas vias da interferência nacional nas lavouras de subsistência, foi um dos motivos que tornou Feira de Santana um dos focos de ação do governo federal¹⁸⁹, nos anos 60. Somente na década de 1970 foram postas sistematicamente em prática as metas desenvolvimentistas no mercado de alimentos em Feira de Santana. Observamos, na Feira dos primeiros anos da década de 1960, tentativas de acompanhar as políticas já implementadas em outros locais para controle da distribuição de alimentos nos centros urbanos, ainda que timidamente.

Diante da maior incidência do trato público da carestia, o mercado dos feirantes recebeu destaque nos primeiros anos da década de 60. É possível supor a existência de alguma relação entre as mobilizações de trabalhadores em Feira de Santana, nos anos 1960, pela melhoria de suas condições de vida na cidade e a atuação da Prefeitura Municipal no mercado de alimentos. Pouco

¹⁸⁵ AGUIAR, Maria de Nazareth (org.) *A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil. Um diagnóstico Macro com recortes regionais*. Brasília, 1988. um exemplo local é o trabalho de SILVA, Milton Barbosa da. *O crédito rural e a produção de milho feijão no Município de Feira de Santana, 1975-1985*. Feira de Santana, Monografia. UEFS, 1996.

¹⁸⁶ HOMEM DE MELLO, Fernando. *O Problema Alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos*. RJ: Paz e Terra, 1983.

¹⁸⁷ NAZARETH, Maria de Nazareth (org.) *A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil. Um diagnóstico Macro com cortes regionais*. Brasília: 1988. p.20.

¹⁸⁸ idem, p. 141.

¹⁸⁹ OLIVEIRA, Op. cit. p. 19.

se sabe, ainda, sobre a organização dos trabalhadores feirenses no pré-golpe (1964), contexto em que se atribui nacionalmente uma grande retomada de mobilizações no campo e na cidade entre a classe trabalhadora¹⁹⁰. Francisco Pinto, à época no PSD, e depois membro do extinto MDB, fez referência aos anos que precederam a sua deposição em 1964, como um momento propenso para a instalação de um governo popular em Feira, por ter ele conseguido se aproximar com demandas de sindicatos e organizações de bairro¹⁹¹. Não só ele como seus colegas de militância, recorreram ao período para apontar um exemplo único de “gestão popular” da Prefeitura de Feira de Santana:

Chico Pinto, num embate frontal contra aqueles que (...) emprestavam seu nome em defesa dos interesses do que se costumava chamar na época de forças da burguesia, Chico Pinto representava (...) esta anti-força, as forças que estavam aliadas aos interesses dos trabalhadores, dos mais pobres de Feira de Santana (...)¹⁹².

Após a dura repressão do golpe aos militantes do PC e às oposições em Feira de Santana, também os líderes sindicais foram coagidos, segundo Hosanah Leite. Logo em seguida, Pinto foi perseguido, o que lhe pôe, nas memórias de Hosanah, ao lado dos que foram excluídos da hegemonia política militar.

Sindicatos como dos fumageiros, como dos feirantes, sindicatos dos mecânicos metalúrgicos, muitos outros sindicatos. Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Comerciários, todos eles sofreram um processo de coação, sofreram processo de intimidação, e, muitas das vezes é tirado [as lideranças] da frente desses movimentos¹⁹³.

Para Igor Gomes¹⁹⁴ a lembrança que os movimentos sociais da cidade guardaram da figura de Francisco Pinto não é gratuita, visto que o prefeito buscou tornar seu programa de ações muito próximo da maior parte das reivindicações dos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos de Feira de Santana.

¹⁹⁰ Boa parte deste debate tem sido feito no Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais, no DCHF-UEFS, por bolsistas e voluntários interessados em desvendar uma conjuntura bastante citada por sujeitos que se mobilizaram em torno de uma oposição aos movimentos da direita antes e durante a ditadura na cidade. Muitas notícias da imprensa do período demonstram a preocupação com o encarecimento dos insumos básicos e, ao mesmo tempo, é notória a necessidade de os trabalhadores organizados publicarem notas, informativos, convites para comemorações (especialmente o 1 de maio) entre outros. As Prefeituras, no início da década, costumavam fornecer auxílios para estas organizações, doação de terrenos para instalação de sedes e outras solicitações vindas de sindicatos e associações. Muitas destas recorreram ao reconhecimento público, quando eram de âmbito municipal, neste período (o que está documentado nos projetos de Lei da Câmara Municipal).

¹⁹¹ NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB. Semeadores da Democracia. História Oral de vida Política*. Paz e Terra, 1998.

¹⁹² Depoimento de Hosanah Leite, gravado no Seminário Chico Pinto: Democracia e Ditadura em Feira de Santana, realizado pelo LABELU – UEFS, em Setembro de 2007.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ GOMES, Igor. *Lutas de classes nas encruzilhadas entre o rural e o urbano: Lavradores, vaqueiros e artesãos, cativos e libertos, nos primeiros passos da montagem de um projeto de pesquisa*. Texto apresentado no LABELU, mimeo, 2008.

Chico Pinto, junto à Prefeitura, levava a sério um projeto de construção de suas bases junto às mobilizações dos trabalhadores¹⁹⁵.

O histórico pessoal de Pinto e a sua formação política são indicadores da sua gestão em 1963. Definia-se como “um produto do populismo do Getulismo, da rígida ética que a UDN pelo menos externava e, mais tarde, dos ideais socialistas absorvidos na universidade”¹⁹⁶. Desta trajetória, nasceu uma postura de aproximação com questões trabalhistas que nos permite também entender os motivos que moviam a sua popularidade. Relembrando sua carreira, fala de quando foi convidado para assumir a candidatura para Prefeito, pelo PSD, momento em que afirmou: “*não quero votos da burguesia. Não servirei a dois senhores, Deus e o Diabo*”. Pinto também iniciou um esvaziamento dos setores do PTB que estavam próximos a associações de trabalhadores e de bairro¹⁹⁷ e daqueles que se vinculavam aos edis da UDN. O mandato anterior de vereador, segundo Chico Pinto¹⁹⁸, ainda fundamentou o sucesso popular da candidatura para Prefeito.

Um acontecimento que, mais adiante, foi usado como justificativa da UDN para deposição do Prefeito feirense em 1964, foi uma mobilização em prol da construção de uma maior participação da sociedade organizada no controle das contas públicas, estopim para um “quebra-quebra” na Câmara Municipal de Feira. Era fato que Francisco Pinto possuía um programa diferente de governo, seguindo tendências de negociações com os trabalhadores, o que lhe custou, nos sertões da Bahia, a fama de Prefeito opositor e, entre a população feirense, a promoção da imagem de governo popular. Mas tais elementos de seus caminhos políticos e pessoais não podem, por si só, definir os rumos do governo pintista¹⁹⁹.

Muitos textos vêm testando a possibilidade de empregar uso do pensamento da história operária inglesa no estudo das características *paternalistas* para o comportamento dos

¹⁹⁵ Ainda no governo do Prefeito Arnold Silva (UDN – 1959/1962), encontramos medidas voltadas para escolarização da população rural em escolas criadas dentro de fazendas da região, o que para nós indica uma preocupação em angariar votos. A Associação dos Estudantes Secundaristas (AFES), importante órgão mobilizador em Feira é reconhecida pela prefeitura (Projeto de Lei n 60/1960), Créditos eram oferecidos para o funcionamento da Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses, um terreno é doado para funcionamento da Associação União dos Sapateiros (PL n 27/1960) e outras associações, a exemplo da Associação dos Abatedores e classes anexas de Feira de Santana (que abrigava grandes e pequenos revendedores de carne, alguns proprietários de gado, outros apenas “açougueiros”, de acordo com o PL 29/1961). Enfim, era possível notar o empreendimento para postura pública por parte da maioria destas organizações.

¹⁹⁶ NADER, Ana Beatriz. Op. cit. p. 112.

¹⁹⁷ idem, p.

¹⁹⁸ *comecei a advogar em Feira em 1955, e o fato de ter sido um vereador atuante contribuiu para que clientes aparecessem nos primeiros dias. Tornei-me advogado dos sindicatos de Construção Civil, fumageira, Feirantes, Metalúrgicos e comerciários e cheguei a ter a maior banca de advocacia da região, embora na a mais rendosa.* Depoimento de Francisco Pinto in NADER, Ana Beatriz. Autênticos do MDB (...) p. 112.

¹⁹⁹ expressão utilizada por Igor Gomes.

trabalhadores brasileiros²⁰⁰. Quando os trabalhadores encontram maneiras para fugir da perda de direitos, e garantir a defesa de interesses próprios, o fazem por meio de artifícios que podem parecer atrelados à política *populista* herdada do governo Getúlio Vargas, que deixou um legado ainda difícil de apreender na política nacional, já que muito do que foi atrelado ao trabalhismo, foi construído com base numa apropriação de reivindicações dos trabalhadores brasileiros²⁰¹. Podemos dizer que o legado *populista getulista*, conforme citado por Pinto, não era privilégio do Prefeito, mas era realidade de aprendizagem de vários setores do trabalho feirense, que buscavam então fazer ecoar suas vozes no espaço de negociação com a gestão municipal²⁰².

Maria Vitória Mesquita Benevides afirmou que o antigetulismo feroz da UDN cooperou para trazer à tona o comportamento getulista entre políticos que visavam se aproximar do modo de operar o conflito entre trabalhadores e Estado do governo Getúlio, e que ganhavam assim, título de esquerdistas²⁰³.

Como plano da equipe então à frente da Prefeitura, a cidade, que já havia recebido uma série de modificações nos modos de negociar no centro e na modernização do comércio de gado, com a criação dos mercados modelo, por exemplo, necessitaria ainda de um aparelho governamental que fizesse jus a todas aquelas transformações²⁰⁴. Sem código Tributário oficializado, sem um debate precedente do orçamento anual e, num sistema de pagamento de licenças e impostos já caótico diante do tamanho da população, as ações de Chico Pinto para formular tais instrumentos apresentavam, portanto, diferencial²⁰⁵.

²⁰⁰ NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e História Social. Cadernos AEL n 20/21.; FORTES, Alexandre. O direito na Obra de Thompson. Unicamp, 2005; FORTES, Alexandre. Miríades por toda a eternidade. A atualidade de E. P. Thompson. Tempo Social, vol 18, n1. GOMES, Flávio e NEGRO, Antonio Luigi. Além das Senzalas e Fábricas. Uma história Social do trabalho. MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson no Brasil*. Outubro, Revista do Instituto de Estudos Socialistas: Alameda, n.14, 2006.; FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil in *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*.

²⁰¹ O trabalhismo seria uma política construída tanto por trabalhadores como pelo Estado, mas não de maneira consensual. O Estado havia, de certa forma se apropriado da auto-imagem dos trabalhadores, numa estrutura sindical a ele atrelada. Para Ângela Gomes, a cultura política trabalhista era mediadora dos interesses de ambas as partes. Não concordamos que tal afirmativa permita a leitura de uma relação de interlocução e cumplicidade (FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira in *O Populismo e sua História: debate crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001).

²⁰² No Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais da UEFS alguns textos têm produzido resultados significativos quanto aos estudos sobre a classe trabalhadora urbana de Feira de Santana.

²⁰³ BENEVIDES, op. cit, 222.

²⁰⁴ “contratamos fiscais competentes na capital do Estado e intensificamos a fiscalização. Declaramos guerra ao contrabando, e, em apenas um ano, o município, que ocupava o quarto lugar na arrecadação de impostos, sem qualquer aumento, pulou para o primeiro lugar, excluindo Salvador.” Idem, p. 148.

²⁰⁵ Apesar disto, o próprio Francisco Pinto se afirmou um herdeiro da ética da UDN que continha, entre outros fatores o discurso de lisura e combate a corrupção mediante o aparelhamento burocrático. “O moralismo, marca registrada do partido, interna e externamente corresponde, por um lado, ao ascetismo tático no combate à corrupção (via indireta do ataque ao getulismo) e, por

Inicialmente, organizamos a população em Associações de bairro, ainda inexistentes no município e criamos uma Federação das associações nascentes, nenhuma obra era realizada na cidade sem uma discussão em cada bairro e em praça pública, onde falavam, no início os trabalhadores, o prefeito e alguns secretários, a fim de defender as reformas de base, programadas pelo governo de João Goulart: Agrária, tributária, bancária, cambial, fiscal, com os acréscimos por nossa conta. ... *Construímos e implantamos o Centro de Abastecimento fixo e outros volantes, em caminhões apropriados, vendendo, em cada bairro, somente aos filiados, às associações e aos sindicalizados, os produtos básicos, pela metade do preço do mercado*²⁰⁶.

Tal projeto de montagem de uma Central de Abastecimento merece análise. Naquele governo existiram outras iniciativas que corroboraram com objetivos de amenizar a situação de precarização da renda dos trabalhadores urbanos. Iniciativas como farmácias populares, suspensão de pagamento de impostos para os devedores de menos de 5 mil cruzeiros, construção de albergues, entre outras propostas, eram encaminhadas pela Prefeitura à Câmara Municipal, que na maioria das vezes se mostrou contrária.

A moral do circuito tradicional das vendas foi reforçada por *Chico Pinto* nos seus atos de regulamentação das práticas no mercado de alimentos feirense. O crescimento comercial e a presença de negociadores de todo o tipo – como os famosos atravessadores, intermediários, taxados de especuladores – era o alvo das críticas sobre o encarecimento dos produtos vendidos pelos feirantes e foi no texto do projeto de Lei que encontramos a condenação dos personagens da feira que não eram tradicionais naquela rede de trocas, como fomentadores de preços injustos.

Os historiadores ingleses mostraram que os intermediários dentro do comércio tradicional da Inglaterra eram muitas vezes denunciados como agentes culpados pela complexificação das trocas e pelo conseqüente encarecimento de alimentos²⁰⁷. No caso local, ora estudado, numa economia de tradição rural, trazer os produtos diretamente das lavouras seria mais justo, visto que se eliminaria a figura do comerciante que atravessava os insumos. Estas pessoas eram geralmente recém chegadas no mercado local, ou eram comerciantes maiores.

Além disto, a prefeitura visava à construção de um mercado para abrigar os feirantes:

Projeto de Lei n 07/1963 – Autoriza estudos para localização e construção de novo mercado municipal nesta cidade.
O prefeito municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia faço saber e sanciono a seguinte Lei:

outro, ao compromisso com a moralização desejada pelas classes médias, que a UDN pretendia representar.” BENEVIDES, Op. cit. p. 149.

²⁰⁶ idem . grifo meu.

²⁰⁷ THOMPSON, E. P. Op. cit.

Fica o governo do Município autorizado a mandar projetar um novo mercado central para a cidade, a ser localizado em Loteamento já existente, ou que venham a existir, nas proximidades do centro urbano, com a conseqüente possibilidade de construção de praça, contígua ao futuro imóvel e suficientemente ampla, onde possam ser realizadas as atividades das tradicionais feiraslivres²⁰⁸.

O projeto de Lei estipulou que os contornos do novo mercado fossem escolhidos por sua funcionalidade e levou em conta, segundo o texto, o crescimento das atividades de feiras livres e o grande número de trabalhadores recém chegados e transitando desordenadamente, entre os mais antigos na feira. Abaixo do projeto uma nota de lápis de cor indica: “cemitério”, ou seja, o projeto não teria sido aprovado²⁰⁹.

Esta medida não foi isolada e veio acompanhada de debate mais ampliado sobre o abastecimento na cidade. De acordo com o projeto de Lei nº 48/1963, a Prefeitura também propôs a criação de uma Comissão Municipal de Abastecimento (COMAB). Podemos sugerir que esta seguiu um modelo já implantado em outros locais, como pelo PSD na Bahia, tais quais Comissões de Preços, Comitês contra a Carestia, Congressos e outras iniciativas vindas do Estado e dos trabalhadores. A *convenção Baiana contra a alta do custo da vida* agregava sindicatos, associações de classe média e de trabalhadores urbanos (alfaiates, panificadores, eletricitistas, pintores, metalúrgicos, marceneiros, entre outros)²¹⁰. Foram organizações que visavam fiscalizar a atuação dos comerciantes que não respeitavam os preços, vistos como *açambarcadores, especuladores, atravessadores, exploradores, gananciosos*, que, com sua *usura* desregulavam a oferta e os preços dos alimentos nos mercados²¹¹. Com isto, desviava-se a atenção do conflito de classe e de problemas mais amplos que envolvem o campo para uma moral no funcionamento dos mercados. Nem sempre esta foi a situação encontrada pelas comissões como princípio do problema. A baixa produção agrícola, associada a um conjunto mais amplo de fatores, também era tomada como causa, abrindo outra frente de atuação contra a carestia, mais voltada para o homem do campo por via da distribuição de sementes. No trabalho de Miriam Freitas, a atuação das lideranças políticas varguistas, nas duas frentes, fornecendo subsídios no campo, ou readequando o comércio local aos preços, ou nas duas concomitantemente, foi notada como

²⁰⁸ Câmara Municipal de Feira de Santana. Livro de Projetos de Lei (16.03.1963).

²⁰⁹ Não só este projeto de Lei, como outros da gestão de Francisco Pinto vêm acompanhados da referida indicação, além do que está incompleta a seqüência dos projetos deste ano. Não sabemos ao certo se esta medida se deveu ao fato de sua deposição, ou se era uma prática dos edis para identificação dos textos que não tiveram aprovação.

²¹⁰ FREITAS, Miriam Tereza M. de. Populismo e carestia: 1951-1954. 1985. Dissertação (Mestrado) – Salvador, 1994.

²¹¹ Idem.

caminhos para negociação com os trabalhadores em Salvador²¹². Em Feira, encontramos conexões com ambos os modos de operar a questão da carestia num mesmo projeto. Quando foi criada a COMAB, subordinada diretamente à secretaria de Indústria, Agricultura e Comércio, a ela competia “fixar preços de produtos e serviços essenciais, disciplinando o sistema de seu controle, fornecer sistema de informação sobre produção e distribuição e consumo, (...), além de estudar e estabelecer medidas de fomento à produção de insumos essenciais”²¹³. Em colaboração com a SUNAB, caberia à Comissão garantir o livre comércio dos produtos, desde que obedecessem às regras estabelecidas pela própria entidade, composta por: Representante da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio (o presidente); Câmara de Vereadores; Sindicato de Trabalhadores; Sociedades de Bairro; Associação de Estudantes; Associação Rural.

A justificativa do Prefeito foi a de que a cidade havia verificado *aumentos dos Preços das mercadorias de primeira necessidade sem que medidas [fossem] tomadas para impedi-las ou, no mínimo, minimizá-las*. A prefeitura tentou criar uma outra comissão anteriormente sem sucesso, tornando-se medida urgente a criação da Comissão Municipal de Abastecimento. No texto do Projeto de Lei, a Comissão se justifica da seguinte forma:

A COMAB, realizando estudos das mercadorias essenciais que deverão vigorar em nossa cidade, tomará por certo deliberações mais justas e democráticas, pois da comissão participarão representantes das diversas classes e camadas interessadas na questão. Tem sido preocupação do atual governo do município o problema do abastecimento. Assim é que já realizou maior fomento à produção jamais realizada em Feira, *com a distribuição em quantidade ponderada de sementes de feijão e milho, fez instalar e funcionar o Posto de Abastecimento par revenda a preços baixos, objetivando estabilizar o mercado de gêneros de primeira necessidade*, fez instalar a Farmácia Municipal para vender por preços acessíveis os medicamentos de maior necessidade do povo. Na proposta orçamentária inclui verbas, pra [sic], no próximo exercício atuar com mais amplitude no fomento a produção e na organização do abastecimento.

Denominou, também de *açambarcadores e contrabandistas* as pessoas que viriam agindo sobre o controle dos preços dos produtos e a medida denunciava o imperialismo e a abertura dos mercados. O autor do texto abaixo terminava-o com uma citação da FAO: *A fome somente pode ser real e efetivamente eliminada com a abolição da pobreza. Esta é a razão da nossa luta*

Sabemos que o problema da carestia de vida na nossa cidade, como em nosso país tem como base as estruturas arcaicas e obsoletas, que, juntamente com a expolição externa da nossa economia, impera contra (...) o bem estar do nosso povo²¹⁴.

²¹² Idem.

²¹³ Projeto de Lei 48/1963.

²¹⁴ Feira de Santana, Projeto de Lei nº 48/1963. Francisco Pinto.

Solicitou também à Câmara, na oportunidade, a aprovação da ampliação de verbas destinadas ao assunto, como a manutenção do Posto de Abastecimento já em funcionamento desde o final dos 50, no total de 10 milhões de cruzeiros. Isto, por conta de seus objetivos, redundantemente explicitados no texto, de acatar a demanda dos pobres da cidade pelo sustento familiar, diante do encarecimento dos produtos alimentares e baixos salários. Chico Pinto uniria, assim, as demandas de produção das lavouras de subsistência à diminuição dos custos familiares dos trabalhadores urbanos. Beneficiou, desta forma, é bem verdade, os produtores agrícolas, que dependiam da feira livre para trocar os insumos oriundos de suas pequenas terras²¹⁵, interferindo diretamente na presença de negociantes grossistas ou estranhos à lógica já fundamentada de negociação. A sua principal justificativa era a de facilitar o acesso aos gêneros de primeira necessidade para os trabalhadores menos afortunados, já que as suas profissões não os poderia oferecer.

Segundo o prefeito, “Preocupado com esta situação foi que meu governo instalou nesta cidade o Posto de Abastecimento para a população pobre, que já vem funcionando com excelentes resultados e real proveito. Aliás, a atribuição desta ação é corrente à ação da Comissão da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio”. Diga-se de passagem, a secretaria foi criada pelo próprio governo de Francisco Pinto, em decreto. As suas finalidades eram atrelar as decisões municipais a uma gestão participativa com associações de bairro e mesmo com o movimento estudantil, já reconhecido na cidade (a Associação Feirense de Estudantes Secundaristas -AFES) desde 1960.

Atentamos para o fato de que estes atravessadores eram identificados como aqueles que, *nas estradas e nas feiras, compram tais gêneros para fazer monopólio e revenda ao público*, estando, por este motivo, sujeitos à *multa de metade do salário mínimo ao tripulo do salário mínimo*. E mais, “nos mercados e nas feiras, e nas estradas compram diretamente ao produtor gêneros de primeira necessidade a preços módicos para revender com lucros excessivos, ou ainda, adquirem tais utilidades até antes do meio dia, prejudicando o abastecimento normal da população”²¹⁶.

A fala recente de um comerciante de alimentos que voltou às ruas após a construção do Centro de Abastecimento (1977) traz à tona uma memória importante da atuação de Francisco Pinto. Personalizado como emblema de um modo de tratar os vendedores de rua, sua figura é

²¹⁵ Gomes, Igor. Op. cit.

²¹⁶ Francisco Pinto. Projeto de Lei n 1/1964 – não aprovado.

correlacionada a uma ética interna de distribuição de mercadorias, cobrança dos fiscos e espacialização das vendas.

Ao contar como voltou para trabalhar nas ruas, José Carlos citou os artificios pessoais para permanecer no local que escolheu para suas vendas fora do Centro de Abastecimento.

Diversos fatores desta trilha podem ser acompanhados na fala do feirante que interpreta conflitos de classes como hierarquias e ao mesmo tempo, mostra como pretendeu burlá-las em ações individuais. Ele nos contou como foi que voltou às ruas na década de 1980, criando, para tanto, um refúgio na memória do período em que o modo de operar de Francisco Pinto lhe oportuniza algum tipo de respaldo.

Como eu falei com a senhora que eu tinha média com os homem, com os graúdos, neste tempo eu tinha muita média com o finado Colbert e o Chico Pinto, que eu tinha carta branca deles, aí começou. Chegava este menino pra trabalhar, aí eu botava um cesto de mercadoria, mandava eles ir. Se o guarda perguntasse: de quem é esta mercadoria, [respondiam]: é de Sergipe. Aí eu tinha muita bagagem, eles também não buliam com ninguém. Aí foi formando a feira, foi formando a feira e a feira foi crescendo e foi multiplicando. Mas tudo numa boa. Sem briga. Eu estou com trinta anos aqui na Marechal, nunca discuti. Não tem um guarda que... Hoje mesmo esse rapa passa tudo aí, mas tudo é meus amigos. Tudo é barra limpa comigo. Uma comparação: se eu botar um carro para trabalhar, que é difícil de eu botar, antigamente eu ainda ia passar, quando eu tava com a minha saúde, eu ia para a feira meio dia, duas horas eu saía, cinco horas, eu ia novamente, sete horas eu saía²¹⁷.

Em que medida estas táticas foram individualizadas ou eram compartilhadas com os demais feirantes é uma questão que merece ser feita. Nas entrevistas, encontramos uma prática justificada de maneira semelhante com Dona Tenícia e com o Sr. José Santos. Ambos trabalhadores na Avenida Getúlio Vargas, mantiveram seus locais de venda tradicionais e não ficaram no Centro de Abastecimento. Dona Tenícia alegou que os donos das lojas que se instalaram na região de seu ponto de vendas reconheciam o seu tempo de trabalho e não interferiam no seu ponto. Já o Sr. José Santos, mostrou como o conhecimento de figurões da cidade, proporcionou-lhe a continuidade de seus negócios no local já estabelecido sem que sofresse represálias. Como usuários tradicionais do centro da cidade, os feirantes encontravam no seu histórico pessoal as artimanhas para burlar a perda de espaços. Algo em comum cortava desigualmente estas trajetórias. A lembrança dos tempos em que a feira era permitida e o pequeno era protegido. No entanto, enquanto José Carlos recorre a memórias de chefes do

²¹⁷ José Carlos.

executivo, Dona Tenícia e José Santos procuram argumentos nas relações pessoais com sujeitos abastados da cidade.

Sobre a memória de Francisco Pinto, especificamente, José Carlos atenta:

é o seguinte: ele fazia muita coisa pela feira. Ele ajudava o pequeno, qualquer coisa que quisesse o pequeno, ele ajudava. Ele fazia muita coisa pelo pessoal pequeno. Ele ajudava em qualquer setor, se fosse um emprego, ele conseguia, fazia muita coisa pelo povo. Era um cara que deixava o povo trabalhar, não perseguia ninguém, sempre ajudava. Não é como esse aqui. Este aqui quer tomar o que é dos outros²¹⁸.

Michel Pollak estudou situações de produção de memórias nas quais o trauma foi fator de encobrimento ou de seleção de lembranças a serem relatadas por parte de sujeitos entrevistados. Estes, no ato de serem abordados no presente, não se sentiram “à vontade”, ou trouxeram consigo elementos de repressão invisíveis aparentemente, mas que teriam implicações diretas em memórias coletivas difundidas em algumas sociedades. Este alerta para a produção presente da memória, em condições adversas nos dá pistas interessantes para refletir sobre a memória a respeito de Francisco Pinto, produzida em 2004 e 2007 durante duas entrevistas diferentes com José Carlos. Na primeira delas, não forneceu maiores detalhes e já na segunda, insatisfeito com a atuação do prefeito de então, resolveu falar.

Não podemos atribuir uma correlação direta entre esta expectativa do Senhor José Carlos em 2004 a olhares de outros feirantes sobre a diferença entre o comércio dos anos 60 e os de depois de 1977. Porém, ambos demonstraram que há uma questão substancial sobre a manutenção do laço de proximidade intra grupo de feirantes, mantidos após 1977 e, por outro lado, a sensação de tranquilidade, atribuída à realização dos negócios na “antiga feira”. Este terreno tradicional foi retomado pela memória como ponto de destaque conflituoso com o presente das mudanças.

2.5 –Associações e redes defeirantes

As redes de aproximação entre os feirantes são o assunto dos próximos parágrafos. Pois a partir destas relações, vale questionar como estes se viam e viam outros sujeitos no comércio feirense, numa conjuntura de redefinição das normas comerciais.

²¹⁸ Idem.

Como grupo de trabalhadores urbanos na fronteira direta com o rural, os trabalhadores da feira tiveram várias possibilidades de laços de aproximação entre si e podemos concluir que suas organizações se deram de maneira complexa e diferenciada. De acordo com o volume das vendas, procedência das mercadorias, locais de trabalho, vizinhança, parentesco, solidariedades dadas no campo e outras formas de contato, por intermédio do trabalho, estas pessoas puderam manter redes de identificação e verificação dos que estavam em sua oposição. A percepção do seu trabalho perpassou identidades coletivas que transitaram também entre o ser comerciante e o ser trabalhador. Se ser um feirante naquela praça comercial era sinônimo de práticas de venda de grandes e pequenos comerciantes, numa enorme disparidade entre seus volumes comerciais, o termo identificava empregados da feira, como carregadores, ajudantes, entre outros e suas formas de inserção na sociedade feirense eram díspares.

A Associação dos Comerciantes Feirantes e outras Praças cobrou de seus pares que fizessem os pagamentos corretamente a fim de que a categoria fosse aceita na sociedade feirense²¹⁹. O respeito à condição de comerciante legalizado foi exigido para que o feirante fosse associado. Esta associação tinha como tesoureiro o presidente do PTB, o que não indica, explicitamente o tipo de vínculo do coletivo com o Partido em questão. Embora, pela limitação das fontes e complexidade do problema, não possamos perceber melhor o papel desta associação no universo dos trabalhadores da feira e suas relações com a Prefeitura da cidade, percebemos que a associação citada publicou notas pagas na imprensa local, quando havia intervenções no mercado, a convite de vereadores.

O jornal Folha do Norte publicou as notas, sem necessariamente discriminá-las, o que torna adequado dizer que a publicação do PTB não revelou um vínculo com o jornal, nem com a imprensa. A maneira como se dava a cobrança desta conduta era administrada pela atuação do fiscal ou pelos próprios feirantes de maior porte no local. Obviamente, nem todos os comerciantes pagavam os impostos à Mesa Receptora de Rendas do Município e ao fisco estadual e, o grupo

²¹⁹ Nota no Jornal Folha do Norte, 1969.(recorte).

ligado à Associação de Feirantes observou o uso das notas de vendas como fator importante de sua inserção por via legal na sociedade. Já havendo uma associação comercial (nota), os comerciantes da feira visaram se apresentar organizados por via de uma representação.

Marx, ao analisar a evolução do capitalismo, entendeu que era de sua característica a superação de modos comerciais praticados por atravessadores de menor porte, através da ampliação do número de capitais em mãos de uma menor quantidade de capitalistas. Com isto, há uma proletarização de comerciantes tradicionais. Neste sentido, é válido dizer que boa parte do comércio tradicional de Feira de Santana foi moldado ao sabor das mudanças comerciais da Bahia, quando uma parte ficou para trás. Durante este processo, encontramos caminhos trilhados por outros feirantes para acompanhar ou negar a organização oficial.

Sabemos que, entre os feirantes que comercializavam quantidades menores de produtos, oriundas diretamente de suas roças e quintais ou compradas em caminhões *atravessadores*, existiu um reconhecimento de espaços de venda de costume ainda hoje válidas na cidade. Neste caso, a própria prática de montagem da feira foi o ponto de partida para o reconhecimento dos espaços específicos e de definição de uso do espaço público para comércio, quando a venda na feira livre foi territorializada por sujeitos que vendem os mesmos tipos de produtos.

A gente sentava ali na frente daquele mercado – que ali era o mercado de cortar a carne. A gente chegava cedo, ninguém chegava primeiro do que a gente! A gente chegava e ficava naquele lugarzinho bem ali. Ninguém barrava o lugar da gente porque todo mundo já sabia que a gente vendia ali. Se a gente vendia ali então quando eu chegava meu lugar tavadisponível²²¹.

A superação de situações de concorrência foi fundamental na distribuição das atividades de feira, e comum nos mercados abertos. Diferentes de supermercados e grandes lojas de ampla disputa de clientela, os feirantes costumavam vender seus produtos ombreados em setores por tipo de mercadorias. Este aspecto revela uma situação própria às feiras populares: a troca de favores entre as pessoas que trabalham no ambiente, como tomar conta da barraca do vizinho, passar produtos para o colega de vendas quando este não dispõe mais da mercadoria, ou troco, indicar amigos vendedores dos mesmos produtos na feira ou deixar que outras pessoas desprovidas de bancas venham a ajudar no serviço, como solidariedade familiar.

O fator concorrência dentro de um mercado popular como aquele, é digno de análise. As feiras livres dividem seus territórios internos de venda por setores nos quais os feirantes vendem

²²¹ Entrevista com Tenícia.

os mesmos produtos. O que parece um problema para superar a concorrência gera, na verdade, um modo popular de conduta que ainda hoje mantém seu legado.

Próximos dos colegas de venda, o feirante exhibe ao consumidor as mercadorias para sua escolha e facilita a venda a preços competitivos ao trabalhador, em busca de demonstrar honestidade. Se alguém vendia mais distante, este sim teria um problema em ser julgado pelo comprador pelos preços – já que não tem com quem comparar – e qualidade dos alimentos. Por relação direta com esta prática, as feiras são consideradas locais privilegiados para as compras populares, servindo de referencial para informações sobre preços e condição de safras.

Ainda, o acesso à feira²²² (transporte em caminhonetas abertas ou outros meios de transportes coletivos como carroças ou a pé) foi anunciada como aspecto que justificou auxílios mútuos entre os feirantes que vinham do campo. Especialmente nas entrevistas, duas destas pessoas eram de São José das Itaporocas, hoje distrito de Maria Quitéria. Outros tipos de laços e aproximações entre feirantes foi dado nos seus legados do campo. Reconhecimento de situações semelhantes de trabalho na labuta diária de montagem da feira desde a colheita, produção do alimento a ser vendido até a relação com a clientela.

Entre as *meninas vendedeiras* estes encontros foram mais lembrados como forma de enfrentar os processos cotidianos de lida com o mercado. O transporte até a feira era parte importante da montagem do universo das suas relações de trabalho. As mulheres lavradeiras, trabalhadoras rurais que foram entrevistadas, arcavam com as despesas domésticas durante toda a sua trajetória pessoal²²³. Não por coincidência, dona Tenícia e dona Ester, protagonizam, a seguir, o traçado desta experiência particular das mulheres feirantes que vinham do campo.

O caminho até o centro da cidade era feito a pé, segundo seus relatos, desde a madrugada, da roça, perpassando as lagoas ainda existentes em Feira de Santana e algumas fazendas das áreas. Informalmente, as senhoras contaram casos de amigos que apostavam corridas neste trajeto, paravam para banhar-se nos rios e outras águas, trazendo consigo o almoço e os

²²² Ó, eu vinha com minhas tia, vinha com uns vizinho que tinha lá, compadre João e comadre, vinha um grupo de oito a nove pessoas, vinha aquele grupo, juntava aquele grupo pra vir, a gente não vinha sozinho não. Era grupo que vinha de homem e de mulher; tudo junto e quase tudo vizinho. Ai a gente acertava aquele horário de sair e vinha todo mundo junto. Quando chegava no horário de ir embora, reunia todo mundo pra todo mundo ir embora junto.. Entrevista Com Tenícia.

²²³ questionada sobre o trabalho do esposo, Dona Tenícia afirmou que este tem serviços em áreas de plantação que eventualmente vinham a oferecer vagas em setores agropecuários, mas não em suas terras. A ocupação de prover a casa com a plantação do terreiro dos fundos de sua casa, de onde saíam os produtos da feira, era sua: *Ele nunca trabalhou aqui. Aqui ele não conhece nada.*, referindo-se ao ambiente da cidade.

apetrechos para o trabalho. Dona Tenícia trabalha como feirante desde 1956. O relato de suas memórias traz o tempo do campo como condutor da lida com os negócios de rua.

Eu comecei a partir de 16 anos, eu já vivia aqui, já tinha... negociei aqui a partir de 16 anos. Aí, me casei, vinha pra aqui com o barrigão, com balaio na cabeça, pra vender as mercadorias, comprava comida levava pra casa, no outro dia tornava voltar pra aqui de novo; a gente só vinha segunda e sábado. Aí a gente continuava nessa luta. Eu e vinha um grupo de mulher; aí a gente saía de casa de madrugada. As vezes que a gente perdia a madrugada pra sair de casa, saía de casa antes da hora e ninguém via a gente. Ninguém tinha relógio, não tinha nada, era assim... a gente saía assim quando via o dia querer clarear, o galo cantar. O relógio da gente era um galo; que começava a cantar e quando começava a cantar o canto a gente depenava e vinha praaqui.²²⁴

Mas, a partir do final dos anos 1960, este transporte passou a ser organizado em caminhonetas, dividindo, nas carrocerias, consumidores e feirantes – como também feirantes consumidores.

A caminhoneta era de um Senhor que chama Tomaz, Tomazinho, que a gente vinha na caminhoneta dele. E aí minha filha quando a gente tinha coisa da roça trazia e quando não tinha a gente saía pelos pastos a procurar coisa pra trazer pra vender. A luta era grande viu minha filha? O que tinha na roça a gente trazia e o que não tinha a gente trazia. Qualquer coisa a gente trazia, eu fazia bolinho de mandioca, bolinho de puba e trazia e era assim, a luta era assim. Eu deixava os meninos pequenos em casa, com minha tia que me criou, e panhava aqui prarua²²⁵.

A pluralidade de culturas de trabalho com as quais se relacionavam até a realização da feira mostra os laços que são estabelecidos. A venda dos produtos da terra nem sempre era possível, sendo encontradas alternativas de suprimento do sustento familiar em outras fontes de renda, como a produção doméstica de alimentos e quitutes para os consumidores da feira, bem como a colheita de frutos em terras alheias.

Um *homem de saia* é apontado pela senhora que nos reporta ainda a uma seqüência de acontecimentos que modificara o convívio com as ruas e estradas. A presença de uma representação de sujeitos que vieram a tirar o sossego de seu trânsito até a cidade, provavelmente, associado ao crescimento da migração.

... quando começou a violência , andaram falando que tinha um homem que andava vestido de saia pra se passar por mulher, aí a gente ficou com medo de vir de lá. Um dia mesmo a gente vinha, eu,o meu vizinho, aí quando a gente chegamos ali num lugar

²²⁴ Depoimento de Tenícia. Op. cit.

²²⁵ Idem.

chamado poça d'água, e vem de lá pra cá. A lua tava bonita nesse dia. A gente perdeu o horário de sair, saiu antes da hora, aí ta aquela estatua assim no meio da estrada, vestida de saia;

Aí compadre, meu compadre fez assim hum hum, começou a esquentar a guela né? Aí aquela estátua lá respondeu: Oxente!, tá temperando a guela? Ta com medo, eu to aqui é esperando comadre Maria. (risos)

Aí minha filha desse dia em diante, nunca mais a gente começou a... nunca mais a gente andou de pés, começou a vir na caminhoneta, foi...

Aí desse dia em diante começou a violência, não deu mais pra vir. Não dava pra ninguém andar... vir de pé praua.

A criação dos filhos e ajuda destes no serviço também era uma constante entre as feirantes. Dona Tenícia já parecia solitária em suas lembranças quando uma amiga sua chega para ajudar na entrevista. Esta cliente veio comprar castanhas e fez com que Dona Tenícia se recordasse:

Naquele tempo que eu vendia bem ali ó, eu comprava saco de licuri, botava de molho, sentava na pedra quebrando e botava meus filhos pra tirar, aí de noite tocava vender era o mais que eu vendia nessa época. Meus filhos eram tudo pequeno, mas eu botava tudo pra trabalhar, tudopraajudaraquebrarolicuri. Era, eralutaviu?

Aí é que do licuri eu passei para a castanha. No comércio da castanha eu tou até hoje. Quando é tempo de safra eu compro o saco (dá menos trabalho!). Pago para assar. Aí aqui a gente quebra. Mas agora, que acabou a safra, eu compro é já assada pra revender. Porque eu não dou pra ficar em casa parada. Eu não consigo ficar em casa parada. Não tou mais agüentando trabalhar de enxada²²⁶ e aí, me sinto feliz assim.

Eu já sou aposentada. Graças a Deus.

O seu trabalho é sinônimo de orgulho, visto que se tornou uma referência estando durante muitos anos naquele local de vendas. Sua aposentadoria é dada enquanto trabalhadora rural, semelhante à Dona Ester. Esta última afirmou que sua profissão é a de lavradora. Aposentada pelo “fundo da rural”, expressão que usou para definir os benefícios de uma sindicalizada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana. Encara o trabalho de feirante como parte indissociável desta labuta. Apesar da situação semelhante de trabalho e da vizinhança com Tenícia em Maria Quitéria, as suas memórias revelam uma mulher mais próxima ao sindicato. Espalhadas na feira, estas mulheres vendedeiras ocupam pontos diferentes de vendas e transitaram por entre becos e praças para manterem sua forma de demarcação de lugares. As lembranças de Ester nos levaram muito mais ao momento em que teve que enfrentar a retomada do trabalho nas ruas após a construção do Centro de Abastecimento (1977) e suas experiências poderão ser melhor acompanhadas no capítulo que se segue.

²²⁶ Na lavoura.

A noção de redes sociais vem sendo tomada como ponto de partida para abordagem de conexões atuais no ambiente urbano entre grupos populares, não necessariamente atrelando tais ajuntamentos às relações de trabalho²²⁷. Sílvia Portugal, ao estudar redes de interação informais entre famílias, buscou compreender quais seriam as normas que direcionaram empréstimos e auxílios materiais entre parentes²²⁸. Baseada em noções advindas da antropologia, no estudo de parentescos, a respeito das trocas e da reciprocidade defende que estas podem dar-se mais entre sujeitos dos mesmos grupos sociais. Sendo assim, *o que está certo ou errado, o que é devido ou não, o que é justo ou injusto depende da natureza da relação em causa*²²⁹ e os laços sociais do interior das redes ocorrem de maneira diferente para cada situação. As do tipo familiares apareceram em pouca medida na nossa pesquisa, sendo mais presente os laços formulados na lida com o trabalho. O entrelaçamento entre as pessoas, no caso desta pesquisa pode ser remetido à indispensabilidade do uso do espaço público para realização de sua sobrevivência na urbe. Neste caso, também o cerceamento de atuação no ambiente de uso comum com outros setores comerciais tornou forçoso o contato entre pessoas que viveram situações semelhantes. O campo, como a cidade, canalizou vivências diversas para a divisão social do uso do centro da cidade pelos trabalhadores. Se é notória a situação caótica de intensa concorrência no trabalho, por outro lado, podem ser visualizados contatos entre pessoas completamente dispares nas suas origens. Inseridos em organizações política coletiva outras – sindicatos rurais e de trabalhadores urbanos – , neste ínterim, o de ser feirante naquele centro, lhes trazia uma outra experiência, de laços estreitados com o cotidiano do comércio de Feira, legitimando usos dacidade.

Para além destes elementos, os vínculos culturais dados nas festas, literaturas de cordel, apresentações em praça pública, pontos de encontro e outras formas de aproximação com o ambiente cultural da feira, possibilitaram redes entre consumidores, feirantes e lojistas, que fogem ao alcance desta análise.

Como os feirantes se relacionaram com as classes dominantes neste período e vice-versa e, como estas mediações interferiram nas suas percepções de si e do *lugar* que ocupam na cidade? Mais do que perceber apenas novas *versões* dos fatos ocorridos procuramos apreensões da

²²⁷ SERPA, Ângelo. *Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais*. Salvador: EDUFBA, 2007.

²²⁸ PORTUGAL, Sílvia. O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Dezembro de 2007.

²²⁹ Idem, p. 37.

realidade, *unidades indivisíveis sem as quais não podemos apreender novamente o sentido*²³⁰ As entrevistas traçaram memórias e nos fizeram aprofundar os estudos sobre os processos políticos e sociais no tempo de memória construído no universo de suas falas.

As atividades de suporte para o comércio empregavam sujeitos que historicamente foram partícipes da rede de relações entre o fim do trabalho escravo e o trabalho encontrado nos centros urbanos, especialmente no comércio. Muitas vezes iniciando o trabalho ainda crianças enquanto carregadores, ajudantes de vendedores maiores ou ganhando trocados carregando sacolas de feira como entregadores, ou carroceiros e outras ocupações. O vai e vem de carregadores nas calçadas, dos quais dependia a feira, já era criticado em 1960.

Fato verdadeiramente digno de crítica é o que se verifica na cidade Princesa, principalmente nos dias de feira. É o costume que já adotaram os carregadores que transitam pelos passeios da urbe, com tal imprudência que chega a causar revolta. (...) Notamos assim que alguns *carregadores* conduziam camas, couro seco, feijão, etc, *exigindo* mesmo andarem sobre os passeios, de nada valendo o protesto de senhoras que conduziam crianças, obrigadas a enfrentar o risco das ruas, sempre trafegadas por motoristas, na sua maioria, irresponsáveis. E não é somente isto, pois notamos o uso de palavras de baixo calão, quando advertidos da maneira como se conduzem. (...) ²³¹.

Uma destas pessoas era o Sr. Higino Ferreira. Desde criança nos serviço daquela feira livre, Higino envelheceu na atividade, sem direitos sociais de trabalhador, como acontecia com boa parte dos sujeitos destas ocupações. A velhice daquele homem *compadece* edis da Câmara Municipal de Feira de Santana, que, inspirados num exemplo ocorrido em Salvador, de oferecimento pela Prefeitura de aposentadoria a um ex-escravo, o Sr. Donato, sugerem que o mesmo ocorra com Higino. O texto de justificativa do Projeto de Lei argumenta:

Considerando que existe em Feira de Santana um homem com 75 anos de idade e com 60 anos de trabalho ininterruptos, como carregador. Considerando que este homem de todos conhecidos, chama-se Higino Ferreira, homem que muito concorreu com o seu trabalho diário para o grande êxito do nosso progresso, na nossa prosperidade. Considerando que, o seu estado de saúde e pobreza não permitiram que ele conseguisse adquirir uma habitação, nem tampouco pudesse ter uma aposentadoria. Considerando que acha-se presentemente com essa idade, sem força e sem poder para carregar mais nada, para que possa ganhar ao menos para sua manutenção, venho, em nome do meu partido, submeter ao alto censo dos Srs. Vereadores, para que por pleito de Justiça votem em caráter de urgência uma pensão de 2000 cruzeiros, para que o resto da sua velhice não seja exposta aos olhos de nossa sociedade, com um prato nas mãos implorando a caridade, depois de esgotar forças para o enriquecimento de uma terra que quase ele viu nascer²³².

²³⁰ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004 p. 84

²³¹ Gazeta, 10 de Janeiro de 1960.

²³² Câmara Municipal de Feira de Santana, Projeto de Lei: 20/1961. 10 de Outubro de 1961 (Aprovado por Unanimidade).

A documentação referente à pensão do carregador, em situação semelhante, em Salvador, foi anexada ao Projeto de Lei, que é aprovado e passa a fornecer o auxílio de 2000 cruzeiros a Higino Ferreira, segundo o autor, “levando em consideração o seu Estado de Penúria”²³³. Entre os anexos, a reportagem intitulada “Velho carregador agora pensionista da prefeitura foi testemunha da abolição”, do jornal *A tarde*, referente ao Senhor Donato, de 93 anos, carregador em Salvador. Os pais de Donato, neste caso, foram escravos do Barão da Torre em Bacupari, o que aumentava mais ainda a necessidade de fornecimento da pensão, segundo os autores, para Donato. E assim, por comparação a este caso, Higino consegue, em Feira, também este benefício.

Tal situação de trabalho seria provavelmente comum em Feira, porém, apenas um caso de fornecimento de auxílio excepcional é registrado no período. A maioria dos feirantes requeria ao pagamento de taxas pelo uso do solo urbano como fonte de justificativa para aposentadorias, ou, como muitos eram trabalhadores rurais, era nesta função que passaram a se aposentar.

Com a atitude municipal percebemos também preocupações em tirar das vias públicas um trabalhador de idade não aceito pelas vistas dos modernizadores da cidade e o reconhecimento de um tipo de trabalho sem nenhum vínculo com seguridades sociais.

Concluimos, por ora, que até o golpe militar, a feira era o cerne da realização das atividades rurais e urbanas da cidade, sendo focalizada tanto em ações de governos como o de Arnold Silva ou de Francisco Pinto, do PSD para controle dos preços dos produtos e acesso ao consumo de alimentos para trabalhadores assalariados, ainda que de maneira diversa. Estas ações se desdobravam em reorganizações que abalavam a estrutura da feira sem tirar da mesma seu lugar central, o que gerou negociações entre os diversos grupos envolvidos com a feira. Contudo, já em 1964, outra política econômica foi sistematizada para o Município²³⁴, perdendo assim a feira livre o seu lugar de destaque nas trocas, inclusive com o gado, como veremos.

²³³ *idem*.

²³⁴ A exemplo da montagem de comissões para debate das melhores formas de empreender a industrialização na cidade, início de montagem de uma nova ação sobre o centro da cidade, liderada pela UDN, após deposição do prefeito Francisco Pinto.

CAPÍTULO III

DO PAPEL ÀS RUAS: NOVOS PROJETOS NO COTIDIANO DOS FEIRANTES (1964-1974) E NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA FEIRINHA.

A reflexão a respeito da construção das medidas de controle do mercado de alimentos, na conjuntura da ditadura militar, não se resume aos projetos oficialmente aprovados, sendo preciso perceber construções destes no campo das relações sociais. Os documentos da Prefeitura de Feira de Santana nos permitiram ter um contato com a execução dos planos, traduzidos ou nos textos dos próprios Projetos de Lei, como em textos de divulgação pública dos mesmos. Os arquivos da Câmara Municipal apenas nos aproximaram mais de alguns debates curtos, entre lideranças partidárias locais, durante a aprovação dos projetos, e o acesso às poucas manifestações contrárias da parte de edis feirenses, quando estavam em desacordo sobre a condução do recebimento de novos aparelhos urbanos. Ainda assim, abordaremos brevemente, através destas fontes, aliadas aos jornais até aqui citados, o contexto de construção dos posicionamentos hegemônicos em Feira, sobre a implementação e a renovação do conjunto de suas atividades econômicas e como o mercado de alimentos deveria, de acordo com estas propostas, se integrar à urbanização local.

Em monografia²³⁵, pude discutir alguns pontos deste processo, durante o período de 1967 a 1977, selecionando assim, como componentes iniciais da análise, o Código de Posturas Municipal e o Plano Diretor de Feira de Santana. Esta seleção foi feita pela necessidade de estabelecer um recuo para o encontro com projetos dos quais o Projeto CABANA foi desdobramento importante. Já no capítulo anterior, a necessidade de compreender intenções políticas diferentes das do período pós-golpe, nas ações sobre a feira, nos remeteu aos governos Arnold Silva e Francisco Pinto. Foi desde 1964 que, na Câmara Municipal, ficou clara a contrariedade da postura de Joselito Amorim em relação aos projetos de seu antecessor, cassado, Francisco Pinto, nas palavras do vereador Hugo Silva²³⁶. Os projetos, entendidos como pontos de partida na análise da monografia, agora são vistos como desdobramentos de uma política já iniciada em 1964. As posturas dos prefeitos de Feira de Santana mudaram bastante antes e depois de 1964, tanto por conta da alteração da

²³⁵ A feira e a nova Feira: *costumes, tradição e conflito em Feira de Santana, 19678-1977*. Monografia de Especialização em História da Bahia. UEFS, 2008.

²³⁶

política nacional de abastecimento, como por conjunturas governistas locais. A discussão sobre o acesso aos insumos básicos pela classe trabalhadora, ganhou destaque quando da criação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Muitos ministérios brasileiros envolveram-se nos anos 1950 com a execução de atos de controle de agentes comerciais diretos, na dispersão dos produtos e controle de preços, com a finalidade de garantir a cesta básica na mesa do trabalhador. Embasados na Lei Orgânica de Segurança Alimentar, o governo brasileiro moveu-se no sentido de responder a posturas internacionais da ONU e da FAO, quanto à garantia de insumos básicos para o sustento familiar do trabalhador. Algo semelhante foi feito em Feira de Santana, nas primeiras prefeituras dos anos 1960, quando as feiras livres foram regulamentadas como ponto de compra popular. No exemplo das políticas iniciadas por Francisco Pinto, houve uma tentativa de aproximação dos produtores com os consumidores, através da eliminação do encarecimento de preços, por via de fiscalização dos atravessadores, fortalecendo assim o mercado tradicional.

O monopólio do comércio de alimentos, feito cada vez mais por negociantes de maior porte pode ser visto mais, em Feira de Santana, como causa para uma desregulamentação da distribuição, do que uma desestabilização de preços, originada na própria feira livre. Ou seja, o projeto Cabana encontrou como fatores de desorganização do comércio o crescimento do número de comerciantes que fugiam ao controle dos impostos e, em defesa da necessidade de um controle deste pequeno comércio, o Projeto indicou mais ações. Encontramos na política do Projeto Cabana, ao lado dos demais, um aprofundamento do conjunto de atuação no controle da venda de alimentos, desde a produção – e por esta razão a discussão sobre o mercado precisava acompanhar o debate sobre toda a economia local – até a construção de um equipamento urbano próprio, para o fim de domínio da distribuição, de acordo com modelos urbanísticos do momento. Foi também necessário encontrar suportes legais para agir na limitação de comerciantes considerados fora do padrão de consumo de alimentos, por vender sem embalagens, sem inspeções sanitárias, entre outros.

Enquanto as ações ainda estavam longe de ser executadas, os usuários da cidade perceberam aos poucos algumas mudanças. Os feirantes viram o poder de polícia sobre suas atividades aumentar, com a processual desautorização do uso das ruas para a feira. As cobranças tributárias também foram alteradas, quando os feirantes passaram a ser inseridos entre os contribuintes para uso do solo urbano.

À medida que ocorreram mudanças na legislação, as relações sociais dos feirantes com a classe dominante alteraram-se e o comportamento frente à organização da feira livre também. Muitas destas pessoas sentiram-se cada vez mais lesadas, pois obviamente recaiu sobre os pequenos comerciantes a maior parte das posturas municipais. Ainda, o estreitamento das oportunidades no mercado de trabalho e o crescimento do dito trabalho informal construíram novas experimentações de disposição da feira nas ruas entre os comerciantes tradicionais e os chamados *forasteiros*. Como os próprios feirantes disseram nas entrevistas, a facilidade em comprar os produtos com atacadistas para vender nas ruas trouxe cada vez mais migrantes para o trabalho na feira. Diante destas contradições, os governos locais elaboraram lentamente a mudança mais radical na feira.

Entre o governo João Durval, contexto de pesquisas e escrita do Projeto de construção do Centro de Abastecimento, e o governo de José Falcão, quando de sua execução, houve um intervalo de disputas políticas, movidas, entre outros fatores, pelos problemas de relação do executivo local com o governo estadual e pelas articulações com os deputados federais para fornecimento de subsídios para os projetos. Algumas secretarias municipais foram veículos para ações profiláticas, na tentativa de dar resolução temporária para a indisposição entre comerciantes lojistas e feirantes, no início dos anos 1970. A impressão é que as pessoas que usavam a rua para o comércio desconheciam a transformação que vinha sendo planejada, pois as medidas foram aos poucos, implementadas como se a feira fosse permanecer em seu local tradicional. Esta pode ter sido a causa da surpresa de muitos, em 1977.

Newton Falcão esteve à frente da prefeitura neste intervalo de divergências quanto à condução da urbanização em Feira de Santana (1971-1973). Ocorreram problemas de oposição política com o então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, e foi preciso que a Prefeitura nutrisse alternativas para subsidiar a infraestrutura do centro de Feira, canalizando seus esforços em busca de outros recursos, que não do governo estadual.

Um exemplo foi a atuação da SURFEIRA neste período. Neste processo estava em jogo se o centro Industrial do Subaé receberia empresas *forâneas*, ou atuaria com o capital local, subsidiando a instalação de fábricas feirenses.

Restringida e impossibilitada de atender ao mercado de mão de obra local, a instalação da indústria em Feira ocorreu como no restante das grandes cidades nordestinas, com todo aparato do Estado na condução do processo. O aproveitamento do *potencial local* por parte das empresas

foi o elemento disputado, além é claro, da visibilidade do grupo político que administraria as ações. Ocorriam assim, principalmente no interior da Arena, desavenças sobre os procedimentos da industrialização. Na coluna sobre *Negócios* do jornal Feira Hoje, é possível perceber a difusão de um planejamento deste processo: era necessário que os empresários feirenses aprendessem a se associar às indústrias do Sul do país, no discurso do jornal.

Mas não só internamente a este grupo a concretização destes projetos foi disputada. No interior da sociedade civil, dispersa em outros aparelhos organizativos, os feirenses das classes dominantes, comerciantes, latifundiários, empresários das novas indústrias, reuniram-se constantemente, em grupos como o Rotary Clube, para debater a situação da implementação de ações que fomentassem a indústria e o comércio feirense, como foi possível notar em textos publicados no jornal Feira Hoje, cujo conteúdo de opiniões sobre o processo de industrialização ou chamados para confraternizações, mostram estes temas.

Debates importantes ainda precisam ser realizados a respeito da composição da classe dominante em Feira de Santana. Torna-se tarefa complicada analisar setores da classe subalterna sem conhecer de maneira mais aprofundada as fontes que dizem respeito às ações de suas classes antagônicas. Assim, localizar os sujeitos que construíram os projetos aqui citados ainda é tarefa inacabada para os pesquisadores que se debruçam sobre a história feirense. É preciso ainda encontrar os passos dados internamente entre os próprios setores dominantes para concretizar o que fora planejado.

Os trabalhos até então desenvolvidos abordaram os grupos comerciais feirenses a partir do pressuposto de certo consenso no trato da transformação da Princesa em prol de um *progresso comercial*²³⁷, ou de seguimento das medidas de industrialização que notadamente acompanhavam as metas da SUDENE.

Acreditamos na perspectiva mencionada por Guilherme Lopes e por Andrei Valente²³⁸ em trabalhos inacabados: a de que o Estado como veículo das transformações necessárias foi fundamental e que as ações foram ampliadas em aparelhos privados de hegemonia como a Associação Comercial e entidades representativas dos setores dominantes, como os clubes maçônicos, sendo a disputa intraclasse feita nestes âmbitos. Seguindo estas pistas e tendo a

²³⁷ CRUZ, Rossine. A inserção de Feira de Santana no processo de integração produtiva e desconcentração econômica nacional. Campinas: Unicamp, 1999; FREITAS, Nacelice Barbosa. Urbanização em Feira de Santana. - Salvador: s.n., 1998. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 1998; SANTOS, Alane Carvalho. Feira de Santana nos tempos da modernidade: O sonho da industrialização. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2002.

²³⁸ Os textos foram apresentados no primeiro Seminário do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais, em 2006.

possibilidade de contar com textos de pesquisa de estudiosos da classe dominante²³⁹, é possível sugerir que a imprensa se tornou instrumento importante de formulação de propostas e de opinião pública sobre as ações desejadas e indesejadas, para retirar da feira livre a sua centralidade, bem como foi uma arena para debate entre as partes envolvidas²⁴⁰.

Preocupados com as notícias de mudanças mais bruscas em seu trabalho, os feirantes não acompanharam passivos todas as discussões feitas na sociedade feirense e burlaram fiscalizações, reforçaram laços e contornaram, ainda que timidamente, o cerceamento da participação popular nas decisões sobre o mercado onde trabalhavam. Ano após ano, a mudança do local da feira livre foi construída, bem como, as alternativas de resistência criadas pelos trabalhadores: a barganha, a reaproximação de grupos, a volta para arua.

3.1 – A Feira e a conjuntura de mudanças pós-golpemilitar

UDN e PSD eram, nacionalmente, partidos que se dispuseram em posições contrárias com relação ao legado do getulismo nas questões trabalhistas. Porém, ambos possuíam a mesma composição de classe, o que teria sido o motivo pelo qual, segundo Maria Benevides, estes dois partidos vieram a estabelecer uma aliança no Governo Dutra. A preocupação da UDN, no período precedente ao golpe, era que o PSD viesse a se aproximar do PTB em alianças locais e fortalecesse assim uma oposição nacional ao partido²⁴¹. Francisco Pinto, em Feira de Santana, procurou causar um esvaziamento do PTB no que concerne a um possível ajuntamento deste partido com organizações trabalhistas locais²⁴². A postura foi tomada por Pinto quando foi vereador em Feira, no governo do Prefeito Arnold Silva (UDN), o que viabilizou depois sua eleição, por via da aproximação com sindicatos e associações.

Durante o governo de Pinto, ocorreu uma grande oposição da UDN. Na perspectiva de Maria Benevides, podemos dizer que a UDN na Bahia, especificamente em Feira, uma cidadena *bocadosertão*²⁴³, no período de 1945-1964, se organizou como frente voltada a alianças e coligações, estratégia semelhante às do rival PSD, clientelista e, como era prática nos interiores brasileiros, ganhava um tom mais conservador nestas áreas.

²³⁹ Colegas de pesquisa do LABELU como Diego Correa e Ricardo Campos.

²⁴⁰ Método já tomado como referência na monografia.

²⁴¹ BENEVIDES, Maria. Op. cit.

²⁴² NADER, Ana. Op. cit.

²⁴³ Expressão usada por SODRÉ, Muniz. Op. cit.

Como nas demais regiões, vale questionar uma ligação importante, mas não orgânica com as classes médias e a difusão da opinião pública na imprensa, que era extensão do partido em muitas capitais e médias cidades brasileiras. Na Bahia, a UDN unia os antigos opositores do getulismo e egressos, como Juracy Magalhães e procurava barrar retornos às suas políticas, especialmente no âmbito trabalhista. Além destas, características de postura nacional da UDN, como a virada em 1964, de um partido que era antiestatizante, para um partido de atuação repressiva e estatizadora, podem ser deduzidas para Feira de Santana. O programa do partido não implica, desta maneira, necessariamente, na sua conduta política e, em se tratando de uma cidade no interior da Bahia, a disputa local pelo controle do executivo contou com uma série de outros fatores²⁴⁴.

Por comparação, após discutir a postura da Prefeitura “Chico Pinto”, no capítulo anterior, abordaremos a maneira como os governos que a sucederam colocaram em pauta a urbanização da cidade, o mercado de alimentos e o controle de preços e, por consequência de ambos, o mercado das ruas de Feira.

O último projeto de Lei do governo de Francisco Pinto dispôs sobre o funcionamento da ordem pública, dos matadouros, a higiene dos estabelecimentos comerciais, aplicação de multas, condução de animais, controle de cães, porcos, cavalos, regulamentação de trânsito nas estradas, condução de boiadas, fiscalização de jogos de azar, uso de andaimes e licença para comércio.

Anos mais tarde, percebemos que o Código de Posturas Municipal, de 1967, dispôs de artigos para a maioria dos quesitos antes tratados por Pinto, em projeto escrito a próprio punho, e o domínio do poder municipal sobre o horário comercial. Em 1964, Pinto propôs que o horário para o comércio ambulante acompanhasse o das casas comerciais – o que não acontecia, pois a feira tinha horário próprio – no entanto, abriu uma exceção para o comércio de frutas e verduras que teria um horário diferenciado: “o comércio ambulante, com exceção dos vendedores de leite, verduras e frutas, funcionarão no horário a ser decretado para o comércio em geral”²⁴⁵.

Tal particularidade ocorreu porque estes vendedores chegavam mais cedo e saíam mais tarde das ruas, estabelecendo na deliberação municipal, de maneira destacada, sua especificidade

²⁴⁴ BENEVIDES, Op. cit, p. 218 “Até que ponto haveriam diferenças realmente significativas entre esses dois partidos, se ambos eram “partidos da ordem”, defensores da mesma política agrária, da mesma política salarial – enfim, dois partidos conservadores e das “classes dominantes”?

²⁴⁵ Projeto de Lei. Código de Polícia Administrativa. 01/1964.

de horário aportada num costume de trabalho. O Código de Posturas Municipal, aprovado em 1967, foi semelhante, como ainda veremos.

Estes marcos de transformação foram perceptíveis no cotidiano do feirense, em momentos anteriores a atuação do poder público, via declaração das novas regras nos projetos. As relações de trabalho, a chegada das rodovias asfaltadas, a dimensão de centralidade de Feira de Santana para os distritos e pequenas cidades circunvizinhas que aos poucos iam se emancipando e também crescendo, as alterações culturais foram problematizadas por Juarez Bahia, numa narrativa que mistura sua formação jornalística com a literatura e nos auxilia nestareflexão.

Juarez Bahia²⁴⁶, em seu romance, faz-se sensível ao momento em que há uma trocamais patente entre as relações de amizade e compadrio na cidade pela presença do operário e sua postura de encarar as relações sociais. O romance, escrito na década de 1980, retratou a cidade nos idos dos anos 1950. Entre os personagens que se cruzam na narrativa está o coronel João Farinha, “um dos símbolos da sociedade patriarcal que a fazenda ajudou a construir no país”²⁴⁷. Ele comemorava, numa das passagens da narrativa, a inauguração de novas instalações para o abate de gado e sabe que as inovações que chegam à cidade, o exigiam novo traquejo para manter seu prestígio:

compreende o fenômeno, não foge dele e não contesta. Sabe que a aristocracia rural tornou-se decadente e que isto coincide com estes últimos anos quarenta, que a terra deixou de ser a unidade de medida da representação social e que na Feira a classe dos fazendeiros, com suas prerrogativas de barões feudais, teve de ceder lugar a outras categorias, aos comerciantes, aos liberais, a novos líderes, aos intelectuais, aos artífices, aos trabalhadores, aos construtores da Rio-Bahia²⁴⁸.

Um dos trabalhadores que Bahia se refere é *Seu Ia*, porta estandarte do bloco carnavalesco das melindrosas, morador das proximidades do abatedouro, era operário da construção da Rio- Bahia. O personagem era assalariado e possuía desejos *pequeno burgueses* de ascensão social. Assim, decidiu por afastar-se do sentimento de igualdade do *ser feirense*. Seu Ia mantinha as aparências da amizade com os coronéis, mas, ao mesmo tempo afirmava: *Tenho orgulho de ser um trabalhador*²⁴⁹. O romance traz uma reflexão sobre

uma realidade facilmente documentada nos anos 1950, de alterações significativas no cotidiano da cidade e nas suas relações sociais.

²⁴⁶ BAHIA, Juarez. Setembro da Feira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

²⁴⁷ Idem, página 31.

²⁴⁸ Idem, página 44.

²⁴⁹ Idem, página 76.

Mas foi somente no início dos 1960 que as ações se tornaram conjuntas, no sentido de agregar a feira a estas transformações. A seqüência de medidas, temperadas pelo sabor dos interesses políticos que iam além da organização espacial propagada, ganhou novo marco com a entrada em cena dos políticos da UDN na prefeitura, após o golpe. Apesar de muitos vereadores, durante o governo do PSD, concordarem com a distribuição de sementes, faziam discursos contrários ao protecionismo de pequenos produtores quando o quesito das propostas pintistas era liberá-los do pagamento dos tributos municipais pelo uso do solo urbano²⁵⁰.

Recorrendo novamente à literatura, através do personagem Antão, um mestiço feirense que não reconhece suas origens negras, Muniz Sodré constrói uma narrativa sobre 1964. Apresenta ao leitor as mudanças ocorridas na década de 1960 por entre discussões feitas pelo protagonista com autoridades locais, figuras tradicionais e nos seus percursos cotidianos, sendo que a inserção do Capelão nas ruas e na vida social feirense é destaque no texto.

Este, por sua vez, é baluarte do discurso da modernização e da nova moral que deveria acompanhar os empreendimentos para uma Feira de Santana atualizada com padrões nacionais de produção e consumo. Os modos de vida locais, a cultura do gado, a arte, a movimentação política juvenil foi renegada e condenada por este símbolo da aplicação da ideologia que deu sustento ao regime militar.

A narrativa recorre por várias vezes ao mês de junho de 1964. O frio das noites feirenses é o ambiente de apresentação da angustia e das incertezas da população local, após a deposição de seu prefeito e o início da aplicação de uma série de normas comportamentais²⁵¹. Os capítulos intercalam o cotidiano a uma fábula sobre um bicho estranho e desconhecido que se rastejava pela cidade, especialmente em suas áreas verdes, o que dá a entender que o bicho que chegou à Feira seria o próprio Capelão.

²⁵⁰ Livro de Atas número 09, páginas 09 a 15, em especial os discursos de Hugo Silva (UDN), que merecem menção em outras análises.

²⁵¹ A Revolução, os milicos que há dois meses tinham derrubado o governo federal com um golpe de Estado e logo depois destituído o prefeito de Feira, estava perseguindo gente séria, prendendo menino de escola no país inteiro. (...) Sem que nem por quê, o serviço de auto-falante de Feira tinha sido fechado, Antão sentia falta dos boleros que amenizavam as tardes modorrentas no centro da cidade. SODRÊ, Muniz. p.21.

A perseguição dos costumes locais por este sujeito é ponto importante no desenrolar de seu texto. A boemia do centro da cidade foi retaliada, ao passo em que o autofalante existente no centro foi fechado. A figura estrangeira do Capelão trazia até mesmo um trabalho diferenciado dos próprios policiais da cidade, surpreendendo a todos com sua truculência discreta e insistente. Toda a atitude dos homens que estavam à frente do poder foi interpretada como algo semelhante ao “cacete-armado. Ali na região cacete-armado era qualquer negócio que se empurrava para ganhar dinheiro”²⁵². “Vejam o caso de Lulu do Boi, que se tornou o homem mais rico de Feira, arrebatando terras dos pequenos lavradores, recebendo favores dos governos, pilhando gado. Hoje se diz capitalista moderno e vive falando em transformar a cidade em zona indústria”²⁵³.

O novo comportamento, na análise sutil da narração de Sodré, é comparado em suas páginas ao período de governo de Getúlio Vargas e sua visita a Feira. A lembrança construída foi a de que o poder era respeitado sem que houvesse forçosas situações de reconhecimento, recebendo as autoridades locais o presidente em casa. Algo estava sendo deixado para trás nos anos 1950.

A convivência com o cotidiano da feira sofreu diretamente a interferência das normas incorporadas pelo Capelão. Este, o Padre, Antão e seus amigos, tinham nas ruas e na feirinha, o palco para os debates principais da narrativa de Muniz Sodré. A passeio, Antão procurou disputar a conversa, num dia de segunda-feira, e transita por entre as mercadorias:

De sacola na mão, optou por inspecionar primeiro a feira das caças, onde se exibiam, moqueadas e enfiadas em espetos, carnes de teiú, juriti, jibómia, raposa. Antão era seletivo quanto a esses bichos: nhambu, sim, que era coisa tenra; codorna, piriri de preferência, que tinha sabor de mato fresco; mas gambá, jacaré, cobra, sariguê, isso não, isso era comida de tabaréu, de gente grossa. Com nhambus e codornas na sacola, ele passou pelas feiras das galinhas, dos peixes, das farinhas, das verduras, das frutas, das louças vidradas, das palhas, chegando afinal à feira do couro, onde faziam volume e cheiro as selas catingueiras, os jalecos de pele de carneiro, as alpargatas de couro cru, as tacas de picar cavalo e jegue²⁵⁴.

Zuão Preto, um personagem por ele criado, vendia as caças na Feira e apresenta as insatisfações dos feirantes com normas detalhistas e aparentemente inúteis, como a proibição da

²⁵² SODRÉ. Op. cit. p. 36.

²⁵³ idem, p. 39.

²⁵⁴ SODRÉ. Op. cit. p.72.

venda de galinhas e outros animais vivos de cabeça para baixo para Antão, que retrucou: *Onde já se vira impor a sertanejo uma bobagem dessa?*²⁵⁵.

E era dessa vez que ele agora falava, contrariado, a Antão. Trouxera algumas [galinhas] para vender na feira e havia feito como sempre fizeram, como todo mundo: as galinhas amarradas pelos pés com palha de coqueiro, seguras pelo feirante de cabeça para baixo. Na descida do caminhão, entretanto, topara com o Capelão, ele e a tropa, que o obrigou, assim como todos os outros feirantes, a carregar as galinhas de cabeça para cima, sob a alegação de que era a forma civilizada e moderna. A consequência era que as aves agora sujavam as mãos e as calças dos feirantes. Uma humilhação. Um transtorno²⁵⁶.

Esta proibição era oficial e constou no Código de Posturas Municipal²⁵⁷. Até que ponto Sodré identificou este projeto, não o sabemos, tanto quanto se a situação de transtorno com as galinhas foi efetiva. No entanto, sabemos que esta regra não vingou.

A reflexão de Muniz Sodré, escrita em 1991, focaliza especialmente o debate sobre golpe ou Revolução que teria percorrido as conversas entre os brasileiros imediatamente no ano de 1964. O mês de junho, pouco tempo após o golpe seria, na sua ficção, o momento de reflexão sobre a economia, as práticas sociais já estabelecidas frente a novos moldes produtivos e novos comportamentos exigidos. Neste sentido, Muniz Sodré percebe o código de posturas num conjunto amplo de mudanças em Feira de Santana, em alegorias que podem dar conta da reflexão sobre o golpe como um todo, mediante a caracterização de uma modernização autoritária. Mas, para Sodré há um grupo em específico que o incomoda, no modo político de operar tantas mudanças: osudenistas.

O autor não esconde a antipatia aos udenistas no decorrer da narrativa, o que aparece nas falas dos personagens sobre antes e após o golpe. Ser udenista significaria assim, apoiar a ideologia liberal da UDN ou ser filiado a ela. Se o início dos anos 1960 pode ser tratado como marco de mudanças no cotidiano do feirense, o primeiro governo do período militar conseguiu demarcar território com uma industrialização como projeto político, fundamentada na mudança das relações empresariais, crescimento de clubes associativistas e da atuação da imprensa neste sentido. Não necessariamente a UDN era o carro chefe da transformação, mas a escolha do representante do projeto frente ao executivo, neste caso, seria crucial, tendo a UDN construído o caminho mais adequado.

²⁵⁵ idem, p.75.

²⁵⁶ idem, p.74.

²⁵⁷ 1967.

3.2 – A construção do Plano Diretor/PDLI, do Código de Posturas Municipal e do Projeto Cabana.

Entre 1967 e 1969, a formulação dos projetos do Plano Diretor, do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1967), do Projeto Cabana (1968) repercutiu como estratégia encontrada pelo governo da Arena para uma mudança substancial na produção econômica de Feira de Santana e da sua organização urbana.

O papel do Governo João Durval Carneiro se impõe nas memórias sobre o planejamento da cidade como um momento da história feirense em que foi possível aos poderes locais articularem suas metas com as federais. Depois do governo de Joselito Amorim, as forças políticas locais procuravam se restabelecer em mudanças de partido, novas alianças e preparação do aparato do governo municipal, enfatizando a composição da Câmara Municipal. Assim, foi no segundo governo pós-ditadura que os grupos mais conservadores de Feira de Santana conseguiram levantar um nome, o de João Durval, para ser prefeito de Feira, após rearticulação política feita então na ARENA. Para Diego Carvalho, João Durval, mais que um projeto modernizador, empreendia um projeto inter-classista de agregar os setores dominantes feirenses. Tal objetivo se fez sobre a memória negativa da Prefeitura, liderada por Francisco Pinto²⁵⁸.

Ao assumir o governo, ações foram voltadas para a consolidação do regime e de um padrão urbano atualizado para a cidade e de investimentos no setor industrial. Destacamos então período de 1967 a 1971 como um tempo de elaboração e fomentação de táticas de interferência de caráter urbanístico em Feira, como montagem de secretarias e comissões específicas.

Com a produção do Plano Diretor da Cidade, a prefeitura de Feira de Santana deu os primeiros passos na regulamentação das práticas econômicas, integradas à atividade escolhida como carro chefe: a indústria. Percebemos que o Plano Diretor inaugurou uma série de leis para ajustar não só o conjunto das atividades produtivas do Município, mas as práticas populares no centro da cidade, como os hábitos nas vendas de alimentos, o aspecto dos estabelecimentos comerciais, os locais de lazer permitidos ou não no centro de Feira.

Competindo com a capital baiana ou ajustados a modelos de produção e circulação de Salvador, os empresários de Feira de Santana divulgaram, desde 1967, a necessidade de recepção,

²⁵⁸ CARVALHO, Diego. O futuro do presente: uma cidade para o progresso ou um progresso para a cidade em João Durval Carneiro (1967-1971). Projeto de Pesquisa . Mestrado em História, UEFS, 2009.

por parte do Município, de empresas de maior porte. Vale ressaltar que Feira foi a primeira cidade do país a formular tal Plano de Desenvolvimento Local (1967), que se tornou exemplo para governos de outros estados, recebendo o então prefeito a visita de autoridades públicas interessadas em conhecer tal projeto, além, é claro de representantes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. O pioneirismo de Feira fomentava curiosidades externas e empolgou empresários locais, o que fez crescer a fama do prefeito João Durval como importante empreendedor no interior da Bahia²⁵⁹. Nos anos seguintes, por mais de uma vez, *aprincesa do sertão* foi escolhida como cidade modelo para estudos federais sobre mercado de abastecimento alimentar, população, desenvolvimento, agricultura e indústria²⁶⁰.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado entrou como passo organizador da oferta de uma infraestrutura que normalizasse estas atividades dentro do espaço urbano, sem exterminá-las, mas garantindo o fim de sua autonomia frente a outras atividades de maior concentração de renda. Sobre seus fins, o PDLI indica:

que as perspectivas regionais de crescimento econômico e das relações destas com a cidade sejam coerentes e se compatibilizem entre si, e, segundo, promover o aumento da renda urbana, através do crescimento das atividades econômicas e de ocupação para mão de obra, aproveitando o potencial da mão de obra marginalizada, que cresce em intensidade maior que a oferta de emprego²⁶¹.

O PDLI, da gestão João Durval objetivava possibilitar a criação de locais próprios para cada atividade, evitando conflitos entre setores de atividades econômicas e sociais e permitindo o crescimento racional da cidade²⁶², delimitando áreas destinadas ao lazer, ao comércio, às igrejas. Como exemplo, podemos observar as plantas do Centro Social Urbano e da Universidade Estadual de Feira de Santana, que possuem na sua própria arquitetura a tradução da racionalização destes espaços.

As ações fiscais foram passadas para as mãos dos agentes municipais, como a cobrança das taxas e multas e confisco de mercadorias irregulares. Definia-se quais eram os tipos de negócios que pagavam taxas: edifícios do centro da cidade, terrenos, produtores industriais, comerciais e agropecuários, e, neste sentido, definiu-se o imposto a ser pago pelo vendedor ambulante.

²⁵⁹ O prefeito João Durval recebeu na última terça-feira a visita (...) do seu colega de Curitiba, capital do Paraná (...) Na oportunidade o ilustre visitante (...) afirmou que o pioneirismo de Feira de Santana alcançou tamanha repercussão no Sul, que o trabalho aqui poderá servir de modelo (...) Jornal Folha do Norte, 9 de Agosto de 1969.

²⁶⁰ Diretor da SUDENE veio conhecer Feira de Santana. Folha do Norte, 9 /08/ 1969; Entre outras cidades, Feira é a escolhida. Jornal Feira Hoje, 13 /07/1974.

²⁶¹ PLDI, Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 1969.

²⁶² Idem.

“o cadastro dos prestadores de serviços de qualquer natureza compreende as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço sujeito à tributação municipal”²⁶³. No arquivo Público, é possível ver nas fichas de cadastro destes contribuintes, sujeitos diversos, que utilizavam o centro da cidade para realização de suas atividades econômicas, na qual estavam envolvidos também os feirantes. Os pontos de vendas não fixos eram contribuintes municipais, diga-se de passagem, responsáveis pela maior parte da arrecadação dos impostos urbanos do município. Para os engraxates, por exemplo, havia isenção de taxa e o valor a ser pago foi definido de acordo com o produto e quantidade a ser vendida.

A especificação da taxa de imposto para cada tipo de mercadoria nos permitiu uma aproximação com os tipos de produtos vendidos pelo comércio ambulante em geral, ao lado da feira de alimentos: armarinho e confecções, artigos do Norte (rendas), confecções em geral, bijuterias, brinquedos, cereais, calçados, doces, frutas nacionais e estrangeiras, fumo, cigarro, charutos, gêneros alimentícios (tempêros, etc), louças, ferragens, artefatos de plástico, vassouras, palhas de aço, espanadores, massas, gravatas, lenços, chapéus e muitos outros.

Ao declarar-se o pagamento do imposto, o feirante especificava se sua barraca era de frutas, de verduras, de comida e bebida, enfim, informações que eram relatadas na ficha de pagamento e a partir da qual se lançava o valor do imposto. Além das barracas, que eram *estabelecimentos comerciais não fixos*, mas que eram permanentes, havia aqueles não fixos considerados eventuais. Esta categoria de identificação, para a Prefeitura, dizia respeito às pessoas que instalavam suas bancas de venda em épocas de festas, missas, micaretas e demais e pagavam também licença pelo tipo de produto que vendiam. Os vendedores de frutas e verduras eram os que pagavam os menores percentuais de impostos, por conta do valor de suas mercadorias e pela necessidade do consumidor (para não encarecer os produtos).

No cadastro, a declaração do ponto de vendas que consta no campo “endereço” não necessariamente corresponde ao local de trabalho real destas pessoas. Algumas pessoas declararam os seus pontos de venda como endereço e outras declararam endereço residencial. Pagavam impostos por vários estabelecimentos móveis e outras tinham atividades cadastradas na Prefeitura que não a de vendedor ambulante.

Uma vendedora de doces possuía uma banca de jornais fixa, por exemplo, ou um dono de bar era também vendedor ambulante. Entre os vendedores ambulantes,

²⁶³ Idem,

não sabemos ao certo quantos eram os feirantes de alimentos. Pouquíssimas são as pessoas que se registraram como donos de barracas e passaram informações como as de que *dono de barraca de verduras*, ou *vendedor ambulante de frutas e verduras*. Estas pessoas pagavam o mesmo valor que “vendedores autônomos”, como vendedoras de cosméticos e outras mercadorias ou representantes de vendas que se cadastravam diante da falta de uma carteira de trabalho.

Os sentidos que estas pessoas encontravam para pagar estes impostos eram vários. Entre 1967 e 1973, anos em que encontramos alguns feirantes nestes cadastros, a feira foi liberada no centro da cidade, o que significa que, tendo pago o imposto solicitado, os vendedores e vendedoras não seriam autuados pela fiscalização, ou no máximo poderiam negociar melhor a sua retirada de um local para outro em prol da disposição das barracas encaminhada pelo poder público.

Em 1967, o código de posturas Municipal proíbe também “batuques congados”²⁶⁴ sem autorização prévia, propagandas feitas com bombos, cornetas, com uso de fogos de artifício ou que provocassem ruídos, o que era típico do comércio ambulante da feira. É certo que, dentro da organização comercial, estas são medidas comuns quanto aos excessos de propaganda e poluição sonora da cidade, mas naquele momento ficava claro o incômodo e a imputação da pecha de ilegais para a maioria das atividades realizadas pela população que vinha da roça para a cidade trazendo suas práticas, através da criação de animais em quintais e plantio de hortaliças no perímetro urbano. O uso do autofalante nas feiras livres foi igualmente proibido, como um veículo que permitia avisos diversos aos feirantes e consumidores, sobre ofertas, propagandas de pontos de vendas e música. Esta prática veio a retornar muitos anos após. Ocorreu também a proibição de circulação do típico carro-de-boi, bem como do trânsito de *animais bravios*, que distraíam compradores e amedrontavam senhoras e crianças com as correrias que provocavam com suas fugas no centro da feira. Práticas de divertimento na feira foram cerceadas, como *apresentação com feras*, o que geralmente ocorria, quando artistas utilizavam cobras em apresentações que agregavam muita gente em volta. A lei nº 518 de 6 de janeiro de 1967 proibiu queima de lixo, lavagens de roupas em chafarizes e tanques públicos da cidade, sujeiras provocados pelo gado. Assim também, regulamentou padrões para vendas de alimentos em

quitandas e mercadinhos, como a necessidade da limpeza de estantes, além de estabelecer um padrão de conduta com a alimentação nos bares e restaurantes. Para os feirantes, o Plano já pretendia que estes dispusessem suas mercadorias em lonas limpas, tabuleiros e mesas apropriadas, e não no chão como ocorria algumas vezes²⁶⁵. As condições precárias de realização da feira foram apresentadas na sociedade como impróprias.

A venda de alimentos nas quitandas tinha normas detalhadas e o não cumprimento colocava os donos dos estabelecimentos em condições de apreensão de mercadorias e fechamento das vendas. O divertimento público também passava por um sistemático controle. Sobre o carnaval, por exemplo, ficava proibido o uso de água para borrifar nos transeuntes.

Com relação ao comércio de rua, dois pontos podem ser destacados. Primeiramente, a relação com o trânsito, do empachamento de calçadas e impedimento da circulação dados pelas vendas ambulantes, carga e descarga de mercadorias²⁶⁶. A tolerância máxima para descarga na via pública era de três horas, o que passou a dificultar a permanência de caminhões durante todo o dia na feira. Também, neste quesito, se destacaram as práticas das pessoas que vinham à cidade conduzindo animais e os amarravam nos postes, o que passou a ser proibido. Conduzir cestos ou volumes de grande porte nas calçadas também não era mais possível, de acordo com a Lei, algo que é constante na cidade que tem milhares de trabalhadores que se mantêm nas feiras de rua.

Outro ponto é a especificidade de uma seção para trato do comércio ambulante. A estas pessoas era impedida igualmente a livre circulação nas calçadas e seu funcionamento era liberado em horários especiais. Assim como o barbeiro poderia abrir seu ponto nos domingos, por conta da clientela, os varejistas de frutas, legumes, ovos, verduras e aves poderiam permanecer na rua até às 20h, “por motivo de conveniência pública”²⁶⁷, o que demonstra a necessidade por parte da Prefeitura de controlar as atividades do local aomesmotempo, a manutenção de horários já adequados ao costume feirante. Por último, vale ressaltar que os pesos e medidas foram determinados pela fiscalização municipal e estadual e, ao invés de uso de pesos de madeira e outros materiais (costumava-se usar até mesmo pedras na feira), era instituído o uso de pesos de metal nas balanças.

Foi proibido “conduzir animais com a cabeça para baixo, suspensos, pelos pés ou asas, ou em qualquer posição anormal, que lhe possa ocasionar sofrimento (sic)”. Apesar da medida,

²⁶⁵ Prefeitura Municipal de Feira de Santana, Lei nº 518/ 1967.

²⁶⁶ Art. 87 é proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

²⁶⁷ Art. 178.

ainda hoje é comum encontrar vendedores de galinha circulando com tais frangos de ponta-cabeça no centro de Feira de Santana... Também as famosas apresentações com cobras na feira livre, que chamavam a atenção dos turistas, desde então, foram proibidas.

A referência à harmonia paisagística da cidade foi o ponto nevrálgico daquele código. Se realmente seus elaboradores estariam preocupados com o bem estar da população, após um maior controle e planejamento do uso do espaço da cidade, não o saberemos. Mas sabemos que tais medidas vinham acompanhadas de sistemáticos estudos sobre as formas de vida e trabalho da população da cidade, em especial dos trabalhadores *informais*, da necessidade de associação entre produtores e negociantes no mercado da cidade e na alteração de modos de venda do mercado.

O Código de Posturas Municipal é a Lei que veio a dar conta durante muitos anos da necessidade de policiamento do espaço público diante do crescimento da população. Se os feirantes tornaram-se grande alvo das medidas, também o comércio de mercadorias em grande porte precisou se readaptar lentamente para o desembaraçamento do trânsito no momento de carga e descarga de mercadorias, o que o projeto denominava de empachamento das vias públicas e obstrução da passagem, que há muito eram alvos da crítica da imprensa. De maneira interessante e, dialogando com projetos de Lei anteriores, o Código de Posturas foi obrigado a manter o horário diferenciado para o comércio de frutas e verduras da feira livre. Não encontrando justificativa legal adequada, o texto do projeto definiu como *conveniência pública* o motivo pelo qual os vendedores destes produtos poderiam ter outro horário para suas vendas de rua. Obviamente, a feira havia instituído seu horário próprio, sobre o qual a Prefeitura não conseguiu incidir completamente, sendo mantido dentro da própria legislação.

Apesar de agir sobre os costumes da feira livre que estiveram enraizados no cotidiano dos bares, no jogo do piú, na venda de ervas e nas apresentações públicas de uso de facas e outros utensílios, práticas de chamamento de clientela que provocavam barulhos ensurdecedores aos ouvidos dos comerciantes lojistas, enfim, o código de 1967 não interferiria na realização da feira no espaço público central. Ali eram os feirantes que protagonizavam a movimentação das segundas-feiras e sábados.

A cobrança tributária regulamentada também ainda não dava conta de controlar a feira. Observamos queixas na imprensa quanto ao vai e vem de carregadores nas calçadas, vindas principalmente dos comerciantes lojistas e da população quando em geral quando dizia respeito à descarga feita pelos caminhões nas proximidades das atuais ruas Marechal Deodoro e

Conselheiro Franco, mas não há uma proibição do uso das ruas pela feira. Há sim, um cerceamento das práticas ali enraizadas e que já incomodavam o comércio lojista.

O poder de polícia, legalmente aplicado para o controle dos *costumes* foi ampliado. O zelo pela conduta em espaços públicos faz parte de códigos municipais e esse instrumento foi aprofundado. A fronteira entre o permitido, diante do legado dos anos da feira, e a chegada de uma nova regra, posta no jogo de disputa dos espaços da cidade, foi clara na transcrição de uma lei para regulamentar estas relações.

Para Alexandre Fortes, uma cultura política é produzida na relação entre diferentes classes mediante a instituição de uma lei. Tanto classe dominante como classe dominada partem do mesmo ponto de partida para reivindicar a melhor forma de aplicação: costumes compartilhados num terreno de relações sociais específicas. A lei passa a se proclamar imparcial e defensora de direitos costumeiros, mas as classes pobres compreendem este direito de uma outra maneira.

É nesse sentido que Thompson advoga o uso da idéia de costume, preferencialmente a tradição ou cultura popular. Busca assim evitar a idéia de permanência que tende a ser associada à primeira quanto à visão de sistema ordenado (e mesmo de consenso) sugeridos pela segunda. O costume seria antes um conjunto de recursos e um campo de conflito (mesma definição dada para o direito em O Domínio da Lei) utilizado correntemente à época tanto para se referir ao que hoje costuma ser designado cultura como a Common Law (que em português recebe o triste nome de Direito Consuetudinário)²⁶⁸.

As práticas sobre as quais a fiscalização atuou refletem o universo dos costumes dos feirantes no mercado. A própria lei é processo gradativamente disputado e doloroso para as partes envolvidas. Ao estudar a criação dos delitos florestais e a sua determinação como crime nas florestas inglesas do século XVIII, Thompson nota os motivos que incitaram o acréscimo de vários crimes nas punições da Lei Negra, em 1723. Havia outras condutas florestais que seguiam na maioria das vezes o ritmo dos próprios animais, plantas e curso das águas do Tamisa. As práticas ilegais eram regulamentadas ou pelo costume ou por acordos tácitos.

(...) ou eram tácitas, mas perfeitamente entendidas e sancionadas pelo costume, como a seleção de eventuais cervos para uso pessoal, total liberdade com a madeira, caça miúda e pasto; outras ainda eram o soldo de uma corrupção tradicional (venda de veação às escondidas por conta própria ou aceitação de propinas, como pagamento pelo silêncio, de caçadores clandestinos)²⁶⁹.

Contudo, os entendimentos entre os usuários das florestas sobre como deveriam se portar vinham sendo cada vez mais raros. Predação indevida de cervos, colheitas de trufas, além de

²⁶⁸ FORTES, Alexandre. Op. cit.

²⁶⁹ THOMPSON, E. P. Senhores e Caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

fazerem-se clandestinamente, como sempre ocorreu, passaram a extrapolar os limites do ponto de partida do capitalismo, a propriedade privada. Entre senhores, agricultores, caçadores, aquelas regras tácitas já se superavam frente ao cercamento de terras e novos parâmetros para a negociação do uso de florestas eram acrescentados no entendimento da Lei.

Thompson inclusive alega que a própria guarda florestal foi sujeito diretamente envolvido na interpretação dos costumes e condução da lei. Não há nesta análise de Thompson uma descoberta milagrosa, pela história social do direito, de um modelo para interpretação na história da construção de leis. Ainda mais porque o caso inglês resguardava peculiaridades especiais no que concerne por exemplo à importância do status naquela sociedade. Encontramos sim, num caso resgatado por Thompson, a relacional elaboração das instituições sociais como um processo conflituoso, no qual as classes subalternizadas não agiram pacificamente e ainda, o fator instituição da lei como instrumento de dominação de classe e legitimação de projetos de sociedade: enfim, mais uma vez, em um outro texto, as pesquisas do marxista inglês são ponto de partida para a reflexão sobre a desigual situação dos sujeitos históricos perante o avanço de formas novas de produzir riqueza. Neste horizonte, trace reflexões para pensar as relações entre feirantes de alimentos, comerciantes lojistas, grandes comerciantes atacadistas, chefes dos poderes públicos e fiscais tanto da prefeitura como de órgãos de controle (de peso e medidas, órgãos de saúde, etc) durante a institucionalização de um local de permissão para a realização da feira e a *ilegalização* das tradicionais atividades de rua.

A seleção de práticas condizentes com o momento do planejamento, no governo João Durval, teria ainda que passar pelo filtro das disputas no chão do centro da cidade e esbarrar-se com o dia a dia da feirinha. O Código de Posturas Municipal e O Projeto Cabana, concomitantemente elaborados, davam conta, assim, de dimensões diferenciadas deste processo. Agindo sobre todas as práticas de rua e atuando especialmente sobre o espaço público, o primeiro vigiava a feira sob suas próprias condutas, como no caso do horário diferente para a venda de frutas e verduras. Já o segundo deu o pontapé inicial para alterações que se pretenderam mais profundas. Direta ou indiretamente, restava saber, no final do governo João Durval Carneiro, como realizar, que implicações teria, com que forças contar e com quais verbas fazer o Projeto de construção de um Centro de Abastecimento em Feira.

Após o Código de Posturas, a Prefeitura veio, a partir de outros estudos já realizados – como o Plano de Desenvolvimento Local, o Plano para construção do Centro Industrial do Subaé,

programações da Ancarba (serviço de extensão rural da Bahia), “além de outros estudos e documentos não publicados e de circulação restrita”²⁷⁰ – a sistematizar o projeto de concretização de um vínculo capitalista mais proveitoso entre o campo e a urbanização da cidade, que só viria a ser posto em prática na década de 1970. O projeto não só elegeu a feira livre como foco das atenções desta organização, como avaliou o crescimento do aproveitamento das terras do município para criação e plantação não somente voltada para a subsistência. Para tanto, criaria uma *estrutura e mecanismo de comercialização dos produtos agrícolas* que superassem a infraestrutura e equipamentos da cidade que já estariam *obsoletos*.

O Projeto Cabana programou várias novidades para o mercado de alimentos da cidade. Em conjunto com os Projetos que o fomentaram, citados anteriormente, visou garantir mudanças que beneficiaram muito mais o grande produtor do que os comerciantes menores e os trabalhadores oriundos da agricultura familiar, como havia acontecido no governo Arnold Silva e Francisco Pinto. Era preciso garantir outro modelo de mercado para Feira de Santana, baseado agora na distribuição em grande porte dos produtos alimentícios. Também, há que se considerar que, anteriormente, a Prefeitura não havia formulado uma diferenciação de espaços internos para os trabalhos dos feirantes, interferindo diretamente nos costumes da feira de disposição das barracas, com sua organização própria. O Projeto previu galpões específicos para cada tipo de mercadoria vendida e direcionou uma pequena área do espaço para a feira de alimentos, oriunda da agricultura familiar e dos trabalhadores urbanos que distribuía em pequenas quantidades os produtos que chegavam nos caminhões à cidade. Toda a rede de interdependência entre a grande produção, de feijão, de tomates, por exemplo, com o comerciante menor para chegar na mesa do consumidor, foi então regulamentada através de uma estrutura de carga e descarga para os caminhões das diversas regiões do país e de um mercado interno agregado a esta produção.

Jacira Santos nos contou sobre a venda a retalho do feijão, experiência típica de vendedores que trabalhavam com a distribuição do feijão que chegava em atacado na cidade. Estas pessoas se diferenciam dos pequenos produtores no que concerne a origem dos produtos, mas ocupam os mesmos lugares nas ruas e no Centro de Abastecimento. Normalmente nas escadarias do local, as mulheres costumam ainda hoje debulhar o feijão de corda, sendo ele *direto da roça* ou comprado ali mesmo. Espalhando-se pelas várias feiras e ao lado do comércio dos

²⁷⁰ Projeto Cabana. Prefeitura Municipal de Feira de Santana. 1968.

supermercados, outros grupos, neste caso mais destacadamente vindo dos distritos, se instalam na rua Marechal Deodoro, na Estação Nova, no mercado do Tomba e da cidade Nova. Geralmente acompanhando os comerciantes e as comerciantes de farinhas.

A gente trazia o saco e começava a vender os ..., vender os molhos, eu vendia essas coisas assim na rede, naquele tempo era mais na rede, não era na bacia, era na rede. Era (a feira) como essa. Segunda, Sábado, Quarta e todos os dias ao mesmo tempo. O dia mais forte era dia de hoje (segunda) e dia de Sábado. Vendia lá mesmo, por lá mesmo. Eu sou daqui do Tanque da Nação. O feijão vem de fora, dos interior, da roça. O saco é quinze real, aí eu fico vendendo aqui. Sempre comprei o saco, sempre comprei mercadoria, às vezes eu tou trabalhando com tempero seco, eu corto, porque eu moro aqui mesmo no Tanque da Nação²⁷¹.

Dia de domingo tinha a feira na estação nova, então quem tinha ponto aqui, levava para a estação nova, como ainda hoje levam. Tinha os bairros, aí eles levavam, como ainda hoje levam. Rua Nova, Tomba. Aquele povo que chegava de fora noscaminhão²⁷².

Todo este comércio ia se redefinindo espacialmente, mas muito da interdependência entre os circuitos maiores e menores de venda foram mantidos.

O planejamento sistematizado no governo de João Durval Carneiro só voltou a ser discutido nos anos de 1973 e 1974, em avaliações técnicas que já projetavam a sua conclusão. Segundo o projeto, dada a desarmonia entre as atividades econômicas tradicionais e a indústria, as mudanças no setor agropecuário e na forma de comercialização de produtos alimentícios, foi necessário visar uma maneira de interferir na transição *de uma economia de subsistência para uma economia de mercado*, o que exigia a construção de *terminais receptores de produção*. Assim, Feira deixaria de ser um mercado atacadista-varejista, para se tornar um *mercado expedidor rural*. Em outras palavras, os bens de consumo que iam direto para a mesa da população, pela feirinha, foram deslocados para grandes empresas comerciais e grandes comerciantes. Ficava, aos poucos, para as redes de supermercados esta função, sendo o Centro de Abastecimento o local atacadista de trocas entre eles e os grandes centros produtores.

Outro ponto do Projeto era o objetivo de eliminar os intermediários. Sobre a produção do feijão, constatava que: “60 por cento da colheita vai para atacadistas e 40 por cento são comprados por intermediários desses mesmos atacadistas”²⁷³ e vendidos nas feiras livres. O Projeto viabilizaria que o Centro de Abastecimento fosse o local de passagem por excelência desta produção, antes de circular no comércio e chegar à mesa do trabalhador.

²⁷¹ Depoimento de Jacira Ribeiro dos Santos. Op. cit.

²⁷² Depoimento de José Santos, Op. cit. Refere-se a relação dos feirantes do centro da cidade com as demais feiras.

²⁷³ Projeto Cabana. Prefeitura Municipal de Feira de Santana. 1968.

O governo da Bahia sistematizou as ações em 1974 por regiões administrativas. Neste esquema, Feira de Santana seria a Região Administrativa número dois (RA 02), formada por Santo Estevão, Irará, Ipecaetá, Coração de Maria, Ipirá, Antonio Cardoso, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Ouriçangas, Pedrão, sendo, no período ainda, esta a área de produção de fumo mais importante da Bahia. O produto dava destaque a esta região nas exportações primárias baianas. A lavoura para comércio do milho e do feijão enumerava a RA02 como quarta em importância na Bahia. Trabalhando com estas regiões, o governo da Bahia visualizou as zonas produtoras de porte superior à cultura para “subsistência”. A “Ceasa” como serviço de comercialização da Sudene, era a principal frente de atuação para melhor racionalizar os fluxos comerciais do produtor ao consumidor. Definia-se como:

- a) Agentes comerciantes primários: aqueles comerciantes que conseguiam reunir a produção de pequenos e médias propriedades em *carradas*, ou seja, a quantidade suficiente para encher um caminhão ou uma caminhonete até o mercado. Estes seriam conhecedores das atividades dos lavradores e sua ação muitas vezes, responsável pela regulação de preços.
- b) Comerciante de centros de convergência: seriam firmas que compravam dos produtores com a possibilidade de fazer estocagem para em seguida vender a caminhoneiros, ou ainda comerciantes atacadistas.
- c) Caminhoneiros: operando com maior mobilidade e sob diversos tipos de atuação²⁷⁴.

No caso de produtos como o fumo, o controle das Ceasas seria dispensável e agentes de indústrias e beneficiadores atuavam para encaminhar para o exterior. A Ceasa seria uma instituição pública de suporte no comércio, agindo sobre estocagens, padronização, embalagens. Seus objetivos não se voltavam para a pequena produção que encaminhava os vegetais diretamente para o mercado (hortaliças, frutas, aipim, etc.) A Ceasa visou padronizar o comércio de produtos como o feijão, cuja circulação do produtor até a chegada no terminal envolvia uma série de agentes. Não havia venda de feijão ou de laranjas no mercado terminal que venha direto do produtor, por exemplo, o que ocorria com a banana e a mandioca, do contrário. Mesmo em produções maiores, estes vegetais são comercializados por agentes que produzem e distribuem nos mercados. As metas das Ceasas, sustentadas em pesquisa da Ancarba (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia), eram mencionadas pelo Projeto Cabana como ponto de trabalho.

²⁷⁴ Governo Antônio Carlos Magalhães. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Planejamento - CPE ~~Análise Global da Economia Baiana. Diagnóstico. Volume 2.~~ 1974 Governo Antônio Carlos Magalhães. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Planejamento - CPE

A distribuição em pequenas quantidades tornava-se motivo de preocupação dentro deste circuito. Ao contrário do que implementavam os governos anteriores de Francisco Pinto, ou de Arnold Silva, a política do governo João Durval Carneiro não visava nenhum tipo de protecionismo com relação aos pequenos produtores rurais que viviam das feiras livres. A tendência era que estas pessoas passassem a ser cada vez mais espremidas pelo avanço da produção rural de grande porte e que no mercado o seu papel fosse diminuído. Assim também, os vendedores e vendedoras de Feira de Santana, sede, que viviam daquela feira comprando de atacadistas, ocupavam postos do mercado de trabalho urbano não planejados pelas políticas então sistematizadas para a economia local. O comércio organizado e a indústria seriam os carros chefes do Plano Diretor, que chegou, até mesmo, a mencionar que as áreas rurais de Feira não teriam tendência a produção de alimentos e sim, para pastagens, numa clara demonstração de busca de legitimação de uma cultura local de comércio e latifúndio. A potencialização da economia local não incluía o investimento nos pequenos produtores rurais dos distritos. Vale ressaltar que a produção de porcos, galinhas, hortaliças e outros, nos fundos de quintal da cidade, já era controlada desde 1967.

Aos poucos, juntamente com calçamento de ruas, iluminação pública, e outros aparatos infraestruturas da urbanização, foi sendo renegada à Feira de Santana rural que ainda existia na sede. O trabalhador do distrito que precisava do mercado para sobreviver veio a ser empurrado para fora da sede comercial moderna. Suas carroças, até hoje presença cotidiana no trânsito de Feira, foram acusadas de embaralhar o trânsito, seus modos de vida, de enfeiar as calçadas que recebia consumidores ávidos pela moda e os produtos por ele vendidos, de não serem adequados.

O conjunto das pessoas que faziam a feira de alimentos, em torno da qual se agregavam as mais diversas outras feirinhas (de utensílios para o lar, de carne, de ervas, etc), foram denominados de *ambulantes estacionados*, pois cada vez mais fixavam suas bancas em locais do centro da cidade, demarcando territórios do qual se apropriavam sem pagar os devidos impostos. Para estes vendedores, no Projeto do Centro de Abastecimento foi direcionado o *espaço da feira livre*, sem necessariamente uma demarcação de área para barracas. Um local amplo, mas pequeno para a demanda de feirantes. Assim também, havia local específico para o mercado de carne verde no projeto. Mas eram os atacadistas que dispunham de maior área, proporcional no ponto do Centro a ser construído, adquirindo barracas que mais tarde puderam ser vendidas, trocadas ou alugadas.

3.3 – A lei e o corpo a corpo com osfeirantes

Com a definição das metas, estava em jogo, assim, a tradição comercial de Feira de Santana. Esta veio a ser a principal pauta da imprensa local, especialmente após a fundação do jornal Feira Hoje, em 1970. Marco para o início da década, este veículo tornava-se também instrumento de debates entre os setores comerciais da cidade. O comércio da sede crescia, com a quantidade de vendedores, movimentação comercial. A mesma feira que gerava um fluxo grande de pessoas nos dias de segunda-feira, incomodava o trânsito de pedestres consumidores.

Acompanhamos alguns atos do executivo e do legislativo na condução das mudanças no conjunto da economia feirense. O debate que veio a ocorrer na imprensa a respeito da manutenção ou não das tradições comerciais feirenses, mediante novos investimentos, revestia-se de um tom mais retórico do que os atos da CâmaraMunicipal.

Logo após o governo de João Durval, o terreno de implantação do Centro Industrial do Subaé não havia sido pago e a prefeitura solicitou para a Câmara Municipal a aprovação de um empréstimo, algo que causou alguma discussão a respeito da conduta da modernização da cidade. Houve posições contrárias, quanto ao recebimento de capitais extra municipais em troca de beneficiamento de indústrias sulistas, às quais muitos empresários feirenses já haviam se associado. A dúvida era se havia possibilidade de busca de capitais no Município e no Estado, em prol de uma menor dependência com estas associações. Diante da contração de recursos no Banco Campina (2 milhões de Cruzeiros), o vereador Noide Cerqueira alegou alguns receios. Depois, novo parecer foi apresentado pela Câmara, justificando o empréstimo.

Quanto ao mérito, é o mesmo oportunismo, uma vez que visa única e exclusivamente assentar as bases para acelerar o desenvolvimento de Feira de Santana, que é um desejo não somente do executivo municipal, mas de toda a comunidade feirense que aspira ver Feira de Santana na vanguarda dos municípios baianos e quiçá do norte e nordeste do país²⁷⁵.

²⁷⁵ Parecer 111/1971. Câmara Municipal de Feira de Santana. Livro de Atas n 4, página.

Durante o início do governo Newton Falcão, muitas foram as solicitações de verbas para quitar com as investidas do governo João Durval, como por exemplo, despesas com empresas como a Philips, Almeida Land e Pneus King, no pagamento de instalações elétricas para que estas viessem a permanecer em Feira. Muitos terrenos foram comprados nas margens da BR 324 para que fábricas selecionassem Feira de Santana como local de sua instalação.

Tudo isto nos interessa no sentido de que foi também nestes embates em busca de investimentos, externos ou não, que o executivo municipal concretizou a construção do Centro de Abastecimento, como mais um ponto importante para os planos de mudança da economia da cidade.

Ao iniciar uma leitura do governo Newton Falcão, Adnil Falcão mencionou o princípio da década de 70 através de uma avaliação do que a antecedeu.

Junho de 1970: Na liderança do governo do Estado, Luiz Vianna Filho e, do Município, João Durval Carneiro. Feira de Santana, com 190.076 habitantes – 127.105, na sede – vivia um surto de desenvolvimento, favorecido pela ambiência do ‘milagre econômico’. A década anterior havia sido pródiga em investimentos para a cidade – Colégio Municipal Joselito Falcão de Amorim, Colégio Industrial e oficinas do DERBA, SENAI, Fórum desembargador Filinto Bastos, Estação Rodoviária, Parque de Exposições João Martins da Silva, Conjunto Habitacional Cidade Nova, Plano Local de Desenvolvimento Integrado, adutora do Paraguaçu, energia elétrica de Paulo Afonso, Faculdade Estadual de Educação, Núcleo Piloto do Centro Industrial...²⁷⁶.

No início de 1971, a necessidade de implantar o sistema integrado de esgotos e instalações para uma faculdade Feira de Santana foi destacada. As ruas mudavam constantemente de nomes, ganhando os de sujeitos da política dominante, como o empresário João Mendes Costa Filho. O crescimento da população, principalmente por causa do número de migrantes em busca de trabalho, levou muitos problemas urbanos a serem pauta de centros espíritas, associações de bairro, associações protestantes, que visavam atender a demandas não solucionadas pela prefeitura. Muitas destas associações e entidades beneficentes foram reconhecidas neste período. O estatuto do MOC, Movimento de Organização Comunitária, já fundado desde 1967, foi pautado na Câmara Municipal em 1971.

O que ocorreu em Feira, nos anos de chegada da indústria, foi um crescimento do trabalho em setores da construção civil e os empregos diretos não corresponderam a um número que se equiparasse aos números do chamado mercado informal e aos empregos temporários. É sabido que boa parte da classe trabalhadora feirense na época era composta de migrantes e que, no

²⁷⁶FALCÃO, Adnil. Olhares sobre Newton Falcão, 117.

período, a maioria não se encontrava *apta* ao trabalho na indústria e no comércio moderno, segundo algumas entidades que promoviam, na cidade, *formação de mão de obra*²⁷⁷. Empresários e comerciantes articulavam-se no período junto a instituições como as Igrejas e a outros espaços na sociedade civil feirense para organizar programas de especialização para a população feirense, que foram desde projetos de alfabetização a processos educativos específicos para trabalho na indústria e na construção civil. O SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, garantiu cursos de mecânica e eletricidade, juntamente com o SESI, Serviço Social da Indústria. O próprio Sindicato dos Comerciantes forneceu cursos de vendas, para um comércio que construiu outras concepções de atendimento à clientela e de sistemas de crédito.

Mesmo após a construção do CIS e “apesar do notável crescimento industrial observado nos anos 70, o terciário continuaria sendo o setor mais importante da economia feirense”²⁷⁸. De acordo com Nacelice, nos anos 70, “o volume de mão de obra empregado no setor industrial pode ser identificado como bastante inferior ao empregado nos setores de comércio e de serviços”²⁷⁹. A densidade populacional entre 1940 e 1970 em Feira de Santana aumentou em 89 por cento²⁸⁰. Da população ativa do Município, em 1950, 1790 trabalhavam com o comércio de mercadorias e em 1970, 8762, do total de 32.720 da população ativa.

As metas do governo de Newton Falcão eram sete e entre elas estava a urbanização da cidade. Em seu governo, a consolidação do que havia sido pensado no PDLI e no Projeto Cabana não ocorreu, por conta de embargos políticos. Houve disputa por parte de João Durval Carneiro, aliado a Antônio Carlos Magalhães, pela concretização dos investimentos no CIS. Terminar estas obras era a grande propaganda almejada no executivo. A partir de 1971, os problemas entre ACM e Newton foram tratados a partir do fato de João Falcão (do jornal da Bahia e parente) ser opositor político de ACM e perseguido durante muitos anos. Segundo a memória da família Falcão, Newton não teve como instalar o CIS, mediante suposta articulação política para estadualização do centro industrial. Os pedidos de empréstimo ao Banco do Nordeste, encaminhados à Câmara pelo governo municipal foram todos negados. A aliança com a Arena favorecia o encaminhamento das

²⁷⁷ FREITAS, Nacelice. 1998.

²⁷⁸ CRUZ, Rossine.

²⁷⁹ FREITAS, NAcelice. 1998, p. 31.

²⁸⁰ Governo Antônio Carlos Magalhães. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Planejamento - CPE Análise Global da Economia Baiana. Diagnóstico. Volume 2. 1974 Governo Antônio Carlos Magalhães. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Planejamento - CPE

propostas, mas o poder de ACM no estado proporcionou o fechamento das portas para investimento no CIS.

A vitória da Arena em Feira de Santana foi consagradora. Além de Newton Falcão, para prefeito, elegeram-se dos candidatos ao Senado, Ruy Santos e Heitor Dias. Para Deputado Federal, Wilson Falcão e para a Câmara Estadual de Deputados Augusto Mathias e Áureo Filho. Para a Câmara Municipal, foram eleitos os vereadores José Manoel de Araújo Freitas, José Ferreira Pinto, Paulo Almeida Cordeiro, Alberto Oliveira, Newton Carneiro, Orlando Leite Freitas, Dival Machado e Jorge Cerqueira Mascarenhas²⁸¹.

Na visão do prefeito Newton Falcão, a mudança do CIS para a órbita do Estado, a médio e longo prazos, deixaria Feira de Santana vulnerável, sem autonomia para desenvolver – após a implantação do Centro – uma política industrial própria, definindo, inclusive, os ramos das empresas que ali se instalaram de acordo com as potencialidades do município. Ficaria também sem autonomia para obter financiamentos próprios e para desenvolver campanhas de promoção industrial específicas, explorando a sua condição de “faixa A” de prioridade da SUDENE, condição que o centro de Aratu, por exemplo, não exibia, equetornavabemmaisatraentealocalizaçãodeindustriasdoCIS²⁸².

O mandato era apenas de dois anos e a prefeitura não era um cargo muito almejado pelas lideranças Arenistas neste contexto. Newton foi, portanto, um candidato local de conciliação. A urbanização em seu governo deu-se, desta maneira em medidas localizadas. Esta superintendência de urbanização surgiu em 1969 e foi o vínculo da Prefeitura para apresentar propostas e realizar pavimentações, construção de salas de aula e diversos reparos de infraestrutura urbana.

Cada vez mais, a feira livre passou a ser o maior foco de discussões, por se espalhar em pleno centro da cidade, entre os motoristas que se esforçavam para conduzir seus veículos por entre cavalos, burros, barracas, lonas e carroças, elementos da roça, do campo. Práticas que passaram a importunar boa parte dos comerciantes lojistas da cidade e outros setores articulados com as novas formas de concentração de riquezas que chegavam à Feira. As medidas em 1971 já soavam.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo atual chefe do governo Municipal, em que pese não ter sido do agrado de uma minoria inexpressiva em número, foi a retirada das dezenas e mais dezenas de barracas que se aglomeravam nos passeios de nossa cidade, enfeando as nossas ruas e avenidas e dando uma valiosa contribuição para que comentários, os mais diversos, negassem o conceito de cidade moderna que Feira de Santana desfruta atualmente²⁸³.

²⁸¹ FALCÃO, Adnil. OP. cit., p.122.

²⁸² Idem. p. 153.

²⁸³ “Barracas”. Feira Hoje, 13/02/1971.

Quando a prefeitura impunha tais modificações, o conflito era inevitável:

Espalhada a notícia da mudança da feira de frutas que a atualmente funciona na Avenida Getúlio Vargas para o lado mercadinho da Rua da Aurora há agora, entre vendedores de frutas e verdureiras, uma pequena confusão. Acontece que todos querem vender sua mercadoria nos lugares que dão acesso à referida rua, achando que, na parte do fundo ninguém vai fazer negócio nenhum. Além disso, alegam que, com o calor do sol, o piso que parece ser de asfalto, vai amolecer e muita gente vai ficar presa ao solo. Mas antes que os vendedores virem a mesa e coloquem as suas bancas a seu gosto e à sua maneira, a Prefeitura está mais ativa como nunca para acabar com essa algazarra²⁸⁴.

O texto do Jornal ironizou os feirantes e deixou transparecer que os vendedores de frutas e as verdureiras preocupavam-se com seus ganhos por estarem sendo afastados do centro do comércio e que a Prefeitura já estava intensificando suas ações de organização da feira. Mas, foi também retrato de um momento no qual os conflitos entre formas de concepção do mercado, organização e montagem da feira de maneira costumeiramente estabelecida entre os feirantes entraram em choque com o modelo organizacional oriundo dos novos interesses comerciais e empreendido nas ações do poder público. A feirinha entrou numa nova fase, na qual os feirantes precisavam então disputar os espaços centrais com a concorrência de outros negócios que apontavam para outra inserção da cidade na economia regional.

O episódio de conflito de um grupo de ceboleiros e ceboleiras que entraram em embate com fiscais retrata este quadro. O tiroteio nas ruas da cidade foi noticiado no jornal Feira Hoje;

Guardas Armados para proibir 'feira da cebola' : A Prefeitura destacou seis guardas municipais para o trecho da Avenida Getúlio Vargas, onde se registrou o tiroteio na última segunda-feira, com a finalidade de proibir a continuação da "feira das cebolas". Pelo que se pode apurar os seis guardas, todos armados, receberam ordens para que não permitissem o descarregamento de cebolas, tanto assim que já havia um caminhão de abóbora colocando mercadoria²⁸⁵.

Entre as vítimas das balas, estavam os comerciantes Francisco Araújo de Silva e seu filho Osvaldo Alves Soares, além do guarda Antonio Santiago Maia. Os feirantes alertaram que ambos foram atingidos por "*balas partidas da guarda municipal e que a mercadoria apreendida*" ainda não havia sido "*devolvida pela Prefeitura*". Sem as mercadorias, alegaram que não poderiam pagar o que deviam ao atacadista de quem compraram as cebolas.

²⁸⁴ Confusão Folha do Norte. 10/07/ 1971.

²⁸⁵ Feira Hoje, 27 /10/ 1973.

Alguns dias depois, os feirantes conseguiram a posse de um terreno na área, na rua Visconde do Rio Branco, cedido pelo Sr. Arnaldo Ferreira Pimentel²⁸⁶ “para que eles pudessem vender seus produtos, já que foram proibidos de fazer na avenida Getúlio Vargas, desde a noite trágica dotiroteio”.

O comportamento de comerciantes tradicionais estava em jogo. Uma publicação do Jornal Feira Hoje mediou as relações entre estes comerciantes, sejam eles feirantes ou lojistas e a modernização comercial.

Atualmente o comércio se encontra em fase de transição, com dois tipos de comerciantes bem definidos. Uns que buscam manter a tradição. Esses vivem presos ao passado. Mantém o seu comércio praticamente estagnado, relacionado à velha clientela, preso a laços de amizade. O outro tipo de comerciante acompanha bem de perto as novas técnicas de venda, estabelece custos, monta uma administração compatível com a hora presente e recorre aos mesmos métodos utilizados nos grandes centros²⁸⁷.

O jornal, na ocasião, trouxe textos que convocavam os lojistas feirenses a se filiarem à Associação Comercial, demonstrando um relacionamento próximo com os empresários. O que importa aqui é verificar que, no texto do jornal, a tradição aparece como algo “velho”, arcaico, em discrepância com a modernidade almejada. E nesta visão, o lugar da feira era sempre citado²⁸⁸. Em tempo, fica perceptível que a relação das classes dominantes locais com as transformações não foi igualmente indicada.

As edições comemorativas do Jornal Feira Hoje sempre recorrem às “origens” da cidade, para mostrar que a cidade teria “passado por várias fases: cidade agropecuária, cidade comercial e – o novo caminho – cidade industrial”. Era preciso que se fizesse “um trabalho arqueológico, de desenterrar as velhas manifestações de sob os escombros que os novos hábitos e costumes ajudaram a acumular, limpá-las, dar-lhe brilho”²⁸⁹. A importância da feira estava no passado. Ali, na nova Feira, ela representava a lembrança das suas origens comerciais.

Como todos os grandes e médios centros, foi possível constatar, através da imprensa do período, um aumento significativo no número de casas à venda na área do comércio. As conhecidas Rua do Meio e Rua de Aurora, onde moravam muitas famílias, passaram a ser ruas

²⁸⁶ Particular cedeu terreno para a feira de cebola. Feira Hoje, 10 de Novembro de 1973.

²⁸⁷ O Comércio fez História. Feira Hoje, 05 de Setembro de 1973. (grifo meu)

²⁸⁸ Segundo texto do Jornal Feira Hoje, após a construção do CIS, houve um choque de mentalidades entre empresários do Sul e setores ligados à agropecuária segundo o editorial, base de uma economia do século passado. Feira: Industrialização como Processo de Desenvolvimento, Feira Hoje, 1973.

²⁸⁹ Feira quer entrar na era do turismo. Com que roupa?. Feira Hoje, 05 de Setembro de 1973.

comerciais. Bancos²⁹⁰ e lojas foram erguidos onde antes havia residências que lembravam o passado pastoril de Feira. A estruturação da Superintendência de Urbanização de Feira de Santana trouxe consigo a grande circulação de tratores, muito comuns de serem vistos no período e relatados por quem esteve ali naqueles anos.

Outras secretarias cumpriram a função de prestar contas à sociedade²⁹¹ sobre as mudanças. Elas foram criadas com a demanda das transformações e, seu papel foi fundamental na realização das modificações.

A Secretaria de serviços urbanos está planejando remover a feira livre da Avenida Getúlio Vargas para distribuí-la de acordo com as mercadorias. A parte de frutas mudará para a Praça da República, Miudezas em geral para a Sales Barbosa. As outras mercadorias irão para a Marechal Deodoro. Ficarão somente na Avenida Getúlio Vargas nos dias de segunda-feira: Cerâmica, Tábuas, confecções, esteiras, cestos e outros materiais que não depreendam mau odor. Isso é para embelezamento e higiene de nossa cidade²⁹².

As notícias de financiamentos promovidos pelo Banco do Nordeste chegam comumente à Feira, animando as perspectivas de ampliação dos negócios entre os empresários locais. A continuidade da busca pelos subsídios para a construção do Centro de Ramal desta que o governo posterior, de José Falcão da Silva.

Com o trânsito de tratores nas ruas, o asfalto, a mudança, os feirantes e outros trabalhadores do centro transitavam de uma esquina para outra, de uma rua para outra, pois as inovações empurravam os feirantes para praças próximas e para becos vizinhos. Para o jornal, os feirantes tinham a mania de querer tudo junto, tudo perto²⁹³.

e as inovações continuam surgindo. Atingiram, agora, a Praça Bernardino Bahia, que, de parque ou mesmo, jardim, passou a ser há poucos dias, a feira central dos camelôs, onde dezenas e mais dezenas de bancas a destruir a grama dos canteiros²⁹⁴.

as barracas que vendem comida vão, também imitando os outros, permanecendo por ali dois ou três dias. Daí partirão para mais quatro dias até tornarem-se imóveis (...) Mas acreditamos que as providências virão imediatamente e, por certo, impedirão que seja criada, numa das mais belas avenidas da cidade, mais uma feira livre diária, semelhante à da rua Libânio de Moraes, local onde reina verdadeira bagunça e imundície²⁹⁵.

²⁹⁰ EM 1970 é instalada a primeira agência do Banco do Brasil.

²⁹¹ Era muito comum no Jornal Folha do Norte a publicação das ações do poder público. A maioria dos decretos Municipais podem ali ser encontradas e o jornal tornava-se o canal de relação da sociedade organizada com atitudes do Prefeito e suas Secretarias.

²⁹² Folha do Norte, 7 de Fevereiro de 1970.

²⁹³ Folha do Norte, 1971.

²⁹⁴ A feira da Praça Bernardino Bahia. Feira Hoje, 1 de fevereiro de 1971.

²⁹⁵ Folha do Norte, 15 de maio de 1971.

O clima de mudança, a instalação de lojas modernas, vitrines e anúncios de propaganda traduziam estes interesses. Um importante grupo de empresários anuncia: “O mundo mudou, Evoluiu. A juventude acompanhou. Você já pensou num mundo ainda em preto e branco? Falando a mesma linguagem e usando os mesmos costumes dos nossos avós? - Neste mundo redondo não há lugar para os quadrados”²⁹⁶.

A promoção de um concurso de vitrine de Natal realizado pelo jornal Feira hoje e Associação Comercial de Feira de Santana em 1971 foi enfático de uma tentativa árdua de fomentar em Feira novos costumes de compra e venda para o mercado local, o que era feito em conjunto com concursos anuais, desde então de comerciante padrão.

O número de veículos na cidade cresceu desde os primeiros anos da década²⁹⁷ e, em 1974 e 1975, começaram a se destacar as ações voltadas para o trânsito, em especial no ano de 1975. A circulação de veículos se ampliou, juntamente com o número de atropelos, em especial nas ruas e estradas de acesso às feiras²⁹⁸.

A cidade recebeu um plano viário, instalação de sinaleiras e, curiosamente, a feira foi mantida dentro da planta de tráfego nas ruas principais:

Quanto da realização das feiras livres²⁹⁹, os carros trafegando em torno dela, por várias ruas, formando um círculo, praticamente o centro da cidade ficará interditado.

Já estamos colocando placas que proíbem a passagem de veículos nos dias de sábado e segunda-feira quando são realizadas as feiras livres. Estas placas de proibição encontram-se na Avenida Senhor dos Passos, Sales Barbosa e um trecho da Marechal Deodoro, onde os feirantes podem vender os seus produtos sem utilizar-se dos passeios que ficarão livres para os pedestres³⁰⁰.

Posteriormente chegou a ser cogitada pela prefeitura a construção de um anel em volta da área da feira, quando foram colocadas algumas placas, proibindo a passagem de veículos no local. Isto também acontecia porque a presença dos feirantes nas calçadas era uma preocupação dos lojistas. Para muitos, estando as vendedoras e vendedores na rua e não na frente das vitrines, a feira não lhes causava tamanho incômodo e entre as ruas e as calçadas, os feirantes iam buscando suas permanências na nova Feira.

²⁹⁶ Anúncio da loja TITIRANI, Feira Hoje, 08 de Dezembro de 1973.

²⁹⁷ O Louco trânsito de Feira. Feira Hoje, 01 de julho de 1971.

²⁹⁸ Ônibus mata velha de 65 anos na esquina da Av. Getúlio Vargas com Sr. Dos Passos. Seu nome era desconhecido. Feira Hoje, 05-09-1973; Mais um atropelo fatal na Getúlio Vargas idem, 26-03-1974; “Outro atropelo: a vítima contava 58 anos de idade e residia no local conhecido como Prato Raso” idem, 30-03-1974; dois atropelos no fim de semana, idem, 02-04-1974.

²⁹⁹ Algumas vezes o jornal Feira Hoje falava da feira no plural, pois era comum localizar no perímetro urbano a feira da cebola, a feira da farinha, etc.

³⁰⁰ Feira Hoje 20 de Maio de 1975.

O grande número de reclamações e denúncias de assalto nas segundas-feiras foi polemizado na imprensa. O Feira Hoje anunciou: *segunda-feira é dia de ladrão*³⁰¹, demonstrando, além do preconceito, uma relação de precaução nas compras de dia de feirinha. Os consumidores das novas lojas não estariam satisfeitos com a insegurança que teriam de enfrentar para chegar no seu destino, neste dia, em especial.

No governo de José Falcão, um conselho local, juntamente com o apoio do Governo da Bahia retomou os estudos e elaborou uma nova *regionalização*, numa campanha para que se tornassem mais eficientes os órgãos responsáveis pelos empreendimentos de modernização da região e potencialização das economias locais. Feira de Santana foi novamente avaliada como cidade fundamental nesta articulação.

Um órgão anexo à SUDENE, o PRANE (Projetos de Abastecimento do Nordeste), sob coordenação de Lindalvo Farias, entregou uma avaliação encomendada pela Prefeitura em 1974: *o relatório de viabilidade do Projeto CABANA*, que apresentou números contestáveis. O cálculo foi da existência de 2853 estabelecimentos na feira livre, sendo 115 os vendedores de alimentos estacionados, ou seja aqueles que estabeleceram-se no local para além dos dias de feira.

Um estudo sobre a ocupação rural também acompanhou o plano. Segundo o mesmo, em 1970, 9.442 estabelecimentos rurais se destinavam a plantação e 3.501 para pastagens, sendo que 33 eram próprias e oriundas de ocupações, 30 arrendamentos, 762 ocupadas sem propriedade legal, 875 arrendadas. Os números mostravam no projeto um Município com predominância de *plantações de subsistência*, o que, sem dúvida, tem uma relação com o pequeno comércio dos agricultores que vinham para a cidade toda semana. Os produtos comercializados na feira, segundo dados do projeto, eram na maioria: milho, mandioca, feijão, amendoim, batata doce, banana, laranja, abacaxi, caju e manga. Para pôr Feira num vínculo mais profundo com o agronegócio, esta situação da zona rural não seria satisfatória. Apesar de apresentar uma estrutura rural mais voltada para a subsistência, o governo local, juntamente com o governo da Bahia, direcionou à implantação do Centro de Abastecimento uma função importante na inserção de Feira de Santana como região crucial na distribuição. Seus objetivos nunca foram dar conta da imensa feira livre feita por agricultores locais.

³⁰¹ Jornal Feira Hoje, 10/ 12/1974.

A facilitação da instalação do Centro de Abastecimento também se deveu ao fato de que o governo militar visou intensificar as ações voltadas para a integração econômica do país³⁰². A proposta de retomada do crescimento foi baseada fundamentalmente na integração produtiva do território brasileiro, dispersando a concentração de capitais existente na região Sudeste. As ações e investimentos, antes iniciados nas áreas *periféricas*, cresceram consideravelmente quando a estratégia do governo Geisel passou a ser fomentar ainda mais a integração destas áreas. Em Feira de Santana, os planos já existentes receberam mais financiamentos.

Com o sistema de controle dos pontos de venda e cadastro de feirantes, com a intensificação da fiscalização, inclui-se nas relações de troca e venda a negociação das esquinas e vielas da cidade, pechinchas políticas por votos, trocas de favores e mesmo de barganhas com mercadorias. Este é um conjunto de vivências com o novo que promoveu novas relações sociais, quando os feirantes perceberam o jogo de interesses na disputa pelo centro da cidade e passaram a lidar também com o mesmo.

Porque no tempo de política é assim, eles conhecem. Depois, terminou a eleição, cinco horas da tarde, eles não conhecem mais ninguém. Até cinco horas da tarde, todo mundo é bacana, todo mundo é bonito, todo mundo é cheiroso, mas terminou cinco horas da tarde, candidato nenhum conhece mais ninguém. Seja ele quem for. Não é escolhido não. (...)³⁰³.

A experiência dos feirantes foi acrescida de uma tarefa mais difícil em negociar a continuidade de seu trabalho nas ruas ou de inserir os costumes de venda em novos locais, como o CAF. A chegada de órgãos de controle de pesos e medidas trouxe agentes estranhos àquele cotidiano, como os fiscais do governo da Bahia. Fato ainda presente nos dias de feira, era comum que os feirantes negociassem os produtos alimentícios por quilo e nisto aceitassem o choramingar da clientela, que terminavam por levar algumas gramas a mais do que pagavam mais ou até menos carne ou feijão. Antes, as balanças tinham como base pesos de madeira, argila, pedra e outros materiais. Por este motivo, segundo a prefeitura, as balanças tinham que ser substituídas por pesos de metal e mais adiante por balanças mais elaboradas. Em 1990, as denúncias de burla à fiscalização eram notórias. A época era de alta dos preços e a feira livre tomou os noticiários impressos. Quando os agentes chegavam aos locais de feira, as balanças eram escondidas, passadas para a banca vizinha, entre outros.

³⁰² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984 in LINHARES, Maria Yedda et al (ORGS.) História Geral do Brasil.

³⁰³ Entrevista com José Carlos.

A imprensa direcionava para o mercado a culpa pelo desregulamento dos preços, desta vez, na alta inflacionária do governo Collor. Desde o início da década, muitos casos de enfrentamento de policiais por açougueiros aconteceram³⁰⁵.

As variações nos padrões costumeiros de negociação na feira foram sentidos bem depois. Elas começavam a ficar explícitas nas medidas tomadas pela prefeitura e na recepção de normas vindas de Secretarias Nacionais e regionais, no controle da pesagem de alimentos³⁰⁶, tabelamentos de preços e forma de venda. Mas a notabilidade das reações dos feirantes que foram para o Cento de Abastecimento veio a ficar clara na década seguinte, com o retorno das pessoas para a rua e com o dia a dia modificado dentro do Centro. Para jogar, os feirantes reagiram como negociaram, procurando obter como resultado não só a realização de seu trabalho, mas que este o fosse feito em moldes tradicionais.

3.4 – “Polícia tem que correr atrás é deladrão”

A conduta dos vendedores de frutas e verduras, após a decisão de mudança da feira, é buscada nas suas falas. A alteração foi arbitrária e em âmbitos que fugiram ao reconhecimento dos feirantes. Os atos das Secretarias Municipais, em conjunto com planejamentos estaduais e medidas nacionais para o Nordeste estavam em jogo na construção do Centro de Abastecimento. Apesar disto, escapou ao controle destes indicadores a construção ímpar da feira livre. Os artificios de vendas, as redes próprias e a cultura da feira delinearam costumes não mencionados na ação do Estado, neste sentido. E, foi por meio deles que os feirantes continuaram a encontrar seu lugar no espaço urbano, na economia local, na prática de suas vidas.

Não sabemos ao certo como o projeto repercutiu antes da construção do Centro entre os feirantes. Entre os anos de 1974 e 1975, o projeto não foi tratado na imprensa, sendo relatadas apenas notícias de possibilidades de financiamentos do Banco do Nordeste para projetos de Municípios Nordestinos. Podemos atribuir esta ausência nas páginas dos noticiários a uma conjuntura na qual as reclamações pela alta de preços, por exemplo, que levou os mercados da cidade a um destaque no intermédio da questão, estavam cerceados no período, muito devido a intervenção do governo federal, através do ministro da Fazenda, Delfim Neto, no controle dos

³⁰⁵ Açougueiro preso por vender fora da tabela. Feira Hoje, 08 de Janeiro de 1974 e muitas outras notícias podem ser encontradas sobre o assunto.

³⁰⁶ Pão, pescados, carnes verdes, proibição da venda de leite cru, etc.

preços. A feira saíu um pouco da imprensa nestes anos. Tanto que, no final da década de 1980 e início da década seguinte, o mercado de alimentos voltou a ser fortemente noticiado, juntamente com denúncias das altas de preços, como dissemos. Somado a este fator, a reclamação de muitos donos de boxes do Centro de Abastecimento, já em pleno funcionamento, para que o tabelamento retornasse trouxe a feira como notícia. Segundo os comerciantes do CAF, os mesmo não conseguiram lidar sozinhos com as táticas mercadológicas de superar as concorrências, diante de circuitos mais complexos da inflação, não dominados pelos feirantes.

A Câmara recebeu alguns pedidos de aprovação de verbas e, no ano de 1976, o Centro começou a ser montado. A notícia da construção da Central de Abastecimento animou e amedrontou os feirantes. Os recortes recolhidos por Moreira na imprensa, do ano de 1976, retratam esta expectativa e seria redundante retomá-los³⁰⁷.

Modificada a relação destes trabalhadores com o espaço de trabalho, logo com modos de vida, aos poucos estas pessoas definiram novas apropriações destas condições, tateadas no seu cotidiano. Assim a cidade permitida foi recortada, desde que o Centro de Abastecimento foi construído, por um novo dimensionamento das atividades de feiralivre.

Nesta seção mostramos algo do julgamento feito por alguns feirenses, como caminho de leitura das suas maneiras de lidar com o novo. Feirantes dos mais diversos produtos começaram a mudar seus locais de trabalho de uma rua para outra, ou mesmo a sair da rua para praças da cidade e de bairros nos primeiros anos da década de 70, tanto por conta da fiscalização da Prefeitura que já se fazia presente, como pela concorrência e crescimento da própria feira. Após a construção do Centro, adicionou-se a esta prática os termos da ilegalidade de estar nas ruas. Terrenos foram ocupados pelos feirantes no centro da cidade e a própria prefeitura precisou, ao longo de muitas gestões, recolocar parte das atividades do comércio de alimentos – entre outros – nas avenidas principais, seja feito este negócio por comerciantes mais antigos, que viveram a transferência das atividades para o Centro, ou por novos feirantes.

Em becos, praças, calçadas, as negociações variaram. Nas perdas conseqüentes, o aprendizado fomentou a formação de novas referências entre grupos, focadas em pessoas que se colocaram como interlocutores, mediante o poder público, ou mesmo privado (no caso de negociar com donos de terrenos).

³⁰⁷ MOREIRA, Vicente. O fogo febril (...) Op. cit.

A presença da solidariedade, neste sentido, deu-se em muitas circunstâncias, como também a inimizade foi alimentada quando formou-se um sentimento de perda por parte dos feirantes que resolveram seguir as regras do Centro de Abastecimento, em conflito com aqueles trabalhadores das ruas. Ao mesmo tempo, muitas destas mesmas pessoas procuram também vender no centro da cidade, por via de ajudantes ou mercadores que pegaram os produtos por consignação, conseguindo negociar mais próximo ao consumidor, nos pontos de ônibus, nas esquinas.

A aquisição dos boxes junto à Prefeitura, no ano de 1977 foi um processo lento que deixou suas marcas. Os primeiros comerciantes revenderam, alugaram, emprestaram, passaram para familiares a posse da banca ou boxes. Segundo o projeto CABANA, estes foram feitos por “locação”, mediante pagamento de taxas à prefeitura. Até meados de 2000, os cadastros eram renovados com base nos títulos conseguidos em 1977.

O interessante é que os entrevistados que mencionaram o Centro de Abastecimento como acontecimento positivo na história da cidade, ao mesmo tempo o negaram como espaço de trabalho, indo para outros locais.

É por que... justamente, a prefeitura achava que essa feira não podia ficar ali, por que a feira era no centro da cidade, né? Achou que aquilo ali ia ficar muita sujeira, aquele negócio. Aí ele modificou lá pra baixo. Aí foi o agente, aí veio a van que botou todo mundo, botou a gente, cada qual no seu lugar. Mais ou menos uns 15 dias vindo direto a vã, botando lá, o açougue do lado, a farinha do outro, a fruta pra outro lado, foi assim...O mercado do fato que já era na Rua de Aurora, foi lá pra baixo também...eu achei que era melhor por que cada qual ficava no seu lugarzinho, não fica esse negocio de um chegar e dizer, ah aqui é meu aqui é de fulano... não. E a mesma coisa quando a gente saiu de lá, tudo aqui é padronizado aqui. Não tem lugar pra reclamar, lugar pra tomar, nada³⁰⁸.

Apesar de mencionar positivamente a construção do local, quando pergunto o motivo de ele ter resolvido sair do local e ir vender na feira da Estação Nova e ele revela: *Ah, por que lá o negócio ficou mais ruim né?*³⁰⁹.

O momento da entrevista muitas vezes leva o colaborador que se dispõe a falar a imaginar que o pesquisador pode produzir denúncias contra o poder público, com o qual os feirantes não querem se indispor e muitas vezes deixam de revelar suas versões.

Mas todos os entrevistados que estavam negociando nas ruas mencionaram negativamente o local, a exemplo de Dona Tenícia que cita a falta da clientela no Centro.

³⁰⁸ Depoimento de Cláudio Araújo Santana. Op. cit.

³⁰⁹ Idem.

Não me sentia muito feliz do lado de lá não, como me sinto aqui não. No centro, era muita agonia e era muito sol que a gente tomava. (...)

Eu mesmo tenho um cliente aqui que compra castanha em minha mão de quinze em quinze dias, compra, o médico que compra castanha em minha mão. Eu tenho um bando de clientes aqui, graças a Deus. Só que não é todo dia que eles vem, mas eu tenho. Quando eu trabalhava lá não tinha esses clientes [no centro] como tinha aqui não, hoje não. Lá eu me sentia muito agoniada. Era muito sofrimento lá no centro³¹⁰.

A justificativa de José Carlos para não ficar no Centro foi bastante interessante e possui um jargão mencionado por outras pessoas em sua volta, nas conversas informais sobre a feirinha *antiga*. Dizer que poderiam mandar buscar o dinheiro da carne, ausente na agricultura familiar era comum.

A feira antiga é o seguinte: a gente podia deixar a panela no fogo e mandar buscar os meninos vir buscar o dinheiro da carne que, na mesma hora que chegava vendia. Aqui tem dia que, se eu disser a Senhora, se eu não tirar um dinheiro para almoçar, tem dias que neguinho não descola uma banda de conto. Mas o que é que a gente vai fazer? Viva Deus. (...)³¹¹

A falta de clientela e a baixa venda do Centro de Abastecimento para os vendedores foi outra questão corriqueira para que muitos vendedores preferissem as ruas.

eu resolvi sair do centro, porque se eu fico lá, eu passo fome. Porque, quando eu vendia 10 caixas de ovos, jogava 10 no mato. Neste tempo, eu trabalhava com ovos. Quer dizer, apodrecia tudo, não tinha comércio. Aí eu subi na cara de pau. Aí eu montei.³¹²

A distribuição das mercadorias entre a roça e a rua setORIZOU-SE no retorno das atividades para a Senhor dos Passos, Marechal Deodoro e praças. Muitas configurações diferentes de ocupação destas áreas aconteceram de acordo com a atuação da fiscalização e a ocupação dos feirantes. Baseado no desenho da feirinha da Marechal Deodoro de 2004, José Carlos falou um pouco sobre as mercadorias dali. Os feirantes *da roça*, segundo o entrevistado, fazem a feira de maneira diferente. O seu olhar se refere muito mais às pessoas que compram no Centro de Abastecimento. Só após questionado sobre as pessoas que vendiam produtos diretamente trazidos de suas próprias lavouras, ele destacou, por exemplo, que costumam se agregar especificamente na Marechal Deodoro. José Carlos usou a palavra “sempre” para se referir a presença destas mulheres e homens naquela rua, com alguma confusão da percepção desta temporalidade, pois esta feira foi ali retomada no entorno dos anos 1980.

Vem...do Centro. Toda vem do Centro. E ela vem, a mercadoria, vem de todo o lugar. Vem de Cruz das Almas, vem de Juazeiro, vem de Vitória do Espírito Santo, vem de são

³¹⁰ Depoimento de Tenícia. Op. cit.

³¹¹ Depoimento de José Carlos. Op. cit.

³¹² Depoimento de José Carlos. Op. cit.

Paulo,mas toda a mercadoria aqui vem é panhada e vendida aqui é toda panhada no Centro. Até cebola vem do Ceasa, vem de toda essa parte da Bahia³¹³. Olha aqui dentro... (ar de dúvida, depois volta atrás). Vem só o pessoal da roça, traz o seu feijãozinho, um milhozinho, mas é pouca gente. Toda uma vida foi assim: o pessoal da roça só *sempre* vendeu na Marechal. O pessoal daqui de São José, destes povoados daqui... da roça. Só é este pessoal que tem uma rocinha, quando tem o feijão. Dia de sábado mesmo, a senhora encontra aqui mais de dez bacias, todo o pessoal da roça aí, debulhando seu feijãozinho. Já entendeu? Agora é tudo, como diz a história, é daqui da região. É de São Gonçalo para cá. É de Humildes, tudo do Limoeiro, essa turma toda é daqui, agora é tudo daqui. Agora esta mercadoria daqui, eu compro em quantidade maior. Mas vem de Coração de Maria, vem de santo Amaro, toda esta mercadoria, toda é chegada de fora. Agora desta região nossa, é o feijão, é o milho, é o amendoim, mas é o pessoal da roça mesmo que traz. Vende lá na Marechal. Porque dia de sábado, meio dia, eles (os fiscais)liberam.³¹⁴.

A Prefeitura, após alguns anos, autorizou a presença da feira da Marechal Deodoro, negociação que foi gerada dentre muitos conflitos, ocorridos ao longo de quase trinta anos, incluindo-se aí, inclusive, um misterioso incêndio do terreno da feirinha, mencionado por José Carlos. Contudo, esta feira fica nas mediações do “Beco do Mocó”, sendo que fora dos olhares do rapa, ela retornou para a calçada, em disputa com a clientela dos supermercados das proximidades e os consumidores que ali transitam. Especialmente nos dias de sábado quando, segundo José Carlos:

O rapa libera. Meio dia em ponto, o rapa libera, aí a feira vai para a Marechal. Fica até seis horas, sete e pouco... (...) Tem muita gente também que vem da roça, fica nestes passeios aí... vendendo e eles liberam não é? Hoje, agora tempo de política, é o seguinte: quando chega o tempo de política eles ficam tudo mansinho... É a hora que eles conhecem o pequeno. Tem hora que eu tomo até susto. Eu vou lá no passeio assim e eles falam: Oi Sergipe, pra onde você vai?...

A dimensão da relação da negociação dos pontos e as disputas entre candidatos nas eleições fica clara para o entrevistado. Em cada momento de organização da feira, esta política das ruas foi difundida. Sendo a classe trabalhadora da cidade numerosamente composta por trabalhadores da feira livre e atividades à elaligadas, nada menos surpreendente do que perceber que alguns *políticos* feirenses procuraram criar um reconhecimento entre as pessoas através da organização da feira ou da liberação de suas atividades sem maiores controles. E o jogo das *vistas grossas* fez parte da disputa política pelo executivo

Reconhecendo as regras deste jogo, os próprios comerciantes recorreram a este protecionismopassageiroparaapontaracontraditoriedadedaaçãopolíticadossujeitos

³¹³ Idem.

³¹⁴ idem. Quando diz “aí eu montei” refere-se a instalação da feira na Marechal Deodoro, já mencionada no capítulo II.

que se puseram à frente do executivo municipal, no que concerniu a feira livre e, conseqüentemente ao retorno de suas atividades para as ruas. Não só por conta da memória de uso daqueles locais, os feirantes chegaram próximos aos pontos de maior movimento comercial, para também disputar a atenção da clientela. Novos comerciantes passaram a se agregar a estes novos pontos.

Na feira tinha os guarda, da prefeitura, era...Cada um tinha o seu pontinho, estando naquele pedacinho de ponto, você trabalhava. Mas tudo era na amizade. No ponto que você trabalhava, ninguém botava. Eles vinham, normalizava e acabou. Só um pontinho pra aqueles que não tinham. Vamos dizer: se eu tinha um ponto lá, como eu tenho aqui, chegava aqueles lá pedia... *fulano, deixe essa coisa aqui que a gente tira*, dava um lugarzinho e colocava. Não tinha zoada, não tinha briga, não tinha confusão. Todo mundo trabalhava, ao ponto de trabalhar, não existia confusão, todo mundo trabalhava. Colbert mesmo fez banquinha, localizou todo mundo, mandou os guarda da prefeitura ver se cada um tinha sua banquinha, tudo direitinho (...). não deixou ninguém sem trabalhar. Depois foi que Zé Falcão fez o centro lá, mas nesse tempo ele ainda tava com Colbert e Chico Pinto. Ainda era todo mundo da corrente. Toda a vida todos dois foram meus amigos, depois ele mudou para este jogo de partido, mas ele antigamente era com Colbert e Chico Pinto(...)³¹⁵.

Porque a polícia tem que correr atrás é de ladrão e não de quem trabalha. Eu mesmo já perdi muita mercadoria. Muita. Quer dizer, se eu não tivesse outro recurso, já tinha saído até do ramo. Porque, eles tomam a mercadoria, aí...

Já mencionada, a fiscalização atuava de maneira mais branda, ao adequar os feirantes nos locais do centro da cidade, até porque, ainda não havia o Centro de Abastecimento nem a proibição da presença destes trabalhadores nas calçadas. O interessante é que, numa das falas, percebemos que o feirante retomou uma memória de Francisco Pinto. Não sabemos ao certo até que ponto a intervenção dos laços pessoais influenciariam no quesito permissão de vendas, ou até que ponto esta questão estava mais próxima dos objetivos de Francisco Pinto de desempenho sobre a venda de alimentos e de lida com a população trabalhadora urbana. No entanto, neste misto, percebemos que, num salto de quase trinta anos de diferença, entre o tempo em que o Francisco Pinto – diga-se de passagem, já Deputado Federal na década de 1970 – poderia ser uma referência de trato das questões populares e o tempo do século XXI, quando da realização da entrevista, é necessário ao vendedor reencontrar-se com este modo de operar, para produzir um discurso sobre uma possibilidade diferente de fiscalização.

(...)mas ele [Chico Pinto] vinha, avisava ao pessoal, não tomava nada de ninguém, o pessoal saía, numa boa, tornava voltar... você entendeu como é? Mas numa boa. E este

³¹⁵ Entrevista com José Carlos.

não, este manda é tomar e correr atrás de quem trabalha. A polícia é pra correr atrás de vagabundo³¹⁶.

Se a senhora chegava aqui hoje e dizia: *ô Sergipe, me arruma uma mercadoria para eu ganhar meu pão?*, eu lhe dava um carro de mão com um centro de mercadoria e mandava, *pode botar ali e pode avisar para os guardas que é meu. O guarda que chegar, pode dizer que é meu! Diga a eles que venha conversar comigo.* Chegava lá eles diziam, *a mercadoria é de Sergipe.* Aí diz: *Eu não quero nem conversa com ele.* E ele aí ia embora...

Hoje é que eu não tenho apoio nenhum com Zé Ronaldo. Zé Ronaldo vem para prender a mercadoria. Eu não tenho apoio com ele de jeito nenhum. Agora, com finado Colbert e Chico Pinto, com eles eu tinha muito apoio³¹⁷.

Outros grupos de pessoas encontraram modos próprios de estar na rua, realizando seu trabalho, em meio aos muitos trabalhadores que cresceram-se ao número de vendedores da feira livre, muito mais, então, por uso das vendas consignadas. Como veremos, as aproximações e reaproximações foram se dando por motivos diversos, mas principalmente pelo laço que vem do campo. Na cidade, lavradores e lavradoras reivindicaram seus espaços por entre as lojas do comércio, ocupando becos, calçadas, praças, ruas e alcançando, pelo uso da memória, pontos de feira hoje consolidados em Feira de Santana.

CAPÍTULO IV

SER FEIRANTE EM FEIRA DE SANTANA.

Da esquina do ginásio Santanópolis até o colo do Ponto Central, além das cercas dos Celestinos, uma reta só, em chão batido, a poeira, a feira seguindo seu curso que nem rio, com nascente e foz, fluxos que se estendem e se reencontram, que refluem, estágios superiores médios e inferiores, leito ora manso, ora acidentado, margens, a feira dividida em espaços de frutas, cereais, carnes, sacaria, cerâmica, farinha, aves, maris, panos, tecidos finos e grossos, artigos de ferro, artesanato sertanejo, talhas, porrões, potes, resfriadores, vasos, adornos, o barro cru e queimado, seções de frutas, tamarindo, abacaxi, fruta-pão, manga, umbu, laranja, seções de peixe, de água-doce e salgado do mar³¹⁸.

Numa descrição externa à feira, fica clara a existência de demarcações, zonas especiais de trabalho de acordo com mercadorias, mas principalmente vindas de redes de aproximações internas entre os feirantes. A feira livre apareceu em alguns textos exatamente desta maneira. Comumdesenhopróprio,sendoapresentadainclusivecomocernedonúcleotradicionalque

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Setembro na Feira, Juarez Bahia, 1983.

formou no centro um tecido de sociabilidades próprias³¹⁹. Ou então, ao visualizarmos a produção de memórias sobre a feira, encontramos o sentimento de saudade do passado da feira *antiga* que se reportou justamente ao jeito como se constituía aquele mercado³²⁰.

O tema da modernização de Feira de Santana toca esta discussão. A bibliografia que questiona os termos da modernização ocorrida a seu modo local compõe-se de pesquisadores que localizaram em diferentes conjunturas este processo. Fica difícil encontrar uma única modernização, num sentido mais ontológico, concentrado num tempo, no Município e sim, conjuntos de ações apresentadas por sujeitos históricos específicos na montagem do que entendem como ações para driblar determinadas relações sociais. Podemos tomar como exemplo desta variação fato de que houve setores diferenciados na cidade apresentando-se como agentes “modernizadores”, discurso comum no executivo, desde a primeira república. Não há como usar o conceito como marca na história da cidade. Na gestão liderada por Francisco Pinto (PSD), prefeito municipal entre 1962 e 1964, houve um programa de ações que visavam direcionar a cidade à “modernização”, através de reformas tributárias, discussão de orçamento participativo com a comunidade e mesmo, de construção de um local de vendas mais *adequado* para os trabalhos dos feirantes. Seu opositor direto da UDN, o prefeito João Durval Carneiro, tomou a frente da empreitada da construção do Centro Industrial do Subaé, em finais dos anos 1960, mostrando-se então como articulador de outra modernização, esta, voltada para a indústria³²¹. Torna-se difícil a tarefa de contabilizar ações que possam nos dar um terreno palpável de uma conjuntura de modernização e transformação na cidade. São os sujeitos que se apresentam como tais.

O comércio aglutina em muitas cidades a relação entre o campo e a cidade. Em Feira de Santana, o comércio foi nodal no sentido de que foi tomado como aporte para a definição de encontros e desencontros do campo com a cidade. Como elemento tradicional e difusor das trocas comerciais em Feira, a feira livre teve suas especificidades locais e suas características que a generalizam ao ser comparada com outros mercados nordestinos.

Percebemos, deste modo, que a feira, nos anos 1960, era o espaço privilegiado para trabalho de milhares de famílias recém chegadas chamadas pelas esperanças construídas junto

³¹⁹ São exemplos: OLIVEIRA, Izabel Lorene Borges de. Apolo e Dionísio da festa de feira: cantadores, cordelistas, vaqueiros... da feira livre de Feira de Santana (Bahia), Feira de Santana, UEFS, 2000; POPPINO, Rolie. Feira de Santana. Salvador: Editora Itapoã, 1968.

³²⁰ MOREIRA, Vicente. Op. cit.

³²¹ Sobre esta discussão ver CORREA, Diego. Op. Cit. 2008.

com novas estradas, pela nova indústria, pelas suas condições de vida no campo ou mesmo pela propaganda de toda esta avalanche decorrente do crescimento urbano capitalista.

Pequenos produtores e atravessadores atuavam na feira livre e dela retiravam o sustento mediante a comercialização de produtos como farinha de mandioca, milho, feijão, tapioca, galinha, porcos, fumo de corda e outros. Havia ainda os animadores, ou seja, os cantadores, repentistas e contadores de *causos*, os cordelistas, os malabaristas, os comedores de fogo, os vendedores de garrafadas e cachaças ou pingas de primeira e os circenses que davam um colorido especial. Também se misturavam aos feirantes as quitandeiras, bilheteiros, vendedores de pássaros, fateiras, carregadores e outros trabalhadores, entre os quais, os aguadeiros, que se utilizavam de burros e jumentos para prestação de serviços de abastecimento de água³²².

A feira promoveu o choque e encontros entre estas pessoas e mais muitas outras estabelecidas na zona rural dos arredores do Município. E ainda, estas tantas pessoas, apontadas como *autônomos*, vendedores de rua, *arraia miúda* do mercado, negociavam ainda com atacadistas e grandes comerciantes de alimentos que transitavam naquela praça de trocas e vinham de muitos lugares do Nordeste, quiçá do país.

Poucos anos antes da construção da Central de Abastecimento, a existência da feira era a premissa fundamental de administração do centro urbano. Em outras palavras, negociava-se o direito de uso da cidade – desde o pequeno vendedor de frutas ou o transeunte que reclamava do mau cheiro – aceitando-se a condição quase consensual da existência do mercado livre nas ruas. Desta maneira, o feirante foi agente de construção da própria cidade. Adepreciação de seus modos de agir, já imputado ao longo da história da feira, cresceu na conjuntura pós-golpe militar, com a oficial interdição de seus negócios e a deposição do uso da rua. Seu lugar foi deslocado para novo local.

Seria um erro uniformizar a visão sobre o ser feirante, visto que houve um laçamento importante de vidas e de projetos para a cidade, dadas as diferentes classes sociais que compuseram a feira. Ao destacarmos os feirantes de alimentos varejistas, considerados “de pequeno porte”, buscamos alcançar a experiência entre este grupo. Há basicamente dois grandes *grupos* de feirantes de alimentos de pequeno porte: os que vêm do campo e os que vem da cidade.

Aquele local de compra e venda, aguardado semanalmente por milhares de famílias, que dependiam deste para suprir a dispensa, vendendo ou comprando, fez-se como um circuito de lazer e festa, atrelado também às vivências dos demais usuários da urbe. No entanto, no olhar de

³²² OLIVEIRA, Ana. Op. Cit. p. 47.

Gastão Sampaio, percebemos uma leitura da feira como ambiente particular de características rurais e de convivência da parcela da população procedente do campo: “viver aquela tradição, aquele ambiente acotovelado de gente, de povo, custou-lhes o sacrifício de uma semana inteira, antegozando aquela festa, para conseguir amealhar o mínimo a fim de pagar um ‘pau-de-arara’ de ida e volta à Feira”³²³.

Este indício de sociabilidade rural pode ser visto nos trajetos de idas e vindas à feira. Toda a rede para funcionamento da feira abrigava em si transportes, formas diferenciadas de carregamento³²⁴, e um jeito próprio de comercializar, o que se correlaciona, na leitura do memorialista, com características dos homens da roça que aqui chegavam:

Vibram os tabaréus. Eles se amontoam e se acotovelam, parecendo que nada tem a fazer ou ver por ali. Esta, suposição, contudo, é somente através da nossa interpretação, desde que vivemos numa outra esfera social. Mas, na realidade, no pouco que levam a vender e no mínimo que possam vir a comprar, é naquele ambiente que eles encontram seu sonho, sua alegria, seu bem estar³²⁵.

O aspecto roceiro era emblemático na tradição de feira, especialmente por conta da presença de camponeses que traziam consigo o colorido das mercadorias e as feições rurais que a distinguiam das demais velocidades econômicas do centro da cidade. Por mais que houvesse outros trabalhadores, naturais da cidade, por exemplo, a tradição da feira se amparava especialmente no aspecto dos lavradores da região. Para Ana Oliveira, os trabalhadores da roça eram conhecidos como tabaréus “por sua origem rural, por serem pobres, homens e mulheres anônimos que entravam na cidade com seus objetos na cabeça, nos ombros, na carroça, ou nacangalha dos animais”³²⁶.

Havia intenção de expulsar este jeito roceiro do centro de Feira desde há muito tempo. A própria forma como Gastão Sampaio caracterizou a feira, revela o olhar de um escritor dos anos 1970, envolto numa espécie de resquício da presença do tabaréu como componente orgânico na cidade, mesmo após uma série de mudanças.

Consideramos o período de estudo escolhido na pesquisa um momento de mutação significativa da relação do campo com a cidade. Um retrato deste momento foi moldado por

³²³ SAMPAIO, Gastão. Feira de Santana e o Vale do Jacuípe. Salvador-Bahia: 1976, p. 10.

³²⁴ O Movimento para a feira começava já no sábado, quando as mercadorias iam chegando no lombo de burros, em carros de bois, em carroças, caminhões e carretas, logo preenchendo as barracas instaladas na Praça da Bandeira, João Pedreira, nas ruas Marechal Deodoro e Sales Barbosa e em parte da Avenida Getúlio Vargas e Senhor dos Passos. (Jornal A Tarde, 11 de Janeiro de 1977 in MOREIRA, 1998).

³²⁶ OLIVEIRA, Ana. Op. Cit. p. 47.

³²⁵ SAMPAIO, Gastão. Feira de Santana e o Vale do Jacuípe. Salvador, Bahia: 1976, p. 10.

³²⁶ OLIVEIRA, Ana . Op. Cit. p. 47.

Juarez Bahia, na produção do texto que trouxe como uma de suas personagens o fictício e verossímil coronel Farinha. O romance, escrito na década de 1980, relembra a cidade nos idos dos anos 1950. João Farinha, seria “um dos símbolos da sociedade patriarcal que a fazenda ajudou a construir no país”³²⁷. Farinha comemorou, numa das passagens da narrativa, a inauguração de novas instalações para o abate de gado e, sabendo que as inovações exigiam-lhe novo traquejo para manter seu prestígio, usou de cautela, apesar da vivência de uma revolta interna com as novidades. Desta forma, de um jeito distinto, o coronel Farinha encarou as perdas das relações sociais e políticas tradicionais com resignação.

compreende o fenômeno, não foge dele e não contesta. Sabe que a aristocracia rural tornou-se decadente e que isto coincide com estes últimos anos quarenta, que a terra deixou de ser a unidade de medida da representação social e que na Feira a classe dos fazendeiros, com suas prerrogativas de barões feudais, teve de ceder lugar a outras categorias, aos comerciantes, aos liberais, a novos líderes, aos intelectuais, aos artífices, aos trabalhadores, aos construtores da Rio-Bahia³²⁸.

É importante ressaltar também que o aspecto de não organização da feira foi correlacionado, no final dos anos 1960, ao inchaço urbano, resultante, segundo as avaliações do governo, do impacto da desregulamentação do então mercado de trabalho que não atendia, nos empregos formais, a população em crescimento³²⁹. São apontados por Moreira³³⁰, como fatores do crescimento da Feira, a própria expansão das atividades dos setores urbanos mais modernos, como o comércio e a indústria, já que não puderam oferecer os postos de emprego para a população que igualmente crescia. No caso da construção civil – focode atração de empregos, comum em cidades em via de expansão urbana – não ocorreu o investimento suficiente para que fosse conectado um número satisfatório de trabalhadores, avalia Moreira. Para o autor, em Feira, se isto não aconteceu, deu lugar a um tipo de *inchaço* do centro, por conta de trabalhadores que não possuíam alternativas de emprego.

A conjuntura histórica que permitiu, portanto, este encontro dos trabalhadores migrantes com a cidade precisa ser melhor analisada. O mercado popular e tradicional foi conectado com outros postos de emprego urbano surgidos em Feira a partir do final dos anos 1950, é fato. Os próprios feirantes constataram a mudança significativa no perfil das pessoas que realizavam a

³²⁷ Idem, página 31. —

³²⁸ Idem, página 44.

³²⁹ Projeto Cabana. Prefeitura Municipal de Feira de Santana. Esta afirmação não deixa de ser verídica, no entanto, não podemos atribuir necessariamente ao crescimento da população os problemas de emprego e de condições (ou falta de) vida das populações de baixa renda.

³³⁰ MOREIRA, Vicente. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana – Primeira Fase – texto 2: **A FEIRA ESTÁ MORTA, VIVA A FEIRA!** Revista Sicitientibus, UEFS, 1986.

feira geral. Neste ínterim, foram estabelecidos vínculos importantes no que podemos aqui chamar de reconhecimento mútuo do ser feirante, permitindo regras de conduta em comum para o uso do espaço de comércio. Travadas em relação a outros usuários da cidade, como os lojistas, representantes de poderes municipais e *os políticos* locais, estas normas fundamentaram também territórios próprios. Hoje, nas calçadas da cidade esta relação fica explícita. Ao contrário do que afirmaram os autores do Projeto Cabana, os chamados *atravessadores* e *ambulantes estacionados* nem sempre estabeleceram conflitos por conta da concorrência com os produtores que vendiam *que a roça dava*³³¹, na *desarrumada*³³² feira central. As relações destes varejistas mais *urbanos*, por assim dizer com os feirantes *camponeses*, não foi travada com desavenças explícitas por conta da flutuação de preços, por exemplo. No cotidiano das ruas, tornavam-se bem mais próximos e os conflitos foram negociados com base em uma moral própria de uso dos espaços de cadaum.

Recortando mais ainda a *feirinha* de alimentos, nota-se que aquela seria o ponto mais nevrálgico de toda aquela realização social. Juarez Bahia assim a descreve: “Havia ainda uma feira menor, em sentido horizontal, intercalada nas ruas que cruzam a Praça João Pedreira e a Avenida Getúlio Vargas”³³³. Ali sim encontraríamos as descrições propostas por Gastão Sampaio, bem como a circunscrição mais precisa feita pelos arquitetos e urbanistas do Projeto CABANA. Naquela feira, as donas de casa mais realizavam a *feira* de sua semana, onde se abasteciam dos litros de tamarindo e umbus, cordas de alho, melancias, abóboras, redes de tomates e cebolas, cachos de temperos verdes. Alguns pontos de parada, abrigos, barracas de *fôia pôde* reuniam em sua volta o encontro entre os intervalos de compras.

...mais ou menos doméstica, do povo dos subúrbios, dos pobres do Centro que trazem suas garapas de limão, laranja, maracujá, mangaba, bordados, miudezas caseiras, baratas, para perto dos negociantes de artefatos de couro, chinelos, alpargatas Maria Bonita, bijuterias, redes de cabelo, armarinhos da rua Sales Barbosa, principalmente³³⁴.

As personagens desta feirinha popular podem nos prender melhor com reflexões sobre os encontros ocorridos neste mercado. A cultura de venda daqueles mesmos produtos naqueles mesmos locais manteve-se no cotidiano feirense e o desenho de suas ruas teve o colorido

³³¹ Entrevista com Dona Tenícia. Op. Cit.

³³² Projeto Cabana. Prefeitura Municipal de Feira de Santana. 1968 – os atravessadores são apontados de maneira diferente em Projetos municipais: na gestão de Francisco Pinto 1963-1964, eles foram identificados como comerciantes que compravam diretamente do produtor e encareciam os produtos nos mercados da cidade e já no P. Cabana, eram os varejistas em geral, que distribuía os produtos nas ruas.

³³³ BAHIA, Juarez. Setembro na Feira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

³³⁴ BAHIA, Juarez. Op. cit. 1986, 151

daquelas barracas por muitos anos. A ela podemos atribuir a percepção de Moreira³³⁵, para quem a *reencarnação diária* da antiga feira nos anos 80 e 90 era a prova de sua importância na memória popular. Também, são as atividades de troca daquele espaço que se mantiveram em ruas e becos, ou que vieram a crescer para suprir necessidades de emprego não realizadas na zona urbana.

O modo como cresciam as aproximações entre realidades do campo com a urbe afetaram os planos das classes dominantes, preocupadas em harmonizar as atividades do Município. Junto com este fenômeno, emergiram apreensões mais sistemáticas, nos anos da ditadura militar, de controle de postos de trabalho, deslocamento de focos de encontros populares e integração da circulação nacional de alimentos. Entre os feirantes, os aspectos apreendidos e negociados no passado (regramento de divisões internas, setorizações, formas, de peso e outras práticas) se tornaram instrumentos de barganha para reprodução da feira. A festa, o litro de umbu, os carros de mão, o jeito de lidar com o freguês que constituíam uma rede de costumes do feirante, foram práticas que emergiram para tratar com as novas realidades montadas para urbanização nolocall.

4.1- Na margem do “formal”: a diversidade do trabalho como feirante de alimentos.

Longe dos cadastros dos organismos oficiais, a informalidade compõe uma rede de relações e exclusões sociais. O mercado informal então não seria “somente um produto da crise econômica dos anos 80 (oitenta), a década considerada perdida, mas também um aspecto importante das relações políticas entre a burguesia e os trabalhadores negros, que existe desde a implantação da escravidão no Brasil”³³⁶.

Segundo o viés aqui trazido por Nilo Rosa, o mercado informal tornou-se preocupação do Estado quando agregou também pequenos empresários e sujeitos *emergentes* da classe média. Contudo, antes dos anos 1930, quando foi setor de ocupação de trabalhadores marginalizados dos direitos sociais, as políticas públicas não se direcionaram para a resolução de problemas destas pessoas, a não ser quando se tornaram casos de polícia. Rosa também ataca especialmente para o fato

³³⁵ MOREIRA, Vicente Deocleciano. O fogo febril que prometeu roubou das chaminés fabris: crônica da morte anunciada, da morte decretada e das reencarnações diárias de uma feira livre. Feira de Santana: UEFS, 2001.

³³⁶ Idem.

dos mercados serem feitos por pessoas de cor e de haver uma diferenciação interna no próprio setor *informal* com base neste critério³³⁷.

Os termos da conexão com a informalidade, encontrados no trabalho de vendedores e vendedoras de alimentos que exercem outras atividades urbanas em Feira são destacadamente diferentes daqueles encontrados na informalidade dos trabalhadores rurais que vendem a produção *daroca*.

Os primeiros possuíam outras ocupações e realizavam tarefas que não somente a de feirante e, esta condição lhes conferia outras identidades com a cidade. Sua dispersão é bem mais visível, sendo que muitos apenas exerceram temporariamente este tipo de trabalho.

Dos anos 1960 até a conjuntura de instituição do Centro de Abastecimento, não encontramos nos poderes públicos a caracterização das vendas ambulantes como informais. Isto porque, mesmo com interesses em padronizar atividades comerciais, não houve intenção de retirar o mercado por completo das avenidas principais. Aos poucos, esta informalidade adentrou o cotidiano do feirante.

Nestas redes informais, foram formadas as sociabilidades urbanas de muitas cidades nordestinas, sob experimentações culturais e relações de trabalho que fogem aos parâmetros oficiais. Os usos próprios que as pessoas vão construindo dos espaços não permitem que haja um completo controle de suas atividades. Assim as redes cotidianas se tornam bastante significativas. Em Feira, assim como havia muitos feirantes que não eram diretamente trabalhadores do campo, poderíamos notar entre 1968 e 1974³³⁸, um número significativo de donos de pontos comerciais e prestadores de serviços diversos (restaurantes, pousadas, bares, vendedores dos mais diversos produtos como trabalhadores no mesmo local). Estas pessoas se inseriam em redes de empregabilidade que se colocavam fora dos circuitos formais da economia³³⁹.

³³⁷ Esta análise dos aspectos do *Setor Informal* está inserida no quadro teórico que refuta a existência de um setor *Econômico Informal*. No *Mercado Informal*, os negros ocupam as posições onde é exigido o mínimo de qualificação. Eles recebem os salários mais baixos, mas é neste *setor* em que os negros são a maioria, que se organiza a maior estratificação de acordo com a cor da pele. Quer dizer que o negro, o mestiço e o branco se posicionam numa escala de valores bem determinada. Efetivamente, este tipo de relação não é por acaso.

³³⁸ De acordo com os cadastros dos contribuintes com os impostos Municipais e licença para trabalho autônomo.

³³⁹ Conseguimos localizar estas fichas no arquivo público municipal de Feira de Santana. São pequenas fichas onde constam o nome do contribuinte, o valor a ser pago, sua profissão (com detalhes, ex: vendedora de azeite), local de vendas e ou endereço residencial, além de algumas observações anotadas pelos fiscais no ato da cobrança do imposto, como desistência de permanecer pagando as taxações. Estes dados serão cuidadosamente analisados a fim de construir uma leitura social da composição da feira no centro em relação aos outros trabalhadores urbanos que igualmente eram cobrados de pagamento pelo uso do solo urbano e conviviam com situações semelhantes aos feirantes. Segundo informações da Prefeitura Municipal, estes

cadastros eram preenchidos pelos trabalhadores com a finalidade de mais adiante retomarem os papéis para alegarem suas respectivas

A sobrevivência destas pessoas é vista muitas vezes como alternativa. Maria Tereza Haguette mostrou que as formas populares de sobreviver nas margens da economia, tidas quase como aptidão popular para *se virar* nas grandes cidades brasileiras, puderam ser vistas como focos de emprego não oficiais conectados a própria rede capitalista de exploração de mão de obra, que abrigaria as supostas *estratégias* diversas de vida junto ao setor de ponta do capital.

A baixa renda familiar da população das grandes cidades nordestinas levou muitas famílias a buscar formas de inserção no mercado de trabalho por hora-extra e colaborações intra-familiares. Compõem assim, o setor de prestação de serviços e outros complementos da renda³⁴⁰. O fenômeno já foi atribuído, segundo Haguette, a laços populares, que promoviam um jeito de lidar com a pobreza através da solidariedade. Porém, estes laços não podem ser tomados, segundo o conhecido estudo da autora, como um mito de complementação extratrabalho, para dar conta das necessidades destas pessoas. Para a autora, “na situação brasileira não temos [referindo-se a 1982] duas estruturas preexistentes [a formal e a informal] mas um só e único movimento que cria, recria e articula dois pólos em função de uma única lógica. Esta lógica é a lógica da acumulação capitalista que é dominante e tende a invadir todas as formas não capitalistas de produção e relações sociais”.³⁴¹

Apesar disto, são redes que fogem ao controle dos dados oficiais. Encontramos um exemplo típico desta complementação, para além da venda na feira livre, agregado a ela, na medida em que sua rotina provia de alimentos outras pessoas além do próprio trabalhador que lidava com o comércio.

Migrante sergipano, o Sr. José Santos chegou em Feira para tentar trabalho em 1970. O marco mais importante de relação com a cidade na trajetória por ele lembrada foi sua chegada naquele ponto. Fixou-o na Avenida Getúlio Vargas, onde passou a vender milho assado, na época de colheita de milho na região. Sempre comprava de atravessadores que lhe traziam a produção da roça, em caminhões estacionados ali mesmo, no centro do comércio. Estes caminhões passavam alimentos a serem vendidos pelos feirantes varejistas, como de costume, no comércio da feira livre, até os dias atuais. Quando o milho acabava, o Sr. José Santos buscava, em seu carrinho, outros produtos.

aposentadorias. Com este material, poderemos comparar profissões, estabelecer quantificações a respeito de sexo, ponto de vendas, mercadorias vendidas e uma melhor configuração das pessoas em relação a aquele mercado.

³⁴⁰ HAGGUETTE, Teresa Maria Frota. O mito das Estratégias de Sobrevivência: Um estudo sobre o trabalhador urbano e sua

família. Fortaleza-Ceará: UFC, 1982

³⁴¹ Idem, página 20.

Começava quinta feira, sexta sábado, domingo e segunda. (nos outros dias o senhor permanecia aqui?) Permanecia aqui vendendo laranja, vendendo umbu, no carrinho de mão. Comprava aqui, nos caminhões. Ficavam os caminhões aqui, aí eu comprava aqueles dois cem quilo de laranja, aí ia vender até chegar o dia da feira para ir trabalhar de carregador.

Mas algo de interessante o Sr José Carlos nos mostra, no detalhamento de sua rotina diária de trabalho naquele ambiente, que está além do que já sabemos. Os caminhões, que vinham de longe fornecer estas mercadorias, abastecer mercados e este comercio miúdo, feito por milhares de trabalhadores em Feira, dependendo igualmente destes para obter sucesso na distribuição, não voltavam carregados de produtos. Vendiam toda a produção, ou nas épocas em que as trocas estavam em baixa, por conta de variação de preços, ou por outras relações entre a lavoura e a mesa do consumidor final, deixavam tomates, abacaxis, goiabas, melancias ali mesmo, narua.

Quem dava sorte que vendia um caminhão de fruta... quem não vendia, tinha o resto que ficava aí tudo largado aí no meio da rua. Eu muitas vezes levei carro de fruta para dar aos vizinhos para dar aos meninos. Eles largavam aí e eu trabalhava de carregador, aí via, quem era os donos que já ia embora, aí caía um limão eu pegava e botava o menino para empurrar, chegava no vizinho: aí vizinho! Pegaá!

Em mais de uma passagem de sua fala, ele faz referência a este tipo de prática e atribui este laço a uma conexão local entre as famílias que moravam no mesmo bairro.

Comprava em retalho, comprava em quantidade, se vendia. Eu comprava 25, 20, 10, e eu 10, 5, vendia o caminhão do jeito que você queria, mas quando dava segunda feira duas horas, duas, três, aqueles que vinha de fora, de caminhão, pegava a mercadoria que não vendia e largava aí no meio da rua. Carregador como eu... meu menino é esse, ele era pequenininho, ficava aí com as latas, eu enchia e nós empurrava lá para o Jardim Cruzeiro. Chegava lá e entregava aos vizinhos: alô vizinho! Chegava lá doze horas da segunda feira de noite, os vizinhos acordavam aí um tirava um, tirava, era jaca e era coisa. E aquilo lá era bom, porque quem vem de fora não faz isso. Porque o povo, você pode carregar água no cesto, ele não acha bom.

Portanto, estes vínculos menos explícitos nas pesquisas econômicas podem ser expressos na remontagem de memórias destas pessoas de uma convivência com as condições de trabalho na feira livre. Ser feirante, neste caso, pode ser uma expressão de contato entre trabalhadores urbanos em busca de sobrevivências na cidade. As alusões de suas memórias trouxeram aproximações entre sujeitos que possuíam condições de vida semelhantes, em meio a carestia explícita nos anos 1970. Sobre estas recordações, não nos apresentam nem uma tendência popular a *se virar por conta própria*, nem mesmo resistências àquelas condições de vida, mas revelaram, sobretudo, marcos importantes nas trajetórias de vidas de algumas pessoas, quando se solidarizavam no cotidiano de moradores da cidade, tendo a feira um papel relevante nestes laços.

Neste percurso, se os feirantes da feirinha não estavam sozinhos naquele centro urbano, é notório que em cada esquina, cada via, cada praça, dividiam e disputavam com outros sujeitos sociais e outros grupos de trabalhadores, igualmente partícipes da rede de crescimento do comércio do centro, os territórios de realização de seu labor. As condições de vida nas quais se viam envoltos os empurrava para um misto de autonomia e subalternização, por serem seus próprios patrões e ao mesmo tempo, não possuírem direitos sociais básicos de trabalhadores.

Estas aproximações podem ser feitas em outras atividades de trabalhadores urbanos na cidade. Ao olharmos para as atividades do centro concomitantes com a feira em seus arredores, percebermos serviços que supriam a indústria que não estava locada no Município, a exemplo de redes de oficinas e vendas de peças de automóveis, só para citar um dos casos nos quais era possível perceber a expressa via de emprego, não menos vinculada ao capitalismo, do que o trabalho do camponês. Sem falar nas vendas de produtos importados por ambulantes que, a partir dos anos 1980, ocuparam as principais vias antes tomadas pela antiga feira, sendo removidos para um outro local na década de 1990. Em Feira, assim como havia muitos feirantes que não eram diretamente trabalhadores do campo, poderíamos notar entre 1968 e 1974³⁴², um número significativo de donos de pontos comerciais e prestadores de serviços diversos (restaurantes, pousadas, bares, vendedores dos mais diversos produtos como trabalhadores no mesmo local). Estas pessoas se inseriam em redes não menos complexas de empregabilidade, fora dos circuitos formais da economia.

Quando a ocupação do solo do centro da cidade pelos feirantes foi apresentada como ilegal na sociedade feirense, algo uniu agentes comerciais diversos, numa experimentação de negociação do local. A própria heterogeneidade é elemento de intersecção e pode ser aplicada como fator identitário do ser feirante em alguns momentos. Pois, na leitura do que venha a ser legítimo para seu trabalho, aprenderam comumente a territorializar, através da feira, o centro.

Este viés vem sendo observado por pesquisadores que procuraram entender a territorialização da cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século, e mais incisivamente nos dias atuais, por vendedores ambulantes. As mediações para demarcação de espaços de venda muitas vezes são justificadas em amálgamas culturais e, o fato de que haja uma heterogeneidade e o pertencimento a grupos étnicos distintos, fortalece uma particularização nos modos de vida de

³⁴² de acordo com os cadastros dos contribuintes com os impostos Municipais e licença para trabalho autônomo.

grupos de vendedores que não são fixos para com outros coletivos de trabalhadores³⁴³. Os sujeitos de suas pesquisas são justamente os ambulantes, representantes dos poderes oficiais, associações e consumidores, que tornam autênticos os espaços de vendas e cristalizam usos da cidade.

O deslocamento destas pessoas dos locais de trabalho não significou, necessariamente, uma perda explícita dos seus lugares sociais na cidade, nem mesmo na feira. Foram remodelados, de maneira excludente e sob padrões hegemônicos de organização da cidade. Concordamos com Ciro Flamarion quando afirma, baseado em Milton Santos, que *nas novas condições* de organização espacial da sociedade capitalista, não há necessidade de negar a territorialidade ou a espacialidade, “mas de perceber, nela, uma nova organização, que ele denomina meio técnico-científico-informacional”³⁴⁴. Assim, identidades são transpostas em novas hierarquias espaciais. Tal movimento não ocorre como permanência, mas como um trânsito dialeticamente construído pelos sujeitos em relação com o espaço.

Maria Helena Almeida discute se seria possível enfrentar as questões sobre classe social em grupos de pessoas tão heterogêneos com os dos feirantes de rua, por exemplo. Deslocados de referências mais centralizadas no trabalho, os vendedores ambulantes se reportaram ao passado de outras experiências para enfrentar sujeitos com os quais antagonizam na cidade. Seu apego ao espaço é mais demarcado e neste sentido, a cidade tem lugar de destaque em suas identidades. Em cada trajetória de vida, é possível, assim, perceber referenciais de redes familiares, de vizinhança e de coletivos que permitem a continuidade de uma condição de vida e manutenção de suas raízes com a urbe. Não se trata aqui de celebrar estas formas de vida. Nem mais nem menos digna do que outras formas de trabalho, a venda nas feiras se delineia entre a autonomia, a esperança, a garantia do ganho diário, com a realidade mais recente do desemprego e da exclusão de milhares de pessoas dos direitos sociais do trabalhador.

Num conjunto heterogêneo de informações sobre quem trabalhava na feira, a trajetória auxilia no acompanhamento de uma somatória de experiências ao longo de uma vida, mas posta em conexão com outras.

As pessoas da feira não eram apenas feirantes, o que traz uma dimensão mais complexa na sua identificação enquanto trabalhador. Preferimos localizar aquelas que durante suas vidas viveram diretamente a feira. A sua articulação como *informal* se faz não somente por

³⁴³ GOMES, Maria de Fátima Cabral (org.) Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do

comércio ambulante em tempos de globalização. Faperj:2005.

³⁴⁴ CARDOSO, Ciro. Um historiador fala de teoria e método. São Paulo: EDUSC, 2005.

aquele ambiente de trabalho. Nem assalariados, nem independentes, compõem um grupo grande e complexo, cujas identidades não podem ser localizadas na profissão³⁴⁵.

Nossos colaboradores e colaboradoras são pessoas idosas, que não possuíam assistência médica, transporte e outros *benefícios* de quem tem um ofício de carteira assinada. Alguns se aposentaram, por conta da idade, outros, orgulham-se por ter que trabalhar ainda idosos, para prover a família, quando não teriam outra opção de renda. Mas em sua maioria, os vendedores de frutas, verduras, cana, milho (para citar alguns) e as mulheres que se desdobram entre tarefas domésticas e outras formas de sustento em serviços gerais, não abrem mão de serem feirantes. Sabem desde muitas gerações, seus parentes, pais, avós, tios, viveram daquele mercado, são conhecidos *na praça* e interrupções nesta forma de vida não foram feitas sem traumas. Temos de considerar neste sentido, em que medida as pessoas são empurradas para esta forma de vida ou escolheram se inserir nela, como forma de adquirir outros patamares de sobrevivência *autônoma*.

Como mais um dos fatores de alianças ou de diferenciações entre grupos de feirantes, podemos apresentar as origens. Feira de Santana possuía – e ainda o possui – fama de receber diversos migrantes atraídos pelos investimentos no CIS e mais anteriormente, pela construção de estradas de rodagem que a ligavam a todo o país. Lagoas e nascentes, além da propaganda da chegada de um centro industrial a fornecer empregos, pareciam prometer boas condições de vida para os que aqui passavam.

Segundo José Santos, “quem passa em Feira, que bebe água de Feira, até vai, mas chega lá vende tudo pra vir aqui para Feira. Uma terra boa, não tem ladeira, não tem nada”. Feira de Santana era sem dúvida um grande atrativo para migrantes. Sobre este aspecto, Juarez Bahia se refere a uma *promissão* em seus textos, atrás da qual viriam diversos migrantes.

Resguardando vivências próximas, podemos identificar naquela feira os feirenses da terra e os sergipanos, alagoanos, recifenses, e outros sujeitos vindouros de Juazeiro da Bahia, Chique-Chique, Serrinha e vários outros lugares, a fim de ali se estabelecer. Inclusive, a atribuição de apelidos de acordo com a origem dos migrantes, era prática comum na cidade.

Nas palavras de Juarez Bahia, “Gente de Irará, São Gonçalo dos Campos, Cachoeira, Serrinha e todo o mundo, dos países do mundo e dos estados dos países ao redor do mundo da Feira vai chegando, achegando-se, entrando no esquema do Departamento”³⁴⁶.

³⁴⁵ MALAGUTI, Manoel Luiz. Crítica à Razão Informal. A imaterialidade do salariado. Boitempo, 2001.

³⁴⁶ BAHIA, Juarez. Setembro na Feira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, página 58. (referindo-se ao Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia e abertura da Rio-Bahia, via Feira).

Ao olharmos para a problemática dos laços sociais montados não necessariamente pela feira, mas nela fortalecidos, podemos considerar, numa leitura mais clássica que, os camponeses, por sua vez, tinham nos mercados locais um elemento fundamental na reprodução da sua existência enquanto trabalhador³⁴⁷. Esta vinculação pode ser entendida como via de autonomia, por conta do seu sustento provido singularmente no trânsito entre a roça – trazendo sua própria produção – e o centro da cidade, de onde extraíam dinheiro para a complementaridade da economia familiar. Mas pode ser entendida também como caminho indissolúvel da sua condição de dependência e reprodução de um circuito maior de troca e venda de produtos alimentícios.

Vale à pena, ainda, explorar os dados recolhidos pela Prefeitura como forma de apontar para os tipos de vendas que estiveram presentes no Centro de Abastecimento nos últimos anos. Os dados recolhidos no ano de 2000, revelaram o primeiro estudo de perfil dos vendedores do local, através de estudo realizado em conjunto com o Clube de Diretores Lojistas e a UEFS. A pesquisa foi encomendada pela Prefeitura Municipal, com o objetivo de solucionar em curto prazo os problemas de controle das atividades do CAF. Encontraremos nesta pesquisa dados gerais sobre o mercado, que serão analisados abaixo e dados específicos, que nos levam a crer na composição majoritariamente negra das atividades de feira de alimentos de pequeno porte.

Sistematicamente o Centro foi dividido em áreas de pesquisa, sendo A) comércio de cereais, amidos, féculas, mercearias, B) carne bovina, carne do sol, secos e defumados, peixes, aves e outros, C) comércio de artesanato e semelhantes. Na subdivisão da pesquisa, pequenos e grandes comerciantes foram inclusos no setor A. Além destes, dispunham-se outros três setores, artigos de cauteria ferragens, ferramentas, flora medicinal (ervas), mobílias, fumos e bebidas e carne suína, ovina e caprina (em pequeno porte), castanha, amendoim, beju, puba, folha de mandioca, ovos, miúdos e vísceras 3) hortaliças, legumes, verduras, raízes e tubérculos.

Fazendo uma comparação dos dados extraídos pela pesquisa, pudemos perceber que o setor 2, de carnes e vísceras, dispunha de um maior número de estabelecimentos (galpões e bancas) 524, sendo que destes, apenas 82 estariam vagos, o que demonstra uma organização maior destes vendedores em manter-se no local de vendas. A propriedade dos boxes é muito mais fixa neste ramo de negócios no Centro de Abastecimento do que em outras atividades. Os negociantes de carne estiveram à frente das organizações internas do CAF, durante os seus anos de existência, até então mantendo-se como porta voz da maioria das questões buscando falar em

³⁴⁷ OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. A luta pela autonomia e a participação política dos camponeses: um estudo das micro-regiões de
168

Feira de Santana e Serrinha no Estado da Bahia.

nome dos feirantes. Já o setor 3, de hortaliças, frutas e verduras, dispunha de um número semelhante de pontos, 530, sendo que destes, 400 estariam vagos. Supomos que, devido aos problemas de manutenção em local fixo, recolhimento de impostos, o espaço destinado a feira livre de alimentos de menor quantidade, revelava uma transitoriedade de pessoas. Um dos problemas que teriam de ser solucionados pela Prefeitura, mencionado em entrevista com o secretário do Centro de Abastecimento, Sr. Delorme, foi o fato de que o espaço destinado à feira de hortaliças, legumes e frutas, quase sempre estavam ocupados de maneira “irregular” pelos feirantes. A causa estaria na relação de desapego que estas pessoas possuíam com o ponto, cadastrando-se e depois o abandonando, ou tomando-o de empréstimo, sendo que muitas destas pessoas trabalhavam para terceiros, distribuindo os produtos de atacadistas em carros de mão ou lonas que logo seriam retiradas do local. Além disto, podemos deduzir que muitas pessoas circulam pelas ruas da cidade, pois o mercado destes produtos é o de maior expressividade nestesentido.

Com relação aos pontos adquiridos, muitos não eram legalizados, aliás a grande maioria (76 por cento). Eram comprados de terceiros, alugados ou emprestados, sendo que apenas 23 por cento eram adquiridos junto à prefeitura, lembrando que o cadastro datava dos primeiros anos do Centro. Apesar de ser a vendagem de frutas e legumes a que menos ocupava locais fixos no centro, eram os produtos mais comercializados. Podemos entender que, somados ao pequeno comércio, agregavam-se às trocas atacadistas e, além disto, o número de feirantes de alimentos era muito grande. Já que a maioria dos pontos era cedida por terceiros ou alugados, emprestados, o cadastro de mais de 20 anos, ou seja, das origens do Centro de Abastecimento correspondiam a 23 por cento das pessoas, demonstrando uma relação mais orgânica com o local da parte dos comerciantes de feijão, de frutas e verduras em grande quantidade. O trabalho dos feirantes dividia-se quase na metade, no ano de 2000, entre carregadores, empregados e donos de boxe, entre membros da família e outros. Os maiores dias de comércio foram constatados na segunda-feira e no sábado, sendo que a grande maioria das pessoas comercializava todos os dias.

Alguns dados, como os que diziam respeito à filiação a entidade de classe, vinham acompanhados de comentários. Para a pesquisa, as informações demonstravam que a grande maioria das pessoas não eram filiadas a entidades, porque havia uma “falta de interesse pelas entidades existentes”. De fato, o que desmotivou os pesquisadores foi a constatação de que a maioria dos feirantes do CAF não consideravam o espaço como ponto crucial para as vendas, sendo feirantes

concomitantemente de outros mercados da cidade. O principal objetivo administrativo do Projeto Cabana para gestão do local, o de transformá-lo em uma autarquia, era frustração também notada na pesquisa. Enfim, o Centro se consagrara como local de vendas atacadista, pelo qual os pequenos feirantes pouco se interessavam em fixar trabalho.

4.2 – Trazer a roça para a rua: o feirantecamponês.

Uma das questões que mais permearam os estudos sobre o mundo do trabalho até hoje foi a forma como os camponeses passaram a lidar (entendidos como produtores individuais de mercadorias) com as mudanças na economia, que conectava-os a formas mais modernas de trato com o político.

A maioria dos estudos dos quais falamos tem como base as referências da História Social Inglesa de Eric Hobsbawm, Richard Hoggart e E. P. Thompson. Em geral, polemizaram sobre as características tipicamente camponesas de lidar com a coletividade e de enfrentar as mudanças nas relações de trabalho e nos modos de operar politicamente tais transformações na virada do século XVIII para o XIX.

Mesmo distante no tempo, tais estudos podem ser tomados como referência para pensar os termos nos quais puderam ser encontradas entre estes produtores – em certa medida autônomos, em certa medida explorados – as noções de coletividade, produzidas internamente, pela sua condição concorrencial e, ao mesmo tempo, promotora de importantes solidariedades. É fundamental também percebê-los em relação a outros grupos de trabalhadores e proprietários³⁴⁸. Na bagagem, mulheres e homens do campo trouxeram suas solidariedades e elementos camponeses para a urbe feirense e trocavam informações, laços e novas experimentações com trabalhadores urbanos que extraíam da feira livre o sustento familiar.

Se a via plural e aparentemente desconexa de aproximação permitiu solidariedades no ato da compra e venda da feira, em sua organização, configuração dos espaços de atuação de cada vendedor e circunscrições díspares dos grupos de feirantes nos locais de trabalho, o aspecto festivo da feira é um outro fator de entrelaçamento entre grupos feirantes e a freguesia. Os encontros semanais mantinham laços além do que pode ser analisado nos números do

³⁴⁸ HOBSBAWM, Eric. 1999: 216,217.

comércio³⁴⁹: “...os feirantes e compradores têm ponto certo de encontros: o Pessoal de Santo Estevão, na Rua Conselheiro Franco, o de Tanquinho, na Praça da Bandeira, o de Anguera e Ipirá, na Praça Fróes da Mota”³⁵⁰

Nestes locais incidiam “desde a entrega de uma carta de um parente distante à troca de informações sobre a seca em determinada área da região ou mesmo acerto de contas e de negócios os mais diversos”³⁵¹. Não só por esta razão, identidades outras podem, e já foram apontadas entre as pessoas que freqüentavam o centro da cidade.

Além do seu forte caráter econômico, a feira livre apresentava características peculiares no que diz respeito à cultura, fato comumente ignorado ou considerado de pouca importância diante de sua representatividade econômica, afinal este comércio representava um centro importador e exportador de produtos.

No trabalho de Izabel Oliveira³⁵², fica clara a presença de cordelistas, vaqueiros, cantadores, vendedoras de pratos típicos, cachaça, freqüentadores de bares, ente diversos personagens, que faziam do local não somente um ambiente de trabalho e negócios, mas, sobretudo, de lazer e trocas culturais fundamentais na identificação do feirante e do feirense.

A leitura de Milton Santos, por exemplo, sobre a relação do migrante com o lugar em que chega é bastante delicada. Para ele, se desenraizado do campo, indo para o lugar novo no qual seu passado não está, o migrante estaria desconectado de seus laços coletivos e obrigado a criar novos laços experimentais.

Mas podemos questionar até que ponto o passado do qual precedeu uma experiência social rural, por exemplo, foi abandonado em local urbano e assim, como a reaprendizagem dos laços sociais carregam os aspectos de vivências já existentes trazidas para a cidade. Sua memória mediará relacionamentos interpessoais e o munirá de leituras específicas de coletividade que se porão em diálogo com os elementos do local que chega.

Caso contrário, correríamos o risco de dizer que as pessoas estão tão enraizadas ao espaço no qual viveram seu passado, que em novas realidades estariam desprovidas de aspectos que os conectassem ao novo local, às novas experiências.

³⁴⁹ Observação: como este será um capítulo conclusivo, pretendo explorar as entrevistas como um todo neste quisito, perpassando os diversos capítulos, em especial o capítulo II.

³⁵⁰ A Tarde, 11 de Janeiro de 1977 apud MOREIRA, 1998.

³⁵¹ Idem.

³⁵² OLIVEIRA, Izabel Lorene Borges de. Apolo e Dionísio da festa de feira: cantadores, cordelistas, vaqueiros... da feira livre de Feira de Santana (Bahia), Feira de Santana: UEFS, 2000.

Em candeias eu passei foi três dias, quando terminou o jeito foi vim pra Feira. Eu sou Sergipano, e minha esposa é de Ribeira do Pombal. Nós dormia até aqui no passeio.

Agora não que ela já tá na idade, não pode ta rodando pra lá' e pra cá pra não pejudicar, né? ³⁵³.

Correlacionados às formas familiares de produção, os camponeses são referenciados também em *unidades familiares* subordinadas a relações de produção mais ou menos hierarquizadas com formas de vínculo com a terra que não a da pequena propriedade. Os camponeses da região foram tratados como classe no estudo do sociólogo Ildes Ferreira (1987), numa contestação de que estes foram atrelados a uma incapacidade de mobilizarem-se por si próprios. Ele entende que, para reproduzirem a *unidade familiar*, os camponeses se mobilizaram em busca de auxílio de órgãos que lhes fornecesse condições de melhoria na produtividade. Sem poder de estocagem e, numa relação mais umbilical com a natureza, são definidos como sujeitos da pequena produção, não necessariamente pelo tamanho de suas terras, mas na forma de uso da mão de obra e nos resultados de seu trabalho (destino para venda para terceiros, venda nas feiras ou para provimento próprio).

Ocorreu nos anos de estudo que visualizamos uma mudança considerável no perfil dos trabalhadores da feira livre. A quantidade de pessoas que vendiam seus produtos diretamente de suas roças diminuiu e então, a visão sobre o *atravessador* que compra de fornecedores maiores para distribuir *na retalho* se modificou. Nos anos 1980, portanto, o crescimento do número de pessoas que, na cidade que passaram a vender alimentos como forma de vida no comércio da cidade pode ser explicada de variadas formas.

A conjuntura dos anos 1980 foi avaliada por intelectuais de esquerda e por investidores como uma década perdida.

De Decca (1993) relacionou esta leitura ao término de uma conjuntura de crescimento e da economia nos anos que a antecederam, sendo a década de 1980 um momento considerado de crise no setor estatal, crise no formato de funcionamento da administração pública, crescimento de desemprego *estrutural* e a aproximação de setores subalternos e dominantes das vias neoliberais de atendimento das demandas sociais em privatizações e sucateamentos da coisa pública.

Sem mencionar a crise proclamada internacionalmente, veiculada a uma *reestruturação produtiva* que teve efeitos até então incontornáveis nas relações de trabalho e nas lutas sociais.

³⁵³ Depoimento de José Santos.

Neste ínterim, caberia, segundo De Decca, questionar “como as novas formas de organização produtiva e do trabalho emergente atuavam sobre um mercado de trabalho que nunca teve como sua marca principal a rigidez das relações de trabalho (1993: 310)”. O que decorreu foi o crescimento sem igual das formas precárias de atividades produtivas e trabalho e, mais ainda, o crescimento do setor terciário no Brasil.

As perdas dadas pela virada dos centros urbanos que duplicaram a população e, em contrapartida, a queda da população que sobrevivia de atividades agrícolas³⁵⁴ fez com que milhões de agricultores buscassem formas de vida nas cidades brasileiras que os puseram nas periferias e sob a pecha da ilegalidade na maioria das vezes. Também, a queda da participação feminina na população economicamente ativa, nos anos 1960, foi dada pela desarticulação das atividades de economia familiar, sendo mais adiante, absorvidas pelo mercado informal no pós anos 60, quando voltou a crescer tanto a participação feminina no PEA, quanto às atividades terciárias.

4.3 – Traços de uma feira negra e popular: práticas cotidianas

A atribuição de uma origem comercial de Feira de Santana, devida aos caminhos do gado e à sua feira livre é um texto recorrente nas pesquisas sobre a cidade. Em 1873, quando Feira foi elevada a Cidade Comercial, as atividades de troca entre o sertão e o litoral eram sem dúvida o seu ponto de destaque econômico na Bahia e, no início do século, a cultura do gado a singularizou neste circuito. O trabalho do vaqueiro, em tais circunstâncias, ganhou relevo como responsável pela movimentação da principal mercadoria feirense. Mas a memória da formação do Arraial de Santana, ainda no século XVIII, guarda muitas questões para os historiadores que arriscam buscar outras “origens” para a população e a economia feirenses. No caso de Zélia Lima e Vicente Deocleciano Moreira, a patente presença da escravidão africana nas redondezas vislumbra um quadro de uma região recortada por diversas lavouras de subsistência para suprir as trocas oriundas da pecuária e mesmo, a presença de povoados inteiros que sobreviviam da plantação de milho, mandioca, batata e outros tubérculos, feijão, e os alimentos que alimentavam a população concentrada na vila.

³⁵⁴ enquanto dois terços da PEA nacional inseria-se nas atividades agrícolas em 1940, verifica-se que menos de um terço estava alocada nestas atividades em 1980 (DE DECCA, 1993, 312).

As pesquisas de Renato Galvão, no início dos anos 1980, a respeito das terras que deram origem ao povoado local, recorreram às terras de São José das Itaporocas, interior da sesmaria dos Tocós, que se estendia até o São Francisco, para encontrar as explicações para o povoamento das terras que vieram, segundo esta leitura, a dar “origem” a Feira de Santana. Celeste Pacheco argumentou que o povoamento dos interiores deve muito à população indígena dizimada na fundação destes territórios. As queixas de assaltos nas estradas, dirigidas à Cachoeira, levaram Zélia Lima a supor que boa parte da população dos arredores do arraial de Santana era composta de pessoas que viviam às margens da estrutura produtiva de pastoreio que supria Santana. Foi Vicente Moreira quem indicou o maior número de pontos de partida para a dedução de que a feira de Feira de Santana era composta, desde suas origens, por hábitos e pela população negra da região.

A expansão desse cenário humano e sócio-econômico possibilitou a instalação ou a consolidação de uma feira periódica, na primeira metade do século XVIII. Mas, somente no século XIX, a feira periódica que batizou e deu renome à cidade de Feira de Santana experimentou apogeu econômico (...) Alguns anos depois da mudança do maior dia da feira para segunda-feira, a terça passou a apresentar, contudo um movimento especial de fregueses: era o dia dos restos da feira. Escravos e outros segmentos da população mais pobre aproveitavam para catar, no lixo, produtos estragados ou comprá-los a preços mais baixos e acessíveis³⁵⁵.

Esta dimensão sugere a presença de uma população negra de catadores que viviam em volta da atividade mercantil feirense. Contudo, esta insinuação não dá conta da riqueza da participação negra no trabalho e na cultura de feira livre no centro de Feira. Em outra contribuição mais específica, Moreira apresentou um cruzamento entre o estudo de memória da feira e pesquisas sobre a escravidão na cidade. Sem dispor de muita documentação no momento, Moreira arriscava que

(...) refletir sobre a escravidão em Feira de Santana contribui para que compreendamos a presença e a participação do negro nas feiras livres, seja na condição de escravo fugido – alvo da repressão generalizada – seja como negro de ganho e negro-de-ofício, ou ainda como feirante, compondo, em quaisquer das hipóteses, elemento étnico de significativa presença no cenário sociocultural e econômico dessas feiras³⁵⁶.

Vicente Moreira argumenta suas hipóteses, ensaiadas em apenas três páginas, o fato de que havia muitas queixas contra agrupamentos de negros fugidos na comarca de Cachoeira. Além disto, Moreira notava que muitas eram as evidências de que, uma região destacada na Bahia por

³⁵⁵ MOREIRA, Vicente. Projeto Memória da feira livre. Caminhos históricos da feira de Feira de Santana: origens e secularidades. *Sitientibus*, n.10, jul/dez de 1992.

³⁵⁶ MOREIRA, Vicente. Projeto Memória da feira livre. A escravidão em Feira de Santana. *Sitientibus*, n. 5, 1988.

conta de uma feira de gado – substituindo no início do século XIX a *Feira Velha do Capuame*, da região de Dias Dávila na movimentação dos negócios com o gado – deveria ter em volta de si um número grande de plantadores. Sendo a área fartamente recortada por pequenas propriedades, ficaria patente que Feira de Santana era não só uma área de cultura de gado como de cultura de subsistência.

No texto do Projeto Cabana, é possível perceber que havia uma preocupação da parte da gestão local da prefeitura em regulamentar a maioria das terras feirenses que não tinham escritura e advinham de empréstimos, favores e relações de troca internas às fazendas que não passavam pelo crivo do poder público. O brasilianista Rolie Poppino correlacionou a presença do grande número de negros na população feirense ao grande número de pequenos lavradores na região e além disto, ressaltou que a riqueza de muitos comerciantes da cidade se vinculava justamente a vinda destas pessoas da roça para a cidade todas as segundas-feiras. De maneira que, a circulação comercial dos produtos alimentares em Feira, até os anos 1950, davam conta de tornar a cidade viva em seu comércio semanal para que se instalassem ao seu redor casas comerciais dos mais diversos produtos, hospedarias, cafés e vários estabelecimentos que aos poucos foram dando surgimento a uma cidade voltada para aquele comércio e, ao mesmo tempo, a economia rural era igualmente fomentada pela feira. Moradores das fazendas traziam seus produtos para vender, numa relação de interdependência com os proprietários de terra que os abrigavam, pois muitos deles, durante outros dias da semana, trabalhavam em outras roças, na cultura de outros produtos, ou ajudavam a criar o gado, necessitando da feira para complementar sua renda.

De outro modo, as pessoas que compravam produtos na cidade, principalmente a partir dos anos 1950, que chegavam em Feira nos caminhões vindos das mais diferentes regiões da Bahia e do país, supriam a necessidade que a grande produção de alimentos tinha de ter seus produtos distribuídos em pequenas quantidades até chegar ao consumidor final. Neste caso, supomos que muitas destas pessoas que encontravam como alternativa de vida o comércio de alimentos na cidade, eram oriundas das relações sociais de produção e de trabalho com a população negra, que deu conta de sobreviver nos grandes e médios centros do comércio e dos serviços.

A despeito da presença negra no mercado livre feirense, muitas pesquisas ainda estão sendo feitas recentemente por jovens historiadores que debruçam-se sobre arquivos do século

XIX em busca de indícios das relações sociais da escravidão feirense e de sua relação com a composição do mercado de trabalho local.

Os sujeitos responsáveis pela alimentação da população local pouco foram mencionados na história da cidade. Tanto estes como uma população urbana que sobrevivia de atividades diversas no centro urbano precisam ainda ser tema de pesquisa. O ganho dos trabalhadores instalados nas ruas principais ainda é desconhecido da história feirense. Sabemos que o período pós-abolição resguarda na historiografia nacional a revelação de formas diversificadas de trabalho entre a população liberta, que encontrava nas profissões do comércio e de serviços a maior parte de suas atividades, construindo sobre estas culturas de trabalhos específicas.

O caso do carregador Higino Ferreira, já mencionado neste texto, demanda reflexões sobre o tipo de trabalho que exercia e sobre o olhar dos moradores da cidade sobre o seu modo de vida. Higino viveu toda a sua vida na labuta com os serviços de carregador na feira livre, transitando nas calçadas de Feira durante 60 anos ininterruptos, algo que não era e não é raro na cidade, visto que tal ocupação é iniciada ainda muito cedo por meninos que encontram alguns trocados nesta atividade de suporte do mercado. O fato de Higino possivelmente ter sido filho de escravos agravou, para as autoridades locais, a urgência da oferta de algum tipo de auxílio financeiro para o carregador. Podemos supor que Higino não era sozinho na história do trabalho urbano de suporte para a feira livre, em atividades sem as quais a feira não ocorreria e também que muitos descendentes de uma liberdade incompleta encontraram na feira o sustento para suas famílias ou a complementação de renda necessária para sobreviver na cidade.

Sobre o início do século e o trabalho urbano feirense, encontramos no trabalho de Reginilde Santa Bárbara um importante ponto de partida. Lavadeiras expuseram em suas histórias de vida exclusões e emancipações, num cotidiano que revela a labuta diária pelo sustento familiar aliada à resistência de suas identidades culturais mediante policiamentos do controle público de práticas populares, diante do crescimento da cidade.

Neste sentido pensamos que boa parte da proibição de práticas no centro da cidade diziam respeito a práticas festivas do candomblé, como a suspensão de batuques congados no final dos anos 1960, com o Código de Posturas Municipal. No cotidiano da feira de alimentos não é difícil perceber não só aspectos da cultura negra e popular de Feira como a presença de muitos feirantes

e consumidores negros. No conjunto das atividades, as práticas dos frequentadores e frequentadoras e dos vendedores e vendedoras trazem uma riqueza de detalhes que nos reportam para um dia a dia permeado de modos de viver enraizados na negritude feirense.

Não só durante os festejos à Santa Bárbara e Iansã, mas durante todo o ano, a feira e em seguida, o Centro de Abastecimento eram circuitos privilegiados para comprar apetrechos para cerimônias do candomblé, havendo inclusive, casas especializadas instaladas no Centro. Em seu entorno, os tempêros, os quiabos, as farinhas, frangos, mariscos, amendoim e outros fazem parte da mesa das festas e do dia a dia de milhares de pessoas. Assim, a feira livre, desde o início do século, esteve permeada pelos símbolos da religiosidade negra. Não somente por via direta da circulação de produtos acima citados, mas especialmente pelo comportamento e pelo modo de vida das pessoas que a vivem diretamente. É cotidiana, na atualidade, a presença de vendedoras usando torços em volta de suas cabeças, bem como do uso da folha de arruda atrás da orelha como forma de proteger-se dos maus olhados e garantir a prosperidade das vendas. Cordas de alho penduradas nas bancas também são destinadas a estefim.

A imagem da fotografia pode revelar uma série de características aqui mencionadas. Nos permite ler que havia uma infinidade de mulheres negras utilizando o torço como encontramos também, muitos meninos negros carregando carros de mão e caixotes, além da presença de muitas pessoas negras circulando em volta das bancas.

A importância da cultura negra na montagem dos costumes da feira está latente em todas as suas dimensões. A alimentação vendida no Centro de Abastecimento atualmente esteve presente na *antiga feira*, como nas demais feiras livres da cidade – Estação Nova, Cidade Nova e mercado do Tomba. Sarapatel, Caruru, Vatapá, Meninico, Maniçoba, Mocofato, Feijoada, são o almoço de quem chega junto a uma das barracas destinadas a este fim. Aliás, a cultura de comer na própria feira é parte fundamental do cotidiano do feirante que, sem tempo para ir em casa e voltar, precisa ali mesmo alimentar-se. Muitos levam em suas quentinhas um pouco do cuscuz feito em casa de manhã cedo e outros permanecem todo o dia com a alimentação da manhã, vindo a alimentar-se novamente apenas no final da tarde. Espalhadas por toda a feira, as barracas de comida mantiveram-se nas ruas na década de 1980, tendo em 1990 conseguido licença da prefeitura para fixarem seus pontos numa travessa central de Feira (hoje ao lado do Arquivo Público Municipal).

A venda da cachaça era a especialidade de muitas barracas da feira. As misturas de *fôia pôde* geravam um sem número de bebidas que, além de revelarem sabores diversos e alimentarem o aspecto lúdico do mercado, destinavam-se a variados fins. Cachaça para noivado, para melhoria do desempenho sexual, para mau humor, e para muitas outros problemas eram tomados pelos frequentadores e dependiam da erva ou do bicho que se punha dentro da cachaça para *curar*. Os erveiros e erveiras também tinham suas bancas específicas para suprir estas e outras necessidades. Como parte das crenças populares, estas pessoas ofertavam a cura para os mais diversos males da saúde e do psicológico. Agregavam-se assim à cultura negra e à feira livre as práticas populares dos transeuntes e frequentadores do centro da cidade. Isabel Lorene versou sobre esta cultura, encontrando na junção de todos estes elementos uma cultura de feira livre enraizada na vida da maioria dos feirenses.

Algumas evidências nos aproximam ainda mais da suposição da presença da população negra feirense em grande quantidade das atividades do mercado de alimentos, como o fato de que, segundo o secretário Delorme, a maioria das pessoas que ganhavam a vida no Centro de Abastecimento eram moradores do bairro da RuaNova, bairro feirense conhecidamente vinculado ao negro.

4.4 – A Associação dos Feirantes, as homenagens a Santa Bárbara e Iansã: práticas coletivas de feirantes no Centro de Abastecimento

Duas questões ocorridas recentemente e envolvendo diretamente a história dos feirantes merecerão menção neste texto. A primeira delas é a fundação de uma Associação por alguns feirantes na feira do Tomba, sendo sua sede depois deslocada para dentro do Centro de Abastecimento e a segunda é a disputada construção dos festejos à Santa Bárbara e Iansã, hoje inserida no calendário oficial de festas populares da cidade.

Diversos sindicatos e associações podem ser apontados na história dos feirantes, visto que esta categoria forja uma identidade urbana que agrega uma pluralidade de setores do trabalho na cidade, comerciantes dos mais diversos produtos. Com relação aos vendedores de alimentos, localizamos uma das associações fundadas ao longo dos anos após a construção do CAF. Trata-se da fundação de uma nova Associação de Feirantes em 1989, já em uma outra conjuntura, passada quase toda a década de 1980 e os primeiros anos de convivência entre feirantes do Centro de Abastecimento e a administração municipal daquela autarquia. Além disto, esta associação foi

fundada depois de aprendizagem na lida entre esta direção e as formas de trabalho dos feirantes que aos poucos iam se impondo dentro do local. É neste contexto que um grupo de feirantes, donos de boxes no CAF, organiza-se em torno de um coletivo de vendedores interessados em organizar o espaço. Eram em sua maioria atacadistas.

Os objetivos da Associação, de acordo com o seu estatuto era realizar “estudo, coordenação, proteção, defesa e representação da categoria, visando à manutenção e a defesa das instituições democráticas brasileiras, melhorias nas condições de vida e trabalho de seus representados, colaborar com os poderes públicos e demais associações no sentido de solidariedade de classe e não tem fins lucrativos”. Além destas definições mais gerais, definem que a associação ficaria comprometida com uma colaboração para com o Estado, se posicionando como “órgão técnico e consultivo no estudo de solução de problemas dos feirantes”³⁵⁷.

Na prática, o objetivo que mais movia as ações destes comerciantes era a constante alteração dos impostos pelo uso do Centro e dirigiam as acusações ao Prefeito Colbert Martins, que assumia pela segunda vez o mandato da Prefeitura, desde que o Centro de Abastecimento havia sido construído. Na primeira reunião, a associação contou com cerca de 35 presentes, entre filiados e outros membros e definiram as justificativas de suas ações: “Porque nós não tínhamos mais condições de pagar os altos impostos cobrados nesta autarquia pelo Sr. Prefeito Colbert Martins da Silva”³⁵⁸. Encontravam no poder executivo o alvo para suas reivindicações, publicando notas de repúdio na imprensa e enviando ofícios e outras correspondências ao secretário de Abastecimento do Município, o Sr. Sérgio Madeira, um dos nomes mais citados pela associação. Ora como baluarte, para a queixa contra as taxas consideradas indevidas, ora apontado como solucionador dos problemas de infraestrutura. Os membros procuraram divulgar a fundação da associação através do convite de autoridades locais, como o comandante do 35º Batalhão, para as reuniões, mas parece que o principal problema de reconhecimento do grupo ocorria dentro do próprio Centro de Abastecimento, com relação aos feirantes, que vendiam mercadorias em pequenas quantidades, não possuíam locais fixos para seu trabalho e entravam em conflito constantemente com os atacadistas. Como a associação procurava cobrir as demandas também do matadouro municipal, exigiu da Prefeitura as devidas instalações para a prática do abate de gado. Num debate sobre a relação da associação com os demais comerciantes do Centro, o Sr. Francisco Gilvan

³⁵⁷ Estatuto da Associação dos Feirantes do Centro de Abastecimento, Campo do Gado e Feiras Livres de Feira de Santana –

Bahia.1989).

³⁵⁸ Livro de Atas da Associação dos Feirantes do Centro de Abastecimento, Campo do Gado e Feiras Livres de Feira de Santana, 1989, página 5.

“Expôso que está acontecendo na área da cebola, há comentários de que o presidente está se preocupando só com sua área, ou seja, o matadouro municipal e os ceboleiros, através da associação pedem a abertura da rua que dá acesso a avenida canal³⁵⁹”.

Para resolver a questão, a associação procurou estabelecer um representante de cada área da feira do Centro de Abastecimento nos diálogos com o superintendente Sérgio Madeira. Mas as contendas com a feira dos hortifrutigranjeiros pareciam não ter fim, já que, sem propriedade dos pontos de venda, não se fixavam na organização que pretendiam os comerciantes atacadistas.

O senhor Agostinho Vieira fez um protesto em relação a feira de área livre do pavilhão de hortifrutigranjeiros que está prejudicando os comerciantes que pagam impostos legalmente e que esta feira deve ser removida, inclusive o Senhor Sérgio Madeira prometeu resolver e nada o fez³⁶⁰”.

Segundo a associação, o aspecto da feira ali instalada constrangia os demais negócios do mercado e discutiam os termos dos direitos de uso conforme pagamento do espaço na Prefeitura. Depois, a associação conseguiu obter sucesso nesta empreitada e a pequena feira de hortigranjeiros foi removida temporariamente do ponto. Da mesma forma, conseguiram que o superintendente pressionasse os vendedores, que já estavam nas ruas e criaram uma feira na Marechal Deodoro a sair daquele espaço e vir para o Centro de Abastecimento. Desta maneira, a associação se apresentou como colaboradora da consolidação do CAF como mercado de alimentos da cidade e, em troca, negociaram a diminuição dos impostos. É importante ressaltar que foram responsáveis pelo fornecimento de infraestrutura diversa para o mercado, desde pontos de ônibus, abertura de ruas e limpeza interna a controle de cadastro de vendedores e carregadores. Mobilizaram-se para que fossem instalados postos telefônicos “pra que as pessoas de fora não fiquem sem saber como entrar em contato com os feirantes ou seus familiares ou patrões, etc”³⁶¹. Suas cobranças a Prefeitura e à Secretaria do Centro eram: divisão adequada do local, fornecimento de melhores acessos para os consumidores, cobrança de transporte público até as proximidades do CAF, abertura de novas ruas, iluminação, ampliação do espaço interno, enfim. Estas pessoas queriam manter o Centro como o local com condições suficientes para funcionar como mercado que concorresse inclusive com os supermercados de Feira. Como donos de boxes, alugavam, repassavam e negociavam seus pontos, cujos preços eram estabelecidos entre eles mesmos.

³⁵⁹ Ata da Associação dos Feirantes do Centro de Abastecimento, Campo do Gado e Feiras Livres de Feira de Santana, 1990, página 26.

³⁶⁰ Idem, página 28
³⁶¹ Livro de Atas.

Usavam camisas padronizadas para se diferenciar dos demais comerciantes menores e tinham diálogo direto com representantes de poderes político partidários da cidade. Havia uma aproximação dos feirantes fundadores com deputados como José Falcão da Silva e José Ronaldo de Carvalho, na época, opositores de Colbert Martins na disputa pela Prefeitura. No entanto, os problemas com os inúmeros trabalhadores que circundavam o comércio atacadista do CAF, nunca sefindaram.

Os atacadistas acusaram de injustos os feirantes sem barraca ou ponto fixo.

Para Helenita, a atual situação em que se encontra o centro é vergonhosa mesmo por que não está havendo um devido respeito para com as pessoas que tem boxes conseguido através de muito esforço, e veem outras pessoas que não fazem nenhum esforço chegarem com suas mercadorias e colocarem na frente dos comerciantes, que já estão a mais tempo naquele local, pagando impostos, impossibilitadas de comercializarem³⁶².

Interessado em aproximar os feirantes hortigranjeiros da associação, o senhor Francisco Gilvan resolveu se engajar numa divulgação para atrair mais associados, distribuindo fichas de filiação pelo Centro de Abastecimento. Sua surpresa foi que ao entregar uma cópia do acordo de associação a um de seus colegas dono de boxe, este a rasgou, alegando que os mais favorecidos *são os grandes* e que, portanto, não tinha interesse em filiar-se³⁶³. Para os associados, a presença de pessoas sem boxes e sem pontos fixos, circulando no CAF, era um incômodo, o que já haviagerado conflitos entre estes e os feirantes espalhados sem cadastro pelo Centro, construindo em contrapartida, uma negativa dos feirantes menores com os membros da associação.

A associação esteve no intermédio de outras contestações com relação a apropriações do novo espaço. Muitos feirantes participavam da realização dos festejos à padroeira dos feirantes, Santa Bárbara e a Iansã. Importante elemento da cultura dos feirantes, a organização da festa circunscreveu relações internas na produção dos apetrechos necessários a confecção do caruru, da música, da missa e outras tradições e ainda demarca presença dos mercadores em relação à comunidade feirense. Os feirantes atacadistas estreitavam laços com a Igreja, com a administração do CAF e demarcavam um festejo que consolidava o Centro de Abastecimento no calendário festivo e religioso da cidade. Os feirantes de alimentos, devotos de Santa Bárbara ou de Iansã, fossem eles do campo ou da cidade, colaboravam com muito do material: quiabos, temperos, entre outros. O aspecto festa como elemento de análise dá suporte para a percepção de um laço de identidade entre os feirantes, visto que o fato de ser Santa Bárbara a sua padroeira,

³⁶² Ata da Associação dos Feirantes do Centro de Abastecimento, Campo do Gado e Feiras livres de Feira de Santana, 1991, 56.

³⁶³ Livro de Atas, Agosto de 1991.

confere um significado ao seu labor, demarcando não somente o culto a uma entidade religiosa entre os devotos, mas refazendo todos os anos um sentimento comum de participação nos festejos também enquanto feirantes³⁶⁴.

A aproximação entre as comemorações, a religiosidade e a identidade destas pessoas fica explícita em todo o evento do 4 de Dezembro, como nos seus preparativos. O tema do vínculo da identidade na festa tem sido estudado por pesquisadores de diversas linhas (religião, festa, cultura popular, cidade) ou que se interessam pela história social e encontram nos festejos importantes pontos de formação de identidades³⁶⁵. Destacamos o trabalho de Edilece Couto como referência para perceber este tipo de culto na Bahia. A chamada festa de Santa Bárbara, realizada pelos trabalhadores dos mercados da Bahia, é um evento construído a partir de práticas coletivas apoiadas em tradições católicas. Ela funde elementos dessa religiosidade com o culto a Iansã e às comemorações da cultura negra.

Santa Bárbara é uma das santas mais veneradas pela população negra e, desde o século XIX, é homenageada pelos trabalhadores do mercado de Salvador. Seu culto foi desenvolvido

na Bahia colonial por influência dos colonizadores nas orações, recitadas ou impressas em pequenos folhetos, distribuídos pelos fiéis, são lembradas as suas funções de protetora contra as tempestades, raios e trovões. A santa pode encorajar o devoto nos momentos em que a vida lhe impõe tempestades e batalhas, ou seja, dificuldades³⁶⁶.

Conjugados ao culto de Iansã, estes festejos e homenagens à Santa Bárbara, oriundos de tradições católicas e do candomblé, passaram a ser realizados pelos mercadores de carne no Mercado Municipal de Feira de Santana em 1973 e possuíam, como na capital, práticas sincréticas do candomblé e do catolicismo. No ano seguinte, a festa para a *Rainha dos Raios* passou a fazer parte do calendário oficial das comemorações da cidade, sendo festejada no dia 04 de dezembro. O mercado guardava a imagem de Santa Bárbara e após a desativação do mercado de carne naquele ambiente e da construção do CAF, a Prefeitura construiu um novo local para a imagem de Santa Bárbara. A imagem permanece no altar do Centro de Abastecimento até meados de uma semana após a festa e depois é deslocada para a Igreja Senhor dos Passos, onde retorna às vistas dos párocos católicos. Assim também acontecia no Mercado Municipal.

³⁶⁴ COUTO, Edilece. Tempo de Festas: Homenagens a Santa Bárbara, N.S da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940). Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2004. p.86

³⁶⁵ CUNHA, Maria Clementina P. (Org.). Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura. Campinas-SP: Editora da UNICAMP/Cecult. 2002.

³⁶⁶ COUTO, Edilece Souza. Op. Cit. p.86

Para além de um espaço de tradições, as festividades podem ser vistas como um lugar de conflitos. Os significados atribuídos à festa para Iansã e Santa Bárbara, serão diferentes entre os feirantes católicos e aqueles adeptos do candomblé, as autoridades civis e os membros do clero. Os costumes dos feirantes, relacionados à organização da festa, vêm imbuídos de uma relação de apropriação com as estruturas de poder da Igreja Católica.

Thompson mostrou que entre os trabalhadores ingleses do século XVIII existiu uma “necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras”³⁶⁷ para criar espaços de participação social próprias. No caso dos mercadores de Feira de Santana, encontramos uma relação de tradição na necessidade de dar espaço à atuação do ritual católico, só no início das comemorações, para conferir uma málgama de legitimidade à festa frente a comunidade feirense. Jogo este que não impedia que os feirantes disputassem a organização dos festejos:

A programação tem início às cinco horas da manhã com uma alvorada ao som de fogos e da batucada do Tonho; às 08:30 horas o Monsenhor Renato Galvão vai celebrar a missa na capelinha do mercado; às 11:30 horas será oferecido caruru. Durante toda a tarde vai ter batucada, capoeira, samba de roda, desfile das filhas de santo dirigidas por seus chefes³⁶⁸.

O jornal *Folha do Norte*, fundado em 1909, teve um papel de destaque na discussão das programações católicas em Feira de Santana. Era porta-voz das atividades da Igreja Católica e de seus discursos, através de publicações de textos de párocos importantes e, posteriormente, “se torna propagandista de uma perspectiva que se pretendia civilizada.”³⁶⁹ Durante todo esse período, não se referiu aos festejos que acompanhavam a festa de Santa Bárbara, limitando-se a divulgar as missas. Já o jornal *Feira Hoje*, criado em 1970, divulgava não só os festejos a Santa Bárbara, como também as celebrações que ocorriam nos terreiros da cidade.

Já que falamos em terreiro, Zeca de Iemanjá vai tocar os atabaques e suas filhas de santo vão dar uma demonstração de Iansã, todas vestidas de azul e branco. Vale a pena que a sociedade esteja presente para assistir a um dos melhores Candomblés da nossa cidade³⁷⁰.

³⁶⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Ensaios sobre a cultura popular tradicional na Inglaterra*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 20.

³⁶⁸ Festa para Rainha dos Raios, *Jornal Feira Hoje*, 28/11/1974.

³⁶⁹ OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. *De Empório à Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. Dissertação. (Mestrado em História) – UFBA, Salvador: 2000, p.59.

³⁷⁰ . Coluna Sociedade. *Feira Hoje* 4/12/1973.

E assim, encontramos alguns poucos registros do caruru de Santa Bárbara neste veículo, mencionando apenas a data em colunas de calendário de festas. Outras fontes aproximam-nos da dimensão da festa no cotidiano dos freqüentadores da feira. Em 1976, em algumas notas esparsas da imprensa, recortadas por Vicente Moreira, é presente a preocupação com a continuidade da festa de Iansã e Santa Bárbara numa cidade que não tinha muitas atrações turísticas. A apreensão, em outra dimensão, foi registrada na fala de Zabumba, personagem conhecido no mercado na década de 70, citado por Moreira. Nela percebemos inclusive a atribuição da feira livre à padroeira da cidade, Senhora Santana: “Não podem acabar com a feira de Nossa Senhora Santana, não, isto é um crime! Onde eu vou chupar laranja e comer jaca? E o caruru de minha mãe Iansã, também vai acabar? Isso não pode acabar de jeito nenhum!”³⁷¹.

No Mercado Municipal, ainda na rua, os adeptos da *Mártir dos Mercadores* e da *Deusa pagã dos relâmpagos* eram os principais promotores da festa. Em sua maioria eram os açougueiros do local e os feirantes do entorno, segundo o Secretário Delorme. Eles recolhiam os donativos para a produção do caruru, cuidavam da divulgação e eram os guardadores da imagem da Santa. Já com o Centro de Abastecimento, a direção toma frente no recolhimento de quiabos, camarões, farinha de mandioca, frangos e outros ingredientes essenciais na produção da iguaria servida na festa, bem como enfeites e adornos para a decoração do local no 04 de dezembro. Assim é que os diretores passaram a regulamentar oficialmente os preparativos dos festejos. Até porque, a alegação da necessidade de uma higiene na produção do caruru levou a Prefeitura a pedir o auxílio do corpo de Bombeiros para cortar os milhares de quiabos. Estes ajudam nos festejos gratuitamente, por ser Santa Bárbara também sua padroeira. Outros fatores, como a própria dispersão dos grupos de feirantes após 1977, afastam ainda mais os feirantes da organização da festa atualmente.

Na década de 70 ela fazia parte do calendário da cidade. Mas aquilo não era escrito, aquilo não era lei, aquilo ali divulgava e as pessoas criavam as comissões pra fazer a festa, envolvia a sociedade pra fazer a festa e hoje aqui praticamente quem dá o pontapé inicial é a prefeitura, que faz tudo. A parte logística da festa é da prefeitura³⁷².

O que ocorreu ao longo dos anos que se seguem à chegada do Centro é que seu funcionamento não aconteceu enquanto autarquia. Segundo discurso recorrente em várias reportagens do jornal *Feira Hoje*, por descaso dos próprios feirantes. Vários são os motivos que

³⁷¹ MOREIRA, Vicente. Op. cit., 1994. p. 196.

³⁷² Depoimento de Delorme. Diretor do Centro de Abastecimento.

poderiam ser apontados para que os feirantes não tomassem de imediato à frente da organização do local. Assim, o centro esteve sob a tutela de diretorias próximas ao governo municipal ao longo dos últimos 30 anos. Sem dúvida, portanto, a festa de Santa Bárbara e Iansã, por ser fator agregador entre os feirantes, era continuamente realizada com todo apoio do executivo municipal, interessado em consolidar o ambiente do Centro de Abastecimento como ambiente de feira. Por outro lado, também os feirantes que participavam dos festejos, visavam reforça-los anualmente. É bem verdade que, a cada ano que passa, o caráter espontâneo de organização da festa pelos feirantes vem perdendo espaço para a sistemática estrutura montada pela Prefeitura ao longo dos últimos anos, como acontece com a maioria das festas populares da cidade.

Os membros da Associação de Feirantes, em 1989, dispuseram-se a organizar o caruru de Iansã e as festividades para Santa Bárbara, sendo que o material recolhido para o mesmo, seria doado pelos feirantes. Já no ano seguinte, 1990, deliberaram que não participariam do caruru porque estava sendo divulgado, segundo seus diretores, apenas o nome da superintendência do Centro. Isto no mês de novembro, véspera dos preparativos dos festejos. No jornal Feira Hoje, no ano seguinte, a cena se repete. “Estranhamente, a diretoria da entidade nos enviou um ofício 48 horas antes, informando que não iria participar dos festejos por conveniência, e por isso não colaboraram em nada”³⁷³.

Entre os pequenos feirantes, o culto à *Rainha dos Raios*, protetora de seus filhos e filhas em momentos de tempestades, foi interpretado como uma *tábua de salvação* num contexto de perdas significativas para aqueles trabalhadores, durante as altas de preços e diminuição do consumo. “Todos nós temos que ter muita fé, pois a situação está muito ruim. Mas acredito que somente não está pior porque Iansã vem nos protegendo diariamente em nossa luta, pois ela sabe o quanto nós somos sofredores”³⁷⁴.

Desta forma, ao questionarmos quais as diferentes acepções atribuídas à festa para Santa Bárbara e Iansã no mercado de Feira de Santana, buscamos visualizar conflitos e tensões produzidas pelos sujeitos participantes da festa na conjuntura de mudanças do comércio de Feira. Os episódios correlacionados à festa de Santa Bárbara não são isolados e não estão desconectados da problemática da inserção dos feirantes em Feira de Santana após a definição de um espaço de trabalho novo.

³⁷³ Sérgio Madeira, Diretor do Centro de Abastecimento para o Jornal Feira Hoje, 05/12/1991.

³⁷⁴ Adimilson Paim do Carmo, feirante, 54 anos para o Feira Hoje, 1991.

Pudemos perceber que os costumes que envolviam grupos e classes sociais divergentes passaram então por alterações significativas, que vieram a deixar seus rastros e marcas ainda hoje indelévels da história desta cidade. Contudo, as pessoas que deles participaram, sob condições menos favorecidas, remodelaram sua performance e praticaram as feiras de outras formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expectativas, práticas e sociabilidades de sujeitos que realizavam a feira livre foram apresentadas de maneira que fosse possível discernir os diferentes modos como se comportaram vendedores baganeiros (homens e mulheres) com pequenas quantidades de mercadorias e os atacadistas. Durante a construção das mudanças, as atitudes foram diversas. Tanto quando nos referimos a elementos como a postura do sindicato dos feirantes e a vivência dos camponeses que traziam os produtos da roça para a feira, na década de 1960, quando tratamos das reações de feirantes estabelecidos nas ruas e de comerciantes atacadistas que assumiram as instalações do Centro de Abastecimento, encontramos maneiras díspares de encarar as situaçõespostas.

Tais circunstâncias seriam, inicialmente, as próprias bases do costume feirante de Feira de Santana. As posturas municipais na organização do mercado, que lhe davam com a feirinha como cerne do centro comercial de Feira, ainda sem cogitar a sua transferência de local, até o governo Francisco Pinto, sugerem que a feira livre se sustentava como terreno de negociações do espaço urbano por privilégio com relações cruciais com o mundo do trabalho feirense. Durante a ditadura militar, estes projetos foram alterados significativamente. Não porque acreditemos haver uma ruptura radical nas estruturas sociais feirenses, nem no que diz respeito ao seu comércio, nem no que tange as relações político-partidárias. Porém, houve neste período uma ligação explícita dos planos governamentais para Feira com as posturas nacionais voltadas para o mercado de alimentos, por via do bipartidarismo. Além disto, a relação da ditadura militar com as práticas populares do centro da cidade foram notoriamente disciplinarizadoras neste período e intencionaram retirar práticas e sujeitos do ambiente urbano. Frente a estas intervenções, o costume de uso das ruas e calçadas principais para a atividade de feira pareceu ser um passado que criava continuidades no presente, com a finalidade de garantir a sobrevivência social e econômica dos feirantes nocentro.

As ações do projeto do Centro de Abastecimento não poderiam dar conta de transferir para seu interior a feira livre. Tampouco estas ações puderam exterminá-la. Uma etapa nova de relações entre os pequenos feirantes, os atacadistas e os comerciantes de Feira de Santana se construiu ali. Entre negociações de uso das calçadas e doações de terrenos no centro da cidade para pequenas feiras, alguns feirantes conseguiram permanecer com a feira de

alimentos nas ruas do coração do centro comercial feirense, barganhando dia a dia a fiscalização municipal e negando a ida para o Centro de Abastecimento. Em outras feiras, muitos encontraram outros modos de fazer a feirinha ou para lá levaram consigo as aprendizagens da “antiga feira”. E, dentro daquele mesmo local que haveria de ser o local organizado sob os moldes do mercado de alimentos, as práticas dos feirantes aparecem e deixam incompletas as projeções para o Centro “expedidor rural”. Ainda que projetado para receber a circulação em atacado, em suas vias internas foi possível que os vendedores levassem para lá as formas de troca e as práticas de relacionamento com a clientela que ainda permite que aquele Centro não seja por completo um espaço frio e racionalizado.

Podemos inverter os olhares sobre a relação entre os feirantes que faziam a “antiga feira” e o CAF. Ao mesmo tempo em que alguns feirantes negam-se a ir para aquele local para trabalhar, outros encontram ali mesmo o seu sustento e para lá transportaram e adequaram o que aprenderam no espaço de vendas tradicional.

A tradição é reconstruída em outros aspectos. Ressaltamos a dependência dos vendedores de atacado com estes feirantes que compram suas mercadorias e que são feirenses moradores do núcleo urbano da cidade. Rua Nova, Tanque da Nação, especialmente, são bairros de origem de muitos vendedores do CAF. A alternativa de trabalho ali se apresenta acessível na compra de mercadorias por regime de consignação, porém o ponto de vendas não se apresenta atrativo. Assim, as feiras dos outros locais da urbe feirense despontam muito mais como locais de trabalho de sujeitos que vem dos distritos e áreas próximas, como Dona Tenícia, Dona Ester, Dona Santinha e muitos outros e outras. Neste quesito, fica clara a predominância feminina na atividade, ainda que não dispuséssemos de dados, neste sentido, pudemos contar com a observação durante as entrevistas e com os relatos que cada uma nos apresentou. A lida com a roça de alimentos as aproxima da feira, como demarcadoras de espaços neste tipo de atividade. A situação do campo também reflete no comércio da feira muitas mudanças. Como por exemplo, o fato de que precisam comprar produtos no Centro de Abastecimento para compor o leque de mercadorias, já que somente o que “a roça dá” não seria suficiente.

Já todo comércio dos caminhões vindos de outras localidades, trazendo o feijão, o tomate, entre outras mercadorias foi reforçado no Centro de Abastecimento, o que sugere pontos de permanência da feira tradicional em outro sentido, de reforço de relações comerciais de maior porte.

Ao pensar ainda as disputas políticas que retardaram ou aceleraram os processos de transferência da feira, projetamos entender não somente a construção das posturas municipais que incidiram sobre a feira, mas como os próprios feirantes foram sujeitos com os quais cada uma destas posturas teve de dialogar, sugerindo o protagonismo dos feirantes nas relações de montagem da feira livre no centro de Feira e, conseqüentemente, da sua praça comercial.

As feiras no interior daquela “antiga feira” deixaram assim seus diferentes legados no centro da cidade já transformada.

Na incompletude da pesquisa sobre o tema da feira livre e da infinidade de relações sociais que abriga, esperamos ter contribuído para a história dos grupos subalternos de Feira, ao mencionar feirantes de alimentos como sujeitos importantes no diálogo das experiências de trabalho do campo e da cidade, bem como na importância destas experimentações nas relações com o poder público da cidade. Esperamos que este terreno de pesquisa traga outros frutos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria de Nazareth (org.) **A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil. Um diagnóstico Macro com recortes regionais.** Brasília, 1988

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar textos em história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes,** São Paulo, Cortez; Recife, Massangana, 1999.

ARAÚJO, Alessandra. **Redes de centralidade em Feira de Santana (BA) – O centro de abastecimento e o comércio de feijão.** Salvador – Bahia. 2006

BADARÓ, Marcelo (org.) **História: pensar e fazer,** Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998.

BAHIA, Juarez. **Setembro da Feira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

BARREIROS, José Carlos. **Tradição, cultura e protesto popular no Brasil (1780-1880)** in Projeto História: PUC, n. 16 (Cultura e Trabalho), 1998.

BATALHA, Cláudio. **A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências.** In FREITAS, Marcos Cezar de. (org) **Historiografia Brasileira em Perspectiva – 5ed** – São Paulo: Contexto, 2003

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENSAÏD, Daniel. **O domínio Público contra a privatização** - Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas - São Paulo: Xamã, 2004.

BOAVENTURA, Maria Eugenia ALVES, Eurico. **A Paisagem Urbana e o Homem.** Feira de Santana – UEFS, 2006.

BRITTO, Júlia Rosa Castro de. **Feirantes: do Centro Comercial à Nova Feira de Camaçari.**

CARDOSO, Ciro. **Um historiador fala de teoria e método.** São Paulo. EDUSC: 2005.

CARVALHO, Diego. **O futuro do pretérito ou uma cidade para o futuro** (Projeto de Pesquisa) -mimeo

CERTEAU, Michel de. **Fazer com: usos e táticas** (A invenção do cotidiano)

Cevasco, Maria Elisa. **Para Ler Raymond Williams.** São Paulo, Paz e Terra, 2001.

COUTO, Edilece Souza. **Tempo de Festas: Homenagens a Santa Bárbara, N.S da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista (UNESP),2004.

CRUZ, Rossine. **A inserção de Feira de Santana no processo de integração produtiva e desconcentração econômica nacional**. Campinas, Unicamp,1999

CUNHA, Maria Clementina P. (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**.Campinas-SP: Editora da UNICAMP/Cecult. 2002

FALCÃO, Adnil. **Olhares sobre Newton Falcão**. Feira de Santana, Editora da UEFS:2007.

Falcão, João. **A vida de João Marinho Falcão**. Editora Brasília, 1993

FERRETI, Sergio. (org) **Reeducando o olhar: estudos sobre as feiras e mercados**. São Luiz. UFMA, 2000.

Filgueiras, Beatriz Silva Castro. **Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o mercado central de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. UFRJ – Rio de Janeiro,2006.

Filgueiras, Beatriz Silva Castro. **Do mercado popular ao espaço de vitalidade: O mercado central de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. UFRJ – Rio de Janeiro,2006.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. **Do mercado Popular ao espaço de vitalidade: o mercado central de Belo Horizonte**. CCJE/ IPPUR, 2006.

FILHO, Miguel Abraão Fabel. *A atuação da CEASA na Bahia*. in Governo da Bahia. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Projetos e Estudos. 1º Encontro Técnico sobre Prioridades Sociais da Nova República **Alimentação Popular na Bahia**. Salvador, 1985.

FORTES, Alexandre e NEGRO, Antonio Luigi. **Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil** in O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORTES, Alexandre. **Miriades por toda a eternidade. A atualidade de E. P. Thompson**. Tempo Social, vol 18, n1

FORTES, Alexandre. **O direito na Obra de Thompson**. Revista de Historia Social Unicamp, 2005

FREITAS, Mirian. **Populismo e Carestia. 1951-1954**. Universidade Federal da Bahia. Mestrado de Ciências Sociais. Salvador – Bahia, 1985.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**. - Salvador: s.n., 1998. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 1998

GANDON, Tânia Risério d'Almeida. **Entre memória e história: Tempos múltiplos de um discurso a muitas vozes**. In: Projeto História 22

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo** – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GOMES, Flávio e NEGRO, Antonio Luigi. **Além das Senzalas e Fábricas. Uma história Social do trabalho**. pp. 217-240. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1

GOMES, Igor. **Lutas de classes nas encruzilhadas entre o rural e o urbano: Lavradores, vaqueiros e artesãos, cativos e libertos, nos primeiros passos da montagem de um projeto de pesquisa**. mimeo, 2008.

GOMES, Maria de Fátima Cabral (org.) **Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: Faperj, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere** – Coutinho, Carlos Nelson (ed.) Henriques, Luiz Sérgio e Nogueira, Marco Aurélio (colaboradores). - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. Volume 5

HAGGUETTE, Teresa Maria Frota. **O mito das Estratégias de Sobrevivência: Um estudo sobre o trabalhador urbano e sua família** Fortaleza – Ceará UFC, 1982

HOBBSBAWN, Eric. *Os trabalhadores pobres* in **A Era das Revoluções** - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOMEM DE MELLO, Fernando. **O Problema Alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos**. RJ. Paz e Terra, 1983

IANNI, Otávio. **Estado e Planejamento no Brasil, 1930-1970** - Civ. Brasileira : 1971

JESUS, G.M. **Territórios da Modernidade: a criação das feiras-livres na cidade do Rio de Janeiro**, X Encontro Nacional de Geógrafos, AGB, Recife (PE), julho de 1996 (pdf)

KHOURY, Yara Aun. **Narrativas Orais na Investigação da História Social** – São Paulo: Projeto História, n. 22, jun. 2001.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos 1870-1913**. São Paulo, HUCITEC, 1996.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à Razão Informal. A imaterialidade do salariado**. Boitempo, 2001.

MARTINS, André. *Marxismo e questão urbana* in COGIOLA, Osvaldo. (org.) **Marx, Engels e a História** – São Paulo: Boitempo, 1999

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson no Brasil**. Outubro, Revista do Instituto de Estudos Socialistas: Alameda, n.14, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**. São Paulo, Contexto, 2007.

MELO E SILVA, Sylvio C. Bandeira. SILVA, Bárbara. LEÃO, Sônia de Oliveira. **O subsistema Urbano-regional de Feira de Santana**. SUDENE, 1985

MENDONÇA, Sônia Regina de e FONTES, Virgínia. **História do Brasil Recente: 1964-1992** – São Paulo: Ática, 3 ed, 1999.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento** - Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. **O fogo febril que prometeu roubou das chaminés fabris: crônica da morte anunciada, da morte decretada e das reencarnações diárias de uma feira livre**. Feira de Santana, UEFS, 2001.

MOREIRA, Vicente. **Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana, O fogo febril que prometeu roubou das chaminés fabris: crônica da morte anunciada, da morte decretada e das reencarnações diárias de uma feira livre**. Feira de Santana, UEFS, 2001.

MOREIRA, Vicente. **Projeto Memória da Feira Livre. Outras Palavras**. Revista Sitientibus, UEFS: 1994

MOTT, Luiz. **Estrutura e função das feiras rurais no Nordeste do Brasil: o caso da feira do Brejo Grande**, Sergipe, 1979.

NASCIMENTO, Vilma Maria do. **Espaço e memória: artes de curar e comércio de ervas em Salvador - 1950-2000**. Tese (Progressão de Carreira) Feira de Santana, 2002.

NAZARETH, Maria de Nazareth (org). **A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil. Um diagnóstico Macro com cortes regionais**. Brasília, 1988

NEGRO, Antonio Luigi. **Paternalismo, populismo e História Social**. Cadernos AEL n 20/21.;

NEGRO, Antônio Luigo e SILVA, Sérgio (orgs.) **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos, ensaios de E. P. Thompson**. - São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano**. Doutorado em História. UFPE, Recife, 2008

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. **De Empório á Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. Dissertação. (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2000

OLIVEIRA, Francisco. *Acumulação monopolista, Estado e urbanização; a nova qualidade do conflito de classes*. In MOISÉS, Álvaro (et. Al.) **Contradições urbanas e movimentos sociais** - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **O Elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. **A luta pela autonomia e a participação política dos camponeses: um estudo das micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha no Estado da Bahia**. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba.

OLIVEIRA, Izabel Lorene Borges de. **Apolo e Dionísio da festa de feira: cantadores, cordelistas, vaqueiros... da feira livre de Feira de Santana (Bahia)**, Feira de Santana, UEFS, 2000.

PACHECO, Larissa Penelu B.. **A feira e a nova Feira. Tradição, costume e conflito em Feira de Santana – Bahia. 1967-1977**. Monografia de Especialização em História da Bahia. UEFS, 2008.

PAIM, Márcia Regina da Silva. **Do sete São Joaquim. O cotidiano das mulheres de saia e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)**. Dissertação de Mestrado – UFBA, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jetahy. **Muito além do espaço. Por uma História Cultural do Urbano**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995

PINSK, Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005

PORTUGAL, Sílvia. **O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Dezembro de 2007.

REIS, Grazyelle. **Literatura e Cultura em Feira de Santana. Práticas usos e tendências em impressos da Folha do Norte (1951-1969)**. Dissertação de Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural. UEFS – Feira de Santana, 2008

SADER, Emir. (org.) **Gramsci, poder política e partido**. Expressão Popular, 2005.

SAMPAIO, Gastão. **Feira de Santana e o Vale do Jacuípe**. Salvador, Bahia, 1976, p.10

SANTANA, Charles. **Fatura e Ventura Camponesas. Trabalho, cotidiano e migrações. Bahia 1950-1980**. Annablume, 1998

SANTOS, Alane Carvalho. **Feira de Santana nos tempos da modernidade: O sonho da industrialização.** Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2002

SANTOS, Hamilton Rodrigues. **Vidas nas Fronteiras. Práticas Sociais e Experiências de Feirantes no Recôncavo Sul da Bahia. Santo Antonio de Jesus 1948-1971.** Uneb – Dissertação de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. UNEB:2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo, HUCITEC, 1996

SANTOS, Nilo Rosa dos. **Mercado Informal e Etnia.** Recife: ABPN, 2000.

SERPA, Ângelo. **Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais.** Salvador: EDUFBA, 2007

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **“A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984** in LINHARES, Maria Yedda et al (ORGS.) História Geral do Brasil: da colonização portuguesa a modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campus, 1990

SILVA, Milton Barbosa da. **O crédito rural e a produção de milho e feijão no Município de Feira de Santana, 1975-1985.** Feira de Santana, Monografia. UEFS, 1996.

SINGER, Paul. **A crise do Milagre.** 6 ed. Rj: Paz e Terra, 1982

SODRÈ, Muniz. **O Bicho que chegou à Feira.** Francisco Alves Editora, 1991

SOUZA, Carla J. Caracterização das relações formais e informais no mercado de trabalho de Feira de Santana, UFBA,1996.

TELLES, Vera. **Mutações do Trabalho e experiência urbana.** Revista Tempo Social. v.18 n.1 São Paulo jun.2006

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALENTE, Andrei de Brito. Estado e direção **de classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização em Feira de Santana.** Texto apresentado no Seminário do LABELU, 2006 – mimeo.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na História e na Literatura.** São Paulo. Cia das Letras, 1989.

Imagens



“Consumidores criticam custo de vida”. Feira Hoje, 29/05/1980.



Idem. A fotografia foi tirada dentro do Centro de Abastecimento e o destaque foi dado à relação da vendedora com o consumidor.



Idem. Trabalhadora da feirinha



“Donas de casa reduzem compras semanais”. Feira Hoje, 27/01/1980.



“Feijão poderá baixar de preço em 15 dias”. Feira Hoje, 03/02/1980



“Moradores serão removidos do Centro de Abastecimento”. Feira Hoje, 07/06/1980 Foto de moradora de um dos barracos construídos no local.



Centro de Abastecimento em 1976. Fonte: Arquivo Público Municipal



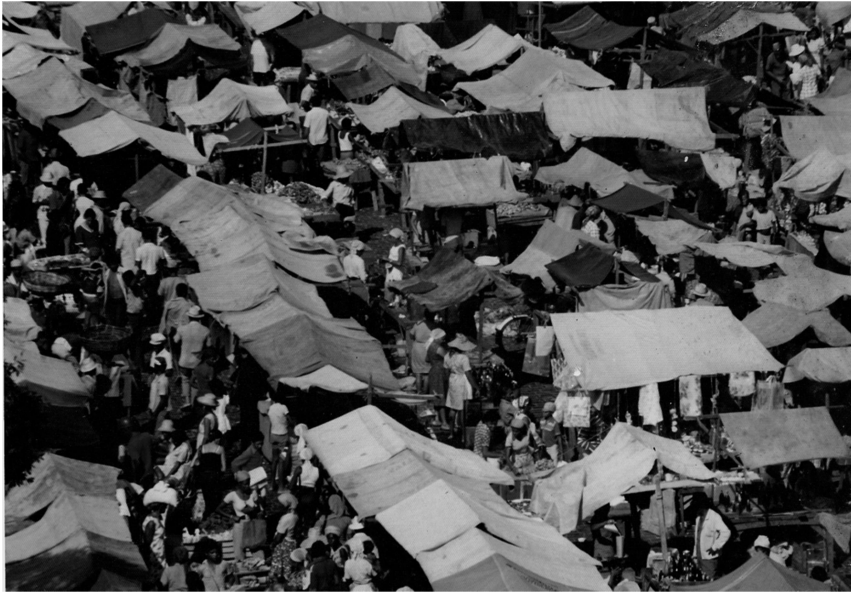
Fotografia do Acervo de Antonio Magalhães. A imagem mostra a feira na região da Avenida Getúlio Vargas



Fotografia do Acervo de Antonio Magalhães. Vista aérea de Feira de Santana na Avenida Getúlio Vargas



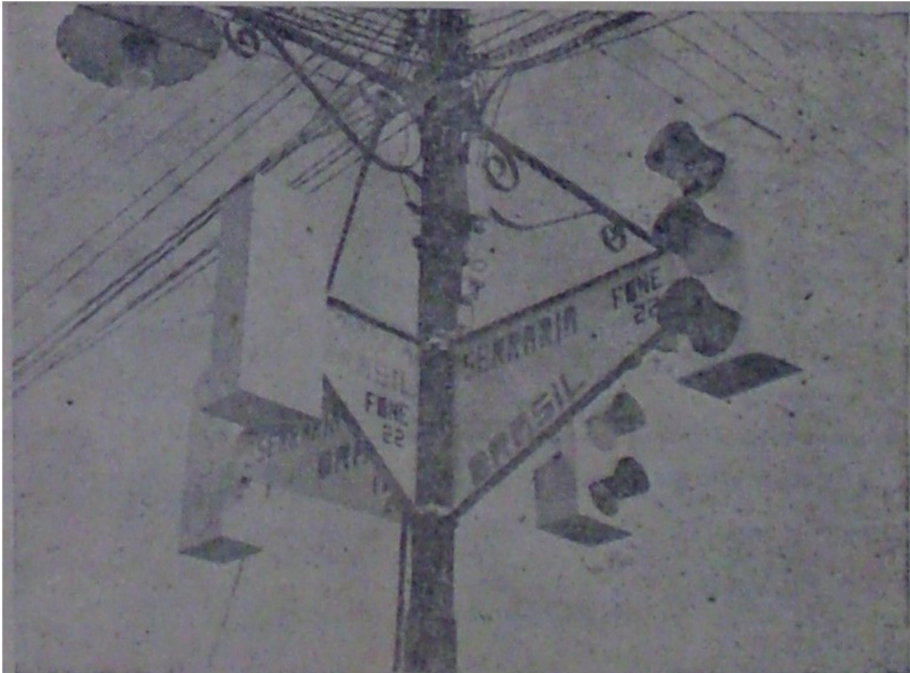
Fotografia do acervo de Antonio Magalhães. Foto da feira livre em frente ao Mercado Municipal



Fotografia do Acervo de Antonio Magalhães. Foto da Feira Livre na Avenida Senhor dos Passos



Fotografia Acervo de Antonio Magalhães. Feira Livre na Avenida Senhor dos Passos



Gazeta do Povo, 26/07/1959. Fotografia da Primeira Sinaleira de Feira de Santana



Mapa da área urbana central de Feira de Santana onde se localizava a feira.